Alesson Ramon Rota
Melissa Mendes Caputo Vicente
Pedro Gustavo Aubert (Orgs.)

Diálogos interdisciplinares entre História e Relações Internacionais

Volume 2

Serra, 2026.

Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, Praia da Baleia, Serra - ES. CEP.: 29172-694.
www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.ª Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dr.ª Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.ª Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.ª Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.ª Juliana Sabino Simonato (UFES), Dr.ª Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.ª Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.ª Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.ª Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.ª Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebstião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão textual e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Imagem da capa: Athos Bulcão (Google Arts & Culture)

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA n° 9.610/98. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D537 Diálogos interdisciplinares entre História e Relações Internacionais, v 2 / Alesson Ramon Rota, Melissa Mendes Caputo Vicente, Pedro Gustavo Aubert (Orgs.). Serra: Identidade Editorial, 2026.

288 p.: il.

ISBN: 978-65-83537-34-8

DOI? 10.29327/5922089

1. Diálogos interdisciplinares. 2. História. 3. Relações Internacionais. I. Rota, Alesson Ramon. II. Vicente, Melissa Mendes Caputo. III. Aubert, Pedro Gustavo. IV. Título.

CDU: 900

Prefácio

Antonio Carlos Lessa
Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB

https://doi.org/10.29327/5922089.1-1

Toda boa coletânea registra um momento particular da vida intelectual de um campo. Ao aproximar pesquisas concebidas em instituições, tradições e circunstâncias distintas, ela torna visíveis não apenas os resultados alcançados por cada autor, mas também as perguntas que uma comunidade acadêmica passou a considerar relevantes, os procedimentos que incorporou ao seu repertório e as fronteiras que decidiu interrogar. É sob essa perspectiva que deve ser lido este segundo volume de *História e Relações Internacionais: Diálogos Interdisciplinares*. Mais do que dar continuidade a uma iniciativa editorial anterior, a obra permite reconhecer uma amostra interessante da mudança de escala e de ambição na História das Relações Internacionais produzida no Brasil.

O trabalho de organização desenvolvido por Alesson Ramon Rota, pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Campinas e dedicado à história digital e às humanidades digitais; Melissa Mendes

Caputo Vicente, doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas; e Pedro Gustavo Aubert, pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, confere unidade a um conjunto deliberadamente heterogêneo. Suas trajetórias também dizem algo sobre o projeto que conduzem. Elas aproximam história digital, história social, história política, Relações Internacionais e pesquisa sobre a formação do Estado e da política externa. A coletânea nasce, portanto, menos da justaposição administrativa de capítulos do que de uma experiência concreta de colaboração intelectual no interior do Grupo de Trabalho História e Relações Internacionais da Associação Nacional de História, regional de São Paulo.

O primeiro volume teve importância evidente ao afirmar a fertilidade desse espaço de interlocução. Era necessário demonstrar que o encontro entre História e Relações Internacionais não constituía uma aproximação episódica, tampouco uma tentativa de reabilitar, sob outro nome, a antiga história diplomática. Este segundo volume parte de uma situação diferente. A legitimidade do diálogo já não precisa ser defendida como premissa. O que se apresenta agora são os seus efeitos: novos problemas de pesquisa, novos sujeitos históricos, repertórios documentais ampliados e procedimentos metodológicos que não se deixam ordenar pelas divisões tradicionais entre história política, econômica, social, cultural ou intelectual. O deslocamento entre os dois livros pode ser formulado de modo simples. O primeiro ajudou a demonstrar porque o campo merecia reconhecimento; o segundo revela o que ele se tornou capaz de explicar.

A História das Relações Internacionais formou-se, em grande

medida, a partir da crítica aos limites da história diplomática centrada na ação de governos, chancelerias e grandes personalidades. Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle tiveram papel decisivo ao deslocar a atenção para as forças profundas, para os processos de decisão e para a interação entre condições sociais, econômicas, culturais e políticas. René Girault e Robert Frank, em momentos posteriores, ampliaram essa renovação ao insistirem na historicidade dos sistemas internacionais, das percepções e das relações entre sociedades. Essa genealogia permanece indispensável, mas já não descreve por inteiro o campo contemporâneo. Nas primeiras décadas do século XXI, a aproximação com a história global, a história transnacional, a história conectada, os estudos de gênero, a história cultural, a história digital e a renovada história política alterou não somente os temas investigados, mas a própria maneira de delimitar o internacional como problema histórico.

A mudança mais importante talvez esteja justamente aí. Durante muito tempo, a História das Relações Internacionais foi reconhecida por um repertório relativamente estável de objetos: diplomacia, política externa, guerra, tratados, organizações internacionais e relações interestatais. Nenhum desses temas perdeu relevância. A coletânea agora apresentada justamente confirma, aliás, que o estudo rigoroso do Estado, de suas burocracias e de seus instrumentos de coerção continua indispensável. O campo, contudo, já não se define exclusivamente por esses objetos. Sua unidade decorre cada vez mais das perguntas que dirige ao passado: como se produzem relações que atravessam fronteiras; por quais mecanismos decisões locais adquirem alcance externo; como pessoas, ideias, capitais, imagens,

tecnologias e práticas circulam entre sociedades; de que modo instituições estabilizam ou contestam hierarquias internacionais; e como processos aparentemente nacionais são constituídos por vínculos cuja extensão excede o território do Estado.

Essa formulação permite compreender por que uma obra dedicada à História das Relações Internacionais pode reunir investigações sobre bloqueio naval, diplomacia e autoritarismo, cinema e memória da guerra, mulheres nos mercados financeiros, bancos de dados, inteligência artificial e soberania digital sem perder sua coerência. A variedade dos temas não indica dispersão. Bem ao contrário, eu entendo que ela revela que o internacional deixou de ser concebido como domínio separado da experiência social. Em cada um desses objetos, a pesquisa histórica procura reconstruir a produção de relações que conectam atores, instituições e espaços distintos. A pergunta decisiva não consiste em determinar se certo fenômeno "pertence" às relações internacionais, mas em identificar como sua historicidade foi moldada por interações, circulações, disputas e assimetrias que ultrapassaram escalas estritamente nacionais.

Os estudos sobre diplomacia, política externa e conflito armado mostram com nitidez a permanência e, ao mesmo tempo, a renovação de uma agenda clássica. O Estado continua presente, e já não aparece como ator unitário cuja vontade se converteria automaticamente em ação externa. Decisões internacionais emergem de conflitos burocráticos, debates legislativos, interesses econômicos, constrangimentos militares, controvérsias jurídicas e disputas pela definição do interesse público. O bloqueio naval durante a Guerra da Cisplatina, por exemplo, não pode ser reduzido a uma operação

militar conduzida no estuário do Prata. Ele atingiu o comércio de potências formalmente neutras, mobilizou argumentos do direito internacional, exigiu comunicação diplomática e revelou a precariedade das soberanias em formação. A dimensão externa do conflito não se encontrava apenas nas relações entre os governos beligerantes; estava inscrita nas rotas mercantis, na reação das potências marítimas, na circulação de corsários e na difícil coordenação entre objetivos políticos e capacidades navais.

A mesma ampliação do olhar aparece nos trabalhos que interrogam a diplomacia em contextos autoritários. A política externa não é apresentada como esfera isolada das disputas domésticas, mas como uma das arenas em que regimes políticos definem legitimidades, distribuem recursos, administram dissensos e constroem representações sobre a posição do país no mundo. A oposição convencional entre fatores internos e externos perde, assim, parte de sua utilidade. As fronteiras do Estado permanecem historicamente decisivas, e não separam duas causalidades autônomas. Elas organizam um espaço de tradução no qual pressões internacionais são reinterpretadas por instituições nacionais e conflitos domésticos adquirem projeção internacional. Uma história das relações internacionais atenta a esse mecanismo evita tanto o reducionismo que explica a política externa apenas pelo sistema internacional quanto a leitura inversa, que procura deduzi-la diretamente da estrutura interna de poder.

Outros capítulos deslocam a análise para sujeitos e espaços que raramente ocuparam o centro das narrativas tradicionais. A presença de mulheres nos mercados financeiros dos séculos XIX e XX é particularmente reveladora. Ao acompanhar trajetórias individuais

em perspectiva transnacional, a pesquisa não apenas acrescenta personagens femininas a uma história previamente escrita por homens. Ela modifica o problema histórico. A circulação de capitais, a administração patrimonial, a constituição de redes de sociabilidade e a capacidade de operar em mercados situados em diferentes países passam a integrar a reflexão sobre agência internacional. A ordem econômica internacional deixa de ser observada apenas pelas decisões de governos, bancos e grandes empresas e passa a ser reconstruída a partir das estratégias de mulheres que negociaram limitações jurídicas, convenções sociais e assimetrias de gênero para intervir em circuitos financeiros de alcance transnacional.

O mesmo ocorre quando o cinema e a memória se tornam fontes para compreender a experiência internacional da guerra. As representações cinematográficas da participação chinesa na Segunda Guerra Mundial não são simples reflexos posteriores de acontecimentos já conhecidos. Elas participam da disputa pela interpretação do conflito, selecionam personagens, reorganizam cronologias e vinculam a experiência da guerra às necessidades políticas do presente. A memória histórica constitui, nesse caso, um recurso de legitimação nacional e de posicionamento internacional. A análise das imagens e narrativas cinematográficas permite compreender como sociedades produzem sentidos sobre sua participação em conflitos globais e como esses sentidos se alteram conforme mudam as relações de poder, os projetos estatais e os públicos aos quais se dirigem.

A incorporação da história digital aprofunda ainda mais essa transformação. Bancos de dados, algoritmos, plataformas e infraestruturas computacionais não aparecem apenas como ferramentas

neutras que aceleram tarefas anteriormente executadas de forma manual. Eles interferem na seleção, na organização e na visibilidade das evidências. Decisões sobre metadados, arquitetura de plataformas, regimes de acesso e capacidade de processamento condicionam o que pode ser encontrado, comparado e preservado. A crítica das fontes, princípio elementar do ofício do historiador, precisa então estender-se aos sistemas técnicos que estruturam o acesso ao passado. Ao relacionar história digital e soberania, o volume insere a produção do conhecimento histórico em debates sobre dependência tecnológica, concentração de infraestrutura, ciência aberta e governança pública dos dados.

Esse movimento possui consequências epistemológicas importantes. A tecnologia digital acrescenta um novo tema ao campo e obriga a reconsiderar a própria fabricação da evidência histórica. Arquivos digitalizados, bases bibliográficas, mecanismos de busca, modelos algorítmicos e ferramentas de inteligência artificial distribuem visibilidade de maneira desigual. Aquilo que aparece como abundância documental pode esconder dependências institucionais, lacunas de indexação e padrões de classificação definidos fora das comunidades que utilizarão os dados. A reflexão sobre soberania digital devolve ao historiador uma pergunta política: quem controla as condições materiais de produção, preservação e circulação do conhecimento? Ao formular essa questão no interior de uma coletânea de História das Relações Internacionais, os organizadores mostram que as infraestruturas do saber também pertencem à história do poder internacional.

Vistos em conjunto, esses trabalhos compartilham a ambição

intelectual de recusa em tratar o internacional simplesmente como cenário exterior aos processos analisados. O internacional surge da investigação histórica, não como categoria aplicada previamente aos objetos. Ele se forma quando uma estratégia naval reorganiza fluxos comerciais e mobiliza potências estrangeiras; quando um regime político procura converter ação diplomática em legitimidade; quando mulheres administram patrimônios distribuídos entre mercados de diferentes países; quando filmes reconstroem a memória de uma guerra mundial; ou quando bancos de dados submetem a pesquisa histórica a infraestruturas concentradas em poucas empresas e Estados. Cada capítulo demonstra, por caminhos distintos, que relações internacionais são historicamente produzidas.

Essa constatação afasta a coletânea de duas tentações recorrentes. A primeira consiste em utilizar o passado como simples repositório de exemplos para confirmar conceitos formulados pelas Relações Internacionais. A segunda reduz a História das Relações Internacionais à reconstrução cronológica de eventos exteriores. Os autores percorrem direção diferente. Conceitos e problemas das Relações Internacionais orientam perguntas, mas são submetidos à densidade dos contextos, à crítica documental e à contingência das trajetórias. A história, por sua vez, não se limita a fornecer antecedentes. Ela revela mecanismos, descontinuidades e alternativas que desaparecem quando o presente é projetado retrospectivamente sobre o passado.

É nesse ponto que a interdisciplinaridade anunciada no título adquire significado mais preciso. O diálogo entre História e Relações Internacionais não se resume ao empréstimo de conceitos ou à divisão de trabalho pela qual uma disciplina ofereceria teoria e a outra,

evidência empírica. Os capítulos demonstram uma forma mais profunda de coprodução do conhecimento. As perguntas são formuladas em uma zona comum; os níveis de análise são combinados conforme a necessidade da investigação; e os repertórios documentais são escolhidos em função do problema, não de uma ortodoxia disciplinar. Em vários momentos, seria artificial separar onde termina o procedimento historiográfico e onde começa a análise internacionalista.

Essa coprodução aparece também na convivência entre escalas. Indivíduos, burocracias, Estados, redes, mercados, filmes, arquivos e infraestruturas digitais são pontos de observação articuláveis. A trajetória de uma investidora pode revelar normas jurídicas, circuitos financeiros e hierarquias de gênero; uma decisão naval pode conectar comando militar, formação estatal, comércio internacional e reação diplomática; uma base de dados pode conduzir da prática cotidiana de pesquisa à geopolítica da computação. A escala deixa de ser um recipiente fixo e passa a funcionar como operação analítica. A coletânea também rejeita qualquer representação linear da expansão das conexões internacionais. Circulação não equivale a integração harmoniosa. Mercadorias, pessoas, imagens, capitais e dados atravessam fronteiras por circuitos marcados por coerção, desigualdade e apropriação seletiva. As conexões podem ampliar oportunidades para determinados atores e aprofundar a dependência de outros; podem difundir repertórios políticos e, simultaneamente, reforçar exclusões; podem tornar experiências visíveis ou submetê-las a classificações produzidas em centros distantes. Falar em produção histórica das conexões internacionais é, por isso, mais preciso do que pressupor uma internacionalização automática. Conexões são construídas por

agentes situados, com recursos desiguais, e podem ser interrompidas, redirecionadas ou contestadas.

A relação entre passado e presente constitui outro eixo de unidade. Autoritarismo, soberania, desigualdade de gênero, memória da guerra, controle de infraestruturas e uso da inteligência artificial pertencem às controvérsias contemporâneas. Os capítulos, contudo, não instrumentalizam o passado para oferecer respostas imediatas. Eles mostram que a relevância pública da história depende justamente da recusa às analogias fáceis. A reconstrução das condições em que determinados problemas se formaram permite distinguir permanências aparentes, transformações efetivas e linguagens políticas que mudaram de significado. A História das Relações Internacionais contribui para o debate contemporâneo não por converter-se em comentário de conjuntura, mas por revelar as genealogias, os mecanismos e as alternativas esquecidas que estruturam o presente.

A composição do volume permite ainda refletir sobre a institucionalização do campo no Brasil. O crescimento dos programas de pós-graduação, a formação de grupos de pesquisa, o acesso a arquivos nacionais e estrangeiros e a criação de espaços regulares de interlocução entre historiadores e internacionalistas produziram uma comunidade científica mais numerosa e diversificada. O Grupo de Trabalho História e Relações Internacionais da ANPUH-SP ocupa lugar relevante nesse processo. A coletânea é uma de suas expressões materiais, mas seu significado não se reduz à representação institucional. Ela mostra que a consolidação ocorreu também no plano qualitativo: a produção brasileira formula problemas próprios, seleciona seus objetos com crescente autonomia e dialoga com a historiografia

internacional sem se limitar à reprodução de agendas originadas em outros sistemas acadêmicos.

Essa autonomia não deve ser confundida com isolamento. Os capítulos mobilizam debates internacionais sobre história global e transnacional, gênero, memória, soberania, tecnologia e circulação. A diferença está no lugar a partir do qual o diálogo é estabelecido. Experiências brasileiras e latino-americanas não figuram como ilustrações periféricas de processos previamente definidos pelos centros da disciplina. Elas participam da reformulação dos próprios problemas. A formação dos Estados no Prata, a atuação de agentes econômicos femininos, a memória chinesa da guerra e as condições materiais da pesquisa digital na América Latina impõem questões que ampliam o vocabulário disponível para pensar o internacional.

A maturidade de um campo não se mede pela imobilidade de suas fronteiras. Uma disciplina intelectualmente segura não precisa proteger um catálogo fechado de objetos; precisa ser capaz de incorporar problemas novos sem perder critérios de rigor e inteligibilidade. A História das Relações Internacionais apresentada neste livro alcançou esse estágio. Sua identidade não repousa na homogeneidade dos métodos, das fontes ou das temporalidades, mas em um compromisso comum com a reconstrução histórica das relações que formam, atravessam e transformam as sociedades. A diversidade, nesse caso, não dissolve o campo. Ela revela a força de uma perspectiva capaz de reconhecer o internacional onde narrativas mais convencionais enxergavam apenas fenômenos nacionais ou especializados.

O título História e Relações Internacionais: Diálogos Interdisciplinares conserva, portanto, sua pertinência, mas o conteúdo deste

segundo volume sugere que o diálogo já produziu algo mais duradouro. História e Relações Internacionais não aparecem como territórios autossuficientes que se encontram ocasionalmente. Elas constituem aqui uma agenda compartilhada de pesquisa. Essa agenda não elimina diferenças disciplinares, nem deveria fazê-lo. A especificidade da crítica documental, da reconstrução temporal e da contextualização histórica permanece indispensável, assim como a atenção internacionalista às relações de poder, às instituições e às diferentes escalas da ordem internacional. O avanço está em reconhecer que tais recursos podem ser combinados desde a concepção do problema, e não apenas reunidos ao final da investigação.

O trabalho de Alesson Ramon Rota, Melissa Mendes Caputo Vicente e Pedro Gustavo Aubert como organizadores deve ser entendido nessa chave. Eles não procuraram impor uniformidade a pesquisas distintas. Construíram uma arquitetura editorial capaz de transformar a heterogeneidade em argumento. Ao aproximar objetos que, à primeira vista, pertenceriam a especializações afastadas, tornaram visível uma transformação mais ampla: a passagem de uma História das Relações Internacionais definida principalmente por seus temas clássicos para outra, definida pela qualidade e pela direção de suas perguntas. Essa passagem não abandona a diplomacia, o Estado ou a guerra. Ela os reinsere em constelações mais amplas de atores, práticas, representações, fluxos e infraestruturas.

O segundo volume marca, por isso, um momento diferente do primeiro. Já não se trata apenas de reivindicar espaço para a interdisciplinaridade, mas de avaliar uma produção que amadureceu dentro dela. O campo demonstrado por estas páginas conserva vínculos cla-

ros com sua tradição, mas não está limitado por ela. Investiga as relações entre Estados e, ao mesmo tempo, os processos que escapam ao seu controle; examina decisões oficiais, mas também agentes e práticas invisibilizados pelos arquivos institucionais; utiliza documentação diplomática, ao lado de filmes, dados, registros financeiros e sistemas digitais; reconstrói o passado e interroga as condições contemporâneas de sua preservação.

Não há, nesse percurso, um ponto definitivo de chegada. A força da coletânea reside precisamente em sugerir novas perguntas. Como incorporar infraestruturas digitais à crítica historiográfica sem reproduzir as assimetrias que elas carregam? De que maneira sujeitos historicamente marginalizados alteram a compreensão das economias e políticas internacionais? Como memórias nacionais são reorganizadas por disputas de poder global? Que combinação de escalas permite explicar decisões internacionais sem reduzir a agência dos indivíduos nem dissolvê-la em estruturas abstratas? Essas questões não formam um programa fechado, mas indicam a fecundidade de uma agenda capaz de renovar seus instrumentos enquanto preserva o compromisso com a evidência e com a historicidade.

As páginas que seguem devem ser lidas, assim, como parte de um processo de consolidação e abertura. Consolidação, porque testemunham a existência de uma comunidade de pesquisa com problemas próprios, repertório metodológico amplo e crescente confiança intelectual. Abertura, porque recusam transformar essa identidade em fronteira defensiva. A História das Relações Internacionais que emerge deste volume interessa-se menos por decidir antecipadamente quais objetos lhe pertencem do que por formular perguntas histo-

ricamente densas sobre a constituição do internacional. É nessa disposição para interrogar as conexões, os conflitos e as assimetrias que atravessam a experiência histórica que reside a contribuição maior da obra e, também, a promessa de continuidade do projeto editorial que ela representa.

Sumário

Apresentação | 19

As "damas do pregão": mulheres investidoras em perspectiva transnacional nos mercados financeiros entre os séculos XIX e XX | 21

Melissa Mendes Caputo Vicente

Brasil e Japão na União Postal Universal, 1877: trajetórias de ingresso comparadas | 60

Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro e Ririko Honda

O impacto diplomático da ação brasileira durante a imposição do bloqueio naval na Guerra da Cisplatina | 86

Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva e Pedro Gustavo Aubert

Entre irmãos: maçonaria, rede de poder e sociabilidade transnacional no mundo Atlântico oitocentista | 129

Luaê Carregari Carneiro e Pilar Ferrer Gomez

No bastidor da política externa de Vargas: Cyro de Freitas Valle | 158

Filipe Queiroz de Campos

Os dois lados da moeda: diplomatas entre o apoio e a resistência à ditadura militar (1964-1985) | 205
Ismara Izepe de Souza e Bruno Fabricio Alcebino da Silva

A China na Segunda Guerra Mundial (1937\1939-1945): história, cinema e relações internacionais | 234
Alfredo Oscar Salum e Matheus Cardoso da Silva

Soberania digital como prática historiográfica: História Pública, software livre e código aberto na plataforma ANPUH-SC | 271
Alesson Ramon Rota

Apresentação

Em julho de 2025, foi publicada a coletânea *Diálogos Interdisciplinares entre História e Relações Internacionais*, fruto de um intenso trabalho coletivo de organização e produção daquela que viria a ser a obra inaugural do Grupo de Trabalho História & Relações Internacionais da seção paulista da ANPUH. Mais do que uma coletânea de estudos, o livro representou a materialização de um projeto acadêmico construído ao longo de cinco anos de diálogo entre pesquisadores dedicados às múltiplas interfaces entre a História e as Relações Internacionais.

O exitoso lançamento, realizado durante o 33º Simpósio Nacional de História da ANPUH, em Belo Horizonte (MG), contou com a presença de grande parte dos autores e com o generoso prefácio do professor Gabriel Passetti. Naquela ocasião, a obra circulou entre pesquisadores de diversas instituições e foi apresentada aos participantes do evento, ampliando sua inserção em um espaço já consolidado de debates sobre a área.

Ainda no mês de julho, a coletânea continuou seu percurso durante a Conferência ENABRI 25, realizada em São Paulo, voltando a circular entre pesquisadores dedicados aos estudos internacionais. Foi nesse contexto que a obra chegou também às mãos do professor Antônio Carlos Lessa, cuja reconhecida trajetória intelectual no campo da História das Relações Internacionais e da Política Externa Brasileira torna particularmente significativa sua presença como pre-

faciador deste segundo volume.

Paralelamente à participação nesses eventos, o GT manteve uma agenda contínua de atividades acadêmicas e de inserção e divulgação nas mídias digitais. Dentre as atividades acadêmicas, destacam-se as periódicas reuniões voltadas à discussão de manuscritos e de textos já publicados. Além disso, foi criado o perfil oficial do grupo de São Paulo na rede social *Instagram* e foram realizados debates e mesas-redondas ao vivo pelo canal da ANPUH-SP no *Youtube*. Essas iniciativas ampliaram as formas de interlocução e de circulação da produção dos membros do grupo.

Ao longo do percurso, evidenciou-se que o livro não encerrava um ciclo, mas inaugurava um projeto editorial mais amplo. As discussões suscitadas pelos capítulos e a incorporação de novos pesquisadores ao GT reforçaram entre organizadores e colaboradores a convicção de dar continuidade à iniciativa, amadurecida no estabelecimento de novos diálogos interdisciplinares.

É desse percurso que nasce a presente obra. Este segundo volume reafirma o compromisso do GT de São Paulo com a difusão de pesquisas originais e com o fortalecimento da História das Relações Internacionais como um campo caracterizado pela pluralidade temática, pela diversidade metodológica e pelo permanente diálogo entre diferentes tradições historiográficas e perspectivas das Relações Internacionais. Esperamos que este livro contribua para consolidar ainda mais essa rede de pesquisa e inspire futuras iniciativas, dando continuidade a um diálogo acadêmico em permanente construção.

Os organizadores

Setembro de 2026

As "damas do pregão": mulheres investidoras em perspectiva transnacional nos mercados financeiros entre os séculos XIX e XX

Melissa Mendes Caputo Vicente[1]

https://doi.org/10.29327/5922089.1-2

Introdução

Nas últimas décadas, a aproximação entre História e Relações Internacionais tem ampliado significativamente as possibilidades de análise dos fenômenos transnacionais, permitindo incorporar novos sujeitos históricos, novas escalas de observação e novas perguntas de pesquisa. Dentre essas contribuições, destacam-se os estudos que procuram compreender a atuação de atores historicamente marginalizados pelas narrativas tradicionais das relações internacionais, particularmente as mulheres. Durante muito tempo, a historiografia e a teoria das Relações Internacionais privilegiaram a ação de estadistas,

1 Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC - FGV). Membro do Grupo de Trabalho História & Relações Internacionais da ANPUH-SP. Mestre em Educação e graduada em História pela Universidade Católica de Santos.

diplomatas, militares e grandes empresários, relegando a participação feminina a um papel secundário ou invisível. Essa invisibilização ocorreu por meio das escolhas epistemológicas que orientaram a produção do conhecimento tanto no âmbito da historiografia quanto das relações internacionais (TICKNER, 1992; CORONATO, VICENTE, 2025).

Nas últimas décadas, os estudos de História das Relações Internacionais têm passado por um significativo processo de renovação teórica e metodológica, incorporando contribuições da História das Mulheres, da História Cultural e dos estudos de gênero para ampliar o conjunto de sujeitos tradicionalmente investigados. Nesse contexto, pesquisas recentes têm evidenciado a participação feminina em espaços anteriormente considerados periféricos à política internacional, como a diplomacia cultural, as redes de sociabilidade e as mediações informais entre Estados. Destaca-se, nesse movimento, a obra *Embajadoras culturales: mujeres latinoamericanas y vida diplomática* (1860–1960), organizada por Paula Bruno, Alexandra Pita e Marina Alvarado, que propõe novas categorias analíticas para compreender a atuação de mulheres como agentes de circulação cultural e política em escala transnacional. Complementando essa agenda, pesquisas recentes voltadas ao contexto brasileiro têm ampliado o escopo da investigação para outros espaços de atuação feminina, demonstrando que a presença das mulheres nas relações internacionais extrapolou os canais diplomáticos formais e alcançou diferentes modalidades de agência política, econômica e cultural (VICENTE, SACRAMENTO, 2025).

É nesse processo de ampliação do campo que se insere a presente

pesquisa. Se a historiografia recente tem revelado a atuação feminina na diplomacia, na circulação cultural e nas redes transnacionais, este capítulo propõe deslocar o olhar para outro espaço igualmente negligenciado: os mercados financeiros internacionais. Ao analisar comparativamente as trajetórias de Victoria Woodhull (1838–1927) e Eufrásia Teixeira Leite (1850–1930), busca-se demonstrar que a participação feminina nas relações internacionais também se manifestou por meio da circulação de capitais, da administração patrimonial e dos investimentos financeiros, ampliando as possibilidades de compreensão da agência econômica das mulheres entre os séculos XIX e XX.

Inserida principalmente no campo da História das Mulheres do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa também dialoga com abordagens da História Comparada e da Sociologia Histórica, à medida em que busca compreender a interação entre estruturas sociais de longa duração e formas específicas de ação individual, dentro de uma abordagem transnacional. Nesse sentido, a comparação entre Victoria e Eufrásia objetiva investigar como mulheres inseridas em sociedades distintas negociaram limitações jurídicas, econômicas e culturais para construir autonomia em ambientes tradicionalmente masculinos, constituindo redes de sociabilidade e atuação. Para tanto, mobiliza-se o conceito de agência feminina, aqui compreendido como uma prática historicamente situada que busca evidenciar a capacidade das mulheres de formular estratégias, tomar decisões e produzir efeitos concretos sobre a própria trajetória, mesmo e sobretudo em contextos adversos. Tal perspectiva reconhece que, embora condicionadas pelas estruturas sociais de seu tempo, as mulheres pos-

suíam capacidade de, em alguma medida, transformar as condições sob as quais viviam (LEE; LOGAN, 2019; DELAP, 2022).

A partir desse referencial, é possível inferir que Victoria Woodhull e Eufrásia Teixeira Leite representam dois caminhos distintos de exercício da agência feminina no contexto do capitalismo global[2] do século XIX. Enquanto Victoria utilizou o empreendedorismo, a visibilidade pública e a militância política para ampliar suas possibilidades de atuação, Eufrásia construiu sua autonomia por meio da administração de seu patrimônio, da realização de investimentos internacionais e da gestão competente de sua fortuna. Em ambos os casos, contudo, a participação nos circuitos financeiros constituiu um mecanismo de ampliação da capacidade de ação feminina, permitindo que essas mulheres negociassem limites historicamente impostos a elas e construíssem formas próprias de inserção nos mercados financeiros internacionais.

1. Mulheres investidoras na historiografia: aportes da História das Mulheres e das Relações Internacionais

A incorporação das mulheres como sujeitos históricos transformou significativamente os modos de compreender o passado. Consolidada sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a História das Mulheres (PERROT, 2006; 2017) constituiu uma crítica às ausências produzidas pela historiografia tradicional, que privilegiou

2 Neste capítulo, a expressão "capitalismo global" é utilizada para designar o processo de crescente integração dos mercados, expansão dos fluxos internacionais de capitais e intensificação das conexões econômicas transnacionais observadas ao longo do século XIX (Osterhammel, 2014).

a atuação de homens em posições formais de poder e relegou as experiências femininas a um papel secundário. Essa nova abordagem historiográfica passou a questionar os próprios critérios de relevância que orientaram as pesquisas em História, evidenciando a participação das mulheres em processos políticos, econômicos, sociais e culturais anteriormente negligenciados.

Nesse movimento de renovação historiográfica, o conceito de gênero tornou-se uma importante ferramenta analítica. Conforme definiu Joan Scott (1995), ele permite compreender como as diferenças socialmente atribuídas a homens e mulheres foram historicamente utilizadas para organizar relações de poder. Complementarmente, Gerda Lerner (2019) demonstrou que tais desigualdades resultam de processos históricos de longa duração, associados à construção do patriarcado e às formas de organização social que condicionaram o acesso das mulheres à educação, à participação política e aos recursos econômicos.[3]

Essa perspectiva revela-se particularmente relevante para os estudos de Relações Internacionais. Durante décadas, a disciplina privilegiou fenômenos associados aos Estados, à diplomacia, à guerra e às instituições formais, reproduzindo muitas das invisibilidades já identificadas pela História das Mulheres. As contribuições de J. Ann Tickner (1992), Laura Sjoberg (2013) e Cynthia Enloe (2014), entretanto, demonstraram que as mulheres participaram ativamente da constituição da ordem internacional, ainda que nem sempre

3 Neste capítulo, o conceito de gênero é utilizado como categoria analítica para compreender relações históricas de poder entre homens e mulheres, seguindo as formulações de Scott (1995). Tal utilização não implica o abandono da centralidade das mulheres enquanto sujeitos históricos da investigação.

ocupassem posições formais de autoridade. A ampliação das agendas de pesquisa permitiu identificar sua presença em redes intelectuais, movimentos políticos, circuitos econômicos e espaços de circulação transnacional que desempenharam papel relevante na formação do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a produção historiográfica sobre mulheres investidoras é uma temática recente, notadamente das últimas décadas do século XX, tanto no âmbito da história econômica, quanto das relações internacionais. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, observa-se uma literatura mais consolidada, dedicada não apenas ao mapeamento quantitativo da participação feminina nos mercados financeiros, mas também à reconstrução de trajetórias individuais de investidoras, acionistas e empresárias.

Entre as contribuições mais relevantes destaca-se a obra *Silent Partners: Women as Public Investors during Britain's Financial Revolution, 1690–1750*, ("Parceiras silenciosas: mulheres como investidoras públicas durante a Revolução Financeira Britânica", em tradução livre) de Amy M. Froide (2017). A historiadora tece uma crítica a interpretação tradicional da literatura, na qual os circuitos de investimentos da Revolução Financeira inglesa, na virada do século XVII para o XVIII, constituíam um espaço essencialmente masculino. Ela demonstra, a partir de registros de acionistas, listas de anuidades governamentais, correspondências e documentos patrimoniais, que mulheres - especialmente viúvas e solteiras - participaram ativamente da formação do mercado de capitais britânico. Froide evidencia que elas investiam em títulos da dívida pública, ações do Banco da Inglaterra, da Companhia das Índias Orientais, além de diversificarem apli-

cações e tomarem decisões financeiras voltadas tanto à preservação quanto à ampliação de seu patrimônio. Ao deslocar o foco da excepcionalidade para a participação estrutural feminina nos mercados, a autora demonstra que as mulheres não eram figuras marginais, mas agentes econômicos relevantes da Revolução Financeira britânica, contribuindo para redefinir a compreensão sobre gênero, propriedade e formação dos mercados modernos.

Nesse campo destacam-se os estudos de Janette Rutterford e Josephine Maltby (2006; 2017), que identificaram a presença expressiva de mulheres entre acionistas e investidoras britânicas dos séculos XVIII e XIX. A partir da análise de registros de empresas, listas de acionistas e documentos patrimoniais, as autoras demonstraram que um número expressivo de mulheres possuía ações e participava de mercados financeiros em um período anterior ao sufrágio feminino e à ampliação de seus direitos civis. Suas pesquisas questionam a imagem dos investimentos como atividade exclusivamente masculina e evidenciam a presença feminina em processos de acumulação e administração de riqueza frequentemente ignorados pela historiografia econômica tradicional.

Esses estudos também chamam atenção para a diversidade das experiências femininas. As investidoras identificadas por Rutterford e Maltby não constituíam um grupo homogêneo. Entre elas encontravam-se viúvas, solteiras, herdeiras e mulheres pertencentes a diferentes segmentos das classes médias e das elites econômicas. Casos como os de Mary Ann Baxter (1801 - 1885)[4] e Eveline Constance

4 Mary Ann Baxter foi uma empresária e investidora escocesa ligada à cidade de Dundee. Viúva do industrial William Baxter, tornou-se uma das mulheres mais ricas da Escócia vitoriana e destacou-se pela administração de uma ampla carteira

Maud Ogilvy (1830 - 1898)[5], ambas associadas a importantes carteiras de investimentos na Escócia vitoriana, demonstram que mulheres podiam atuar como proprietárias de ativos financeiros e administradoras de patrimônio muito antes de conquistarem plena igualdade jurídica. Ao lado dessas grandes investidoras, as pesquisadoras também identificam numerosas acionistas de menor porte, revelando a ampla inserção feminina nos mercados de capitais britânicos entre o final do século XIX e o início do século XX. Embora muitas utilizassem os investimentos como forma de preservação patrimonial, outras demonstravam conhecimento dos mercados e adotavam estratégias de aplicação mais complexas, revelando níveis variados de envolvimento com a gestão de seus recursos financeiros.

No contexto estadunidense, pesquisas como as desenvolvidas por George Robb (2017) - cuja título da obra *"Ladies of the ticker: women and Wall Street from the gilded age to the great depression"* ("As Damas do Pregão: Mulheres e Wall Street, da Idade Dourada até a Grande Depressão", em livre tradução) inspirou o deste capítulo - ampliaram ainda mais esse quadro. Ao analisar a trajetória de mulheres que atuaram em atividades financeiras, empresariais e especulativas durante o século XIX, o autor demonstra que a presença feminina nos mercados de capitais não se limitou apenas à condição de herdeiras ou rentistas. Algumas delas, como a própria irmã de Victoria,

---

de investimentos.

5 Eveline Constance Maud Ogilvy foi integrante da aristocracia fundiária (*landed gentry*) escocesa associada à região de Angus e Dundee, na Escócia.

Tennessee Celeste Caflin (1844 - 1923)[6] e Hetty Green (1834 - 1916)[7] participaram ativamente de operações financeiras, administraram fortunas, realizaram investimentos de risco e construíram estratégias próprias de inserção em ambientes predominantemente masculinos.

Também contribuem para esse debate, os trabalhos biográficos e históricos dedicados a Victoria Woodhull, desenvolvidos por Barbara Goldsmith (1998) e Mary Gabriel (1998); além de investigações sobre a participação feminina em mercados de capitais, heranças e administração patrimonial em diferentes regiões do mundo anglófono. Essa literatura tem sido ampliada por estudos sobre mulheres que construíram grandes fortunas por meio do empreendedorismo e posteriormente exerceram papel relevante no gerenciamento de capitais. Entre elas, destacam-se Helena Rubinstein (1872 - 1965) e Elizabeth Arden (1881 - 1966), cujas trajetórias foram analisadas, respectivamente, por Ruth Brandon (1983) e Lindy Woodhead (2003), evidenciando a formação de impérios empresariais transnacionais no setor de cosméticos. De forma semelhante, Maggie Lena Walker (1864 - 1934) tem recebido crescente atenção historiográfica por sua atuação como empresária, banqueira e líder comunitária afro-americana, destacando-se a criação do *St. Luke Penny Savings Bank* em 1903,

6 Tennessee Celeste Claflin foi empresária, investidora e sócia de sua irmã Victoria Woodhull na corretora Woodhull, Claflin & Company, fundada em Wall Street em 1870.

7 Conhecida como a “Rainha de Wall Street”, Hetty Green foi uma das mais bem-sucedidas investidoras norte-americanas do final do século XIX e início do XX. Herdeira de uma fortuna familiar, ampliou significativamente seu patrimônio por meio de investimentos em títulos públicos, ferrovias, imóveis e operações financeiras realizadas durante os períodos de crise econômica. À época de sua morte, era considerada uma das mulheres mais ricas do mundo, com uma fortuna estimada em mais de 100 milhões de dólares.

considerado o primeiro banco fundado e presidido por uma mulher negra nos Estados Unidos, tema abordado por autores como Gertrude Woodruff Marlowe (2003) e Moira Rose Donohue (2012). Em conjunto, esses estudos evidenciam a diversidade das experiências femininas de acumulação de capital e gestão de patrimônio, contribuindo para ampliar a compreensão do papel das mulheres na formação e expansão do capitalismo moderno.

No caso brasileiro, as pesquisas de Miridan Britto K. Falci, Hildete Pereira de Melo (2002; 2003) e Mariana Jacinto Ribeiro (2024) evidenciam que a riqueza podia ampliar as possibilidades de ação feminina em sociedades marcadas por restrições legais e sociais. Mais do que um conjunto de bens ou recursos materiais, o patrimônio podia constituir um instrumento capaz de favorecer escolhas relacionadas à administração da própria vida, à mobilidade geográfica, aos investimentos e à condução de projetos pessoais. Embora a posse de riqueza não eliminasse automaticamente as desigualdades entre homens e mulheres, ela podia ampliar margens de autonomia e criar condições para o exercício de formas específicas de ação feminina.

É justamente nesse horizonte historiográfico que se inserem as trajetórias de Victoria Woodhull e Eufrásia Teixeira Leite. Embora possuam características particulares e tenham atuado em contextos nacionais distintos, ambas permitem observar processos mais amplos identificados por essa literatura: a utilização dos mercados financeiros como espaços de atuação feminina, a administração de recursos econômicos em ambientes predominantemente masculinos e a construção de estratégias que ampliaram suas possibilidades de ação. Suas experiências revelam diferentes formas de exercício da agência

feminina nos circuitos financeiros internacionais da segunda metade do século XIX.

1.1 Quem seriam as “damas do pregão”?

As dificuldades de acesso das mulheres aos espaços econômicos constituíam uma realidade concreta em grande parte das sociedades ocidentais do entre séculos XIX e XX. Restrições jurídicas relacionadas à propriedade, limitações impostas pelos regimes matrimoniais, obstáculos educacionais e concepções sociais acerca dos papéis femininos dificultaram sua participação em atividades associadas ao universo dos negócios e das finanças. Em diferentes contextos
, a administração de patrimônio, a celebração de contratos, a obtenção de crédito e a participação em determinados mercados permaneciam condicionadas por normas que favoreciam a autoridade masculina (LERNER, 2019).

Nas últimas décadas, entretanto, esse cenário começou a ser gradualmente revisado e se observa o crescente interesse pelas mulheres investidoras. O levantamento de trajetórias realizado pelos estudos mencionados anteriormente evidencia que a atuação feminina nos mercados financeiros esteve longe de constituir um fenômeno excepcional. O quadro a seguir apresenta algumas dessas personagens, permitindo visualizar a diversidade de experiências femininas identificadas pela historiografia especializada.

Tabela 1 - Mulheres investidoras no século XIX

Nome	Data	País	Local
Amélie de Dietrich	1776-1855	França	Alsácia
Anne Scheiber	1884-1995	Estados Unidos	Nova York
Casta Mancebo	? - 1877	Espanha	Calahorra/La Rioja
Elizabeth Arden	1884-1966	Canadá/EUA	Ontario/Nova York
Ellen M. Henrotin	1847-1922	Estados Unidos	Chicago
Eufrásia Teixeira Leite	1850-1930	Brasil	Vassouras/Rio de Janeiro
Eveline Constance Maud Ogilvy	1830-1898	Escócia	Angus/Dundee
Helena Rubinstein	1872-1965	Polônia/EUA	Cracóvia/Nova York
Hetty Green	1834-1916	Estados Unidos	Massachusetts
Maggie Lena Walker	1864-1934	Estados Unidos	Richmond/Virginia
Marthe Hanau	1886-1935	França	Paris
Mary Ann Baxter	1801-1885	Escócia	Dundee
Mary Harriman	1851-1932	Estados Unidos	Nova York
Sarah Breedlove	1867-1919	Estados Unidos	Louisiana
Tennessee Claflin	1844-1923	Estados Unidos	Ohio
Victoria Woodhull	1838-1927	Estados Unidos	Nova York

Fonte: elaboração própria a partir de Rutterford e Maltby (2006); Robb (2017) e demais referências bibliográficas citadas neste capítulo.

A análise do conjunto de trajetórias reunidas na Tabela 1 permite identificar alguns padrões importantes. Em primeiro lugar, observa-se uma forte concentração de investidoras vinculadas aos Estados Unidos, especialmente a centros financeiros como Nova York, Chicago e outras cidades conectadas à expansão do capitalismo norte-americano na segunda metade do século XIX. A predominância do dólar americano e da New York Stock Exchange (NYSE – Bolsa de Valores de NY) evidencia o papel crescente dos Estados Unidos como polo de atração de capitais e oportunidades de investimento no período. Ao mesmo tempo, a presença de mulheres oriundas da França, Espanha, Brasil, Escócia, Polônia e Canadá demonstra que a participação feminina nos mercados financeiros não constituiu um fenômeno exclusivamente estadunidense, mas integrou processos mais amplos de circulação internacional de capitais.

Outro aspecto relevante refere-se à diversidade das formas de inserção econômica identificadas pela literatura. As pesquisas demonstram que as mulheres participaram dos circuitos de acumulação de riqueza por diferentes caminhos, incluindo investimentos em ações e títulos financeiros, administração de patrimônios familiares, gestão de propriedades rurais e empreendedorismo em setores de cosméticos. Essa variedade de experiências sugere que não existiu um único modelo de investidora ou administradora de riqueza entre os séculos XIX e XX. Apesar das diferenças de origem social e de mercados de atuação, o conjunto dessas trajetórias evidencia que

as mulheres participaram ativamente dos processos de circulação de capitais e das transformações econômicas associadas à expansão do capitalismo moderno.

2. Eufrásia e Victoria: dois percursos femininos no mundo das finanças

As trajetórias de Eufrásia Teixeira Leite e Victoria Woodhull permitem examinar diferentes formas de inserção feminina nos mercados financeiros durante a segunda metade do século XIX. Embora tenham vivido em países distintos e construído percursos marcados por experiências diversas, ambas encararam um desafio comum: conquistar autonomia econômica e legitimação em um universo tradicionalmente associado à autoridade masculina.

A perspectiva comparada adotada neste capítulo parte da compreensão de que essas trajetórias não constituem casos isolados, mas diferentes respostas às transformações promovidas pela expansão do capitalismo e pela crescente integração dos mercados financeiros. Como observa Sebastian Conrad (2019), a comparação histórica permite compreender como sujeitos inseridos em realidades distintas responderam a processos históricos compartilhados, evidenciando tanto aproximações quanto especificidades.

Nesse sentido, a análise aqui proposta não busca estabelecer paralelos biográficos lineares, mas sim, identificar os diferentes caminhos pelos quais essas mulheres construíram sua autoridade econômica e ampliaram seus espaços de atuação. As seções seguintes examinam a trajetória de Victoria Woodhull e, em seguida, a de Eu-

frásia Teixeira Leite, para posteriormente colocá-las em diálogo sob a perspectiva da história comparada e transnacional.

2.2 O pioneirismo político-econômico de Victoria Woodhull

> “A mulher cidadã deste país possui o direito soberano e inalienável de governar a si própria.”[8]

Victoria Claflin Woodhull (1838–1927) nasceu em Homer, no estado de Ohio, em uma família numerosa marcada pela instabilidade econômica, pela baixa escolarização e pelo intenso envolvimento com práticas espiritualistas. Filha de Reuben Buckman (“Buck”) Claflin e Roxana Hummel Claflin, Victoria passou a infância acompanhando os deslocamentos constantes da família pelo meio-oeste estadunidense, onde atuavam como curandeiros e médiuns itinerantes. Ainda menina, ela foi incorporada. Ainda menina, Victoria foi incorporada às atividades familiares, desenvolvendo habilidades de comunicação, oratória e persuasão que mais tarde desempenhariam papel importante em sua atuação pública. Embora apresentem nuances distintas, as biografias de Barbara Goldsmith (1998), Mary Gabriel (1998) e Marion Meade (1976) convergem ao identificar a pobreza, o espiritualismo e o constante nomadismo como elementos estruturantes de sua formação.

Em novembro de 1853, aos quatorze anos de idade, casou-se

8 WOODHULL, Victoria C. *The Origin, Tendencies and Principles of Government*. New York, 1871. Seção “Constitutional Equality”, p. 66 do PDF (correspondente à página da edição digital).

com o médico Canning Woodhull, acreditando encontrar estabilidade social e econômica; todavia, o casamento rapidamente revelou outra realidade. Além da subordinação jurídica imposta às mulheres casadas pela doutrina da cobertura matrimonial[9], Victoria descobriu que o marido havia exagerado sua posição social e profissional e enfrentou um relacionamento marcado pela infidelidade e pelo alcoolismo do marido, além das dificuldades financeiras. Essa experiência, somada à maternidade precoce com o nascimento de seu filho Byron, influenciaria profundamente suas críticas posteriores às leis matrimoniais e à dependência econômica feminina. (GABRIEL, 1998; GOLDSMITH, 1998)

Durante a década de 1850, o casal acompanhou os movimentos migratórios em direção ao Oeste norte-americano, estabelecendo-se temporariamente em São Francisco. Segundo Goldsmith (1998), a cidade oferecia poucas oportunidades de trabalho consideradas respeitáveis para mulheres, levando Victoria a buscar diferentes formas de sustento para a família. As fontes divergem quanto às ocupações exercidas nesse período, mencionando atividades ligadas ao teatro, à costura e à atuação como médium, mas convergem ao demonstrar que ela assumiu progressivamente a responsabilidade financeira do núcleo familiar diante da incapacidade do marido de prover renda

9 A doutrina da cobertura matrimonial, desenvolvida no direito consuetudinário inglês, estabelecia que, após o casamento, a personalidade jurídica da esposa era absorvida pela do marido. Em consequência, a mulher casada tinha sua capacidade civil significativamente restringida, não podendo, em regra, administrar livremente seus bens, celebrar contratos ou atuar judicialmente em nome próprio. Ao longo do século XIX, reformas legislativas ampliaram gradualmente os direitos patrimoniais das mulheres casadas, mas esse regime jurídico permaneceu como um dos principais fundamentos da dependência econômica feminina nas sociedades de tradição jurídica anglo-americana.

estável. Essa experiência tornou-se relevante para sua percepção de que a independência econômica feminina está diretamente interligada às necessidades materiais de sobrevivência.

A vivência na Califórnia também consolidou sua identidade vinculada ao espiritualismo. De acordo com Theodore Tilton (1871)[10], Victoria interpretava diversos acontecimentos de sua vida como parte de uma missão providencial, narrativa que seria posteriormente incorporada à construção de sua imagem pública. Ainda que a obra de Tilton tenha caráter apologético e necessite de rigor e criticidade em sua análise, estes relatos evidenciam a importância do espiritualismo como fonte de legitimidade e liderança feminina na trajetória de Victoria, antecedendo sua inserção nos círculos financeiros e políticos de Nova York.

Quando chegou a Nova York, em 1868, Victoria já havia acumulado experiências pouco comuns para uma mulher de sua geração: enfrentara pobreza, casamento abusivo, maternidade precoce e intenso nomadismo. Essa trajetória conferiu-lhe um repertório singular que unia habilidade social e autonomia pessoal, elementos que explicam sua rápida inserção nos círculos espiritualistas, empresariais e, posteriormente, financeiros da cidade. Antes mesmo de ingressar em Wall Street, Victoria já havia construído parte significativa do capital social que sustentaria sua atuação como corretora financeira e ativista dos direitos das mulheres (MEADE, 1976; GABRIEL, 1998; GOLDSMITH, 1998).

10 Theodore Tilton (1835–1907), jornalista e reformista estadunidense, esteve diretamente envolvido no caso Beecher-Tilton, escândalo que ganhou notoriedade após as denúncias de Victoria Woodhull, em 1872, sobre o relacionamento entre sua esposa, Elizabeth Tilton, e o pastor Henry Ward Beecher.

Em 1865, já reconhecida como espiritualista, conheceu James Harvey Blood, com quem se casou em 1866 após ambos se divorciarem de seus cônjuges anteriores. Diferentemente de seu primeiro casamento, a relação com Blood foi marcada pela parceria intelectual e pelo compartilhamento de ideais reformistas. A chegada de Victoria Woodhull a Nova York, em 1868, marcou o início da fase mais decisiva de sua trajetória. Naquele momento, Manhattan consolidava-se como o principal centro financeiro dos Estados Unidos e influente empresário e investidor estadunidense do período. Inserida nesse ambiente, Victoria passou a compreender que a emancipação feminina dependia não apenas da conquista de direitos civis e políticos, mas também da autonomia econômica. Conforme observou posteriormente, a luta pela igualdade exigia recursos materiais capazes de garantir independência e liberdade de ação. A aproximação com Wall Street representou, portanto, muito mais do que uma oportunidade profissional: constituiu o fundamento econômico de seu projeto político (GOLDSMITH, 1998; GABRIEL, 1998).

Essa inserção ocorreu por intermédio de Cornelius Vanderbilt (1794 - 1877), um dos mais influentes empresários e investidores norte-americanos do período. Frequentador dos círculos espiritualistas, Vanderbilt estabeleceu contato com Victoria e sua irmã Tennessee Claflin inicialmente em razão das atividades mediúnicas desenvolvidas por ambas. Barbara Goldsmith (1998) destaca que o empresário passou a compartilhar informações sobre o mercado acionário e oportunidades de investimento, proporcionando às irmãs acesso privilegiado aos círculos financeiros de Wall Street. Mary Gabriel (1998), entretanto, relativiza as interpretações que atribuem a Van-

derbilt um papel exclusivo na ascensão econômica de Victoria, enfatizando que ela soube converter essa aproximação em aprendizado sobre o funcionamento dos mercados e em ampliação de sua rede de relações junto aos operadores financeiros.

Os recursos acumulados permitiram que, em fevereiro de 1870, Victoria e Tennessee fundassem a Woodhull, Claflin & Company, primeira corretora de valores administrada por mulheres em Wall Street. A inauguração despertou enorme repercussão na imprensa norte-americana, que tratou o empreendimento simultaneamente como curiosidade social e desafio à ordem de gênero vigente. Jornais como o *New York Herald* e o *New York Times* acompanharam a abertura do escritório, frequentemente recorrendo a descrições que enfatizavam a condição feminina das sócias mais do que sua capacidade profissional de administração.. Ainda assim, a corretora passou a operar regularmente na intermediação de ações e títulos, atendendo investidores particulares e utilizando informações de mercado para orientar diversas operações financeiras. Como observa Meade (1976), a presença de duas mulheres em um espaço tradicionalmente reservado aos homens transformou a corretora em um símbolo das possibilidades de inserção feminina nos negócios, conferindo às irmãs uma visibilidade muito maior do que a dimensão econômica do empreendimento.

A atividade empresarial das irmãs rapidamente passou a financiar as iniciativas políticas mais amplas de Victoria. Os rendimentos obtidos nas operações financeiras sustentaram a criação do jornal *Woodhull & Claflin's Weekly*, lançado em maio de 1870, veículo por meio do qual Victoria defendia o sufrágio feminino, a reforma das

leis matrimoniais, o direito ao divórcio, a igualdade jurídica entre homens e mulheres e outras propostas reformistas. A corretora e o periódico constituíam, assim, partes de um mesmo projeto de emancipação: enquanto o mercado financeiro fornecia os recursos materiais necessários à independência econômica, a imprensa funcionava como espaço de difusão de um programa político que articulava as demandas de igualdade de direitos, de liberdade individual e de autonomia feminina. Essa combinação evidencia que, para Victoria, a participação no capitalismo financeiro não representava um fim em si mesmo, mas um instrumento para ampliar a capacidade de intervenção das mulheres na vida social e política.

O rápido sucesso da corretora, entretanto, foi acompanhado por crescente exposição pública. A candidatura de Victoria à presidência dos Estados Unidos, em 1872, sua defesa do chamado amor livre e, sobretudo, a publicação das denúncias envolvendo o pastor Henry Ward Beecher[11] provocaram forte reação de setores conservadores. Poucos dias antes das eleições presidenciais, Victoria, Tennessee e James Blood foram presos sob acusação de obscenidade, episódio que comprometeu seriamente seus negócios e sua reputação pública. A crise econômica iniciada em 1873 agravou esse quadro, reduzindo as possibilidades de continuidade da corretora. Embora a atuação das irmãs em Wall Street tenha sido relativamente breve, a experiência deixou um legado duradouro. Como assinala

11 O episódio envolveu o influente pastor protestante Henry Ward Beecher, acusado por Victoria, em 1872, de manter um relacionamento extraconjugal com Elizabeth Tilton, esposa de Theodore Tilton. A denúncia, publicada no Woodhull and Claflin's Weekly, pretendia evidenciar a discrepância e a hipocrisia entre a moralidade sexual defendida publicamente por homens influentes e as liberdades que reivindicavam no ambiente privado.

Robb (2017), Victoria Woodhull demonstrou que mulheres podiam atuar de maneira competitiva nos mercados financeiros, administrar empresas de investimento e utilizar os recursos do capitalismo para construir projetos próprios de emancipação.

A própria Victoria formulou essa ideia de maneira explícita. Ao anunciar sua candidatura à presidência dos Estados Unidos em 1871, declarou:

> Enquanto outros defendiam a igualdade entre homens e mulheres, eu a demonstrei por meio de minha atuação bem-sucedida nos negócios; enquanto outros buscavam provar que não havia razão para tratar as mulheres como inferiores, eu entrei corajosamente na arena empresarial e exerci os direitos que já possuía.[12] (WOODHULL, p.33).

A passagem é reveladora porque sintetiza a relação entre atividade econômica e emancipação feminina presente em seu pensamento. Woodhull não afirmava apenas defender a igualdade das mulheres; afirmava tê-la demonstrado por meio da prática empresarial. O sucesso nos negócios surgia como evidência concreta da capacidade feminina, transformando a experiência econômica em argumento político.

Após o fracasso de sua candidatura presidencial, os sucessivos escândalos públicos e o encerramento das atividades de sua corretora e de seu jornal, Victoria Woodhull deixou os Estados Unidos em 1877 e estabeleceu-se definitivamente na Inglaterra. Distante do

12 No original: “*While others argued the equality of women with man, I proved it by successfully engaging in business; while others sought to show that there was no valid reason why women should be treated, socially and politically, as being inferior to man, I boldly entered the arena of business and exercised the rights I already possessed.*”

protagonismo político que marcou sua atuação na década de 1870, passou a se dedicar a conferências, publicação de textos e a atividades filantrópicas. Em 1883, casou-se com o banqueiro britânico John Biddulph Martin, integrante de uma tradicional família de financistas, circunstância que lhe proporcionou estabilidade econômica e respeitabilidade social na fase final da vida. Embora tenha permanecido relativamente afastada das disputas políticas mais radicais, nunca abandonou seu interesse por reformas sociais e pela educação. Victoria Woodhull faleceu em 9 de junho de 1927, em Bredon's Norton, Worcestershire, aos 88 anos, deixando um legado que ultrapassa sua reconhecida atuação sufragista.

A trajetória de Victoria evidencia, portanto, uma forma específica de construção do reconhecimento econômico feminino. Diferentemente de outras mulheres da sua época, ela engajou projetos diversos como a corretora, o jornal, as conferências e a candidatura presidencial num mesmo compromisso de lutar pela afirmação da competência feminina nos espaços de poder. Nesse sentido, sua experiência demonstra que a participação das mulheres nos mercados financeiros podia assumir significados que ultrapassavam a acumulação de riqueza, convertendo-se também em mecanismo de contestação das hierarquias de gênero vigentes na sociedade estadunidense do século XIX.

2.3 Eufrásia Teixeira Leite: uma brasileira senhora de si

> "[...] sou um enigma eu mesma, é demais a opinião de muita gente, que não compreende como eu não sou a mais feliz das criaturas, parece que para

isso só me falta ser como todo mundo.”[13]

A trajetória de Eufrásia Teixeira Leite (1850–1930) esteve profundamente vinculada ao ambiente econômico e político da família Teixeira Leite, uma das mais influentes do Vale do Paraíba fluminense durante o auge da economia cafeeira. Filha de Ana Esméria Corrêa e Castro (1827–1871) e de Joaquim José Teixeira Leite (1812–1872), Eufrásia nasceu em Vassouras, inserida numa rede familiar que articulava grandes proprietários rurais, comerciantes, financistas e agentes políticos. Seu pai exerceu funções de advogado, comissário de café, deputado, presidente da Câmara Municipal de Vassouras e conselheiro das autoridades econômicas do Império, além de participar de iniciativas empresariais, como os primeiros projetos para a implantação da Estrada de Ferro D. Pedro II, evidenciando um perfil voltado aos negócios e à modernização da infraestrutura nacional. Inserida nesse contexto, Eufrásia herdou, juntamente com sua irmã Francisca, um patrimônio constituído predominantemente por ativos financeiros, composto por apólices da dívida pública, ações do Banco do Brasil, depósitos bancários, créditos oriundos da atividade comissária de seu pai, imóveis e pequena escravaria doméstica, aos quais se somaram os bens provenientes da herança materna e dos avós maternos. Ao analisar essa sucessão patrimonial, Mariana Ribeiro (2024) observa que as irmãs receberam montante superior a 400 contos de réis cada uma e sugere que, “provavelmente, por

13 Carta de Eufrásia a Joaquim Nabuco. Paris, 4 de julho de 1876. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), p. 2. A transcrição é reproduzida por Mariana Jacinto Ribeiro em sua dissertação de mestrado: *Eufrásia Teixeira Leite: a vida e o legado de uma investidora*, 2024.

terem recebido uma educação financeira do pai e dos avós, sabiam que conseguiriam se manter com esta quantia", hipótese formulada a partir da composição do patrimônio herdado e de sua posterior capacidade de administrá-lo.

A herança recebida após a morte dos pais representou um ponto de inflexão na trajetória de Eufrásia. Entretanto, como já discutido neste capítulo, a posse da riquezas e recursos não implicava necessariamente autonomia e independência econômicas. O aspecto que distingue a experiência de Eufrásia não é simplesmente o volume de seu patrimônio, mas a forma como o administrou ao longo de décadas.

As evidências disponíveis indicam que Eufrásia participou ativamente da administração de seus investimentos. Um testemunho particularmente revelador foi registrado a partir do depoimento de Cecília Bonfim, antiga empregada da investidora. Segundo o relato, "Dona Eufrásia foi sempre quem cuidou dos seus negócios. Não parava o dia inteiro [...] escrevia umas trinta a quarenta cartas por dia [...] e nunca precisou de procurador". O mesmo depoimento fornece outra informação significativa ao registrar que Eufrásia "possuía grande visão financeira" e mantinha em sua residência francesa um telefone através do qual acompanhava informações provenientes da Bolsa de Paris (CATHARINO, 1992 APUD FALCI; MELO, 2003). Essa passagem desafia uma imagem recorrente das mulheres herdeiras do século XIX como figuras passivas ou dependentes de administradores masculinos.

A construção dessa autonomia econômica também esteve relacionada às escolhas pessoais de Eufrásia. Nesse aspecto, o trabalho de

Ciribelli (2003) oferece contribuição importante ao demonstrar que sua decisão de permanecer solteira não pode ser interpretada apenas como um episódio da vida privada.

Em um contexto no qual o casamento frequentemente implicava restrições à administração dos bens femininos, a preservação da independência pessoal possuía também implicações patrimoniais. A manutenção do controle sobre sua fortuna permitiu que Eufrásia conservasse ampla liberdade para definir seus investimentos, seus deslocamentos e seus projetos de vida.

O fato de Eufrásia ter se transferido, junto da irmã, de Vassouras para a capital francesa e de não ter consumado matrimônio, podem inferir uma jornada feminina que buscava independência e liberdade, acima de tudo. A decisão de Eufrásia Teixeira Leite de permanecer solteira costuma ser interpretada à luz de dois conjuntos de evidências: sua frustrada relação com Joaquim Nabuco (1849–1910) e o regime jurídico que regulava os direitos patrimoniais das mulheres no Brasil oitocentista.

A documentação disponível confirma que o casamento chegou a ser efetivamente planejado. Correspondências preservadas no acervo da Fundação Joaquim Nabuco mostram que Nabuco solicitou ao pai os documentos necessários para celebrar o matrimônio na França e que a família tratava a união como praticamente consumada. Em carta de 3 de janeiro de 1874, Thomaz Nabuco de Araújo informava ao filho que já havia providenciado a documentação requerida e enviava cumprimentos “à família de tua esposa”, demonstrando que o casamento era dado como certo naquele momento. Pouco depois, diante das hesitações do filho, advertia: “Se não casares, que papel

fizemos aqui? Quando todo mundo sabe que o casamento está ajustado [...]"; e acrescentava: "Se não tens amor à tua noiva, não casar, não a faças infeliz" (Carta de Thomaz Nabuco de Araújo para Joaquim Nabuco, 18 fev. 1874).

A ruptura do noivado, contudo, não pode ser compreendida apenas sob a perspectiva afetiva. Ao analisar a trajetória de Eufrásia Teixeira Leite, Ribeiro (2024) chama atenção para o contexto jurídico que regulava a condição das mulheres casadas no Brasil do final do século XIX, marcado por importantes restrições à sua autonomia patrimonial. Amparando-se na obra *Direitos de família*, do jurista Lafayette Rodrigues Pereira (1889), a autora demonstra que, sob a influência do direito romano, o chamado poder marital atribuía ao marido a administração dos bens do casal e a representação legal da esposa, limitando significativamente sua capacidade de decisão sobre o próprio patrimônio. Ribeiro observa ainda que tais disposições incidiam de maneira particularmente sensível sobre mulheres herdeiras, que, em muitos casos, passavam a depender da anuência do marido para a administração de seus bens e para a continuidade de negócios familiares.

Embora não exista qualquer documento em que Eufrásia associe explicitamente o rompimento com Joaquim Nabuco à preservação de sua independência patrimonial, a articulação entre esse quadro normativo, sua condição de uma das maiores herdeiras do Império e a forma como conduziu, posteriormente, seus investimentos internacionais permite interpretar sua permanência como mulher solteira à luz das possibilidades concretas de manutenção de sua autonomia econômica.

A dimensão internacional de sua carteira de investimentos reforça ainda mais essa interpretação. Falci e Melo (2003) demonstram que seus capitais se encontravam distribuídos por diversos países, incluindo França, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Canadá e Rússia. Tal configuração evidencia não apenas a magnitude de sua fortuna, mas também sua inserção em circuitos financeiros transnacionais que caracterizavam o capitalismo global da segunda metade do século XIX. A administração de um patrimônio dessa natureza exigia acesso a informações, capacidade de avaliação de riscos e domínio de mecanismos financeiros que raramente eram associados às mulheres na sociedade de seu tempo. A documentação analisada por Ribeiro (2024) evidencia que Eufrásia diversificou seus investimentos em diferentes modalidades de ativos, incluindo títulos públicos, ações e aplicações financeiras realizadas em diversos mercados. Eufrásia operou durante 55 anos por 17 países em cinco moedas diferentes. Em 1880, passou a investir em Londres e, em seguida, em 1890 (com a herança da irmã), Nova York. Ampliou seus investimentos comprando ações de diversos setores: bancos, indústrias têxteis e automobilísticas, mineração, empresas de eletricidade e produção de seda.

No Brasil, ela investiu nas empresas responsáveis pela construção de estradas de ferro (a Madeira-Mamoré), nas antigas Companhias Antarctica e Brahma (atual Ambev) e em empresas de transporte urbano. Tal estratégia revela não apenas a preservação de uma fortuna herdada, mas a adoção de práticas típicas de investidores inseridos em circuitos financeiros internacionalizados, capazes de acompanhar oscilações de mercado e redistribuir recursos conforme

as oportunidades disponíveis.

A reconstrução de toda essa administração patrimonial tornou-se possível sobretudo graças ao longo processo de inventário após o falecimento de Eufrásia, aos 80 anos, em 13 de setembro de 1930, no Rio de Janeiro. Poucos meses antes de morrer, ainda planejava retornar a Paris e mantinha correspondência com seu agente financeiro Albert Guggenheim, demonstrando que permaneceu envolvida com a administração de seus investimentos praticamente até o fim da vida. Sua morte marcou o início de um dos mais longos e complexos processos sucessórios da história brasileira, em razão da dimensão internacional de seus investimentos e das extensas disposições filantrópicas previstas em seu testamento, aberto em 15 de setembro de 1930 (Ribeiro, 2024).

O conjunto documental do acervo do IPHAN é composto por correspondências bancárias, registros de aplicações, documentos jurídicos, prestações de contas e informações sobre ações e títulos de renda fixa. Isso evidencia uma gestão patrimonial sofisticada, conduzida diretamente por Eufrásia durante cerca de cinquenta e sete anos de atuação no mercado financeiro. Entre as descobertas mais relevantes estão o uso de diversas instituições bancárias internacionais e as estratégias aplicadas para minimizar a tributação incidente sobre dividendos.

Esse longo testamento também alterou significativamente a compreensão historiográfica sobre Eufrásia, posto que, para além da distribuição de bens, o documento revelou um elaborado projeto de perpetuação patrimonial e filantrópica. Ribeiro (2024) demonstra que a investidora destinou recursos a apenas três familiares do lado

materno, além dos funcionários e, sobretudo, a instituições beneficentes e educacionais de Vassouras, estabelecendo cláusulas de inalienabilidade e mecanismos destinados a assegurar a continuidade de seu legado social. A execução dessas disposições mostrou-se tão complexa que o inventário permaneceu em tramitação por cerca de vinte e dois anos, gerando contestações judiciais, dificuldades na localização dos ativos internacionais e sucessivas prestações de contas. Entre os desdobramentos mais importantes estiveram a preservação da residência dos Teixeira Leite em Vassouras, a chamada Casa da Hera — posteriormente incorporada ao patrimônio histórico nacional — e a manutenção de obras assistenciais financiadas pelos rendimentos de seu patrimônio. Assim, o testamento confirmou que a acumulação financeira promovida por Eufrásia possuía uma finalidade que extrapolava o enriquecimento individual, convertendo capital privado em legado institucional duradouro, aspecto que reforça sua singularidade entre as mulheres investidoras do século XIX.

A autoridade econômica construída por Eufrásia possuía, portanto, natureza distinta daquela observada no caso de Victoria Woodhull. Enquanto a corretora estadunidense converteu a visibilidade pública em instrumento de legitimação econômica, a investidora brasileira construiu sua autoridade por meio da reputação e da competência administrativa. Em ambos os casos, entretanto, observa-se a transformação da riqueza em poder de ação. Suas trajetórias demonstram que mulheres do século XIX puderam desenvolver estratégias diversas para negociar restrições de gênero e construir espaços próprios de atuação no interior dos mercados financeiros internacionais.

3. Dois caminhos para a autonomia econômica feminina

A análise comparada das trajetórias de Victoria Woodhull e Eufrásia Teixeira Leite evidencia que a conquista da autonomia econômica feminina, durante a segunda metade do século XIX, não ocorreu por meio de um único modelo de atuação. Embora inseridas em contextos nacionais distintos — os Estados Unidos em acelerado processo de industrialização e expansão financeira e o Brasil ainda marcado pela economia cafeeira e pelas estruturas sociais do Império —, ambas encontraram formas de negociar os limites impostos pelas normas de gênero e de construir autoridade em um universo historicamente identificado como masculino. Sob essa perspectiva, a comparação permite compreender não apenas diferenças individuais, mas respostas distintas a um mesmo processo histórico de expansão do capitalismo internacional e de redefinição das possibilidades de atuação das mulheres.

A história comparada, articulada à perspectiva da história global, permite deslocar essas trajetórias da condição de casos excepcionais para inseri-las em processos mais amplos de circulação de capitais, tecnologias, pessoas e ideias. Como observa Sebastian Conrad (2016), a comparação não consiste apenas em confrontar duas realidades nacionais, mas em compreender como diferentes sujeitos responderam a transformações compartilhadas. Tanto Victoria quanto Eufrásia participaram da consolidação de mercados financeiros cada vez mais integrados, beneficiando-se da intensificação das comunicações, do desenvolvimento das bolsas de valores e da internacionalização dos investimentos, ainda que o fizessem por estratégias bastante distintas.

Victoria Woodhull transformou sua inserção em Wall Street em instrumento de intervenção política. A corretora de valores, o jornal *Woodhull & Claflin's Weekly*, as conferências e sua candidatura à presidência dos Estados Unidos integravam um mesmo projeto de emancipação feminina. Para ela, a independência financeira constituía condição indispensável para a conquista da igualdade civil e política. Sua atuação caracterizou-se pela visibilidade pública, pelo enfrentamento das convenções sociais e pela utilização deliberada do mercado como espaço de contestação das hierarquias de gênero. O êxito empresarial convertia-se, assim, em argumento político, demonstrando, segundo sua própria formulação, que a capacidade feminina podia ser comprovada pela atuação bem-sucedida nos negócios.

Eufrásia Teixeira Leite percorreu um caminho diverso. Sua autonomia foi construída pela administração direta de uma fortuna herdada, pela preservação do controle patrimonial e pela inserção silenciosa nos circuitos financeiros internacionais. Diferentemente de Victoria, não transformou sua atividade econômica em bandeira pública nem participou de movimentos organizados pelos direitos das mulheres. Sua atuação concentrou-se na gestão sofisticada de uma carteira internacional de investimentos, distribuída por diferentes bolsas de valores e administrada ao longo de mais de cinco décadas. A autoridade que construiu derivava da competência financeira e da capacidade de avaliação dos mercados, sem recorrer à exposição pública como mecanismo de legitimação.

Essa distinção evidencia duas formas complementares de agência feminina. Enquanto Victoria reivindicava explicitamente novos

espaços para as mulheres por meio da confrontação política, Eufrásia demonstrava, na prática, que esses espaços podiam ser ocupados com elevado grau de competência técnica. Em termos analíticos, ambas desafiaram a associação entre racionalidade econômica e masculinidade, mas o fizeram por linguagens distintas: Victoria pela ruptura pública das normas sociais; Eufrásia pela subversão discreta das expectativas de comportamento atribuídas às mulheres de sua classe e de seu tempo.

As diferenças também refletem os distintos ambientes institucionais em que viveram. Nos Estados Unidos, a rápida expansão do mercado financeiro e a efervescência dos movimentos reformistas criaram oportunidades para que Victoria articulasse seu empreendedorismo e ativismo político. No Brasil imperial, onde a participação feminina permanecia mais restrita à esfera privada, Eufrásia encontrou maior margem de ação na gestão patrimonial internacional, especialmente após estabelecer residência em Paris. Em ambos os casos, contudo, a circulação transnacional revelou-se decisiva. As viagens, as redes de sociabilidade, os fluxos de informação e o acesso aos principais centros financeiros aproximam suas experiências daquilo que Delap (2022) identifica como uma história global dos feminismos, na qual mulheres construíram trajetórias que ultrapassavam os limites dos Estados nacionais.

Sob a perspectiva da história das mulheres, essas trajetórias também relativizam interpretações que associam a emancipação feminina exclusivamente às conquistas legislativas ou ao sufrágio. Como demonstram Tickner (1992), Enloe (2014) e Sjoberg (2023), as relações entre gênero e poder manifestam-se igualmente nas estru-

turas econômicas e financeiras. Nesse sentido, tanto Victoria quanto Eufrásia ampliaram os limites da cidadania feminina ao reivindicarem, por meios distintos, o direito de administrar patrimônio, assumir riscos, investir capitais e ocupar posições tradicionalmente reservadas aos homens.

A comparação entre Victoria Woodhull e Eufrásia Teixeira Leite também evidencia como a legislação matrimonial condicionava as possibilidades de autonomia econômica feminina no século XIX. Em ambos os países, o casamento implicava importantes limitações à capacidade patrimonial das mulheres, embora sob tradições jurídicas distintas. Eufrásia preservou integralmente o controle de sua fortuna ao permanecer solteira, condição que lhe permitiu administrar pessoalmente um patrimônio internacionalizado durante toda a vida. Victoria, por sua vez, experimentou as limitações impostas pelo casamento e transformou essa experiência em um dos fundamentos de sua defesa da independência econômica das mulheres. Se uma encontrou na permanência fora da instituição matrimonial o caminho para preservar sua autonomia, a outra fez da crítica às restrições jurídicas do matrimônio parte central de seu projeto político. Em ambos os casos, o casamento revela-se não apenas uma instituição familiar, mas também um mecanismo de distribuição de poder econômico entre homens e mulheres, reforçando que a emancipação feminina passava, necessariamente, pela conquista da autonomia patrimonial.

Mais do que personagens excepcionais, Victoria Woodhull e Eufrásia Teixeira Leite representam duas modalidades históricas de construção da autonomia econômica feminina. Uma transformou a riqueza em instrumento de mobilização política; a outra converteu

a administração patrimonial em demonstração concreta da capacidade feminina para atuar nos mercados globais. Em comum, ambas evidenciam que a participação das mulheres no capitalismo internacional constituiu uma dimensão fundamental da história da emancipação feminina, ainda pouco explorada pela historiografia, mas indispensável para compreender as múltiplas formas pelas quais as mulheres desafiaram e redefiniram as fronteiras de gênero no mundo dos negócios.

Considerações finais

A análise comparativa das trajetórias de Victoria Woodhull e Eufrásia Teixeira Leite permite compreender que a participação feminina nos mercados financeiros internacionais da segunda metade do século XIX foi mais ampla, complexa e significativa do que durante muito tempo reconheceram tanto a historiografia clássica quanto os estudos tradicionais de Relações Internacionais. Longe de ocuparem posições meramente periféricas ou passivas, ambas demonstraram capacidade de administrar recursos e construir formas de atuação econômica em ambientes historicamente associados aos homens.

A inserção de mulheres como investidoras, administradoras de patrimônio e participantes dos circuitos internacionais de capitais contribui para ampliar a compreensão sobre os sujeitos que participaram da consolidação do capitalismo financeiro, incorporando experiências frequentemente relegadas a um plano secundário pelas narrativas tradicionais.

As reflexões desenvolvidas neste capítulo também indicam possibilidades para futuras pesquisas. A ampliação do levantamento de mulheres investidoras em diferentes países, bem como a utilização de abordagens comparativas ou transnacionais poderá contribuir para identificar redes de sociabilidade e formas de circulação de capitais entre mulheres que atuaram nos mercados financeiros. Tal agenda de pesquisa permitirá avaliar em que medida trajetórias como as de Victoria Woodhull e Eufrásia Teixeira Leite constituíram experiências singulares ou integraram um fenômeno histórico mais amplo.

Ao trazer visibilidade para as mulheres que participaram ativamente de mercados financeiros, este capítulo reforça a necessidade de incorporar a dimensão de gênero às análises da História das Relações Internacionais, ampliando o repertório de sujeitos e experiências que compõem a história do capitalismo global. Trata-se, inclusive, de reconhecer as mulheres como agentes econômicos e sujeitos históricos ativos, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da formação dos mercados financeiros modernos e das múltiplas formas de inserção feminina na economia internacional do século XIX e início do XX.

Referências

BABO, Thiago; DALMIGLIO, Nicole. Notas sobre as contribuições da sociologia histórica às relações internacionais. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (RBHCS)*, Rio Grande, v. 16, n. 33, p. 55-90, jul./dez. 2024.

BRANDON, Ruth. *Ugly beauty: Helena Rubinstein, L’Oréal, and the ble-*

mished history of looking good. New York: HarperCollins, 1983.

BRUNO, Paula; PITA, Alexandra e ALVARADO, Marina. *Embajadoras culturales: mujeres latinoamericanas y vida diplomática*, 1860-1960. Rosario, Arg.: Prohistoria Ediciones, 2022.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Uma visão histórica sobre Eufrásia Teixeira Leite. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. *Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: ANPUH, 2003.

CONRAD, Sebastian. *História global: uma nova visão para o mundo moderno*. Tradução de Maria Luiza Borges. Petrópolis: Vozes, 2019.

CORONATO, Daniel Rei; VICENTE, Melissa M. C. História e Relações Internacionais: novas abordagens histórico-conceituais. In: ROTA, Alesson Ramon; GREJO, Camila Bueno; CORONATO, Daniel Rei; GANDIA, Leonardo dos Reis; AUBERT, Pedro Gustavo (org.). *Diálogos interdisciplinares entre História e Relações Internacionais*. Serra: Identidade Editorial, 2025. p. 14-50.

DIEZ, Sergio Cañas. Mujeres emprendedoras en la España contemporánea: una aproximación historiográfica. *Investigaciones de Historia Económica*, [S.l.], [s.d.].

DONOHUE, Moira Rose. *Maggie Lena Walker: pioneering banker and community leader*. Portsmouth: Greenwood Press, 2012.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2014.

FALCI, Miridan Britto Knox; MELO, Hildete Pereira de. *Eufrásia Teixeira Leite: uma mulher no mundo das finanças*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

GABRIEL, Mary. *Notorious Victoria: the life of Victoria Woodhull, uncensored*. Chapel Hill: Algonquin Books, 1998.

GOLDSMITH, Barbara. *Other powers: the age of suffrage, spiritualism and the scandalous Victoria Woodhull*. New York: Alfred A. Knopf, 1998.

HAAN, Sarah C. Women as investors before the Securities Acts. *William & Mary Law Review*, Williamsburg, v. 65, n. 6, p. 1785-1864, 2024.

LEE, Chulhee; LOGAN, Trevon D. Women’s agency and economic change. In: DIEBOLT, Claude; HAUF, Patrick (org.). *Handbook of cliometrics*. Heidelberg: Springer, 2019.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARLOWE, Gertrude Woodruff. *A right worthy grand mission: Maggie Lena Walker and the quest for black economic empowerment*. Washington, D.C.: Howard University Press, 2003.

MELO, Hildete Pereira; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. *A partilha da riqueza na ordem patriarcal*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. *Anais [...]* Salvador: ANPEC, 2001. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101222.pdf. Acesso em: 26 jun. 2026.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *The transformation of the world: a global history of the nineteenth century*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PETERSON, V. Spike. How (the meaning of) gender matters in political economy. *New Political Economy*, Abingdon, v. 10, n. 4, p. 499-521, 2005.

QUEIROZ, Eneida. *A mulher e a casa: a paixão de uma historiadora pelo romance entre uma senhora de escravos e um abolicionista*. São Paulo: Baraúna, 2013.

RIBEIRO, Mariana Jacinto. *Eufrásia Teixeira Leite: a vida e o legado de uma investidora*. 2024. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

ROBB, George. *Ladies of the ticker: women and Wall Street from the gilded age to the great depression*. Urbana: University of Illinois Press, 2017.

RUTTERFORD, Janette; MALTBY, Josephine. "She possessed her own fortune": women investors from the late nineteenth century to the early twentieth century. *Business History*, v. 48, n. 2, p. 220–253, 2006.

_____. *Women, accounting and investment in nineteenth-century Britain*. London: Routledge, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SJOBERG, Laura. *Gendering global conflict: toward a feminist theory of war*. New York: Columbia University Press, 2013.

TICKNER, J. Ann. *Gender in international relations: feminist perspectives on*

achieving global security. New York: Columbia University Press, 1992.

VICENTE, Melissa. Entre salões e banquetes: : vivências intercontinentais de diplomacia feminina (1850 - 1917). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, *[S. l.]*, v. 24, n. 37, p. 15–37, 2024. DOI: 10.46752/anphlac.37.2024.4190. Disponível em: https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/4190. Acesso em: 6 jul. 2026.

VICENTE, Melissa; SACRAMENTO, Ana Carolina Ribeiro. Além das fronteiras: Mulheres, Diplomacia Cultural e Relações Internacionais nos Séculos XIX e XX. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 45–66, 2025. DOI: 10.5935/2177-6644.20250010. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/24554. Acesso em: 6 jul. 2026.

WOODHEAD, Lindy. *War paint: Madame Helena Rubinstein and Miss Elizabeth Arden: their lives, their times, their rivalry*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2003.

WOODHULL, Victoria C. *The origin, tendencies and principles of government*. New York: Woodhull, Claflin & Company, 1871.

Brasil e Japão na União Postal Universal, 1877: trajetórias de ingresso comparadas[1]

Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro[2]

Ririko Honda[3]

https://doi.org/10.29327/5922089.1-3

1 Esse capítulo é uma tradução do texto ""Admission to the UPU of Japan and Brazil: Examples of the Expansion of the UPU's Membership in 1877" escrito pelas autoras para a coletânea "Faire du monde "un seul territoire postal" – L'Union postale universelle dans l'Histoire" (Bruxelas: Peter Lang, 2025, 466 pps.). Para essa versão em português alguns parágrafos foram inseridos e/ou modificados, além de terem sido incluídas notas e informações derivadas de pesquisas documentais recentes.

2 Pérola Goldfeder é doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Em 2021, recebeu o Prêmio do Arquivo Nacional do Brasil pelo livro "Em Torno do Trono: a Economia Política das Comunicações Postais no Brasil do Século XIX". Sua atual pesquisa de pós-doutoramento versa sobre diplomacia postal brasileira no âmbito das organizações de cooperação técnica na segunda metade do século XIX. Atualmente leciona em instituições públicas de ensino superior e médio.

3 Ririko Honda é mestre em Ciência Política pela Escola de Pós-Graduação em Direito da Universidade Keio, Japão, onde também obteve o bacharelado em Direito. Entre 2023 e 2024, participou de programa de intercâmbio acadêmico na Universidade de Berna, Suíça. Sua pesquisa concentra-se na história política e diplomática do Japão, com especial atenção ao período Meiji, no final do século XIX. Foi pesquisadora visitante na União Postal Universal (UPU), com acesso aos arquivos da instituição, e apresentou trabalhos no Colóquio de Historiadores da UPU.

A União Postal Universal - UPU foi criada em 1874 com vistas à promoção de um "território postal único". Até as vésperas da 1a Guerra Mundial (1914 - 1918), esse organismo de cooperação térmica havia ampliado consideravelmente seu raio de atuação sobre a esfera terrestre: a mudança do nome em 1878 indica, com efeito, um alargamento na escala programática dessa organização, que passou a congregar países não europeus e do hemisfério sul, dentre eles Brasil e Japão. Em que circunstâncias institucionais e diplomáticas se deram essas adesões? Essa é a questão comum que norteia as investigações de que compõe esse capítulo, levando-se em consideração que poucos estudos abordam individualmente e/ou comparativamente a admissão de países membros da UPU que ingressaram em diferentes momentos posteriormente à fundação dessa organização.[4]

De acordo com o artigo nº 17 da referida Convenção de Berna, a entrada de países ultramarinos na então denominada *União Geral dos Correios* estaria sujeita à aprovação de todos os outros membros

4 Com relação à entrada e ao desempenho do Brasil na UPU, não há nenhum estudo historiográfico digno de menção, enquanto sobre o Japão, os trabalhos mais recentes são os de Douglas Howland, *Translating the West: Language and Political Reason in Nineteenth-Century Japan* (Hawaii, University of Hawaii Press, 2001); O livro de Turan Kayaoglu, *Legal Imperialism: Sovereignty and Extraterritoriality in Japan, the Ottoman Empire, and China* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010) e o capítulo de Janet Hunter, intitulado "*People and Post Offices: Consumption and Postal Services in Japan from the 1870s to the 1970s"* (pages 235-258), publicado no livro organizado pela própria autora e por Penelope Francks, *The Historical Consumer: Consumption and Everyday Life in Japan, 1850-2000* (Londres, Palgrave Macmillan UK, 2012), Hidemasa Kokaze, "International Relations Concerning Participation in the International Postal Network: The Japan-U.S. Postal Convention and Membership in the Universal Postal Union", *Bulletin of the Graduate School of Humanities and Sociology Rissho University*, issue.38, (2022), Tokyo, p. 1-26, and Tetsuya Yamada, "Acceptance of "Civilization" by Meiji Japan: In Context of Internationalization of Postal Service", *Nanzan law review*, Volume Number 47, Issue Number 3-4, (2024), p. 499-516 (textos originais em japonês).

deste organismo internacional.[5] É neste sentido que em Janeiro de 1876 se realizou naquela capital suíça a primeira Conferência Administrativa da história da organização: na altura, o pedido de admissão da Índia tinha provocado uma verdadeira avalanche de pedidos semelhantes por parte de outros territórios sob jurisdição britânica, além de colônias de França, Holanda e Espanha.

Esta situação de expansão iminente levou a delegação alemã a propor quatro grandes divisões geográficas para o transporte marítimo, com taxas graduadas de 25, 40 e 60 francos suíços para cartas e, respectivamente, de 1 e 2 francos suíços para impressos. Face às propostas francesas, estas tarifas foram simplificadas para 25 francos suíços (cartas) e 1 franco suíço (outros itens postais). Japão e Brasil, países que já haviam demonstrado interesse em aderir ao tratado, foram classificados no terceiro grupo dessa divisão, ao lado de países como Colômbia, México, Argentina e China.[6]

Ambos os países em questão haviam se industrializado tar-

5 *"Traité concernant la création d'une union générale des Postes"*, Dokument_0000020, under the E51#1000/887#900*, 13.1.1, Protokolle des Weltpostkongresses 1874 in Bern; Weltpostvertrag vom 9.10.1874 (Dossiers), 1874. Localização: Arquivos da Federação Suiça – Berna. Versão impressa de semelhante teor encontra-se disponível em: https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-19/pdf/STATUTE-19-Pg577.pdf. Acesso em 22 nov. 2025.

6 O ingresso da China na UPU deu-se em 1914, num segundo momento de expansão organizacional, portanto. Porém, desde pelo menos o final da Guerra do Ópio (1839 – 1842) potências imperialistas vinham promovendo a internacionalização do território postal chinês por meio da instituição de agencias postais consulares. Sobre o sistema postal chines, ver: HARRIS, Lane J. Stumbing towards Empire: The Shanghai Local Post Office, the Transnational British Community and Informal Empire in China, 1863 – 97. In: *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 46 (3), 2018, pp. 418 – 445; TSAI, Weipin. *The Making of China's Post Office: Sovereignity, Modernization, and the Connection of a Nation.* Cambridge: Harvard University Asia Center, 2023.

diamente, além de estarem financeiramente dependentes do capital estrangeiro, embora fossem Estados politicamente soberanos. Além disso, é notório que eles não ocupassem lugar de destaque nas relações internacionais da época, vertidas, como essas estavam, para os continentes africano e asiático continental. Nesse sentido, é muito provável que o movimento diplomático de brasileiros e nipônicos em direção à UPU tenha marcado, simultânea e paralelamente, a busca dessas duas nacionalidades por novos arranjos fundamentados no internacionalismo.[7] Isso por que, ao se constituir como uma congregação de países equânimes e soberanos em relação às suas respectivas administrações postais, a UPU se posicionou, igualmente, como um campo de negociação alternativo ao sistema de tratados bilaterais liderado pelas potências coloniais, como a Grã-Bretanha e a França.[8] Além disso, a análise das relações internacionais no âmbito de organizações de cooperação técnica deve levar em consideração o papel e as motivações das demais delegações dos países com os quais aqueles tanto Brasil como Japão mantinham relações postais (Esta-

7 Para Martin Geyer e Johannes Paulmann, o internacionalismo é um fenômeno de ordem global ocorrido na segunda metade do século XIX abrange dois significados fundamentais: 1) movimentos políticos e sociais reformistas que buscavam criar identidades internacionais por meio da cooperação transnacional institucionalizada e 2) um processo policêntrico e informal de "internacionalização das práticas políticas, culturais e econômicas". Ver: Geyer, Martin, and Johannes Paulmann, eds, *The Mechanics of Internationalism: Culture, Society, and Politics from the 1840s to the First World War* (London: Oxford University Press, 2001). A conexão entre esses dois significados constitui uma agenda de pesquisa que pode ser desenvolvida por meio da análise da dinâmica de inclusão e exclusão do Hemisfério Norte em relação ao Extremo Oriente e ao Sul Global. É a partir dessa perspectiva que pretendemos compreender a inserção tanto do Japão quanto do Brasil no movimento progressista de padronização das tarifas postais.

8 Semelhante hipótese é desenvolvida para o caso japonês em: HOWLAND, Douglas. "Japan and the Universal Postal Union: An Alternative Internationalism in the Nineteenth Century". In: *Social Science Japan Journal,* 17 (2014), pp. 23-39.

dos Unidos, Alemanha, Portugal, etc.) e que votaram sobre o escopo da UPU.

Como buscamos demonstrar,[9] a adesão do Japão ao Tratado de Berna sugere o reconhecimento que esse país passou a cultivar pelas organizações de cooperação técnica internacional surgidas na segunda metade do século XIX, além de indicar interessantes caminhos de pesquisa sobre a comunicação diplomática existente entre o Ministério das Relações Exteriores do governo Meiji e as subsequentes legações japonesas espalhadas por países ocidentais. A documentação primária sobre o tema que localizamos em arquivos suíços e nipônicos, demonstra ademais as estratégias e conquistas de diplomatas tais como Aoki Shūzō, Ueno Kagenori e Sameshima Naonobu que, no contexto em questão, encontravam-se alocados nas capitais da Alemanha, Inglaterra e França, respectivamente.

Quanto ao Brasil, vale destacar que seu dossiê de adesão, curiosamente, não se encontra no acervo/coleção do arquivo da UPU.[10]

9 Esse foi o tema de nossa pesquisa de mestrado em Ciência Política desenvolvida na Escola de Direito da Universidade de Keio (Tokyo, Japão) entre os anos de 2023 e 2025, com estágio de pesquisa na Universidade de Berna (Suíça) entre 2023 e 2024. A dissertação que resultou dessa pesquisa intitulou-se *Japan and the Universal Postal Union (UPU): A Historical Study up to the Fourth Universal Postal Congress* (Título original em japonês: 日・万国郵便連合（UPU）関係史 ―第4回万国郵便大会議までを中心に―). Atualmente, desenvolvemos pesquisa de doutorado em Ciências Políticas nas referidas faculdade de Direito da Universidade de Keio.

10 De acordo com a lógica alfabética da organização da coleção mencionada do arquivo da UPU em Berna, a documentação relativa ao Brasil deveria estar nas pastas numeradas 0051, juntamente com os dossiês de admissão dos países cujos nomes começam com a letra B. No entanto, na pasta em questão, encontram-se apenas os países mencionados: Brasil; Bolívia; Bósnia-Herzegovina e Bulgária. Neste arquivo, encontramos um códice específico (B II - Renseignements généraux) com material sobre o Brasil, mas ele abrange apenas o período entre 1838 e 1976,

Devido a essa lacuna na documentação primária, nossa análise se concentrou, por ora, nos seguintes conjuntos de documentos: primeiramente, analisamos as atas de congressos e conferências administrativas, com ênfase no evento ocorrido em Berna, em 1876, quando a delegação brasileira apresentou sua solicitação de adesão à então ainda denominada *União Geral dos Correios*. Em seguida, consultamos os relatórios anuais de Eugène Borel,[11] primeiro presidente do *bureau* internacional daquela organização. Seu mandato durou de 1874 a 1892 e, portanto, inclui o ano de adesão do Japão e do Brasil. Além disso, merecem atenção também as séries de publicações institucionais: circulares emitidas pelo *bureau* da UPU aos países membros e a coleção completa do jornal *L'Union Postale*, publicado pelo mesmo *bureau*. Buscou-se por fim preencher a lacuna com informações extraídas de relatórios da Diretoria Geral dos Correios do Império do Brasil publicados periodicamente pela Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.[12]

portanto, posterior à adesão.

11 Eugène Borel (1835–1892) foi um advogado do cantão de Neuchâtel que atuou no Conselho Federal Suíço entre 1872 e 1875. Durante esse período, também chefiou o Departamento de Correios e Telégrafos e foi uma figura fundamental na fundação da UPU. Para mais informações sobre essa figura, consultar: Arthur Wyss, *Die Post in der Schweiz* (Berna: Hallwag, 1987).

12 A metodologia aqui exposta compreende parte de nossas atividades de pós-doutoramento em curso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Intitulada *"O trono e o Mundo: dos tratados bilaterais ao ingresso do Brasil na UPU (1808 – 1877)",* essa investigação continuidade dessa agenda de investigação desenvolvida no livro *"Em torno do Trono: a economia política das comunicações postais no Brasil do século XIX"* (Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 2022, 345 págs.). Nossa hipótese é de que a Inglaterra, principal parceira comercial do Brasil no período em questão, foi também responsável pelo encaminhamento de grande parte dos fluxos de comunicação que conectavam esse país a diferentes regiões do mundo. Esse quadro apenas se alterou em meados da década de 1870, com o fechamento das agencias postais consulares britânicas em território

O Japão rumo à UPU: caminhos abertos?

Nessa parte do capítulo, apresentamos em linhas gerais a adesão do Japão ao Tratado de Berna em 1877, utilizando-se para isso de documentação variada que compreende atos administrativos, diplomáticos e governamentais. Pretendemos com essa abordagem multiarquivística identificar os agentes e instituições envolvidas nesse processo, além de entender suas respectivas motivações. Antes de tratarmos desse assunto específico, algumas notas gerais sobre o evolver histórico dos correios japoneses, tanto domésticos como internacionais, fazem-se, contudo, necessárias.

No Japão, o surgimento de um sistema postal de tipo nacional coincidiu com a *Restauração Meiji* (1868 – 1889).[13] Antes disso, durante a vigência do xogunato Tokugawa (1603 – 1868), as correspondên-

brasileiro e o subsequente ingresso do Brasil na referida organização. A proposta recobre assim o estudo das convenções postais anglo-brasileiras do período delimitado, contemplando ademais os dispositivos comerciais e regulamentares complementares àqueles tratados, além de inéditos documentos dispostos em arquivos europeus e latino-americanos.

13 O termo "Restauração Meiji" (1868 - 1889) é utilizado comumente para denominar uma série de reformas políticas no Japão que levaram à centralização política, à industrialização e à modernização. Em 1868, o Japão pôs fim ao Xogunato Tokugawa, restituindo a governança e a soberania da dinastia Meiji. Por meio desse processo histórico, o Japão conseguiu introduzir o constitucionalismo e abrir o país para o mundo. Para Perry Anderson, nesse processo transicional de modernização, as instituições locais tenderam ainda a seguir o modelo europeu, culminando em uma centralização autoritária que permitiu ao Japão saltar para o capitalismo sem passar por uma revolução burguesa clássica. Cf. ANDERSON, Perry. ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004. Para mais informações sobre a Restauração Meiji, consultar: Kitaoka, Shinichi. (2018) 'The Significance of the Meiji Restoration', Asia-Pacific Review, 25(1), pp. 5–18., e Karube, Tadashi, e David Noble. (2019) Toward the Meiji Revolution: The Search for "Civilization" in Nineteenth-Century Japan. (Primeira edição em inglês), Japan Publishing Industry Foundation for Culture.

cias fluíam por um engenhoso sistema de encaminhamento denominado *Hikyaku*. Tal como o próprio xogunato, a gestão do *Hikyaku* fundamentava-se em governanças locais e/ou regionais, prevalecendo portanto a descentralização. Esse quadro alterou-se em 1871 quando, sob a égide do governo imperial Meiji, a administração postal foi centralizada e o Estado passou a deter o monopólio sobre os serviços de coleta e entrega de correspondências.[14]

Diferentemente dos serviços postais domésticos, o Japão demorou a ter fluxos periódicos de correspondência internacional, e isso se deu com a instalação de agências postais estrangeiras pela Grã-Bretanha, Estados Unidos e França, após a conclusão dos Tratados de Amizade e Comércio entre os anos 1858 e 1860 – no final do período Edo, portanto.[15] Igualmente conhecidos como *Tratados Ansei*, foram esses atos diplomáticos que permitiram ao Japão abrir suas portas para os países ocidentais.

As agências postais estrangeiras estavam localizadas nos consulados, nos assentamentos autorizados pelo governo Tokugawa. Essa organização territorial dos fluxos postais internacionais não agradava a muitos gestores, como Maejima Hisoka. Após retorno de missão à Europa, onde esteve na década de 1860, Hisoka se tornou um dos responsáveis pelo desenvolvimento do sistema postal japonês; sua opinião era a de que as agências postais estrangeiras ameaçavam a

14 Para mais informações sobre serviços postais domésticos, ver material editado pelo Departamento de Comunicação dos Correios do Japão: *The 150 Years History of Japan Post*. Tokyo: Japan Post Holdings, 2022 (Título original em japonês: 日本郵政株式会社広報部社史編纂室編纂 ; 大島久幸, 齊藤直, 凸版印刷株式会社年史センター編纂協力『郵政150年史 日本郵政株式会社、2022年).

15 A *era Edo* tem seus marcos entre os anos de 1603 e 1868, e corresponde ao período de governo do Xogunato Tokugawa. Cf. ANDERSON, *op. cit.*

soberania do Japão.[16]

O serviço postal internacional foi estabelecido durante a Restauração Meiji, como parte do plano japonês de modernização infraestrutural e comercial e de inserção na globalização. O governo Meiji almejava fornecer serviços postais internacionais de forma independente, com o objetivo implícito de erradicar agências postais estrangeiras do território nacional. Para concretizar a recuperação da soberania postal japonesa, o governo Meiji, inicialmente, empenhou-se em alcançar esse objetivo, firmando tratados bilaterais de intercâmbio postal com países ocidentais (Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha) para que estes se integrassem à rede postal internacional.[17]

O Japão obteve sucesso ao concluir o tratado bilateral de intercâmbio postal com os Estados Unidos, o que permitiu o envio de encomendas e cartas para a Europa através da rota marítima do Pacífico. Naquela época, uma carta endereçada a um país estrangeiro podia ser enviada com dois selos, um para correspondência nacional e outro para correspondência internacional, e a Agência Central dos Correios de Tóquio (Tokyo Ekiteiryō) encaminhava a carta para uma agência postal estrangeira no consórcio, que então a entregava no endereço de destino. No entanto, as agências postais estrangei-

16 Semelhante debate percebe-se na China dos anos 1890. Cf. HARRIS, *op. cit.* Para o caso japonês, ver ainda: YOSHIHIKO, Yabuuchi; KEISUKE, Tahara (orgs.). *The history of modern Japanese postal service: from the launch to the establishment.* Tokyo: Akashi Shoten, 2010, pp. 110-111 (Título original em japonês: *Kindai Nihon Yūbinshi: Sousetsu kara Kakuritsu he*).

17 KOKAZE, Hidemasa. "International Relations Concerning Participation in the International Postal Network: The Japan-U.S. Postal Convention and Membership in the Universal Postal Union". In: *Bulletin of the Graduate School of Humanities and Sociology Rissho University*, n. 38, 2022, pp.1-26 (texto original em japonês).

ras relutavam em lidar com essas cartas, alegando que estavam fora do escopo da remessa, mesmo quando as cartas eram encaminhadas pelo governo japonês.[18]

Mesmo que o Japão e os Estados Unidos pudessem concluir um acordo bilateral, França e Grã-Bretanha, em particular, mostraram-se extremamente relutantes em celebrar tratados postais com aquele país ou em fechar suas agências postais consulares em território japonês, partindo do pressuposto de que a modernização do sistema de comunicação japonês era apenas superficial.[19] Havia aqui, a nosso ver, mais do que um embate técnico sobre o encaminhamento das correspondências; a questão de fundo diz respeito à soberania, territorialidade e poder.

Diante desse cenário, tanto o governo quanto os diplomatas nipônicos viram na adesão à UPU uma forma de driblar as dificuldades em concluir tratados bilaterais de intercâmbio postal. Aoki Syūzō, Ministro Extraordinário e Plenipotenciário do Japão na Alemanha, relatou informações e ideias a Tóquio em 8 de abril de 1875, marcando a primeira vez que o governo japonês tomou conhecimento da promulgação do Tratado de Berna.[20] Aoki também mencionou que a informação foi fornecida pelo próprio Heinrich Von Stephan, um dos fundadores da UPU. Segundo Stephan, os alemães sugeriram uma solução para o impasse nas negociações com a França e a Grã-Bretanha sobre a celebração de tratados postais bilaterais. Stephan

18 Cf. KOKAZE, *op. cit.*, p. 3.

19 Japan Post, *The 150 Years History of Japan Post*,『郵政150年史』pp.49-51

20 Ministério das Relações Exteriores do Japão, *Dai Nihon Gaikō Monjyo*, [Documentos sobre a política externa do Japão] vol.8, (Tokyo, Nihon Kokusai Kyōkai, 1940), 690/ Nihon Gaiko Monjyo, vol. 8, p.690.

considerava essas negociações individuais/ bilaterais como um verdadeiro desperdício de capital diplomático, tendo em vista que as comunicações multilaterais ficaram prejudicadas por "jogos políticos".

Na senda das investigações iniciadas por Douglas Howland (2014) sobre a admissão do Japão na UPU, pretendemos agora focalizar a etapa final desse processo, especificamente a passagem dos anos de 1876 a 1877, apresentando alguns materiais inéditos compilados entre dossiês japoneses e documentos da UPU. Por meio deste exame, será possível esclarecer as linhas de agência diplomática de Aoki, identificando com quem o cônsul manteve contato e estabeleceu canais de comunicação.

É provável que, inicialmente, o governo desconhecesse o impacto da adesão do Japão à UPU. Essa hipótese se delineia pela análise dos relatórios do ministro das Relações Exteriores, Terashima Munenori, e do diretor dos Correios, Maejima Hisoka: neles, as referidas autoridades ordenaram à delegação diplomática e técnica japonesa que continuasse suas negociações especialmente com delegados da Grã-Bretanha e a França[21] e, posteriormente, com a Alemanha, para a conclusão de tratados postais bilaterais. Em movimento contrário e complementar, os cônsules Aoki e Ueno Kagenori, esse último alocado no Reino Unido, mantinham contato intenso entre si e com autoridades ligadas à UPU, como o mencionado Von Stephan. Eles também tentavam convencer a opinião pública japonesa de que as negociações para a adesão do Japão àquela organização seriam mais vantajosas do que a perpetuação da bilateralidade postal com Grã-Bretanha e França. Aoki também informou ao governo que essa es-

21 *Dai Nihon Gaikō Monjyo,* vol. 8, 694-698.

tratégia já havia sido bem-sucedida nos casos do Egito e da Turquia, e que, portanto, também seria viável para o Japão.[22]

Em face da hesitação governamental, Aoki enviou novamente um telegrama a Tóquio em 17 de abril de 1876, instando o ministro Munenori a decidir uma data oficial para a adesão ao Tratado de Berna; argumentava aquele cônsul que o governo alemão havia o aconselhado a solicitar assistência do governo suíço o mais rápido possível para que os caminhos de admissão do Japão na UPU fossem facilitados a tempo do próximo Congresso Postal, previsto para acontecer na capital francesa de Paris, em junho de 1878.[23] Complementarmente ao telegrama, uma carta com documentos anexos também foi enviada ao ministério das relações exteriores do Japão.[24] Após receber esse material, o governo japonês decidiu aderir à UPU.[25]

O responsável pelo encaminhamento do pedido japonês de adesão[26] foi um conhecido de Aoki, o diplomata suíço Alfred de Claparède,[27] Essa triangulação foi necessária, pois, naquela época, o

22 *Dai Nihon Gaikō Monjyo,* vol. 8, 697.

23 Edited by the Ministry of Foreign Affairs of Japan…, 803.

24 *Dai Nihon Gaikō Monjyo*, [English title: Documents on Japanese Foreign Policy] vol. 9, 800-802.

25 *Dai Nihon Gaikō Monjyo*, vol. 9, 803.

26 *Dai Nihon Gaikō Monjyo*, vol. 9, 806. A versão original desta carta não foi encontrada no Arquivo da UPU nem nos Arquivos Federais Suíços. No entanto, Aoki enviou uma cópia desta carta a Tóquio, e ela ainda está arquivada nos Arquivos Diplomáticos do Ministério das Relações Exteriores, com a seguinte notação: "Partition 2" Japan Centre for Asian Historical Records (JACAR) Ref. B07080409000, Japanese Government's accession to Universal Postal Union Treaty (2.9.6.2) (Diplomatic Archives of the Ministry of Foreign Affairs), 67th picture.

27 Alfred de Claparède (1842 – 1922) foi um influente diplomata suíço que atuou em importantes missões estrangeiras no final do século XIX e início do século XX. Nascido em Genebra, ele se doutorou em direito antes de seguir a carreira

Japão ainda não havia estabelecido uma legação na Suíça, tampouco uma missão permanente na UPU.

Com o ofício distribuído entre os delegados dos principais países membros e, após as férias de verão de Von Stephan, o processo de admissão do Japão na UPU prosseguiu: primeiramente, o *bureau* internacional solicitou à delegação dos Estados Unidos que verificasse às condições de admissibilidade, de acordo com o artigo 17 do Tratado Postal Geral.[28] Os delegados norte-americanos responderam a essa requisição em outubro de 1876, apresentando nenhuma objeção ao mérito. No entanto, em observância ao tratado postal nipo-americano já existente, os EUA sugeriu ainda fixar a tarifa postal internacional japonesa em 6 centavos por onça para cartas e 6 centavos por libra para outras correspondências.[29] Apesar da oposição da Grã-Bretanha e da França, a delegação norte-americana conseguiu que esse arranjo tarifário fosse aprovado e colocado em vigor por ocasião do ingresso do Japão na referida organização.[30]

Um segundo movimento do *bureau* internacional deu-se ainda na primeira quinzena de janeiro de 1877, com a emissão de uma circular aos países membros da UPU, solicitando posicionamento destes em relação aos pedidos de admissão do Japão, de Hong Kong e de

diplomática. Foi ministro plenipotenciário da Suíça em Berlim entre 1881 e 1887. Mais tarde, retornou ao posto de embaixador no país durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1915 e 1917.

28 Dossiê nº 127 sobre o ingresso do Japão na UPU. Arquivo Histórico da UPU (Berna).

29 Nos termos do Tratado de Berna, modificado em 1876, a tarifa comum foi fixada entre 20 e 32 centavos até 1 onça para cartas e de 7 a 11 centavos até 50 gramas para outras correspondências.

30 Nihon Gaiko Mojyo vol.10, p.84 – 85.

diversas colônias portuguesas.[31] A circular estabelecia o prazo de seis semanas para objeções, até 19 de fevereiro, em conformidade com o Tratado de Berna. Uma cópia deste documento e sua tradução para o japonês foram anexadas à correspondência diplomática do cônsul Aoki para Tóquio, emitida em 25 de janeiro.

Inexistindo objeções, em 1º de março de 1877, procedeu-se à assinatura do termo de adesão: esse protocolo foi feito em Berlim, curiosamente não em Berna, entre os cônsules Aoki e Arnold Roth,[32] esse último enviado suíço naquela cidade. Os documentos originais dessa celebração estão atualmente sob a tutela dos Arquivos Federais Suíços.[33] A cópia e uma tradução para o japonês foram anexadas ao relatório enviado por Aoki ao ministério das relações exteriores do Japão em 8 de março de 1877.[34] A carta de reconhecimento da assinatura foi enviada pelo governo suíço ao Japão em 29 de março de 1877.[35]

A partir da análise dos documentos, pode-se constatar que a negociação para a adesão do Japão à organização postal internacional foi conduzida principalmente na Europa, por Aoki e outros ministros plenipotenciários japoneses na Europa, com base em suas atividades diplomáticas. Ao contrário dos tratados postais bilaterais,

31 Documento anexado a uma carta diplomática dirigida a Terashima, Ministro das Relações Exteriores, de Aoki, Ministro Extraordinário e Plenipotenciário na Alemanha (JACAR, B07080409000).

32 Arnold Roth (1836–1904) serviu como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Suíça em Berlim de 1877 até seu falecimento. Diplomata experiente, participou de tratados e conferências internacionais relacionadas à União Postal Universal (UPU) no final do século XIX.

33 *Japan*, Ref. K1#1000/1414#1617*, in the Swiss Federal Archives.

34 *Nihon Gaikō Monjyo*, vol. 10, 88-90.

35 *Nihon Gaikō Monjyo*, vol. 10, 97-100.

que envolveram um considerável esforço de negociação política, o próprio governo japonês teve pouca participação na questão da admissão na UPU, deixando o assunto a critério de Aoki. Como menciona Howland (2014, p. 39), *"o Japão estava ansioso para aderir à UPU como uma estratégia para afirmar sua soberania postal"*.[36] Em outras palavras, a entrada do Japão na atual UPU foi concretizada pela combinação da liderança e da visão dos ministros, juntamente com a comunicação com o governo em Tóquio.

Objeções e consensos acerca do ingresso brasileiro

Nada tem Vossa Majestade Imperial tanto a peito, como fazer desaparecer as distâncias, que O separam de Seus súditos, e até, se possível fosse, reuni-los todos em torno de Seu Trono.[37] Com essas palavras, proferidas em 1841, o governo brasileiro justificava a adoção da tarifa postal uniforme e pré-paga como forma de, por meio da correspondência, aproximar o povo brasileiro de seu monarca D. Pedro II, que então contava quatorze anos de idade. Ao adotar essas medidas, em março do ano seguinte, o Brasil esteve por consequência entre os países pioneiros de um movimento internacional de racionalização postal tarifária que precedeu a própria formação da UPU como organização de cooperação técnica.

As relações postais do Brasil com o mundo foram mediadas

36 HOWLAND, Douglas. « Japan and the Universal Postal Union: An Alternative Internationalism in the Nineteenth Century», *Social Science Japan Journal,* 17 (2014): 23 – 39.

37 *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 5ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Candido José de Araújo Vianna.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843, p. 49.

por uma série de tratados bilaterais que remontam à abertura de seus portos coloniais às nações amigas de Portugal, em 1808. Dois anos depois, em 1810, um tratado postal anglo-português formalizou o estabelecimento da linha postal Falmouth-Rio, que também incluiu Buenos Aires por algum tempo; além disso, diversas agências postais consulares, a semelhança daquelas existentes em territórios asiáticos, foram estabelecidas na Corte do Rio e em outras cidades costeiras, como Recife e Bahia, à custa do governo britânico.[38]

Não surpreende, portanto, que entre os fatores que contribuíram para a entrada precoce do país na modernidade postal estivessem os interesses britânicos: no mesmo ano de 1841, o ministro Cândido José de Araújo Vianna informara ao Parlamento brasileiro que o cônsul britânico no Rio, William Gore Ouseley, havia proposto a *"adoção de certas medidas"* que visavam *"reduzir consideravelmente o porte postal de cartas"*, e que desejava que essas disposições fossem *"estendidas, por meio de acordos recíprocos, a países estrangeiros"*.[39] Pode-se estimar, a partir desse comentário, que a primeira rodada de discussões sobre a padronização das tarifas postais transatlântico-internacionais – denominada *"Ocean Penny Postage"* pelo diplomata Elihu Burritt, no final da década de 1840 – também contemplava o hemisfério sul, uma vez que este abrigava importantes portos para o escoamento de capital financeiro, produtos industrializados e mão de obra não qualificada provenientes do Norte.

Na segunda metade do século XIX, assiste-se à multiplicação

38 Sobre esse tema, ver: GOLDFEDER, Pérola; SALVINO, Romulo Valle. Le Brésil dans la mondialisation postale, des traités bilatéraux à l'entrée dans l'Union postale Universelle (1810-1877). In: *Monde-s*, v. 2024/2, p. 75-92, 2024.

39 *Relatório da Repartição dos Negócios do Império...*, 1843, p. 42.

das convenções postais, em reflexo da importância que a correspondência internacional assumia progressivamente na vida diplomática e comercial dos brasileiros. Entre 1847 e 1849, de pouco mais de um milhão de cartas que chegaram ao Correio Geral do Rio, 41% eram provenientes de fora do país. Essa realidade fez com que, anos mais tarde, com lobby do então deputado Irineu Evangelista de Souza,[40] o governo criasse uma seção especial da Diretoria Geral dos Correios encarregada da correspondência estrangeira.

Os britânicos permaneceram sendo parceiros diplomáticos e econômicos privilegiados, consolidando a sua presença nos mares brasileiros através de várias empresas de navegação. A principal delas foi a *Royal Mail Steam Packet Company*. Em atividade desde 1838, e ao contrário de suas concorrentes, as operações transatlânticas da *Royal Mail* eram tão regulares que o tornaram o preferido de todos os comerciantes que negociavam com o Brasil, como sugere o depoimento de John A. J. Creswell, chefe dos correios dos EUA na época: *«a majority of the letters from the United States for Brazil are forwarded in the British mail via Southampton, reaching their destination by that circuitous route sooner than if detained a month for transmission by the next direct steamer from New York to Rio de Janeiro ».*[41]

Brasileiros e britânicos ainda assinaram tratados postais em 1853, para formalizar algumas operações específicas do *Royal Mail*, e em 1874, para fechar agências postais consulares em território bra-

40 Para uma análise sobre a atuação política e empresarial do futuro Barão de Mauá, ver: GUIMARAES, Carlos Gabriel. "O comércio inglês no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co., 1824-1854". In: CARVALHO, José Murilo de (org.), *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 371-393.

41 *Annual Report of the Postmaster General of the United States*, 1871, 18-19.

sileiro. Apesar da preeminência britânica, as últimas décadas do século XIX também foram marcadas por Convenções Postais entre o Brasil e países como França (Decretos n.º 2.650, de 24 de setembro de 1860, e n.º 5.743, de 16 de setembro de 1874); Estados Unidos da América (Decreto n.º 4.553, de 29 de julho de 1870); Bélgica (Decretos n.º 4.571, de 12 de agosto de 1870, e n.º 5.876, de 20 de fevereiro de 1875); Espanha (Decreto n.º 4.521, de 7 de maio de 1870); Argentina (Decreto n.º 5.507, de 26 de dezembro de 1873). Peru (Decreto n.º 5.265, de 19 de abril de 1873) e Alemanha (Decreto n.º 5.688, de 9 de julho de 1874). Em que medida esses tratados refletiam as expectativas de multilateralismo que estavam prestes a materializar-se na região do Atlântico sul com a criação da UPU? Vejamos agora como foram os preâmbulos à entrada do Brasil nessa organização.

Como mencionado, de acordo com o artigo 17º do Tratado de Berna, a entrada de países ultramarinos na União era possível, mas sujeita à aprovação de todos os demais membros da organização. A solicitação das Índias Britânicas provocou uma avalanche de pedidos semelhantes dos territórios coloniais e dos protetorados inglês, francês, holandês e espanhol. A primeira Conferência Administrativa foi então convocada em Berna, em janeiro de 1876, para decidir sobre o seguimento dessas solicitações. O Brasil apresentou formalmente sua solicitação, por meio de seu representante consular alocado na capital suíça, [42] enquanto a Conferência já havia começado. A prin-

42 Em 25 de janeiro, o cônsul brasileiro em Berna, Pereira de Andrada, enviou pedido formal de admissão à Comissão de Admissão de Novos Membros da União Geral dos Correios. Segundo François Joseph Gife, relator da Comissão, *"Ele [o ministro brasileiro] aceitou a taxa marítima tal como será adotada pela Conferência, sujeita, claro, à ratificação do seu Governo"*. Ver: *Anais da Conferência Postal de Berna de janeiro de 1876*. Berna: Imprimerie de K.-J. Wyss, 1876, p. 34.

cipal questão nas negociações era financeira. Reduzir o valor das taxas postais e facilitar a circulação de correspondências pelos mares tinha um custo, visto que, para os correios, era necessário pagar os carteiros. O Brasil foi apoiado em sua proposta pela delegação belga, devido ao serviço de encaminhamento postal já estabelecido entre Antuérpia, Brasil e La Plata. Alemanha, Holanda, Itália, França e Espanha também manifestaram seu apoio.

Mas os interesses britânicos se colocaram no caminho. O que estava em jogo eram as condições favoráveis de que a *Royal Mail Steamship Company* gozava em relação ao Brasil. Nas palavras de John Tilley,[43] secretário do Diretor-Geral dos Correios em Londres: *"a única hesitação que Sua Senhoria poderia sentir quanto à admissão deste país na União decorre da exigência de que, como consequência dessa admissão, as tarifas postais marítimas britânicas fossem reduzidas"*. [44] Essa "objeção fiscal", já observada na Conferência Postal de Paris de 1863,[45] aparentemente continuou a guiar as opiniões dos representantes britânicos na UPU, particularmente em relação aos novos membros. Isso levou à decisão final, desfavorável ao Brasil, bem como aos demais candidatos, com

43 John Tilley (1813 – 1898) foi contemporâneo de Rowland Hill e sucedeu esse reformador no cargo de Secretário Geral dos Correios, em 1864. Foi ainda um grande entusiasta do Savings Bank Act (1861), que instituiu as caixas econômicas postais na Inglaterra. Para mais informações sobre essa personagem, ver: WISEMAN, W. G. "The Trollopes, The Tilleys and the Penrith Connection". In: *Transactions of the Cumberland & Westmorland Antiquarian & Archaeological Society*, 3rd Series, Vol VII, Titus Wilson & Son, Kendal 2007, pp. 179–182.

44 Dossiê de admissão das Índias Britânicas e Colônias Francesas na União (Manuscrito). Localizado na Biblioteca e Arquivo da União Postal Universal, Berna, dossiê 123, caixa 0051.

45 JOHN, Richard R. "Projecting power overseas: U.S. Postal Policy and International Standard-Setting at the 1863 Paris Postal Conference". *The Journal of Policy History,* [s.l.], v. 27, n. 3, 2015, pp. 416 – 438.

exceção das Índias Britânicas e de certas possessões francesas como Martinica, Senegal, Cochinchina e Taiti.

No Brasil. essa notícia foi divulgada Diretor Geral dos Correios, Thomaz José Pinto Cerqueira, em tom de ressentimento em relação à delegação britânica:

> *Teríamos aderido imediatamente à União se o delegado dos Correios Britânicos não tivesse sugerido a necessidade de um acordo prévio com o Governo Imperial, a fim de modificar o acordo então existente entre os dois países, pelo qual a tarifa marítima era superior à que o Congresso propunha adotar. Contudo, essa dificuldade desapareceu, uma vez que os Correios Brasileiros assumiram a responsabilidade de pagar diretamente às companhias o custo do transporte da correspondência por via marítima.*[46]

Uma nova conferência postal foi agendada em Londres, em junho do mesmo ano, para examinar os casos em que não havia consenso. Nessa perspectiva, a delegação brasileira concordou em *"pagar diretamente às companhias o custo do transporte postal marítimo"* nas relações com o Reino Unido. Isso permitiu que o Brasil finalmente aderisse à UPU em 1º de julho de 1877 (Decreto n.º 6.581 de 25 de maio de 1877), simultaneamente ao Japão, à Pérsia e às colônias da Espanha, Holanda, Dinamarca e Portugal. Visto por autoridades brasileiras como *"de grande alcance econômico, sob o ponto de vista do comércio e da imigração"*,[47] esse fato foi noticiado pelo jornal *L'Union Postale*, órgão oficial daquela organização, nos termos de uma verdadeira conquista territorial:

---

46 *Relatório do Diretor Geral dos Correios do Império,* 1875, p. 105.

47 *Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Thomaz José Coelho de Almeida.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, pp. 105 – 106.

> *Foi no dia 1º de julho que aconteceu esse importante evento e o Brasil passou a ser país da União. Com esta nova adesão, a União fundada em Berna para o desenvolvimento das relações entre todos os povos do mundo vê o seu domínio estender-se, na América do Sul, por um território de 8.337.218 quilómetros quadrados; adquiriu, portanto, de um só golpe a maior e a mais bela parte deste vasto continente sul-americano, onde – exceto na Guiana – ainda não havia penetrado. Outros estados sul-americanos seguirão em breve este exemplo* (L'UNION POSTALE, vol. 2, 1877, p. 155).

Algumas publicações institucionais da época atestam ainda semelhante tom otimista com o qual o governo brasileiro via essa nova inserção do país no tráfego postal global. O *Guia Postal do Império do Brasil* (1880), por exemplo, continha informações úteis sobre tarifas, protocolos de postagem, rotas, etc. àqueles que desejassem remeter correspondências ao exterior, inclusive para países e territórios que até então ainda não faziam parte da UPU, como Bolívia, Haiti, China, etc. Em anexo a essa publicação consta a *Taboa Geographica Estrangeira (1878)*, tradução de listagem alfabética elaborada por técnicos suíços e que contém o nome de todos os países, cantões, confederações, colônias, protetorados, territórios, etc. circunscritos pela UPU.

Tal conexão e vincinidade com o mundo haveria de ter, contudo, um custo. Sobre esse aspecto, fundamental na pesquisa em curso, os burocratas brasileiros da época não foram muito transparentes quanto às consequências da adesão do Brasil à UPU. Assim como no caso japonês, a agência nas negociações de admissão naquela organização deveu-se quase exclusivamente ao corpo diplomático, sem presença de técnicos. Esses, como o diretor Pinto Cerqueira, parecem ter se decepcionado com os resultados fiscais auferidos, após as expressões de otimismo que vimos acima.

O fato é que os anos subsequentes à referida adesão foram

marcados pelo crescente endividamento dos Correios do Brasil com os países do Norte, particularmente a França: em apenas três anos, esse país triplicara o valor de seus rendimentos sobre os serviços postais prestados ao Brasil, que passaram de 58.000,00 francos suíços em 1882 para 189.000,00 francos suíços em 1885. Apesar das esperanças de igualar as condições de concorrência no cenário internacional, às relações postais, tal como organizadas no âmbito da UPU, reproduzem as divisões que caracterizam as trocas do capitalismo nos primórdios de sua expansão global.

Considerações finais

Refletindo sobre esse tema por ocasião da comemoração dos 150 anos de existência UPU, Heidi Tworek e Léonard Laborie a consideraram *"expressão precoce do globalismo informacional"* (LABORIE; TWOREK, 2024, p. 24) que hodiernamente desafia a compreensão dos especialistas em diversas áreas das humanidades em geral. Ao se constituir como uma congregação de países equânimes e soberanos em relação às suas respectivas administrações postais, a UPU se posicionou, outrossim, como um campo de negociação alternativo ao sistema de tratados e ao bilateralismo então vigente. Isso explica em parte o porquê de, em pouco tempo de existência, essa organização ter significativamente ampliado sua esfera operacional.

Conjuntamente à União Telegráfica Internacional,[48] a UPU

48 Essa organização funcionou com esse nome de 1865 até 1930, quando foi substituída por União Internacional de Comunicações – UIT. Sobre ela, ver: MÜLLER, Simone M. « Beyond the Means of 99 Percent of the Population: Business Interests, State Intervention, and Submarine Telegraphy ». In: *Journal of Policy History*, vol. 27, 2015/3.

marcou ainda a passagem de uma ordem mundial fundamentada no bilateralismo e na preponderância industrial/comercial da Grã Bretanha para uma conjuntura crítica em que a financeirização do capital, a abertura dos setores de transporte à livre concorrência e a emergência de potências, como Alemanha e Estados Unidos, deram o tom da diplomacia – que se tornou diversificada/multilateral, porém mais suscetível a conflitos. É nesse sentido que compreendemos a vocação pacífica dessas organizações,[49] bem como seu caráter aberto ao tempo (perenidade) e ao espaço (universalidade): eram esses atributos de modernidade que as distinguiam em relação às práticas e instituições típicas do "sistema de congressos" então em vigor desde o término das guerras napoleônicas.

O caráter técnico e o discurso universalista da UPU não devem, contudo, ocultar sua dimensão essencialmente política,[50] e Laborie alerta-nos sobre isso: *"Desse ponto de vista, a mundialização aparece menos como resultado de um processo desordenado ou anárquico, e mais como resultado de uma empresa ordenada, de organização mesmo. Empresa fortemente, senão exclusivamente, ligada à Europa"*.[51] Isso inclui, reconhecidamente, após negociação entre os fundadores e concessões financeiras dos candi-

49 Para uma reflexão crítica sobre a relação entre paz e mercados em escala global, ver: POLANYI, Karl. *A Grande Transformação – as origens da nossa época.* Rio de Janeiro: Campus, 1980.

50 Essa também é a crítica do historiador Richard John, sobretudo ao analisar a recepção da iconografia promocional da UPU nos EUA e países da Commonwealth. Cf.: JOHN, Richard R. « The Public Image of the Universal Postal Union in the Anglophone world, 1874-1949 ». In: BRENDEBACH, Jonas; HERZER, Martin; TWOREK, Heidi (orgs.). *International Organizations and the Media in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. New York, Routledge, 2018, pp. 38-69.

51 Semelhante linha de argumentação também se encontra desenvolvida pelo autor em: LABORIE, Léonard; KOULI, Yaman. *The European Making of National Public Services – Posts and Telegraphs.* Suiça: Palgrave; MacMilla, 2022.

datos, Estados e territórios que podem parecer periféricos, mas que na realidade não o são. Foi a partir dessa perspectiva que buscamos neste capítulo comparar a admissão do Japão e do Brasil na GPU.

Em relação ao caso japonês, pode-se dizer que sua admissão se tornou um dos marcos no contexto das negociações de revisão do tratado, como apontou Kokaze (2022) em suas considerações sobre o tema. Isso significa que a adesão a um tratado multilateral destacou a modernização do Japão, superando a dúvida levantada pela Grã-Bretanha e pela França de que a modernização japonesa era superficial.

Além disso, o processo de negociação mostra que os serviços diplomáticos japoneses na Europa na década de 1870 funcionavam bem, seguindo o modelo moderno/ocidental. Isso implica que os diplomatas japoneses tinham certas competências para se comunicar com os ocidentais em seus idiomas: alemão, francês e inglês. E todas as cartas e documentos escritos em língua estrangeira e enviados às legações japonesas ou à sede eram traduzidos para o japonês. Isso pode ter causado alguns pequenos erros de tradução, mas, no geral, contribuiu para a precisão da compreensão das comunicações. Tal comportamento também ajudou a preservar alguns documentos trocados entre os países e o Japão, mesmo que alguns pudessem ter se perdido na Europa. O cônsul Aoki também foi tratado como um ator de pleno direito na condução das negociações diplomáticas envolvendo comunicações postais, o que obviamente indica que o governo Meiji teve sucesso em estabelecer relações diplomáticas modernas com os países ocidentais.

Por fim, cabe discutir a importância que o Japão atribuiu à ade-

são à UPU. Sobre esse aspecto, concordamos com a tese de Howland (2014) de que: *"Ao aderir à UPU, o Japão encontrou um espaço no qual se igualava às potências coloniais cujos privilégios o Japão buscava eliminar do território japonês". Portanto, pode-se dizer que as negociações postais do Japão "representaram também uma abertura para uma visão alternativa do internacionalismo no século XIX; aquela definida pela novidade da união administrativa internacional".* Desse ponto de vista, fica claro que o Japão, àquela época, estava ciente da vantagem da adesão à GPU para agilizar as negociações de acordos bilaterais de troca postal. Isso significa que o governo Meiji compreendia a natureza dos tratados multilaterais, mas pesquisas adicionais são necessárias para determinar se isso significa que o Japão considerou a organização, ou melhor, a união administrativa internacional, como um espaço alternativo para uma nova ordem internacional, que cria um ambiente de tratamento igualitário independentemente do poder ou da soberania do Estado.

Em relação ao Brasil, pode-se dizer que este país, diferentemente do Japão, sempre esteve ligado à Europa, mesmo antes de sua independência política, e a base dos tratados postais bilaterais anglo-portugueses demonstra isso. A reforma das tarifas postais internas em 1843 também colocou o Brasil entre as primeiras nações a adotar o modelo de sistemas postais modernos que ainda está em vigor hoje. No âmbito da UPU, a partir de 1877, a comunidade internacional brasileira finalmente encontrou um terreno alternativo para a reaproximação, ao menos virtual e diplomática, com o Hemisfério Norte. É possível estimar, no entanto, o quanto o peso das distâncias inerentes dificultou essa reaproximação, o que resultou na necessidade de complementar as baixas tarifas postais e subsidiar o tráfego

postal transatlântico por meio de dívidas.

Estudar as estratégias de ingresso de Brasil e Japão é, pois, contribuir significativamente para o redimensionamento do sesquicentenário dessa organização, ao romper com o eurocentrismo das narrativas sobre o tema e evidenciar as dinâmicas de inclusão, exclusão, aproximação e diferenciação praticadas pelos países do hemisfério norte em relação a seus congêneres meridionais.

O impacto diplomático da ação brasileira durante a imposição do bloqueio naval na Guerra da Cisplatina

Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva[1]
Pedro Gustavo Aubert[2]

https://doi.org/10.29327/5922089.1-4

1 Atualmente, cursa o Curso de Formação de Oficiais no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk pertencente à Marinha do Brasil. Professora de História Naval da Pós-Graduação em História Militar do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira. Conclusão do Estágio de Pós-Doutoramento em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval em janeiro de 2026. Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (2023). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos promovido pela Escola de Guerra Naval (2017). Bacharel em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Professora de História Naval e Pesquisadora. Possui experiência docente em concursos de nível superior para civis e militares pertencentes aos diversos níveis hierárquicos da Marinha do Brasil. É membro da Câmara Técnica de História do GT de Humanidades do PPGEMA - Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar pertencente à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Atualmente é Vice coordenadora do Grupo de Trabalho de História Militar da Anpuh/Nacional. Possui experiência em modelos de resolução de controvérsias baseado no sistema da Organização das Nações Unidas. Realiza pesquisa sobre as seguintes temáticas: história naval, pensamento naval estratégico brasileiro e história das relações internacionais.

2 Realiza estágio de Pós-Doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Doutor e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) (2017 e 2011 respectivamente). Possui graduação em Ciências Sociais Bacharelado (2007) e Licenciatura (2011) pela Universidade de São Paulo . Integra o Grupo de Trabalho de História e Relações Internacionais da ANPUH-SP, estando na coordenação do mesmo no quadriênio 2020-2024. Vice-coordenador do Grupo de Trabalho de História e Relações Internacionais da ANPUH-Brasil (gestão 2025-2027). Membro do Laboratório de História da Política Internacional Sul-Americana (LAHPIS-IEE-UFF).. Atuou como professor substituto da área de Brasil Império na Universidade Estadual Paulista ''Júlio de Mesquita Filho'' (UNESP) no Câmpus de Franca. Integrou o quadro docente do curso de História da Faculdade de Filolosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo (FEUC).

Introdução

Em 2025 completaram-se dois séculos da eclosão da Guerra da Cisplatina (1825-1828), conflito relevante para compreender o processo de consolidação da soberania dos beligerantes recém-independentes na região. Conforme Reinhart Koselleck, o pesquisador é capaz de usar as fontes históricas mediante um aparato teórico e metodológico para reconstruir "fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios" (KOSELLECK, 2006, p. 305).

No campo da história política, durante o século passado, surgiram novos objetos e interpretações diversas, sobretudo devido à disseminação de Programas de Pós-Graduação em História. Conforme José d'Assunção Barros, em *O campo da história: especialidades e abordagens* (2004): "objetivos da história política são todos aqueles que são atravessados pela noção de poder" (BARROS, 2004, p. 107). Aqui, podemos destacar a chamada nova história diplomática, que concebe a política externa como algo que está para além das chancelarias formais (CORONATO, 2025, p. 35). Vale mencionar que outras áreas de domínio da história ganharam legitimidade: a história militar (inclusive a "antiga história militar" que teve legitimidade em determinados momentos do século XX) e a história naval. A nova história militar (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 113), que floresceu no final do século XX e início do XXI, caracterizou-se por transcender as fronteiras tradicionais da história militar centrada narrativa de heróis, buscando conexões com a história social, filosofia, antropologia, economia e as relações internacionais. Assim, a guerra se torna um fenômeno multifacetado, relativizado pelas características culturais

da sociedade em conflito e liberto da subordinação exclusiva ao campo político.

Sob o prisma da história naval, uma subdivisão da história marítima, o seu objeto principal é a análise da guerra no mar e seu impacto no âmbito tecnológico, político, institucional, operacional e estratégico. Ao dialogar com o poder, é possível avaliar os meios pelos quais os governos adotam as forças navais como instrumento militar e político para conquistar os seus propósitos (ALMEIDA, 2012, p. 04).

Por meio deste modelo multidisciplinar, é possível utilizar a história naval para identificar os processos históricos das relações de poder no mar. Ademais, a estratégia naval contribui com subsídios para a compreensão do modo pelo qual a força foi empregada para alcançar o propósito político. Vale também destacar que a história das relações internacionais[3] contribui para a compreensão do impacto do conflito naval nas disputas de poder em um cenário mais amplo (RIBEIRO, 2019, p. 19).

Sob o arcabouço interdisciplinar da história naval em diálogo com a história das relações internacionais, a proposta do presente capítulo é demonstrar como o bloqueio naval, estratégia empregada

3 Para um tratamento mais detido das aproximações, tensões e deslocamentos entre História e Relações Internacionais, ver Daniel Rei Coronato e Melissa Caputo Vicente (2025). Os autores observam que a articulação entre esses campos envolveu tanto pontos de contato quanto zonas de atrito epistemológico, relacionadas aos métodos, aos objetivos, aos níveis de análise e às formas de mobilização do passado (CORONATO e VICENTE, 2025, p. 15-18). Além disso, diferenciam a História das Relações Internacionais da História Diplomática tradicional, ressaltando a ampliação do repertório documental, o diálogo com a Escola dos Annales e o uso de jornais, correspondências, biografias e outros tipos de fonte para além da documentação oficial (CORONATO e VICENTE, 2025, p. 20-21).

pela Marinha Imperial Brasileira na Guerra da Cisplatina, durante o comando do Almirante Rodrigo Lobo, entre 1825 e 1826, impactou as relações internacionais da época. Desta forma, fornecerá subsídios para a compreensão desse conflito bélico para a formação dos estados platinos e, acrescentando à tradicional perspectiva militar terrestre uma análise da dimensão naval e suas implicações políticas.

O debate historiográfico acerca da Guerra da Cisplatina remonta ao século XIX quando narrativas começaram a ser construídas ainda por contemporâneos. Ana Ribeiro (2009) destaca que a produção uruguaia surge muito próxima à argentina com Mitre e Sarmiento erigindo Artigas como o responsável pela ruptura da unidade platina. Ao final daquele século, essa visão sobre Artigas foi contestada com a publicação da obra de Francisco Bauzá, *Historia de la dominación española en el Uruguay* (1895) na qual construiu uma imagem de Artigas como o pai da nação uruguaia. Por sua vez, Eduardo Acevedo em *Alegato Historico* (1933) considerou Artigas um herói nacional, não sendo nem espanhol, nem português e nem portenho.

Na década de 1960, quando a perspectiva revisionista estava em voga no meio historiográfico da América do Sul, o processo de emancipação política uruguaio foi interpretado à luz da perspectiva braudeliana da longa duração[4]. Aqui, Artigas mesmo permanecendo um herói da nacionalidade, era mais conduzido que condutor do processo. Destacam-se nessa vertente as obras de Washington Reyes

4 Sobre a perspectiva braudeliana convém também destacar o trabalho recente de Rodrigo Soares Goyena. Em seu artigo *A Guerra de Sessenta Anos: a região-mundo platina e as causas do conflito de 1864* (2024) o autor propõe compreender a Guerra do Paraguai como um episódio de um ciclo conflitivo mais amplo, a "Guerra de Sessenta Anos" (1810–1870), vivido pela região platina como um sistema geopolítico próprio, ou seja, um recorte no qual a Cisplatina está englobada.

Abadie, Oscar H. Bruschera, Tabaré Melogno, *La Banda Oriental: pradera, frontera, puerto* (1966).

No início dos anos 2000, a Guerra da Cisplatina tomou parte de estudos mais amplos dedicados à formação dos Estados Nacionais[5]. Pesquisas recentes sobre a região do Prata na primeira metade do século XIX têm destacado as dinâmicas próprias das zonas fronteiriças que não se alinhavam automaticamente nem a Buenos Aires nem ao Rio de Janeiro. Gabriela Nunes Ferreira alertou para o anacronismo de tratar esses Estados em formação como nações consolidadas (FERREIRA, 2006, p. 17), enquanto Cézar Augusto Guazzelli (GUAZELLI, 2015, p. 155-157) apontou para a existência de "regiões-província" que negociavam entre si, à margem dos governos centrais. Os estudos de Daniel Coronato (2023), Carla Menegat (2020) e Jonas Moreira Vargas (2017) aprofundam as análises das interações políticas, econômicas e sociais nessas áreas. Essas zonas refletiam temporalidades sobrepostas: ao mesmo tempo em que o Império combatia tropas portuguesas e negociava com Buenos Aires, buscava também obter o juramento à Carta de 1824 por *cabildos* cis-

5 A formação dos Estados Nacionais no Prata envolveu diversas disputas. Para os luso-brasileiros era vital a navegação da Bacia Platina, pois tanto o acesso a Mato Grosso quanto à região de Sete Povos das missões tinham caminhos mais rápidos e seguros pela via fluvial. Segundo Nelson Weneck Sodré (1965, p. 85), a alfândega de Buenos Aires, devido à sua localização estratégica na foz do Rio da Prata, conferia à província uma posição de domínio sobre as demais regiões tributárias, em um modelo de exploração semelhante ao colonial. Já em 1916, Juan Bautista Alberdi ressaltava que o movimento liderado por José Gervasio Artigas, nas primeiras décadas do século XIX, buscava a autonomia da Banda Oriental em oposição ao controle monopolista exercido por Buenos Aires na região do Prata (ALBERDI, 1916, p. 118). Assim, no território que antes compunha o Vice-Reino do Rio da Prata, observa-se um fenômeno semelhante ao descrito por Maria Odila Leite da Silva Dias na América Portuguesa, relacionado à chamada "interiorização da metrópole" (DIAS, 1972).

platinos — evidenciando a fluidez das lealdades políticas e jurídicas. Em trabalho mais recente, tratando do processo de incorporação da Cisplatina pela monarquia luso-brasileira, João Paulo Garrido Pimenta (2024) atenta para a polissemia que o termo "independência" possuía em 1822. Segundo o referido autor, significava, grosso modo a "capacidade autônoma por parte de um grupo de pessoas de tomar uma decisão política sem a influência externa" e por essa razão, "dentre as alternativas (...) a separação total era apenas uma delas (PIMENTA, 2024, p. 45).

A fim de aprofundar a discussão, faz-se uso de um *corpus* documental diversificado, incluindo registros da diplomacia norte-americana e britânica, fontes pertencentes ao arquivo do Itamaraty, a Coleção de Leis do Império do Brasil, além de documentos do Conselho de Estado e do Poder Legislativo. Ademais, se destacará como a estratégia naval não poderia ser aplicada sem considerar as dinâmicas da política externa regional, compreendendo que a guerra desencadeou novos embates de interesses de agentes estrangeiros na região.

A Incorporação da Banda Oriental ao Império Luso-Brasileiro

A fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, em 1680, na margem oriental do Rio da Prata, inaugurou a disputa entre os impérios ibéricos por essa região estratégica. A resposta espanhola, com apoio indígena, destruiu inicialmente o povoado, mas Portugal o retomou com auxílio francês, consolidando sua presença

e intensificando o conflito com a Espanha. Essa ocupação se articulava com os circuitos intercoloniais que moldavam a economia e a sociedade coloniais, como analisam Luís Felipe de Alencastro (2000), João Fragoso (1996) e Ciro Flamarion Cardoso (1980). A fundação de Montevidéu em 1724, como reação à presença portuguesa, reafirmou a importância estratégica e comercial da margem oriental. O comércio entre Sacramento e Montevidéu, marcado pelo contrabando, evidencia a intensidade dos fluxos econômicos regionais (JUCÁ SAMPAIO, 2017, p. 247).

No século XVIII, visando conter perdas fiscais, as coroas ibéricas reforçaram o exclusivo colonial por meio das reformas bourbônicas e das políticas pombalinas. A Espanha temia a expansão portuguesa sobre Buenos Aires e o acesso à prata de Potosí. Apesar dos esforços diplomáticos, os limites entre os domínios ibéricos na América continuavam indefinidos, alimentando disputas que influenciariam a formação dos Estados sul-americanos[6]. Com a invasão napoleônica na Península Ibérica as dinâmicas coloniais na América sofreram impactos.

Em 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, iniciou-se a chamada inversão colonial. No Vice-Reino do Rio da Prata, Montevidéu rompeu com Buenos Aires, que depôs o vice-rei Cisneros em 1810. Montevidéu permaneceu leal à Regência espanhola, que nomeou Javier Elio como novo vice-rei. Instalado em

6 No século XVIII houve duas tentativas de Portugal e Espanha de regularem seus limites na América. A primeira foi o Tratado de Madrid (1750) e a segunda o Tratado de Santo Ildefonso (1777) que deixava a região de Sete Povos das Missões e partes de Mato Grosso com a Espanha. Contudo, ao término da Guerra das Laranjas em 1801, o Tratado de Badajoz declarou nulos os ajustes anteriores, adiando para o futuro a solução definitiva (AUBERT, 2024, p.77).

Montevidéu, Elio declarou guerra a Buenos Aires e solicitou ao Rio de Janeiro um bloqueio naval em 1811. Embora mantivesse a cidade, o interior estava sob domínio das tropas de Artigas, apoiado por Buenos Aires. Após o armistício entre o governo joanino e Buenos Aires, Artigas se isolou e formou a Liga Federal, de caráter republicano, reunindo parte da Banda Oriental, Santa Fé, Entre-Ríos, Missiones, Corrientes e Córdoba (PRADO, 2023, p. 86-87) e (RIBEIRO, 2009, p.170-172).

A intervenção luso-brasileira em 1811 gerou descontentamento britânico. Segundo Alan Manchester, pressões da Grã-Bretanha levaram à retirada portuguesa após quatro meses (MANCHESTER, 1973, p. 128). Com a Abertura dos Portos no Brasil e a autorização da Junta Espanhola ao comércio com nações neutras, Grã-Bretanha e Estados Unidos expandiram seu comércio com a região. Fabrício Prado destaca que ambos adotaram uma política de neutralidade e viam nos conflitos uma oportunidade de negócios (PRADO, 2023, p. 90). Os Estados Unidos atuaram com uma política consular, tendo presença notável no Prata. Prado destaca o peso da chamada Doutrina Monroe nesse período[7] (2017, p. 134-135).

Após a saída luso-brasileira em 1811, Artigas se retirou para o interior onde rearticulou seu movimento. Em 1814, estava com o porto de Montevidéu sob seu controle. As elites locais enviaram

7 Todavia, o efetivo peso econômico e militar dos Estados Unidos nesse período deve ser observado com cuidado. Como ressalta Jay Sexton, na década de 1810 os Estados Unidos ainda não eram uma potência global, enfrentando em 1812 a Segunda Guerra de Independência contra a Grã-Bretanha (SEXTON, 2011, p. 20-23). O referido autor questiona o real alcance da Doutrina Monroe e argumenta que a potência dominante do século XIX foi o Império Britânico (SEXTON, 2011, p. 17).

representantes para o Rio de Janeiro a fim de solicitar apoio contra o seu movimento. Leais até recentemente à Espanha, esse grupo não via com bons olhos uma incorporação por Buenos Aires. Ademais, as ligações de Artigas com as populações rurais do interior e a defesa de uma organização política descentralizada em muito desagradava a elite mercantil montevideana, o que era agravado pelas alianças de Artigas com setores populares como indígenas e gaúchos. Assim, em 1816, D. João VI enviou a divisão dos Voluntários Reais comanda por Carlos Frederico Lecor que ocupou aquele território em 1817. A ocupação, entretanto, gerou uma enérgica reação diplomática britânica no Rio de Janeiro. Segundo Alan Manchester o ministro Chamberlain chegou a afirmar que a garantia britânica sobre o território português não se aplicaria à ação na Banda Oriental, mas foi posteriormente desautorizado por seu próprio governo (MANCHESTER, 1973, p. 131-133).

Após ser derrotado na Batalha de Tucuarembó, em 1820, Artigas se exilou no Paraguai (DORATIOTO, 2020, p.11). D. João VI ordenou, em 16 de abril de 1821, proceder à eleição de um Congresso da Banda Oriental no qual deveriam decidir por sua incorporação ao Reino Unido ou pela retirada das tropas portuguesas. Conforme indicou Fábio Ferreira, também no mesmo ato o monarca reconhecera as unidades políticas platinas já existentes e mandava que o Congresso seguisse os moldes das Cortes de Lisboa (FERREIRA, 2012, p. 100). Lecor e seus aliados locais tinham interesse na manutenção da ocupação luso-brasileira. Junto com o estancieiro Juan José Duran, montaram um congresso com o objetivo claro de garantir a incorporação. Ferreira aponta que todos os parlamentares montevi-

deanos eleitos para o Congresso possuíam estreita ligação com Lecor. As regras para a eleição do congresso já limitavam os temas a serem discutidos, uma vez que necessitava de dois deputados para propor. Ademias, sendo do presidente, no caso, Durán o primeiro voto em cada matéria, isso sinalizava, na visão do referido autor que voto os demais parlamentares então deveriam tomar. Retomando as atas do Congresso Cisplatino, Ferreira traz à luz uma importante declaração de Lecor, já titulado como Barão de Laguna aos congressistas:

> Si el Muy Honorable Congreso tubiere á bien decretar la incorporación a la Monarquía Portuguesa, Yo me hallo autorizado por el Rey p.a continuar en el mando y sostener con el Ejército el órden interior y la seguridad exterior bajo el imperio de las Leyes. Pero si el Muy Honorable Congreso estimase más ventajoso á la felicidad de los pueblos incorporar la Provincia á otros estados ó librar sus destinos á la formación de un Gob.o independiente, solo espero sus decisiones para prepararme á la evacuación de este territorio en paz y amistad conforme á las órdenes Soberanas. (APUD: FERREIRA, 2012, p. 104).

Percebe-se aqui que o Barão de Laguna utilizava o pragmatismo dos representantes da Banda Oriental desejosos de evitar novos conflitos bélicos, uma vez que a luta contra Artigas ainda era recente e os luso-brasileiros apareciam para as elites mercantis monarquistas de Montevidéu como fiadores da ordem. Nas discussões, os congressistas rejeitaram a independência completa por ausência de forças e rejeitaram a incorporação a Buenos Aires e Entre Rios, também envoltas em conflitos (FERREIRA, 2012, p. 106-111). A impossibilidade de a Espanha poder lidar com as mazelas orientais e o fato de a ocupação portuguesa ser uma realidade de fato conduziram os debates no sentido de aprovar a incorporação. Os discursos presentes nas

atas, conforme aponta o referido autor dão a entender ao leitor uma aprovação sem dificuldades. Contudo, levanta-se aqui o seguinte problema: essas atas foram impressas e amplamente divulgadas. Ou seja, são um reflexo daquilo que os organizadores do congresso queriam passar como narrativa e não necessariamente refletem fielmente o que foi debatido e em que termos.

Essa movimentação para a aprovação da incorporação não passava desapercebida dos agentes consulares norte-americanos. Escrevendo para seu governo, o Cônsul WG Miller denunciava a coação exercida sobre os deputados orientais:

> From the preceding it may naturally be inferred that the sentiments of the deputies chosen were well known long previous to their election : with little variation from the causes already stated, I trust sufficiently, they being more or less compromised. the result of the debates is already as well ascertained as if made and the annexation of this Province to the Portuguese Gov. I may venture say fully determined. (WG Miller, Cônsul dos Estados Unidos em Montevidéu para John Quincy Adams, Secretário de Estado dos Estados Unidos – Montevidéu, 13 de julho de 1821) (MANNING, 1925, p.2181)

Vemos então que a ideia passada ao governo norte-americano era a de que se tratava de uma grande fraude sustentada pelas armas portuguesas e que se distanciava do real anseio da população da Banda Oriental. Em outra missiva datada de 20 de julho de 1821, pouco antes da incorporação, W.G. Miller reitera esse ponto de vista, afirmando categoricamente que se tratava de um ato de força e não uma escolha livre:

> This measure will not be in accord in any wise with the will of the people! is forced! and the effect of intrigue! and measures highly offensive to the real Patriots! yet under circum. calculated to Secure tranquillity, a Settled Govt., and the future prosperity of the Province. (WG Miller, Cônsul dos Estados Unidos em Montevidéu para John Quincy Adams, Secretário de Estado dos Estados Unidos – Montevidéu, 20 de julho de 1821) (MANNING, 1925, p.2184)

A despeito das críticas levantadas, o Congresso ocorreu e a Banda Oriental foi anexada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves sob o nome de Província Cisplatina. A incorporação envolveu algumas condições que em síntese mantinham o castelhano como idioma oficial, e as rendas locais deveriam ser aplicadas no próprio território oriental. Ademais, leis locais que não se chocassem com a Constituição portuguesa em elaboração seriam mantidas. Afora isso, os empregos e cargos cisplatinos deveriam ser reservados aos seus naturais ou a quem contraísse matrimônio ali (FERREIRA, 2012, p. 130). Fábio Ferreira destaca a agência das elites cisplatinas na incorporação. Em sua concepção o cálculo político e não somente a coação, como as missivas norte-americanas, afirmam guiou a decisão dos representantes orientais. Ferreira menciona declaração do Deputado Alagon do Cabildo do Departamento de Colonia na qual afirma que "estamos em tempo de pedir mucho y ellos de conceder" (FERREIRA, 2012, p. 126). No próprio ofício de incorporação, os membros do congresso cisplatino relatam suas fragilidades:

> Hacer de esta Provincia un Estado , es una cosa que parece imposible en lo político: para ser Nacion, no basta querer serlo; es preciso tener médios com que sostener la Independencia. En el pais no hay poblacion, rerursos, ni elementos para defender el territorio de una fuerza enemiga que lo invada, y hacerce respetar de las Naciones. (...)

> ¿Hay algun hombre que desee ver a su Patria em tan triste situcion? Luego es evidente que la Banda Oriental no pudiendo ser actualmente Nacion, debe constituirse parte de outro Estado, capaz de sostenerla em paz y seguridad[8].

É importante destacar que a análise das missivas norte-americanas deve ser feita com a devida cautela, considerando os interesses e perspectivas envolvidos. Conforme se verá adiante, o corpo consular britânico em Montevidéu tinha outra leitura politica. Embora seja inegável a utilização de coação armada por parte de Portugal para alcançar seus objetivos, é igualmente relevante reconhecer que a luta contra Artigas também convergiu com os interesses de setores da elite oriental, que se alinharam aos do Império Português. Após a incorporação da Província Cisplatina, a integração dessa elite à estrutura político-administrativa luso-brasileira foi evidente. Exemplos disso incluem a eleição de deputados cisplatinos para as Cortes de Lisboa e a nomeação de um representante para o Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Conforme indica Fábio Ferreira, o Congresso Cisplatino enviou Lucas Obes ao Rio de Janeiro. Ali, foi recebido pelo Imperador que determinou que permanecesse no Brasil, integrando o Conselho de Procuradores e não seguisse para Lisboa. Segundo Ferreira, Obes escreveu em '9 de março de 1822 a Francisco Juanició afirmando que "acreditava poder conseguir tirar vantagens do governo do Rio de Janeiro maiores do que as que o Congresso Cisplatino havia cogitado" (FERREIRA, 2012, p. 134).

8 Arquivo Histórico do Itamaraty. Ofício de incorporação do Estado Cisplatino ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 5 de agosto de 1821. BR DFMRE RIO-AHI-SNEGP-FIM-LIM-Plat-Ofic_L243-M04-P06_1821-08-05

A Cisplatina esteve no centro das disputas que levaram posteriormente à emancipação política do então Reino do Brasil. O Decreto de 19 de setembro de 1821 mandando criar Juntas Provisórias de governo em cada Província, que responderia diretamente a Lisboa, onde teria seus representantes nas Cortes, consagrava a autonomia provincial, o que atendia uma das principais demandas dos cisplatinos que era a sua autonomia dentro da monarquia lusa. Tal ato, entre outras coisas, anulava as instituições de governo português estabelecidas no Rio de Janeiro. Afora isso, houve a expedição de ordem para o retorno do Príncipe-Regente para Portugal. Contrariando as ordens de Lisboa, o Príncipe-Regente além de criar o já referido Conselho de Procuradores, mandou por meio do Decreto de 3 de julho de 1822 convocar uma de Assembleia Constituinte.

A convocação não foi aprovada por Lisboa, o que levou a um agravamento das tensões com o Rio de Janeiro, a ruptura em setembro de 1822 e a coroação de Pedro I do Brasil em dezembro do mesmo ano. Contudo, não era um dado de antemão que a totalidade do território da América Portuguesa iria seguir o novo soberano. Muitas províncias experimentaram com o sistema das juntas um nível de autonomia que nunca antes tiveram. Por consequência, houve resistência no Grão-Pará, no Maranhão, na Bahia e na Cisplatina para aderir ao Império do Brasil no qual o monopólio do uso legítimo da força física estava muito longe de ser uma realidade. O Governador de Armas indicado pelas Cortes, D. Álvaro da Costa Souza manteve-se fiel a Lisboa. Ao passo que Carlos Frederico Lecor aderiu ao Rio de Janeiro, dividindo as forças de ocupação (DORATIOTO, 2020; p.11). O Imperador demorou para enviar o socorro solicitado.

Somente em setembro de 1823 chegaram os reforços marítimos à Cisplatina. Após a batalha de Montevidéu e, principalmente, a imposição do bloqueio, as forças do governo do Rio de Janeiro obtiveram a saída dos portugueses. Contudo, a paz na região não estava selada. O processo de formação dos Estados Nacionais na Bacia do Prata foi um processo longo e conflituoso.

As guerras de independência e o domínio luso-brasileiro sobre a Banda Oriental não passaram desapercebidos dos agentes consulares britânicos. Em missiva datada de 16 de agosto de 1824 dirigida a George Canning o Cônsul Thomas Samuel Hood fazia uma análise da economia platina. Em sua visão, Buenos Aires não fora capaz de garantir a proteção necessária às propriedades e negociantes, razão pela qual o comércio de Montevidéu buscara proteção junto à bandeira de Portugal em 1817 (F.O. 51/1 nº8 – APUD: HUMPHREYS, 1940, p. 65). Em nova correspondência datada de 31 de janeiro de 1825, ou seja, antes do reconhecimento da independência e antes de rebentar a guerra, Hood faz um histórico da ocupação luso-brasileira e da incorporação da Cisplatina. Em sua visão, apesar das críticas a Lecor, a garantia de estabilidade na região era a permanência sob o governo do Rio de Janeiro. Em sua narrativa associa o movimento de Artigas[9] a barbárie e destaca a dificuldade de Buenos Aires em

9 Hood faz a divisão da população da Banda Oriental em 4 grupos: os realistas, ainda ligados à Espanha porém sem efetiva força política naquele momento; os patriotas onde se encaixam Artigas e seus adeptos; os imperialistas, grupo formado por antigos colonos portugueses e migrantes brasileiros do Rio Grande que se estabeleceram ao norte da Banda Oriental, além de contar nesse grupo também com crioulos e antigos espanhóis que possuíam as maiores propriedades e fortunas da Província; por fim, Hood identifica os "negativos", setor da sociedade indiferente a quem fosse o governo desde que houvesse estabilidade. Sobre os patriotas considerava que "whose system is total independence of all other countries, a destruction

contê-lo. Justamente isso colaborou, em sua visão, para a aceitação da incorporação ao Brasil. Diferentemente da narrativa norte-americana focada na coação, a britânica afirmava sem ressalvas que a Constituição do Império fora jurada por toda a população civil e militar da Cisplatina 1817 (F.O. 51/1 nº9 – APUD: HUMPHREYS, 1940, p. 75). Cabe aqui então indagar a razão dessa diferença de leitura entre as representações consulares norte-americana e britânica. A resposta é dada pelo próprio Thomas Hood ao final da missiva, onde afirma categoricamente que o status quo da Cisplatina era em seu conjunto infinitamente melhor aos interesses britânicos que em qualquer período anterior:

> Upon the whole British interests are always attended to, and I know of no grievance they can complain of, except the inequality of duties between this place and Buenos Ayres. From all of the forgoing observations it may be deduced that the present existing state of affairs m this province taken altogether are infinitely better than they have ever been at any former period The state constituting now an integral part of a very powerful nation that can both support and protect the people binds all the wealthy and intelli-

or division of rank and property, and equality upon the basis of making all equally poor" (F.O. 51/1 nº9 – APUD: HUMPHREYS, 1940, p. 78). Sobre os imperialistas afirmava: "These are attached to this party, and support it, not probably from any partiality, or of sense of their right to the province, but from a full and strong conviction of its graphical position, character, population, and circumstances under which it is placed, bemg likely to advance its resources only by preserving the Imperial Government, which alone promises the peace and tranquility of the province" (F.O. 51/1 nº9 – APUD: HUMPHREYS, 1940, p. 79). De acordo com essa leitura de Hood, o que estava em questão não era o efetivo direito do Império do Brasil sobre a Cisplatina, mas sim o fato de que quem conseguiria garantir a ordem e consequentemente proteger os interesses britânicos era, em sua visão, o governo sediado no Rio de Janeiro. Hood inclusive faz questão de destacar as maneiras cavalheirescas e conciliatórias de Lecor como um grande ativo da dominação brasileira: "These conciliatory measures, supported by a most pleasing and gentlemanly manner and address, have great weight with the people, and has secured their confidence and esteem" (F.O. 51/1 nº9 – APUD: HUMPHREYS, 1940, p. 85-86).

> gent to the interests of Brazil (...) (F.O. 51/1 nº9 – APUD: HUMPHREYS, 1940, p. 86-87).

A documentação reunida nesta seção mostra, portanto, que a incorporação da Banda Oriental não resultou de uma única lógica. A presença militar luso-brasileira e o controle político exercido por Lecor coexistiram com o cálculo de setores das elites orientais, que viam na vinculação ao governo do Rio de Janeiro uma forma de preservar suas posições, propriedades e condições de estabilidade. A discrepância entre as representações consulares norte-americana e britânica não decorria apenas de avaliações distintas sobre a legitimidade da incorporação da Cisplatina, mas também dos interesses e das formas de atuação de cada um desses governos na América. Enquanto o cônsul norte-americano W. G. Miller destacava a coação exercida sobre os representantes orientais, Thomas Samuel Hood avaliava a permanência do governo do Rio de Janeiro pela capacidade de atender aos anseios de estabilidade das elites cisplatinas, proteger propriedades e assegurar os interesses britânicos. Essa diferença se inseria em um momento no qual Estados Unidos e Grã-Bretanha, embora convergissem na oposição a uma intervenção europeia nas antigas colônias ibéricas, passavam a formular autonomamente suas posições[10].

10 Em 1823, a resistência norte-americana à proposta de uma declaração conjunta levou o gabinete britânico a obter diretamente da França, por meio do Polignac Memorandum, a garantia de não intervenção, enquanto o governo dos Estados Unidos apresentou sua própria posição na mensagem do presidente Monroe ao Congresso (AUBERT, 2024, p. 33-34). As duas manifestações não expressavam, naquele momento, orientações opostas, mas evidenciavam que Londres e Washington definiam separadamente sua atuação política no continente. A incorporação da Cisplatina combinou, assim, coerção militar, alianças locais, integração institu-

A Guerra da Cisplatina

A eclosão dos movimentos de independência no início do século XIX não solucionou as controvérsias vindas do período colonial. Pelo contrário, os Estados Nacionais em formação herdaram as contendas sobre a livre navegação fluvial, sobre as disputas comerciais e sobre as fronteiras (SILVA, 2017, p. 67). Por consequência, o processo de formações nacionais sul-americanas foi marcado pelo embate de diversos projetos políticos os quais obtinham ideais de territorialidade conflitantes. Após a independência, em 1816, Buenos Aires adotou semelhante prática jurídica espanhola e um discurso político no qual colocava-se como herdeiro dos seus antigos domínios territoriais (BETHELL; CARVALHO, 2004, p. 705). Em contrapartida, o governo sediado no Rio de Janeiro almejava a preservação de suas dimensões imperiais, englobando a região platina.

Em abril de 1825, o caudilho Juan Antonio Lavalleja (1784-1853)[11] liderou um levante militar denominado "*Treinta y Tres Orientales*" cujo projeto político em gestação desde 1822 não era constituído por uma independência absoluta, mas uma associação com outros grupos políticos platinos mediante a rompimento contra a autoridade brasileira. Tal movimento contou com diversas adesões no interior e com deserções no Exército Imperial (DORATIOTO, 2010, p. 11).

cional e interesses internacionais, sem eliminar a instabilidade da autoridade do Rio de Janeiro sobre a província, que voltaria a ser contestada no conflito iniciado em 1825.

11 Vale mencionar que Lavalleja lutou ao lado de Artigas contra os luso-brasileiros. Durante a ocupação foi preso em 1818 e enviado ao Rio de Janeiro. Com a incorporação retornou à Banda Oriental com a patente de Tenente Coronel, integrando o Regimento dos Dragões da União sob o comando de Fructuoso Rivera (FERREIRA, 2012, p. 166).

Lavalleja dirigiu um manifesto aos "*argentinos orientales*", declarando sua independência em relação ao Brasil e incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata. O Congresso de Buenos Aires em *La Florida* proclamou a reincorporação da Cisplatina às Províncias Unidas do Prata em 25 de agosto de 1825. Oficialmente, o Estado brasileiro declarou guerra em 10 de dezembro do mesmo ano (PIMENTA, 2006, p. 215).

De acordo com o manifesto do governo imperial sobre a referida Provínica, os brasileiros residentes nas regiões fronteiriças com o Rio Grande do Sul teriam sofrido diversas agressões perpetradas pelas forças de Artigas. Na perspectiva do governo imperial, a Banda Oriental fora abandonada pela Espanha, funcionando como foco de desordens que impactavam diretamente o território brasileiro. O documento também destaca que Buenos Aires já reconhecera a independência do território sob o comando de Artigas, levantando a seguinte questão: em caso de retirada do Brasil, a quem seria entregue a região? O manifesto argumenta que D. João VI (1767-1826) demonstrara grande generosidade ao se abster de incorporar o território como um despojo de conquista, interpretando a convocação do Congresso Cisplatino como um ato de magnanimidade, ao permitir que os representantes locais decidissem de forma autônoma o destino da região. Referindo-se ao Ofício de Incorporação, o manifesto enfatizava o caráter benevolente da medida:

> Havendo Montevidéu livre, e espontaneamente declarado que era sua vontade antes de incorporar-se ao Brasil, Império poderoso, consolidado, e reconhecido, do que a outra e qualquer das mais províncias que lhe não podiam oferecer garantias necessárias para a sua segurança e prosperidade.

[12] (Manifesto do Governo Brasileiro Sobre a Província Cisplatina e a Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata)

Ainda segundo o referido manifesto, a Província Cisplatina aclamara o Imperador. Ademais, acusava Buenos Aires de ambiciosamente pleitear a posse da Cisplatina com o envio da já mencionada missão diplomática ao Rio de Janeiro em 1823. Afirma ainda que saíram homens do território das Províncias Unidas para fomentar a revolta na Cisplatina. Ao aceitar o pedido de incorporação, Buenos Aires traíra a confiança do Império. "[...] Desta maneira, recompensava com a mais abjeta ingratidão a generosa neutralidade que o Brasil guardou a seu respeito"[13].

Iniciado o confronto, o Império do Brasil decidiu pela implantação do bloqueio naval. Mas, afinal: por que essa ação militar extrapolou o teatro de operações e impactou as relações internacionais do Brasil?

A imposição do bloqueio naval

Na estratégia marítima clássica, o duelo entre esquadras organizadas, ou seja, a batalha naval é o meio tradicional de embate na guerra naval. No entanto, como a Marinha ofensiva (aquela que possui maior quantitativo de navios e canhões) deve agir caso a sua inimiga não lance seus navios ao mar? Duas são as alternativas: 1.

12 Manifesto do Governo Brasileiro Sobre a Província Cisplatina e a Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata (AMARAL e BONAVIDES, 2002, p.829).

13 Manifesto do Governo Brasileiro Sobre a Província Cisplatina e a Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata (AMARAL e BONAVIDES, 2002, p.829).

Não a impedir de sair, esperando conduzi-la à batalha decisiva; 2. Bloqueá-la com mais ou menos intensidade para impedir que ela possa se evadir sem ser imediatamente interceptada (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 461). Normalmente, a potência naval do conflito opta pelo bloqueio que, por sua vez, pode ser aberto quando é estabelecido a grande distância da base militar inimiga ou cerrado quando os navios são posicionados próximos aos portos do adversário. Consequentemente, a esquadra bloqueada sofre uma imobilização, reduzindo sua capacidade combatente e de apoio logístico às tropas que estiverem lutando longe de seu território.

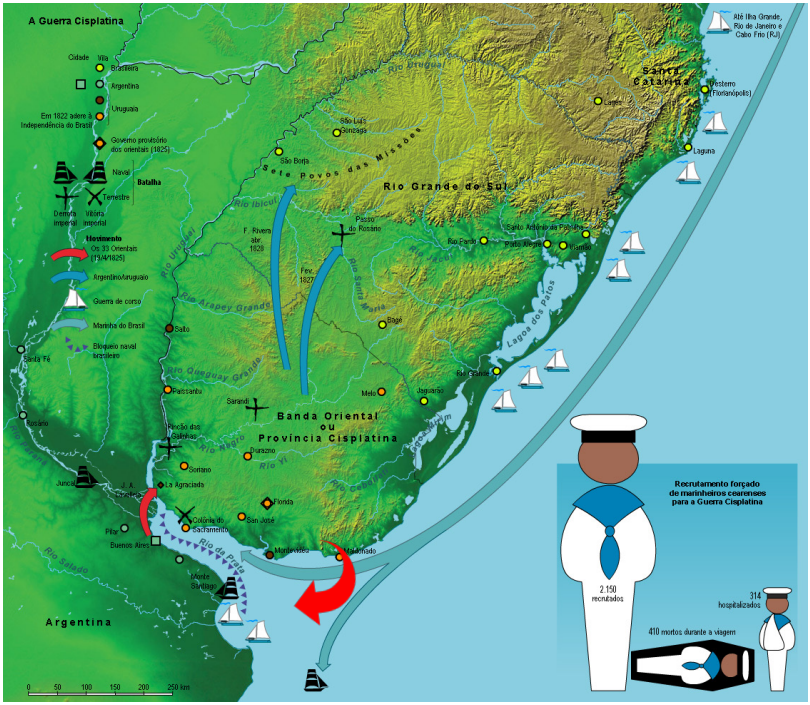
Além do seu impacto militar, o bloqueio naval também provoca desgaste socioeconômico tendo em vista que o isolamento marítimo impede as atividades comerciais essenciais na conjuntura da guerra. A execução de um bloqueio local pode, portanto, atingir outros atores alheios ao teatro de operação tendo em vista que o mar é um espaço de troca. Quando um Estado não consegue aniquilar o outro imediatamente, é cabível o emprego das esquadras para atacar as comunicações marítimas mediante o bloqueio. Afinal, o que acaba sofrendo o ataque é a linha de comunicação, no caso, a fonte de suprimento do adversário (HART, 1982, p. 33).

Considerando os aspectos estratégicos e econômicos, o Estado brasileiro optou pelo emprego da estratégia indireta contra os portenhos. Inicialmente, evitou-se uma batalha naval decisiva imediata, optando-se pela imposição do bloqueio naval. O objetivo era, da perspectiva militar, impedir a comunicação marítima entre Cisplatina e Províncias Unidas do Prata, isolando Montevidéu e Buenos Aires, afim de impedir o comércio platino com o exterior.

Nesse momento, os interesses brasileiros esbarravam nos objetivos das potências políticas mundiais que, por sua vez, não queriam seu tráfego comercial atingidos e prejuízos econômicos. Segundo João Paulo Garrido Pimenta, a decisão afetou os negócios da elite brasileira: "ao fazê-lo [o bloqueio], descontentaria também comerciantes do Brasil envolvidos com os fluxos mercantis desse porto, dando ao conflito desde o princípio feição simultânea de enfrentamento externo e interno, o que ademais se mostraria verdadeiro também para as províncias do Prata" (PIMENTA, 2006, p. 215).

O cenário das operações navais no estuário do Prata era dividido em três zonas estratégicas. A primeira, mais interna, abrangia a área desde a confluência dos rios Paraná e Uruguai até a Colônia de Sacramento. A segunda, intermediária, situava-se entre Puntas Piedra e Espinilo, nas margens do rio da Prata. A terceira, mais externa, estendia-se de Punta Rasa del Cabo de San Antônio até a Punta Del este, próxima a Maldonado, no litoral da Cisplatina, conforme demonstrado, em lilás com a seta vermelha, no mapa abaixo:

Figura 01: Mapa da Guerra da Cisplatina



Fonte: ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. A Guerra da Cisplatina. Disponível em: https://atlas.fgv.br/marcos/abdicacao-de-d-pedro-i/mapas/guerra-cisplatina, acesso em 10 dez. 2024.

O mapa da Guerra Cisplatina (1825-1828) ilustra o conflito entre Brasil e Províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle da Cisplatina (atual Uruguai). Mostra batalhas navais e terrestres, o bloqueio naval brasileiro no Rio da Prata e o recrutamento forçado de marinheiros, incluindo baixas. As cores representam os lados em conflito: azul para o Brasil e vermelho para as Províncias Unidas e Cisplatina. Em lilás, é identificada a linha do bloqueio (direcionada pela seta vermelha).

A região central do estuário apresentava obstáculos à navegação, como bancos de areia que impediam a passagem de embarcações com calado superior a três metros, a exemplo do Banco de Artiz e do Chico. As características geográficas e hidrográficas do estuário influenciaram diretamente as estratégias navais adotadas, exigindo a presença de práticos experientes para garantir a segurança da navegação (GAMA e SILVA, 2022, p. 78).

A campanha naval no Prata assumiu múltiplas características, combinando o bloqueio, o combate tradicional e a guerra de corso[14]. A Marinha Imperial Brasileira impôs um bloqueio naval com o objetivo de isolar a Cisplatina das Províncias Unidas do Prata, impedindo o abastecimento dos exércitos inimigos por mar e pelos rios Uruguai e Negro.

O bloqueio naval e comercial era crucial para o domínio brasileiro do estuário, garantindo a segurança das linhas de comunicação marítima, neutralizando a ação dos corsários inimigos e protegendo o tráfego mercante que sustentava a logística de guerra brasileira.

14 Na estratégia marítima clássica, a guerra de corso era uma prática recorrente desde o século XVI. Ela é aplicada como uma estratégia de desgaste tendo em vista que o seu objetivo é também atacar a economia do adversário. De acordo com Coutau-Bégarie: "A guerra de corso não pode ser uma estratégia de aniquilamento, mas ela se constitui em uma estratégia de desgaste, cujo propósito é impedir a potência dominante de usufruir da sua supremacia e de fazê-la sentir perdas que, ainda que limitadas em números absolutos, revelar-se-ão consideráveis, até mesmo insuportáveis" (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 464). É importante lembrar o conceito de navio corsário: "uma unidade naval, com manutenção, armamento e operação a cargo de um particular, que recebia autorização de um país em conflito, pela Patente de Corso, para operar sob sua bandeira exclusivamente contra os próprios inimigos, atacando o comércio marítimo adversário, mas, eventualmente, depredando estabelecimentos terrestres e afundando navio" (MARTINS, 2017, p. 168).

Além disso, o bloqueio visava a forçar um confronto naval decisivo que resultasse na destruição da esquadra inimiga e na neutralização das posições costeiras.

A inferioridade da esquadra das Províncias Unidas e dos rebeldes levou à adoção de táticas de guerrilha, como a atração dos navios para bancos de areia no estuário do Prata (BITTENCOURT, 2006, p. 90). Navios brasileiros eram atraídos para áreas de baixa profundidade, onde encalhavam e se tornavam alvos fáceis para o fogo inimigo. A guerra de corso, as ofensivas limitadas e a concentração de forças em momentos oportunos também foram empregadas para tentar romper o bloqueio brasileiro pela força de Buenos Aires comandada por William Brown (1777-1857).

Para o comando da esquadra brasileira, o Ministério da Marinha optou por conceder o comando, inicialmente, ao mercenário inglês John Taylor, veterano das Guerras Napoleônicas (1803-1815). Obteve o reconhecimento do governo brasileiro devido à atuação no combate de 4 de maio na Bahia e na perseguição dos navios portugueses até o rio Tejo durante o processo de consolidação da independência do Brasil (ERMAKOFF, 2021). No entanto, as disputas políticas com a Royal Navy o impediram de assumir a Esquadra na guerra (BOITEUX; MARTINS, 2002, p. 225). Restou a D. Pedro I nomear o Vice-Almirante D. Rodrigo José Ferreira Lobo (1768-1843) que por sua vez, possuía o apoio da facção portuguesa ainda presente no governo e experiência no bloqueio naval de Montevidéu visto que comandou a operação na guerra contra Artigas durante a intervenção na Banda Oriental entre 1816 e 1821 (SILVA, 2018, p. 84). Mais tarde, quando eclodiram as operações navais para a defesa

da Independência do Brasil, Rodrigo Lobo iniciou o bloqueio naval a Montevidéu. Contudo, a esquadra brasileira sofria com constantes deserções de portugueses que renunciavam a autoridade de d. Pedro I. Em 15 de março, desembarcou o Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes como o novo Comandante-em-Chefe no Prata em substituição a Rodrigo Lobo (OLIVEIRA FILHO, 2020, p. 211). De acordo com Fábio Ferreira, em seu artigo *A Armada Imperial e o Estado Cisplatino Oriental na contexto da construção dos Estados Nacionais na América do Sul* (2024), desde o período da Independência, a força naval foi relevante para a expulsão dos portugueses do território cisplatino e o estabelecimento do rio da Prata como limite austral do Brasil até 1828 (FERREIRA, 2024, p. 44).

Em 8 de fevereiro de 1826, o Ministro da Marinha ordenou que o Vice-Almirante "praticasse contra a República de Buenos Aires todas as hostilidades que as leis da guerra permitissem" (MINISTÉRIO DA MARINHA apud BOITEUX; MARTINS, 2002, p. 225) e estabeleceu os seguintes objetivos a serem cumpridos pelo bloqueio naval: 1. Impedir a comunicação marítima das Províncias Unidas e os revolucionários da Cisplatina com o exterior; 2. Impedir a saída de corsários para atacar o comércio marítimo e os portos brasileiros; 3. Promover o ataque contra a base dos corsários em Carmem de Patagones; 4. Obstar o abastecimento do Exército platino e das tropas de Lavalleja operando em território oriental, incluindo o estabelecimento de um bloqueio fluvial no rio Uruguai e rio Negro; 5. Destruição das forças navais inimigas mediante batalha naval, além da projeção de poder em terra para hostilizar as posições terrestres inimigas; 6. Proteção do litoral brasileiro (BOITEUX; MARTINS, 2002, p. 225).

Para a concretização do plano estratégico, a Marinha Imperial dispunha de três bases importantes no rio da Prata: Colônia de Sacramento, Maldonado e ilha de Martin Garcia. Em território brasileiro, os veleiros dispunham de apoio entre Santos e Santa Catarina (BOITEUX; MARTINS, 2002, p. 225).

Retomando o primeiro objetivo brasileiro, caracterizado pelo impedimento ao comércio marítimo dos seus inimigos, coube a Marinha Imperial atuar também como agente diplomático. Afinal, o bloqueio impedia que países – teoricamente – neutros garantissem o cumprimento dos seus interesses econômicos. Portanto, o Vice-Almirante Rodrigo Lobo notificou às potências marítimas europeias, como Reino Unido e França. como também aos Estados Unidos. Em 21 de dezembro de 1825, Rodrigo Lobo enviou o seguinte ofício às potências neutras:

> O desejo sincero de manter a melhor harmonia com as potências neutras e a urgente necessidade de evitar que o inimigo receba socorros da margem ocidental do Rio da Prata, bem como de repelir as hostilidades que o Governo de Buenos Aires, sem declaração de guerra, fez e continua a fazer ao Império, obrigam o Comandante da Esquadra a declarar o seguinte:
>
> 1ª Todos os portos e costas da República de Buenos Aires, bem como os que na margem ocidental estiveram ocupados pelas forças de Buenos Aires, ficam, desde hoje, sujeitos ao mais rigoroso bloqueio.
>
> 2ª Os navios das Potências Neutras, que se acharem nos Portos das Repúblicas, podem sair no prazo de 14 dias, depois de cujo tempo só poderão sair em lastro, se não conduzirem pessoas suspeitas, pelo que ficam sujeitos ao registro ordenado pelo Comandante da Esquadra Imperial (Idem).

Conforme a análise de Hélio Leôncio Martins, esse documento não deve ser avaliado somente sob o prisma militar, mas principal-

mente, sob a perspectiva econômica. De acordo com o autor, como a área do bloqueio cerrado incluíam o litoral do oceano Atlântico até Mercedes no rio Negro e Salto, no rio Uruguai impactava na mobilidade dos navios à vela. Portanto, deu-se início aos conflitos políticos tendo em vistas que essas potências amparadas pelo seu poder militar e econômico começavam a protestar e a pressionar pela abertura do bloqueio (MARTINS, 2002, p. 238). Principalmente, devido às dificuldades enfrentadas pela Marinha Imperial para conseguir impor um bloqueio efetivo, conforme explica a historiografia brasileira.

Francisco Doratioto destaca que as operações careciam de uma estratégia clara, o que resultou em críticas significativas tanto às ações terrestres conduzidas por Carlos Frederico Lecor (1764-1836) quanto às operações marítimas lideradas por Lobo. A ausência de coordenação efetiva e a limitada eficácia das iniciativas brasileiras acabaram por expor fragilidades estratégicas na condução do conflito (DORATIOTO, 2010, p. 13). Segundo Doratioto, parlamentares argumentaram que a medida prejudicava os interesses comerciais do próprio Brasil, especialmente dos comerciantes do Rio de Janeiro e outras regiões que dependiam do comércio internacional. Conforme o referido autor, a falta de clareza estratégica e a má execução das operações, somadas à limitação da força naval sob o comando de Rodrigo Lobo, contribuíram para questionamentos sobre a competência do governo em conduzir a guerra de maneira eficaz e econômica, gerando descontentamento e divisões políticas internas (DORATIOTO, 2010, p.13-14).

Em resposta ao ofício de Rodrigo Lobo, a legação dos Estados Unidos da América, em Buenos Aires iniciava uma série de protestos

contra a ação da Esquadra. Datada de 13 de fevereiro de 1826, o representante norte-americano John M. Forbes (1807-1885) afirmava que o comércio dos EUA

> tem sido, mais que nenhum outro, vítima desses abusos gigantescos do poder, não tem padecido sem dar vivas demonstrações das justas queixas de seus particulares, e das enérgicas e constantes representações de seu governo contra o princípio e a prática de tudo quanto trás semelhança de bloqueio imaginário, Hidra[15] de uma opressão ilegal (Suplemento, Ao Verdadeiro Liberal nº9).

Em seguida, buscou invalidar a ação naval brasileira justificando que um bloqueio ineficaz não é legítimo e, portanto, não poderia impedir os negócios norte-americanos:

> Por este motivo os Estados-Unidos tem sustentado sempre que uma proclamação ou o bloqueio nominal de uma dilatada costa, não estando apoiada pela presença efetiva de forças marítimas capazes de levar a efeito constantes, seguras e simultâneas operações por todos os pontos da costa, vem a ser ilegal em toda a sua plenitude, até para os mesmos portos que se acham efetivamente bloqueados (Suplemento, Ao Verdadeiro Liberal nº9).

Direcionou a crítica à ação tática da esquadra, demonstrando que as ordens de Rodrigo Lobo, apresentadas em seu ofício de 21 de dezembro, conforme já citado, não seriam cumpridas com somente um único navio, questionando a eficácia do bloqueio brasileiro:

> Esta declaração abrange um território marítimo de mais de 20 graus de latitude, em cuja vasta extensão ninguém afirma que S.M.I tenha maior

15 Referência à mitologia grega: a Hidra de Lerna, monstro com corpo de dragão e cabeça de serpente enfrentado por Hércules em Argólida. A citação é um recurso metafórico para fazer referência à resistência contra a opressão.

> força que uma só Corveta, a *Maria da Glória*. Portanto, se é lícito dizer que já um bloqueio imaginário, o presente é sem a menor dúvida uma daquela classe; e como tal, conforme os princípios acima postos, exige a resistência do Governo dos Estados Unidos (Idem).
>
> [...] a Esquadra brasileira não pode, ou que não quer executá-lo; e daqui resulta que esta medida beligerante, medida da mais alta monta, que deveria ser rigorosa, uniforme e constantemente executada, vem a degenerar em um débil e importante esforço, sujeito a causalidades, ao capricho e à conveniência (Suplemento, Ao Verdadeiro Liberal nº9).

Outro questionamento era a inconstância do bloqueio que permitia a entrada de navios estrangeiros: "Desde o estabelecimento do bloqueio, tem entrado seis vasos estrangeiros, nas balizas interiores de Buenos-Aires, e três tem igualmente chegado ao porto da Enseada" (Suplemento, Ao Verdadeiro Liberal nº9). O Vice-Almirante Lobo buscou ignorar as indagações norte-americanas, contudo, autorizou a entrada do USS Cyane, informando que, no futuro a área seria bloqueada (VALE, 2002, 337).

Em 1826, o Imperador abria os trabalhos do Poder Legislativo, afirmando que todo o Império estava tranquilo menos a província Cisplatina:

> A província Cisplatina é a única, que não está em sossego, como já disse, pois, homens ingratos e que muito deviam ao Brasil, contra ele se levantaram, e hoje se acham apoiados pelo governo de Buenos Aires, atualmente em luta contra nós.
>
> A honra nacional exige que se sustente a Província Cisplatina, pois está jurada a integridade do Império. (Anais do Senado, Sessão Imperial de 6 de maio de 1826).

Ainda em 1826 houve sugestão britânica para que Pedro I

aceitasse renunciar à Banda Oriental mediante indenização. Em razão das diversas críticas e da pressão política, Lobo foi substituído em abril de 1826 pelo Almirante Pinto Guedes, cuja gestão buscou reorganizar as operações navais no Prata. Mesmo com as dificuldades apontadas, o Império possuía superioridade naval em relação às Províncias Unidas, o que levou a um equilíbrio da guerra. Enquanto o interior da Cisplatina foi tomado pelas forças portenhas, o litoral, basicamente Montevidéu, Sacramento e Maldonado estavam sob o controle do Império do Brasil. Em maio de 1827, o presidente Rivadávia enviou ao Rio de Janeiro uma missão diplomática, liderada por Manuel Garcia, para negociar a paz. O resultado foi um tratado legitimando a posse brasileira na Cisplatina diante da rejeição de qualquer direito Argentino sobre o território em litígio. Tal instrumento não foi ratificado pelas Províncias Unidas e somado aos problemas internos como oposição das províncias à Constituição de 1826, a guerra civil e a falta de apoio em Buenos Aires, resultou na renúncia do presidente Rivadávia em 27 de junho de 1827 (RIGOLA, 2023, p.137) Contudo, nenhuma das partes possuía condições de levar a cabo um movimento ofensivo decisivo. A Grã-Bretanha que tinha seu comércio com o Prata prejudicado pelo conflito entrou como mediadora.

Resultado da tentativa de Buenos Aires de ruptura do bloqueio, ocorreu a primeira defrontação entre as duas esquadras em 9 de fevereiro de 1826 durante o Combate de Colares, quando o Almirante Brown rumou para fora do porto de *Los Posos*. Diante da ruptura do bloqueio, a esquadra brasileira prosseguiu com as suas corvetas velozes em perseguição à capitânia e aos brigues, empre-

gando fogo naval. Devido à limitação do calado dos navios, não era possível promover a ação militar no interior do porto. A força naval brasileira fundeou entre o banco de Ortiz e Chico, enquanto as forças opositoras regressaram à sua base. Por consequência, o almirante Rodrigo Lobo modificou a organização do bloqueio naval, limitando-o a vigilância, de modo a afastar a linha que impediria a saída dos argentinos e a ação ofensiva da Armada Imperial.

A partir de 24 de fevereiro de 1826, a mobilização ofensiva das forças navais das Províncias Unidas voltou-se para a Colônia de Sacramento que se encontrava sitiada pelas tropas de Lavalleja. O almirante Brown entregou uma intimação, exigindo a rendição da praça e a entrega da força naval no prazo de 24 horas. A resposta do general em chefe Manuel Jorge Rodrigues foi incisiva: a sorte das armas é que decide a sorte das Praças (BOITEUX e MARTINS, 1975, p. 251). Os argentinos prosseguiam com seus navios, posicionando-os para abrir fogo e bombardear o sistema de fortificações. Durante a sua manobra, o *General Belgrano* encalhou, sendo fustigado pelos canhões de Colônia. Diante das perdas humanas, as avarias navais e a impossibilidade do assalto a Sacramento, Brown regressou a *Los Pozos*. O combate de Montevidéu foi resultado da ação de Brown nas proximidades da capital quando apressou a escuna brasileira *Isabel Maria*. A resposta brasileira ocorreu mediante a ação do capitão de fragata James Norton (1789-1835), comandante da fragata *Niterói* responsável por abrir fogo contra a *25 de Mayo* e o brigue *República*. Após três horas de combate, os brasileiros regressaram a Montevidéu e os argentinos a Buenos Aires. A nova ofensiva dos inimigos mediante ruptura do bloqueio implicou na caça pela força naval brasileira. A

tática empreendida por Brown foi a atração dos navios inimigos ao interior do estuário, próximo aos bancos de areia. O resultado foi a eclosão do combate do Banco Ortiz onde a *25 de Mayo e* a *Niterói* encalharam. O navio brasileiro conseguiu desencalhar e regressou à base. Mais um conflito marcado por indecisões. As pressões internacionais refletiam, exploravam a dificuldade brasileira de tornar o bloqueio efetivo. Afinal, todos os embates apresentados resultaram da capacidade platina de romper o bloqueio. O comando de Rodrigo Lobo foi, finalmente, questionado. O barão do Rio da Prata, Rodrigo Pinto Guedes (1762-1845) assumiu o comando em chefe da força naval brasileira na Guerra da Cisplatina e reorganizou a esquadra, estabelecendo novas divisões navais para, finalmente, retomar a eficácia do bloqueio naval. Na sessão da Câmara dos Deputados de 21 de julho de 1826, foi exposto o novo plano estratégico da Armada Imperial:

> Desde que chegou em Montevidéu, o Excelentíssimo Almirante Rodrigo Pinto Guedes, notou-se uma grande atividade nas forças navais deste Império estacionadas no Rio da Prata. A fragata *Imperatriz* foi destacada para Maldonado; a Dona Paula, Piranga e Paraguassú estão em frente de Montevidéu formando a primeira linha de bloqueio; em meio canal; quase em frente de Buenos Aires se acham corvetas, alguns brigues e escunas, em tudo 14 velas ao mando do Capitão de Mar e Guerra Norton, formando a segunda linha de bloqueio, cobrindo o importantíssimo ponto da colônia, ameaçando e inutilizando a Esquadra de Brown forte de 6 velas a qual está fundeada no lugar chamado Possos (DIÁRIO FLUMINENSE, 1826, p. 561)

A consequência imediata da manutenção do bloqueio foi a retomada ao cumprimento do propósito inicial de impedir o comércio com as potências estrangeiras:

> O Excelentíssimo Almirante Pinto Guedes que se acha a bordo da Fragata Piranga, dirige d'ali todos os movimentos da Esquadra, e com ele não precisam os navios estrangeiros procurar muito para descobrir onde está o bloqueio. Quatro navios ingleses e um francês com destino para Buenos Aires, se acham apresados em montevidéu (Idem).

A proposta britânica para a Convenção Preliminar de Paz foi levada à discussão no Conselho de Estado em agosto de 1828. Os conselheiros destacam justamente a exaustão de recursos e as dificuldades de manter a guerra. Somente o Marquês de Paranaguá afirmava-se favorável à continuidade. Segundo a ata: "SMI decidiu, que no caso de concordarem em conceder a nossa navegação nos rios do interior que desembocam no Prata os nossos plenipotenciários o firmassem" (RODRIGUES, 1978, p.54).

Assim, foi assinada a Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828 entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Ela encerrou a Guerra da Cisplatina estabelecendo uma nova unidade nacional no Prata, sob o nome de República Oriental do Uruguai. O acordo, mediado pelo Reino Unido, buscava encerrar um conflito que se mostrava oneroso e politicamente desgastante. A nova república seria reconhecida como um estado neutro, com sua independência garantida pelas potências envolvidas.

Conforme destaca Daniel Rei Coronato, a Convenção se tornou nas décadas seguintes causa e efeito do sistema platino de Estados (CORONATO, 2023, p. 29), tendo sua interpretação bastante elasticidade a depender dos interesses envolvidos. O artigo terceiro obrigava as partes contratantes a defender a integridade e a independência do Uruguai. O sétimo artigo estipulava a nomeação de co-

missários brasileiros e portenhos para aprovarem a Constituição uruguaia antes da mesma ser jurada. O artigo 17 estipulava a nomeação de comissários para o acordo definitivo de paz. Por fim, foi inserido um artigo adicional, de acordo com o pleito do monarca brasileiro, franqueando por quinze anos a navegação da bacia platina ao Brasil. Importante destacar que tanto Brasil quanto Argentina eram Estados Nacionais em formação, não possuindo um efetivo monopólio do uso legítimo da força física e ficavam à mercê das negociações com as chamadas "regiões-província" para a defesa de suas fronteiras. O processo de formação dos Estados Nacionais do Prata foi longo, multifacetado e se arrastou por muitas décadas no século XIX.

Considerações Finais

No bicentenário da eclosão da Guerra da Cisplatina é oportuno uma revisão desse momento histórico complexo e marcante no processo de formação dos Estados soberanos na bacia do Prata. Neste capítulo, buscou-se inserir o conflito na dinâmica das relações internacionais platinas, demonstrando que os embates de interesses extrapolaram os atores beligerantes, trazendo as potências econômicas do período como Estados Unidos, França e Reino Unido também para o debate.

Optou-se por uma abordagem interdisciplinar, dialogando com a história naval e a história das relações internacionais. Dessa forma, foi possível apontar como a estratégia naval não pode ser interpretada de forma isolada e, no discurso historiográfico, também não deve ser desconsiderado tendo em vista que ainda é pouco explo-

rada, apesar de ser tão relevante para compreender os desdobramentos da própria guerra da Cisplatina no âmbito internacional.

Embora o bloqueio naval tenha sido uma escolha assertiva tendo em vista que o isolamento das comunicações marítimas era imprescindível para impactar a logística das forças militares como também o desgaste socioeconômico da Cisplatina e das Províncias do Prata, a Marinha Imperial enfrentou desafios para executá-la. Um Estado que se propõe a isolar o comércio marítimo assume os riscos de atingir interesses de potências políticas com poder militar e econômico superiores. No caso do Império do Brasil, a sua força naval experimentava um processo de formação recente tendo em vista que foi criada em 1822 com caráter emergencial para a defesa da autonomia do país que estava surgindo. Nesse processo, os problemas estruturais como a ausência de militares brasileiros qualificados, permanecendo em seus quadros mercenários estrangeiros e portugueses, além da ausência de material flutuante suficiente para as operações navais e defesa do território conviviam com a necessidade de cumprir as missões. Sobretudo, a defesa da manutenção da unidade territorial. Os problemas táticos que enfraqueciam o bloqueio eram justificados pela ineficácia da força naval e não pela capacidade operacional da esquadra platina.

A Marinha Brasileira foi também agente diplomático tendo em vista que seus comandantes Rodrigo Lobo e Rodrigo Pinto Guedes negociavam o respeito ao bloqueio pelas potências neutras ao mesmo tempo que também empregam a força para assegurar seu propósito estratégico. Portanto, no âmbito da Guerra da Cisplatina, o Estado brasileiro também foi desafiado pela política externa. O

bloqueio naval revelou as fragilidades não somente da Marinha, mas do Estado que estava em construção.

Cabe, por fim, apontar como o posicionamento em relação ao bloqueio naval brasileiro refletiu os interesses dos atores externos, principalmente, o caso norte-americano. Ficou evidenciado, a tendência dos Estados Unidos de defenderem seus interesses junto a Buenos Aires, colocando obstáculos nas relações bilaterais com o Império do Brasil. O Reino Unido, por outro lado, almejando garantir seus interesses na bacia do Prata buscou na mediação da Convenção Preliminar de Paz a melhor estratégia para a manutenção das relações com o Império do Brasil e a futura independente Cisplatina. A ascensão de um novo Estado autônomo garantia aos britânicos mercado para seus produtos. Para o Estado brasileiro, a obtenção da livre navegação do rio da Prata significava vitória estratégica tendo em vista que garantiu a presença em uma comunicação marítima imperativa para a integração do seu próprio território e projeção de poder na região. Ademais, inviabilizou o crescimento físico das Províncias Unidas do Prata, afirmando sua liderança regional.

Fontes Impressas

O Verdadeiro Liberal nº 9. Rio de Janeiro, 1826. In: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700460&Pesq=bloqueio%20naval&pagfis=43, acesso 10 dez. 2024.

Império do Brasil: Diário Fluminense. Rio de Janeiro, 1826. In: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&Pesq=blo-

queio%20naval&pagfis=1740, acesso 10 dez. 2024.

MANNING. W.R. (org.), Diplomatic Correspondence of The United States Concerning The Independence of The Latin-American Nations, Volume 3. New York: Oxford University Press, 1925.

Bibliografia

ABREU, Guilherme Mattos de Abreu (org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

ALMEIDA, Francisco A. A historiografia naval brasileira (1880-2012). In: Revista Brasileira de História Militar (Rio de Janeiro). ano III, nº 08, p. 27-56, 2012.

AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo. Textos Políticos de História do Brasil. Volume 1. Brasília, Senado Federal, 2002.

ARRUDA, J.J. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BARCELOS, Ana Paula. Mitre, Lamas e Paranhos: diplomacia, história e redes de sociabilidade no Brasil e no Rio da Prata em meados do século XIX. In: Ana Paula Barcelos; Gabriel Passetti. (Org.). *Nas teias da diplomacia: Percursos e agentes da política externa brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2022

BARROS, José D'Assunção Barros. *O campo da história: especialidades e abordagens.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp, 2004.

BITTENCOURT, Armando Senna. *Introdução à história marítima brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

BOITEUX, Lucas Alexandre. MARTINS, Hélio Leôncio. Campanha Naval na Guerra Cisplatina. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 1975, p. 163-429.

CORONATO, D.R. Convenção Preliminar de Paz de 1828, Formação Nacional, Rio da Prata, Sistema Internacional. Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais. (Rio Grande) n. 2, p. 27–39, 2023. Disponível em: https://periodicos.furg.br/cn/article/view/15802. Acesso em: 10 jan. 2025.

CORONATO, Daniel Rei; VICENTE, Melissa Mendes Caputo. História e Relações Internacionais: novas abordagens histórico-conceituais. In: AUBERT, P.G., CORONATO, D.R., GANDIA ,L.R., GREJO, C.B., ROTA, A.R. *Diálogos Interdisciplinares Entre História e Relações Internacionais*. Serra: Identidade, 2025

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DORATIOTO, F. *O Brasil no Rio da Prata*. Brasília: FUNAG, 2014.

DORATIOTO, F. Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852). In: *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. (Rio de Janeiro). n.12, p. 9-20, 2010.

ERMAKOFF, George. *Lord Thomas Cochrane: um guerreiro escocês a ser-*

viço da independência do Brasil. Rio de Janeiro: Casa Editorial G. Ermakoff, 2021.

FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FERREIRA, Fábio. A Armada Imperial e o Estado Cisplatino Oriental no contexto da construção dos Estados Nacionais na América do Sul (1822-1824). In: *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil.* (Rio de Janeiro). nº 39, p. 32-48, 2024.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial.* São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

FRAGOSO, João Luís. "O Império Escravista e a República dos Plantadores. Parte A: Economia Brasileira noséculo XIX: mais que uma plantation escravista-exportadora" In: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

GAMA, Edina Laura Nogueira da e SILVA, Jéssica de Freitas Gonzaga da. A Esquadra na Guerra da Cisplatina e nas Revoltas Regenciais. In: José Carlos Mathias; Guilherme Mattos de Abreu. (Org.). Esquadra 200 anos. 1ed.Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2022, v. 1, p. 76-93.

GOYENA SOARES, Rodrigo. *A Guerra de Sessenta Anos: a região-mundo platina e as causas do conflito de 1864.* Varia Historia, Belo Horizonte, v. 40, e24018, p. 1–27, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-87752024v40e24018

HART, Basil Henry Liddell. *As Grandes Guerras da Históri*a. São Paulo:

IBRASA, 1982.

JUCÁ DE SAMPAIO, A.C. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. IN: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) *O Brasil Colonial: 1720-182*1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

JANCSÓ, I. e PIMENTA,J.P.G. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, C.G. *Viagem Incompleta*. São Paulo: SENAC, 2000 p. 129-175.

KOSELLECK, Reinhart. F*uturo Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006**.**

MANCHESTER, A.K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

MARTINS, Hélio Leoncio. O corso nas costas do Brasil (1826-1828). In: *Revista Marítima Brasileira*. (Rio de Janeiro). v. 137, suplemento, 2017, p. 166-186.

MENEGAT, Carla. Brasileiros e Pecuária no Norte do Uruguai. Mundo Agrário. (Buenos Aires). n. 46, 2020, p. 1-18.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. Do Grito do Ipiranga à Retirada dos Portugueses (1822-1823). In: CASTRO, Paulo. PEREIRA, Rodrigues. *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as unidades que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2020, p. 207-226.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Formação da Nação Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2024.

PRADO, F. Conexões Atlânticas: redes comerciais entre o Rio da Prata e os Estados Unidos (1790-1822) IN*: Anos 90*. (Porto Alegre), n. 45, p. 133-152, jul. 2017

PRADO, F. Foreign Interaction and the Independence of Latin America in: ECHEVERRI, M. e SORIANO, C. *The Cambridge Companion to Latin American Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

RIBEIRO, Ana. De las independencias a los estados republicanos (1810-1850): Uruguay In: *Revista de la Academia Nacional de Letras*. (Montevidéu). nº 6-7, Deciembre 2009.

RIBEIRO, Antônio Manuel Fernandes da Silva Ribeiro. Portugal e os Estudos Marítimos. In: ALMEIDA, Francisco A. MOREIRA, William de Sousa. *Estudos Marítimos: visões e abordagens*. São Paulo: Humanitas, 2019, p. 19-54.

RIGOLA, Vagner da Rosa. O Corso Marítimo na Guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História Marítima), Universidade de Lisboa. Lisboa, 2023. Disponível em: https://repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/846654/3/Vagner_Rigola_Dissertacao.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

RODRIGUES, J. H. (ORG.) *Atas do Conselho de Estado Pleno, Segundo Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1978.

SEXTON, J. *The Monroe Doctrine. Empire and nation in nineteenth century*

America. Nova York: Hill & Wang, 2011.

SILVA, Jéssica de Freitas Gonzaga da. "Na paz cumpre-se preparar a guerra": a Armada Imperial e a defesa da fronteira da província do Mato Grosso contra a República do Paraguai (1852-1865). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2017.

SILVA, Carlos André Lopes da. A Transmigração da Família Real para o Brasil e a Independência. In: ABREU, Guilherme Mattos de Abreu (org). Marinha do Brasil: uma síntese histórica. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 113-132.

SODRÉ, N.W. *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

STELA, R.S. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes 1580-1640*. São Paulo: Unibero/CenaUn, 2000.

VALE, Brian. A ação da Marinha nas Guerras de Independência in História Naval Brasileira. 3º vol., T. 1. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

VARGAS, Jonas. (Org.). *Belicosas fronteira: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Fi, 2017.

WINTER, M.D. As revoluções adotam o seu dialeto peculiar: os significados da independência do Brasil em uma região-fronteira (Província Cisplatina, 1821-1824) in: Revista Brasileira de História. (São Paulo), nº 89, 2022.

Entre irmãos: maçonaria, rede de poder e sociabilidade transnacional no mundo Atlântico oitocentista

Luaê Carregari Carneiro[1]

Pilar Ferrer Gomez[2]

https://doi.org/10.29327/5922089.1-5

Origens e dispersão da fraternidade

A maçonaria é provavelmente a mais notória, e talvez, a mais longeva das sociedades de caráter iniciático criadas entre fins do século XVII e princípios do XVIII, na Europa. Alvo das mais variadas especulações e acusações devido ao seu caráter constitutivo central, o segredo iniciático, a fraternidade esteve desde sempre relacionada

1 Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), possui graduação em História (2007) e mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) (2011). Autora do livro Maçonaria, Política e Liberdade: a Loja Maçônica América entre o Império e a República (2016). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos temas: maçonaria, Partido Republicano Paulista e Brasil império.

2 Mestra em História Social com ênfase em Brasil Império pela Universidade de São Paulo (início em 2017). Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (2015). Atualmente é professora e plantonista da rede Objetivo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História.

a acontecimentos e atores diversos, mais ou menos permeadas por teorias da conspiração.

Organizada em meados do século XVII a partir da Escócia, a fraternidade evocou elementos de organização e sistematização das antigas ordens de ofício dos "pedreiros livres" ou "francomaçons" do período medieval. Mesclando elementos filosóficos e alguns de caráter místico e esotérico, com o intuito de criar uma sociedade de homens, sobretudo a partir do século XVIII, mantendo laços iniciáticos e de mútuo auxílio.

No início do oitocentos, a maçonaria passou por uma mudança essencial em suas formulações. Esta passagem, feita entre a Escócia e a Inglaterra, teve seu auge com a criação da Grande Loja Unida de Londres, cuja fundação remete às festas de São João Batista, a partir da reunião dos quadros de filiados das primeiras lojas maçônicas da capital inglesa: *The Goose and Gridiron* (O Ganso e a Grelha), *The Crown* (A Coroa), *The Apple Tree* (A Macieira) e *The Rummer and Grapes* (O Copázio e as Uvas) (STEVENSON, 1998). Ainda que a memória maçônica aponte a fundação da Grande Loja de Londres a partir destas primeiras lojas, é difícil afirmar a data precisa de tal criação. As novas pesquisas sobre o tema consideram que o processo de fundação desta Grande Loja tenha se dado entre 1717 e 1723, baseando-se na memória de um dos principais atores do período, James Anderson, o formulador dos primeiros documentos sobre a ordem (PRESCOTT, 2018, p. 19-46).

A partir da fundação da Grande Loja de Londres, tiveram início as primeiras elaborações formais sobre a irmandade, estabelecendo suas principais características, sintetizadas em dois docu-

mentos: as Constituições de Anderson e as chamadas *Landmarks*. Tais documentos forneceram as bases para toda a formalização de uma unidade de funcionamento da ordem maçônica, pensada por estes "legisladores" como uma fraternidade universal que reuniria em uma grande instituição homens de todos os lugares, norteados por uma noção de pertencimento a esta grande fraternidade.

Assim, apesar das peculiaridades próprias de cada lugar onde se estabeleceu, todas essas maçonarias compartilham dos mesmos elementos centrais, as Constituições de Anderson, as *Landmarks* e o segredo ritualístico de pertencimento à irmandade. Sendo no segredo, para além de outros elementos distintivos da ordem maçônica, que reside sua particularidade como elemento construtor de sociabilidades políticas. Para Reinhardt Koselleck, aqueles que se reuniam nas lojas, formavam uma nova camada social que não tinha espaço político. Ao se congregarem em uma instituição cujas tarefas eram "sociais", a maçonaria permitia a "formação típica de um poder indireto, no Estado absolutista, exercido pela nova burguesia. Funcionavam cobertas por um véu que elas próprias haviam tecido: o segredo" (KOSELLECK, 1999, p.63).

As fórmulas dos rituais mais antigos vieram do Reino Unido, em sua primeira concepção oriunda da antiga maçonaria operativa, em que os três primeiros graus remetiam às antigas práticas profissionais das guildas: os graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre. Depois vieram os graus filosóficos; isto é, a maçonaria especulativa elaborou outros graus que indicassem o tempo de permanência do irmão na ordem e estabelecessem uma hierarquia entre seus membros. O Reino Unido forneceu o modelo ritual formado por 33 graus,

intitulado Rito Escocês Antigo e Aceito, uma vez que sua formulação inicial proveio das lojas escocesas.

Com a dispersão da irmandade pelo continente, novas formas de rito ganharam forma, simplificando o modelo anglo-saxão. Na França, o Rito Francês ou Moderno manteve os três graus simbólicos originais (Aprendiz, Companheiro e Mestre) e diminuiu o número de graus filosóficos, mantendo apenas quatro deles, dando origem a um rito com 7 graus no total (JONES, 1999, p. 117-141). A tradição francesa criou ainda uma outra formulação de rito com 12 graus, conhecido como Rito Adonhiramita, com o costume da adoção de nomes simbólicos como forma de proteção dos irmãos em momentos de maior perseguição, ampliando as implicações do segredo ritualístico.

A maçonaria francesa, com a simplificação dos ritos e graus, permitiu, por um lado, um maior controle dos iniciados e, por outro, a abertura para manifestações políticas de seus membros no espaço interno da irmandade, assim como a participação dos irmãos na vida pública. Sua organização pressupunha uma unidade central que englobasse todo o território, com um quadro de lideranças pertencentes a diversas lojas e não a uma especificamente (LOISELLE, 2014).

A última grande vertente de formulação ritualística é originária da América, das antigas 13 Colônias Britânicas que, após sua independência, dariam origem aos Estados Unidos. A presença da maçonaria nos territórios coloniais é contemporânea ao processo de dispersão da irmandade na Europa continental, mas sua ritualística ganhou contornos próprios que abriram um longo conflito com a irmandade de vertente europeia. A primeira grande diferenciação

criada pelos colonos foi a de um quarto grau simbólico, o Mestre da Marca. Ademais, o rito americano também restringiu o número de graus filosóficos para nove (JONES, 1999, p. 193-212). Posteriormente houve a criação de uma nova forma de organização derivada do rito americano ou Rito de York, criando-se um rito conhecido como York de emulação [3].

Assim, os novos ritos colocaram em xeque a autoridade da Grande Loja de Londres como centro dispersor da irmandade, levando esta, em um primeiro momento a não reconhecer os demais ritos como legítimos, o que implicava no não reconhecimento oficial das lojas que os praticassem. Porém, este conflito foi resolvido em 1813, quando houve, o reconhecimento de diversos ritos originados após a dispersão da maçonaria, criando-se uma União, a Grande Loja da Inglaterra passou a ser formada por lojas organizadas por Antigos e Modernos[4].

Embora se pretendesse universal, a maçonaria adquiriu características e peculiaridades próprias de cada lugar onde se estabeleceu. Estas modificações, iniciadas desde a dispersão da irmandade para além das ilhas britânicas, remetem não apenas às funções ritualísticas da ordem, mas às próprias formas de iniciação e pertencimento, com maior ou menor abertura em relação aos critérios exigidos dos iniciados, ao próprio funcionamento das lojas e à organização de instituições centralizadas regionalmente e/ou nacionalmente. Tais mo-

3 O York de emulação manteve o número de graus, passando o quarto grau (o Mestre da Marca) para o primeiro grau filosófico, mantendo assim as formulações originais da Landsmark de Mackey.

4 As lojas dos "Antigos" eram chefiadas pelo Duque de Sussex, enquanto as lojas dos "Modernos" eram chefiadas pelo Duque de Kent. (JONES, 1999, p. 217- 229).

dificações são essenciais ao funcionamento da irmandade, das quais a maçonaria brasileira é tributária, conforme veremos adiante.

Breve historiografia maçônica

No que se refere às pesquisas acadêmicas que se dedicaram a compreender a história da maçonaria e as suas formas de atuação, a produção acadêmica sobre o tema foi relativamente escassa até o início da década de 1970, quando surgiram dois trabalhos pioneiros. Margareth C. Jacob inaugurou uma nova frente de estudos no mundo anglo-saxão com seu livro *The Radical Enlightenment: Pantheist, Freemasons and Republicans* (JACOB, 1981), em que aborda a relação entre a cultura secular e as sociedades secretas, como a maçonaria, e a hegemonia do capitalismo na mentalidade do século XVIII. Outro trabalho é o de autoria de Iris Zavala, *Masones, comuneros y carbonários* (ZAVALA, 1971), em que estudou as sociedades secretas na construção de uma nova realidade política nos domínios espanhóis desde o final do século XVIII até o reinado de Fernando VII.

A partir destes trabalhos, uma nova abordagem acerca da atuação da maçonaria, sobretudo em seu aspecto político e social, influenciou a produção acadêmica mundial. Para além dos campos de investigação sobre as origens da maçonaria, a historiografia europeia, destacando-se as produções do Reino Unido e da França, buscou compreender a origem da maçonaria e a sistematização de seus elementos formativos, com vistas a desmistificar a irmandade e romper com as lendas e interpretações equivocadas sobre ela[5].

5 Sobre os trabalhos sobre a sistematização da maçonaria, cf. Jacob (2005); Ferrer Banimeli (1977); Stevenson (1998).

Mapeando os processos de consolidação e expansão da maçonaria, não apenas na Europa, mas também para os domínios americanos, observando a formação de redes de sociabilidade entre estes vários espaços, a construção de mentalidades e de novos comportamentos políticos[6], além da atuação dos membros da fraternidade nas esferas públicas, atuando na elaboração de novos comportamentos políticos e o seu envolvimento em processos históricos singulares, como as Revoluções Atlânticas[7].

Uma segunda frente de pesquisas se concentra no tema da expansão e posterior atuação da fraternidade na América, com destaque para os trabalhos sobre os Estados Unidos e o crescimento de pesquisas sobre o Caribe (Cuba, Porto Rico e um incipiente grupo sobre o Haiti), além dos trabalhos sobre a América espanhola, especialmente a produção mexicana, e um novo fôlego para as pesquisas sobre a ordem maçônica no Brasil.

No que se refere aos importantes trabalhos sobre a maçonaria nos Estados Unidos, não apenas pelo destaque que a ordem teve no país, como também por ser o primeiro território americano onde a fraternidade se instalou. Além disso, a maçonaria estadunidense, ainda no século XVIII, implicou em uma nova divisão no corpo maçônico, mesclando elementos ingleses e franceses, constituindo comportamentos próprios da fraternidade naquele território[8]. A particu-

6 Sobre a expansão da maçonaria cf. Jacob (1991); Beaurepaire (1999); Marques (1990-1997); Ferrer Benimeli (1987).

7 Sobre a participação maçônica na Revolução Francesa cf. Loiselle (2014); Hackett (2014).

8 Sobre as particularidades de rito para os Estados Unidos cf. Jacob (2005); Lester (2004).

laridade da conformação da fraternidade naquela localidade não se deve apenas a práticas rituais, mas também a uma subdivisão, nascida ainda no século XVIII, nas lojas do estado de Massachusetts e depois expandida para os outros estados da federação, as chamadas lojas negras, que no século XIX constituíram potências próprias, os chamados Prince Halls[9].

As pesquisas acadêmicas nos Estados Unidos se concentram principalmente na atuação da fraternidade a partir dos processos da Revolução Americana, buscando compreender a constituição de redes de sociabilidades entre as elites, assim como suas articulações para além das divisões entre norte e sul. Trabalho fundamental é o de Steven C. Bullock, *Revolutionary Brotherhoood: Freemasonry and the transformation of the American Social Order (1730-1840)* (BULLOCK, 1996), em que o autor mapeia a atuação dos maçons americanos desde sua implementação no território e engajamento no processo de emancipação, como sua atuação na construção do novo Estado nacional até o aparente enfraquecimento da fraternidade na década de 1840, em razão do surgimento do movimento e posterior partido Antimaçônico. O trabalho de Bullock renovou as pesquisas na área, se expandindo para além do processo de independência, passando pela construção do novo país e seu processo de expansão[10], destacan-

9 O Prince Hall nasceu em 1783 como uma loja africana em Boston, ligada a Grande Loja de Massachusetts e se torna uma potência própria em1815. Sobre o Prince Hall cf. A, James PM (PHA). *"History of Prince Hall Masonry"* The Most Worshipful Prince Hall Grand Lodge State of New York. http://www.jabron.net/yhist.htm; Brooks (2000, p. 197–216); Walker (2008); Wallace Maurice O. *"Are We Men? Prince Hall, Martin Delaney and the Masculine Ideal in Black* (1997, p. 396–424).

10 Sobre a participação da maçonaria para além da independência nos Estados Unidos cf. Dumenil (1984); Lipson (1997).

do o período da Guerra Civil, principalmente no Sul[11].

Ainda é preciso mencionar os trabalhos que buscam interligar a atuação da maçonaria em diferentes regiões, examinando, por exemplo, as influências da maçonaria estadunidense sobre outros locais da América, com destaque para a Grande Loja da Luisiana e Grande Loja de Nova York. Ambas as obediências atuaram no sentido de expansão da ordem e de seu reconhecimento em outros locais do continente, como as primeiras lojas do Caribe e, especialmente para o Brasil, da loja 6 de Março de 1817 em Pernambuco, que articulou parte das elites pernambucanas na Confederação do Equador[12]. É nesta intersecção entre a maçonaria de Nova York, Luisiana e demais localidades da América que localizamos uma outra frente de trabalhos, as pesquisas sobre a maçonaria caribenha, como a produção de Cuba e Porto Rico. Estas não apenas se relacionam com a historiografia estadunidense, como se interligam principalmente com os trabalhos da Espanha sobre o tema.

No que se refere aos estudos sobre a irmandade nos países ibéricos, é preciso lembrar que ali a maçonaria passou por um longo processo de perseguição, muito mais severo que na Inglaterra e na França, fosse pela longa atuação da Inquisição ou por parte das autoridades governamentais. Aliado a este quadro, a maçonaria latino-americana passou as primeiras três primeiras décadas do século XIX quase toda na clandestinidade, proibida por antigas leis coloniais ainda em vigor e pela proibição dos chefes nacionais, apesar de sua participação nos processos de emancipação.

11 Sobre a Guerra Civil e a maçonaria nos Estados Unidos cf. Carnes (1989); Halleran (2010).

12 Sobre a loja pernambucana de filiação à potência americana cf. Mello (2004).

Não bastassem tais perseguições, os pesquisadores, por muito tempo, tiveram que lidar com a restrição de acesso à documentação, permitida somente aos iniciados na ordem. Por isto, a produção sobre a história da maçonaria, principalmente na América Latina, durante muito tempo esteve vinculada aos escritores memorialistas pertencentes a própria fraternidade. Apesar desta produção apresentar algumas interessantes perspectivas de análise, falta rigor científico em suas produções.

No caso brasileiro, não foi diferente, sendo que por muito tempo os trabalhos sobre a maçonaria ficaram restritos às publicações de caráter memorialista, redigidas pelos próprios maçons[13]. Foi no final da década de 1990, com os trabalhos de Alexandre Mansur Barata sobre a maçonaria brasileira nas últimas décadas do século XIX até o período da independência, que se inaugurou uma análise sistemática sobre a atuação da ordem no Brasil. Contemporâneo aos trabalhos de Barata, estão os estudos de Eliane Lucia Colussi, *Plantando as ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*, em que analisa a estruturação e a expansão da maçonaria no Rio Grande do Sul, além das interligações entre a maçonaria gaúcha e as maçonarias dos países vizinhos, como Argentina e Uruguai.

Também podemos citar o trabalho de Marco Morel, em *As Transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840),* em que dedica um capítulo ao estudo do funcionamento da Maçonaria nas primeiras décadas do século XIX; Célia Maria Marinho de Azevedo, no artigo "Maço-

13 Sobre os principais trabalhos dos memorialistas maçons no Brasil cf. MELO, Mário, *A maçonaria no Brasil*. In: Livro maçônico do centenário. Rio de Janeiro: Grande Oriente do Brasil, 1922; Buchaul (2011); Castellani e Carvalho (1993).

naria: História e Historiografia", e, mais recentemente, com o livro obra *Maçonaria, Anti-Racismo e Cidadania*; Luiz Eugênio Véscio, em *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*, em que também analisa a documentação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul para compreender as esferas de atuação política da ordem naquela região e o enfrentamento com setores da Igreja católica.

Após estes trabalhos, observamos um crescimento nas pesquisas sobre a maçonaria no Brasil.[14] Entretanto, boa parte destes trabalhos se referem a atuação maçônica no período da Independência e a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo relacionados ao momento da Questão Religiosa, quando os maçons estiveram no cerne da discussão sobre as relações entre religião e Estado. Ainda faltam estudos mais aprofundados que analisem a complexa atuação da maçonaria no Brasil no século XIX.

A maçonaria brasileira na construção de uma rede transnacional

Assim, a proposta desse artigo é pensar como a maçonaria pode ser analisada a partir das relações tecidas entre os diversos corpos maçônicos, que envolviam as negociações de reconhecimento, auxílio e proteção mútua. A maçonaria possui uma articulação que lhe caracteriza não como uma instituição internacional e sim transnacional, uma vez que suas redes de filiação e apoio ultrapassam as

14 Dentre as recentes produções historiográficas destaca-se as pesquisas de Alex Moreira Andrade, Renata Ribeiro Francisco, Françoise Jean de Oliveira Souza, Ivanilson Bezerra da Silva.

fronteiras nacionais, interligando Grandes Lojas e Orientes por meio de tratados de mútuo auxílio e proteção, além de redes de reconhecimento que inserem ou rejeitam determinado corpo maçônico nesta rede transnacional.

Tais articulações entre as maçonarias pelo globo, ainda no século XVIII, garantiu não apenas sua difusão pelo mundo Atlântico, mas, sobretudo, a proteção de seus membros nas mais diversas situações e a garantia de acolhimento em outras localidades. É a partir destas articulações que os estudos sobre a maçonaria analisam as relações entre as elites, tecendo redes de circularidade de ideias e de pessoas que envolvem espaços geográficos diversos. Para a maçonaria brasileira, esta circulação é perceptível não apenas pelo seu processo de regulamentação no século XIX, mas pelo caráter iniciático de seus membros.

Embora a historiografia do início do século XX tenha identificado o local de iniciação dos primeiros maçons brasileiros em Coimbra, em uma loja ligada à Universidade, estudos mais recentes apontam estas iniciações também ocorreram em Montpelier, na França [15] A historiografia portuguesa aponta que o grande ponto de sustentação da maçonaria no país não se localizava no território continental, mas sim na ilha da Madeira, mais distante do controle régio sobre as atividades da fraternidade (BARATA, 2006, p, 28).

15 Segundo as pesquisas de Alexandre Mansur Barata, é possível notar a existência de maçons em terras brasileiras desde o final do século XVIII. O autor demonstra que era comum a iniciação em lojas maçônicas na Europa. Muitos brasileiros ao concluírem seus cursos na Universidade de Coimbra, completavam os estudos na Inglaterra e na França, sendo que existiam duas lojas maçônicas de estudantes brasileiros na França, uma em Montpellier e outra em Perpignan (BARATA, 2006).

Esta iniciação dos maçons luso-brasileiros fora do território português já é um primeiro indicador da circulação destes homens, uma vez que iniciados na França, estes se tornariam mais próximos às ideias da Ilustração do que quando iniciados nas lojas de Coimbra. Muitos dos maçons portugueses também aproveitaram a mobilidade dos estudantes para levar a Portugal ideias e livros de ilustrados, que tinham restrição de entrada (MARQUES, 1990-1997, p. 154). Assim, ao analisarmos a construção e o funcionamento da maçonaria em determinado país, é necessário um olhar mais amplo a fim de atentar para as redes de circulação as quais ela se integrava, possibilitando a elaboração de um panorama composto pelo conjunto das maçonarias no mundo Atlântico.

É possível notar a existência de maçons em terras brasileiras desde o final do século XVIII. Mas, a organização de lojas maçônicas regulares só se deu nos primeiros anos do século XIX. A primeira loja maçônica no Brasil foi fundada em 1801, no Rio de Janeiro, com o nome de Reunião e vinculada ao Grande Oriente da França. Naquele mesmo ano, em Pernambuco, foi instalada, por iniciativa dos Cavalcanti Albuquerque, uma reunião "para os adeptos e aprendizes" (AZEVEDO, 2010). Em 1802, surgiu a loja Virtude e Razão, na Bahia, de breve funcionamento, que voltaria a funcionar, em 1807, com o nome de Virtude e Razão Restaurada. Em 1804, o Grande Oriente Lusitano estabeleceria na América portuguesa lojas vinculadas a tal obediência, no caso foram fundadas duas lojas no Rio de Janeiro, a Constância e a Filantropia, buscando fortalecer o vínculo com a maçonaria portuguesa em detrimento à francesa.

Durante o contexto de independência a maçonaria ganhou um

novo impulso político, completando a sua estruturação a partir da formação do Grande Oriente do Brasil. Em 1815, surgiu no Rio de Janeiro a loja Comércio e Artes, sendo que em 1821 essa loja desdobrou-se em três: Comércio e Artes na Idade de Ouro; União e Tranquilidade; e Esperança de Niterói. E, foram essas três lojas maçônicas que deram origem ao Grande Oriente do Brasil (GOB), fundado em 24 de junho de 1822, sendo reconhecido pelos Orientes da França, Inglaterra e Estados Unidos. Longe de se constituir em uma ordem homogênea, a história da trajetória da ordem maçônica no Brasil foi marcada por muitas disputas e divisões.

No âmbito da organização maçônica moderna, o Grande Oriente constitui-se como uma potência maçônica soberana de caráter nacional, responsável pelo governo administrativo, normativo e simbólico das lojas maçônicas que atuam sob sua jurisdição territorial. Conforme a literatura historiográfica especializada, o Grande Oriente exerce autoridade principalmente sobre os graus simbólicos (aprendiz, companheiro e mestre) definindo rituais, regulamentos internos, formas de reconhecimento e relações entre diferentes potências maçônicas. Sua consolidação histórica está associada, sobretudo, às tradições da maçonaria continental europeia, em especial a francesa, distinguindo-se do modelo anglo-saxão das Grandes Lojas tanto por sua terminologia quanto por sua maior centralização administrativa e, em determinados contextos históricos, por uma postura mais aberta à intervenção em debates políticos, filosóficos e religiosos. Assim, o Grande Oriente não apenas organiza a vida institucional das lojas simbólicas, mas também atua como agente estruturante da identidade maçônica em escala nacional, refletindo as espe-

cificidades culturais e históricas dos espaços em que se desenvolve.[16]

Jessica Harland-Jacobs analisa a formação e expansão da maçonaria por meio da criação de uma rede global que transcendia fronteiras nacionais e expandia as relações sociais entre seus membros, da Europa e de outras partes do mundo. Ao analisar a formação da maçonaria como a construção de uma rede, destaca um sistema interconectado, um grupo de pessoas inter-relacionadas que compartilham interesses e preocupações e buscam assistir-se mutuamente. "Ponen a la gente en contacto y asociación: hermanos conociendo otros hermanos, logias interactuando con otras logias, grandes logias comunicándose entre sí y con las logias. Proporcionan una estructura para la interacción social y la asistencia mutua" (HARLAND-JACOBS, 2013).

O próprio funcionamento do meio maçônico era constituído por uma sistemática de auxílio mútuo e proteção, permitindo, então, a construção de redes que interligavam maçons de diferentes regiões do globo. Assim, quando surgia uma nova loja maçônica, ela se tornava parte de uma rede sempre crescente.

> La masonería, por lo tanto, ayudó a volver al mundo un lugar más interconectado e interdependiente al crear una red que se expandía a lo largo del mundo, que cruzaba las fronteras tradicionales y que impulsaba a sus miembros a adoptar un marco de referencia global, al que he caracterizado como una fraternidad cosmopolita. (HARLAND-JACOBS, 2013)

16 Bernard E. Jones define o Grande Oriente como uma forma específica de organização central maçônica, que governa as lojas maçônicas dentro de um território, frequentemente adotando uma estrutura administrativa mais centralizada. Jones observa que o uso do termo reflete tradições, sendo comum em países latinos e na Europa continental, enquanto o termo Grand Lodge predomina no mundo anglófono. (JONES, 1999); (BOGDAN, 2014).

Os deslocamentos constantes desses irmãos evidenciam o caráter transnacional de formação de uma rede maçônica global, assim como apontam para a importância do estabelecimento de relações diplomáticas entre as diferentes potências maçônicas estrangeiras, sendo tais relações fundamentais para garantir a proteção desejada aos membros que viajavam para diferentes partes do mundo. Tais redes poderiam assegurar ajuda mútua em conjunturas desfavoráveis, representando um auxílio àqueles que viajavam para o exterior. Bastava uma carta de recomendação dirigida ao Oriente para onde o maçom iria, em uma viagem à negócios, uma mudança de residência ou uma simples visita, para que fosse recebido com toda cordialidade, sendo auxiliado em tudo que estivesse ao alcance dos maçons daquele lugar, reforçando a ideia de que havia vantagens em pertencer a essa fraternidade.

Assim, por meio da maçonaria foram construídas redes de relações que visavam ao fortalecimento de seus membros, para além do espaço em que moravam, trabalhavam e atuavam politicamente, alcançando outras paragens. O convívio social dentro da ordem objetivava não só reiterar laços de amizade, mas também solidificar laços políticos que permitissem a esses grupos maior afluência econômica e maior influência no contexto internacional. [17]

17 "Se sabía igualmente que el desarrollo de las relaciones Internacionales, tomando a la masonería lo más cosmopolita posible, era la mejor manera de cultivar la fraternidade masónica internacional, recogiendo de ahí claras ventajas para los masones que se desplazaban por el mundo, em viajes de recreo o al servicio de sus profesiones, pudiendo encontrar 'hermanos y amigos em todo el mundo'." FERRO, João Pedro. "Masonería y relaciones Internacionales. El Gran Oriente Lusitano Unido". In: (FERRER BENIMELI, 1995, p.307).

O conhecimento acerca da importância da manutenção de relações de amizade e de reconhecimento mútuo com as mais diversas potências estrangeiras estava no horizonte dos maçons brasileiros. As cartas de recomendação de irmãos e pedidos de proteção apontam para a centralidade da construção dessa rede de relações tecidas via maçonaria. Sendo nítido que os membros dessa associação utilizavam a sua iniciação maçônica durante os seus deslocamentos para o estrangeiro, fosse para uma viagem à trabalho, por motivos de saúde ou por questões econômicas, recorriam ao Grande Oriente para que enviasse pedidos de acolhimento e proteção.

Considerando-se que o fluxo de maçons que se deslocava do Brasil para Portugal era significativo, as relações com a maçonaria portuguesa eram bastante importantes para os membros do Grande Oriente do Brasil (GOB). Analisando as correspondências enviadas por este corpo maçônico, nota-se uma espécie de texto padrão de carta de apresentação, como no exemplo a seguir, em que o secretário, Alexandrino Freire do Amaral, informa à maçonaria portuguesa sobre o deslocamento de um irmão:

> Partindo d'este para esse Or:.[Oriente] o nosso Caro Ir:.[Irmão] C:.[Cavaleiro] R:.[Rosa] +:.[Cruz] Antonio Ferreira Marques, Obr:.[Obreiro] da Aug:.[Augusta] Loj:.[Loja] Cap:.[Capitular] Amparo da Virtude da nossa jurisdicção, tenho a honra de vol-o apresentar, e em seu favor sollicito vosso benigno acolhimento e proteção. [18]

18 Ao longo desse artigo optou-se por utilizar a grafia original nas citações dos documentos, nos nomes das lojas maçônicas e das pessoas. Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Nº 24 Ao Pod:. E Ill:. Ir:. Sob:. Gr:. Insp:. Ger:. 33:. Dr Antonio Manuel da Cunha Belem, Gr:. Secret:. do Gr:. Or:. Lusit:. Unido, Sup:. Conc:. da Maçon:. Portuguesa, 31 de março de 1871. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

Esse tipo de carta de recomendação seguia um modelo básico mencionando o nome do maçom, a loja a que pertencia e o grau de iniciação maçônica, neste caso tratava-se do grau de Cavaleiro Rosa Cruz correspondente ao 18º grau do rito Escocês Antigo e Aceito. É possível perceber que tal carta não detalha o motivo da viagem, além de fazer um pedido genérico de recepção e proteção por parte dos maçons portugueses.

Em contrapartida, os pedidos de acolhimento e proteção são bastante rebuscados quando se trata da apresentação de irmãos que pertenciam aos últimos graus de iniciação maçônica, do 30º ao 33º no caso do rito Escocês Antigo e Aceito. Como no exemplo a seguir, temos outra correspondência enviada ao corpo maçônico português, solicitando proteção para um membro portador do último grau maçônico (33º):

> Partindo d'este para esse Or:.[Oriente], o nosso muito amado e Ill:.[Ilustríssimo] Ir:.[Irmão] Sob:.[Soberano] Gr:.[Grande] Insp:.[Inspetor] Ger:.[Geral] 33:. Jose Maria Pereira, membro honorário do Gr:.[Grande] Or:.[Oriente] e Sup:.[Supremo] Conc:.[Conselho] do Brazil e do Gr:.[Grande] Cap:.[Capítulo] Ger:.[Geral] dos Ritos Azues, em cujas altas Officinas tem merecido vários cargos com todo o zelo e fervor maçon:.[maçônico], espero que por vós seja benignamente acolhido e apresentado não só ao nosso Pod:.[Poderoso] Ir:.[Irmão] Conde de Paraty, mas também aos demais GGr:.[Grandes] DDignit:.[Dignatários] e OOff:.[Oficiais] do vosso Gr:.[Grande] Corpo, certo de que apresentareis um perfeito cavalheiro, um verdadeiro Maç:.[Maçom] e um negociante, typo da honradez.
>
> O nosso mencionado Ill:.[Ilustríssimo] Ir:.[Irmão], supondo que pouco tempo se demorará n'esse Val:.[Vale], julgo que irá residir na cidade do Porto, peço-vos pois que envideis vossos esforços afim de que os nossos IIll:.[Ilustríssimos] IIr:.[Irmãos] Portugueses lhe prodigalizem o mais afável acolhimento.
>
> Confiado pois em vossa excessiva bondade, ouso esperar ver atendido, des-

> de já agradecendo-vos tudo o que for feito em prol de tão virtuoso, quão eminente Maç:.[Maçom].[19]

É possível observar o zelo do secretário Alexandrino Freire do Amaral ao redigir o pedido de proteção, uma vez que se tratava de um membro da fraternidade que, além de possuir alto grau maçônico, ocupara cargos de grande prestígio na administração do GOB. Sendo assim, existe a solicitação para que tal irmão seja apresentado diretamente ao grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, o conde de Paraty, bem como aos demais membros da alta administração do corpo maçônico português.

Mas, não era apenas o status do grau maçônico que requeria uma carta de apresentação e um pedido de proteção mais atencioso. O caso poderia envolver um irmão portador de um baixo grau maçônico, mas, que possuísse uma posição de prestígio na sociedade "profana" ou que ocupasse um cargo designado pelo governo imperial. Em tais situações uma recomendação mais elaborada também acontecia, como no exemplo a seguir:

> Partindo d'este para esse Or:.[Oriente] o nosso muito Ill:.[Ilustríssimo] Ir:.[Irmão] do gr:.[grau] 3º Dr Henrique Antonio Alves de Carvalho membro da Aug:.[Augusta] Loj:.[Loja] Cap:.[Capitular] Estrella do Norte de que sou Vene:.[Venerável]; espero que seja benignamente acolhido por vós, e apresentado ao vosso Gr:.[Grão] M:.[Mestre] Gr:.[Grande] Com:.[Comendador]. Este nosso Ir:.[Irmão] acha-se nomeado Addido á Legação Brasileira d'esse Val:.[Vale] e por sua posição e ilustração é digno de toda

19 Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Nº47: Ao Pod:. e Ill:. Ir:. 33:. Dr Antonio Manuel da Cunha Belem, mui digno Gr:. Secret:. do Gr:. Or:. Lusit:. Unido, Sup:. Conc:. da Maçon:. Portuguesa, ao Val:. de Lisboa, 5 de julho de 1871. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

a consideração.[20]

Nesse caso, trata-se de um maçom portador do grau 3, mas que havia sido nomeado pelo governo imperial para um cargo diplomático em Portugal. Diante de tal fato, o secretário do GOB, Alexandrino Freire do Amaral, que concomitantemente ocupava o cargo de presidente (venerável) da loja maçônica a que pertencia tal irmão, redigiu a carta de recomendação aos maçons portugueses. Reiterando a solicitação de que aquele irmão fosse apresentado ao próprio grão-mestre conde de Paraty.

É interessante notar que mesmo investido de uma nomeação por parte do governo imperial brasileiro, tais indivíduos também recorressem a uma carta de apresentação e um pedido de acolhimento maçônico. Sem dúvida, percebiam os benefícios e facilidades que poderiam ter na sua missão no estrangeiro a partir dessa rede de sociabilidade construída por meio dos vínculos maçônicos, fortalecendo certos grupos sociais.[21]

---

20 Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Nº38: Ao Pod:. E Ill:. Ir:. 33:. Dr Antonio Manuel da Cunha Belem, mui digno Gr:. Secret:. do Gr:. Or:. Lusit:. Unido, Sup:. Conc:. da Maçon:. Portuguesa, 12 de maio de 1871. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

21 Um outro exemplo encontra-se em uma correspondência enviada pelo GOB ao Supremo Conselho da Inglaterra apresentando o irmão "M:.[Mestre] M:.[-Maçom] Cicutenant Athanagildo Barata" membro da loja Amparo da Virtude, que estava indo para Londres "by order of the Imperial government", solicitando proteção a ele. Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Nº241: To the Resp:. and Ill:. Bro:. 33:. Nathaniel George Philips, Gr:. Representative of the Gr:. Or:. and Sup:. Counc:. Of Brazil, near the Sup:. Counc:. of England, 20 de março de 1872. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

Algumas vezes, os pedidos continham informações mais detalhadas dos problemas que precisavam ser solucionados pelo maçom em deslocamento, as cartas explicavam o motivo da viagem e solicitavam auxílio do corpo maçônico estrangeiro para que tal membro tivesse êxito na sua empreitada no exterior. Em uma dessas correspondências, temos

> O Portador d'esta é o nosso Ir:.[Irmão] do gr:.[grau] 3º João Justiniano de Vasconcellos Obr:.[Obreiro] da Aug:.[Augusta] Loj:.[Loja] Cap:.[Capitular] Iguald:.[Igualdade] e Benef:.[Beneficencia] da nossa jurisdição, que regressa a esse Or:.[Oriente] donde veio na persuasão de receber a herança paterna, tendo para isto obtido uma licença de dez mezes que já findou. Convicto de que nada recebe, e receozo de perder o emprego que exerce de Fiel de Generos de Armada, eu vos suplico que por elle intercedaes, pois é digno de toda a comiseração, esperando ser atendido permite que assigne-me vosso aff:.[afetuoso] Ir:.[Irmão].[22]

A correspondência acima trata de um maçom que ocupava o cargo de "fiel de gêneros de Armada" e, que poderia perder o emprego devido à demora na viagem para resolver pendências sobre uma herança que deveria receber. Assim, o secretário do GOB solicita ao Grande Oriente Lusitano Unido que interceda em favor do irmão recomendado. Pode-se supor que por meio da figura do grão-mestre conde de Paraty e de outros maçons portugueses que ocupavam altos cargos no mundo "profano" o caso poderia ser solucionado com maior facilidade.

22 Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Nº45: Ao Resp:. e Ill:. Ir:. Gr:. Secret:. do Gr:. Or:. Lusit:. Unido, Sup:. Conc:. da Maçon:. Portuguesa, ao Val:. de Lisboa, 22 de junho de 1871. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

Em um outro pedido de intercessão aos maçons portugueses, o GOB recomenda o irmão Arthur Puiggary Decio, portador do grau 3, membro da loja Feliz Lembrança, que "pretende ir á Hespanha receber uma herança, sollicito pois em seu favor todo o vosso benigno acolhimento e as recomendações necessárias afim de que em Barcellona, logar, onde vai tratar de seus negócios, seja recebido, acolhido e protegido como um verdadeiro Maç:.[Maçom]"[23]. Assim, havia um reconhecimento por parte dos próprios irmãos de que as relações tecidas via maçonaria os poderiam auxiliar em situações como essas.

Mas, não era apenas os maçons brasileiros que enviavam pedidos de recomendação e proteção, as potências maçônicas estrangeiras com as quais o GOB entretinha relações de amizade e reconhecimento mútuo também recorriam a tal prática. Como exemplo do funcionamento dessas redes de relações maçônicas, temos a troca de correspondências entre o secretário do Supremo Conselho do Peru e o secretário do GOB, em que o primeiro solicitava proteção a um maçom que viajaria para o Rio de Janeiro por motivo de trabalho. No que tange à carta enviada pelo corpo maçônico peruano, informava ao GOB que o irmão Joseph Wirth Ingenion

23 Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Nº317: Ao Resp:. e Ill:. Ir:. 33:. Dr Antonio Manoel da Cunha Belém, Gr:. Secret:. do Gr:. Or:. Lusit:. Unido, 2 de agosto de 1872. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro. Os pedidos de acolhimento também poderiam ser feitos em nome de parentes próximos dos irmãos, como no caso de uma correspondência enviada para a Grande Loja de Hamburgo pedindo a proteção a Francisco Guedes Castrioto Guimarães, que pretendia estudar naquele local, sendo filho de um maçom pertencente à loja Pedro 2º. Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Au T:. Ill:. Et R:. Fr:. Dr:. Buck Senior Gr:. M:. de la Gr:. Loge de Hambourg, 15 de julho de 1872. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

> Vá a Rio Janeyro á oferecer sus servicios al Gobierno Imperial, y V. como persona influyente, espero que mediante su recomendacion consiga facilmente el fin que se propone.
>
> Como Ir:. digno de nuestra Ord:., bastante inteligente y decidido, amigo de ella, merece toda classe de consideraciones.
>
> Com tal motivo, tengo el gusto de saludarlo, y ofrecerle mis servicios por estas regiones.[24]

Tal pedido envolvia diretamente a figura do grão-mestre visconde do Rio Branco e contava com o seu prestígio político para atender à solicitação desse corpo maçônico estrangeiro. A eleição de José Maria da Silva Paranhos para o cargo de grão-mestre do GOB no início de 1870 foi bastante significativa já que este desempenhava importante papel na "política profana" da época. Paranhos havia sido eleito senador vitalício pelo Mato Grosso em 1862. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros no Gabinete de Itaboraí, de 16 de julho de 1868. Sendo enviado em missão especial ao Rio da Prata, em 1º de fevereiro de 1869. Atuando nas negociações do acordo de paz com o Paraguai, o que lhe valeu o título de visconde do Rio Branco. Ele fora eleito para o cargo maçônico em abril de 1870 e, no ano seguinte, foi chamado a presidir o gabinete ministerial de 7 de março (sendo dissolvido apenas em 25 de junho de 1875), ocupando os dois cargos concomitantemente.

Por parte dos maçons brasileiros havia uma grande preocupação em atender aos pedidos feitos por esses corpos maçônicos estrangeiros. E o fato da administração do GOB contar com importantes figuras do "mundo profano", facilitava que certos pedidos fossem

24 Correspondência avulsa de Ricardo H. Hartley, Gr:. Secr:. do Sup:. Conc:. do Peru, 29 de dezembro de 1871. Grande Oriente do Brasil, Brasília.

satisfeitos. Em resposta ao Supremo Conselho do Peru, o secretário do GOB informou que havia apresentado o caso ao visconde do Rio Branco, e que este "teve a bondade de recommnedal-o ao seu colega o Ministro d'Agricultura"[25]. Na correspondência seguinte, o secretário Amaral comunicou que o maçom recomendado havia sido nomeado engenheiro em chefe da seção da estrada de ferro de Pernambuco com o ordenado de oitocentos mil réis.[26]

Portanto, ao estudarmos a história da maçonaria no império brasileiro na segunda metade do século XIX, consideramos não ser possível analisá-la sem considerar essas relações transnacionais, afinal a própria lógica de construção da fraternidade maçônica compreende o estabelecimento de relações entre os diversos corpos maçônicos espalhados pelo globo. Assim, por meio da análise de documentação maçônica foi possível constatar a importância dada pelos maçons brasileiros e estrangeiros às cartas de recomendação de irmãos e aos pedidos de acolhimento e proteção.

---

25 Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Nº210 Ao Resp:. e Ill:. Ir:. 33:. Ricardo H. Hartley, Gr:. Secr:. do Sup:. Conc:. do Peru, 18 de março de 1872. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

26 Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondência Nº261 Ao Resp:. e Ill:. Ir:. 33:. Richard H. Hartley, Gr:. Secret:. do Sup:. Conc:. do Peru, 21 de abril de 1872. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro. Em uma correspondência enviada ao grão-mestre visconde do Rio Branco, o secretário Luís Corrêa de Azevedo, informou que um "conhecido actor, maçon de Portugal e muito recomendado a nós pelos nossos Resp:. [Respeitáveis] IIr:.[Irmãos] de Portugal", "tem família aqui, está longe de seu paiz e é necessitado", sugerindo a doação de uma quantia de duzentos mil réis para auxiliá-lo. Em resposta, o grão-mestre visconde do Rio Branco solicita que seja ouvida a comissão de beneficência e o tesoureiro da ordem para poder atender tal pedido. Correspondência avulsa do Gr:. Secret:. Ger:. Dr Luis Corrêa de Azevedo 33:., 9 de outubro de 1873. Grande Oriente do Brasil, Brasília.

E para garantir o reconhecimento do GOB como corpo maçônico legítimo e, permitir que os maçons pertencentes a esse Grande Oriente desfrutassem cada vez mais dessa rede maçônica transnacional, seus dirigentes buscavam ampliar as relações maçônicas exteriores redigindo uma circular que pretendia o estabelecimento de relações com novas potências maçônicas estrangeiras. Expressando o desejo em fazer parte da fraternidade espalhada pelo globo, reforçando que "The Grand Oriente of Brazil, not only intends to join all the masonic family of the country, but even to put itself in friendly relation with all the Powers of the world comprehending the advantages that receive from reciprocal relations." Foram enviadas cópias dessa circular para as Grandes Lojas dos EUA[27], para outras potências maçônicas da América do Sul e da Europa, como o Supremo Conselho do Peru, a Grande Loja da Inglaterra, a Grande Loja da Escócia, a Grande Loja da Irlanda, a Grande Loja da Alemanha, o Grande Oriente dos Países Baixos, o Supremo Conselho da França, entre outros. [28]

Portanto, o pertencimento a essa associação era uma maneira

27 Foram enviadas circulares para as seguintes Grandes Lojas dos EUA: Alabama, Arkansas, Califórnia, Connecticut, Georgia, Iowa, Kansas, Kentucky, Maine, Maryland, Michigan, Minnesota, Mississipi, Missouri, Nebraska, Nevada, Delaware, Illinois, Indiana, Massachussetts, Montana, New Brunswick, New-Hampshire, New-Jersey, Carolina do Norte, Nova Escócia, Ohio, Oregon, Pensilvânia, Rhode Island, Quebec, Carolina do Sul, Tennesse, Texas, Vermont, Virginia, Washington, West Virginia, Wisconsin, Colorado, Columbia District, Idaho, Florida, Louisiana, Nova Iorque. Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondências nº56 a 100, nº104 e 105, 18 de setembro de 1871. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

28 Livro de Correspondência Estrangeira do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio, Correspondências nº122 a 129, nº134, 5 de novembro de 1871. Palácio Maçônico do Lavradio, Rio de Janeiro.

de inserção social importante para aqueles que optavam por ingressar nela, permitindo que os indivíduos tomassem parte em uma extensa rede de relações transnacionais construídas via maçonaria. Se tais indivíduos ao se deslocarem para o estrangeiro recorriam constantemente a característica da sua iniciação maçônica, bem como ao seu grau de iniciação na ordem ou mesmo ao cargo que exerciam nos altos corpos maçônicos, para obterem uma carta de recomendação ou solicitarem algum pedido de proteção, corrobora a ideia de que reconheciam a rede de poder que tal associação permitia que usufruíssem.

Assim, torna-se necessário que novos estudos acadêmicos reconheçam como característica importante o vínculo de tais indivíduos como membros da maçonaria, considerando os diversos sentidos desse pertencimento. Não sendo possível estabelecer uma separação entre os assuntos da vida maçônica e os da vida "profana", uma vez que tais homens do século XIX não faziam essa distinção.

Referências:

ABRON, James PM (PHA). **"History of Prince Hall Masonry" The Most Worshipful Prince Hall Grand Lodge State of New York**. http://www.jabron.net/yhist.htm

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Maçonaria, Anti-racismo e Cidadania:** uma história de lutas e debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil** (**1790-1822**). Juiz de

Fora/ São Paulo: Editora UFJF/ Annablume/ FAPESP, 2006.

BEAUREPAIRE, Pierre-Yves, **La République Universelle des Francs-maçons.** De Newton à Metternich, Rennes, Ouest--France, De Mémoire d´Homme, 1999.

BOGDAN, Henrik, & SNOEK, A.M. (eds). **Handbook of Freemasonry.** Leiden and Boston: Brill, 2014.

BROOKS, Joanna. "Prince Hall, Freemasonry, Genealogy" **African American Review** 34.2 (2000): 197–216

BUCHAUL, Ricardo B., **Gênese da Maçonaria no Brasil**, São José dos Campos, Clube dos Autores, 2011

BULLOCK, Steven C. **Revolutionary Brotherhood**: Freemasonary and the transformation of the America Social Orde,1730-1840. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1996.

CARNES, Mark C. **Secret Ritual and Manhood in Victorian America**. New Haven, CT: Yale University Press, 1989

CASTELLANI, José e CARVALHO, William Almeida. **História do Grande Oriente do Brasil**. A maçonaria na História do Brasil. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1993.

DUMENIL, Lynn. **Freemasonry and American Culture, 1880–1930,** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984

FERRER BENIMELI, José Antonio. **La masonería actual**. Sandanyola (Barcelona): Editora AHR, 1977

FERRER BENIMELI, J. A. (coord.), **La Masoneria en la España del Siglo XIX**, 2t., Junta de Castilla y Leon - Consejeria de Educación y Cultura, Leon, 1987.

FERRER BENIMELI, J. A., Coord.: **La masonería española entre Europa y América**. Zaragoza, Gobierno de Aragón,

1995

HACKETT, David G. **That religion in which all men agree**: Freemasonryin american culture. Los Angeles: University of California Press, 2014

HALLERAN, Michael A. **The Better Angels of Our Nature:** Freemasonry in the American Civil War. Tuscaloosa: The University Of Alabama Press, 2010.

HARLAND-JACOBS, Jessica. "Fraternidad global: masonería, imperios y globalización". **REHMLAC**, 2013.

JACOB, Margareth C. **The Radical Enlightenment**: Pantheists, Freemasons and Republicans. Londres: George Allen & Unwin, 1981.

JACOB, Margaret C., **Living the Enlightenment:** Freemasonry and Politics in Eighteenth Century Europe, Oxford University Press, New York, 1991

JACOB, Margareth C. **The origins of Freemasonry:** Facts and Fictios. University of Pennyslvania Press, 2005

JONES, Bernard E. **The Freemason's Guide and Compendium** (versão digital). Jersey (Channel Islands): The Lintel Trust, 1999.

KOSELLECK, Reinhardt. **Crítica e Crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

LESTER, Ralph P. **Look to the East!** A Ritual of the First Three Degrees of Free masonry. Whitefish, MT: Kessinger Publishing, 2004.

LIPSON, Dorothy A. **Freemasonry in Federalist Connecticut.**

Princeton, NJ: Princeton University Press, 1977

LOISELLE, Kenneth. **Brotherly Love:** Freemasonry and Male Friendship in Enlightenment France. Ithaca: Cornell University Press, 2014A.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História da Maçonaria em Portugal.** Lisboa: Presença, 1990-1997. 3 vols

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência.** O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELO, Mário, A maçonaria no Brasil. In: **Livro maçônico do centenário**. Rio de Janeiro: Grande Oriente do Brasil, 1922

PRESCOTT, Andrew & SOMMERS, Susan Mitchell. **Em busca del Apple Tree:** uma revisón de los primeros años de la masoneria inglesa, in Revista de Estudios Históricos de la Masoneria Latinoamericana y Caribeña, n.9, janeiro 2018

STEVENSON, David. **The origins of Freemasonry:** Scotland's century (1590-1710). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WALLACE, Maurice O. "Are We Men? Prince Hall, Martin Delaney and the Masculine Ideal in Black Freemasonry 1775–1865" **American Literary History** 9.3 (1997): 396–424.

WALKER, Corey D. B. A Noble Fight: **African American Freemasonry and the Struggle for Democracy in America**. Chicago: University of Illinois P, 2008

ZAVALA, Iris. **Masones, comuneros y carbonarios**. Espanha: Siglo XXI,1971.

No bastidor da política externa de Vargas: Cyro de Freitas Valle

Filipe Queiroz de Campos[1]

https://doi.org/10.29327/5922089.1-6

Introdução

Ao fim dos anos 1920, o sistema oligárquico que alternava paulistas e mineiros na presidência mostrava sinais de esgotamento, agravados quando o paulista Washington Luís indicou para sucedê-lo outro paulista, Júlio Prestes, rompendo o costume da alternância e unindo contra si Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A oposição organizou-se na Aliança Liberal, que lançou a chapa Vargas-João Pessoa contra Prestes; derrotada nas urnas em 1930, armou o movimento que depôs Washington Luís e instalou o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Os quinze anos que se seguiram à "Revolução de 1930" tiveram, à frente do Itamaraty, homens recrutados na própria Aliança Liberal, casos de Afrânio de Melo Franco, José Carlos de Macedo Soares e Oswaldo Aranha. A historiografia dedicada à política externa desse período consolidou, uma imagem de divisão

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, professor nessa mesma universidade e pós-doutorando pela UNIFESP.

de tarefas entre o presidente Vargas e seus chanceleres: Alzira Abreu resume que "Getúlio e seus companheiros gaúchos pouco entendiam de política internacional e pouco se interessavam por ela. Deixavam as mãos livres ao ocupante do Itamaraty" (ABREU, 2015, p. 2335-2339), e Ricardo Seitenfus reforça que o chefe do Governo Provisório "jamais se mostrou, no correr de sua jovem carreira política, atraído pelas questões de política externa" (SEITENFUS, 1985, p. 63). É essa imagem de delegação ordeira, de um Vargas absorto na política interna e alheio à externa, que a investigação dos bastidores deste período começa a desfazer.

Quem informava Getúlio Vargas sobre o mundo? E quem, além de informar, o ajudava a decidir? Ao longo dos quinze anos em que governou o Brasil, entre 1930 e 1945, Vargas montou, à margem do Ministério das Relações Exteriores, uma vasta teia de agentes de confiança que lhe escreviam diretamente, por canais sigilosos, sobre os assuntos da política externa. Chamamos essa figura de "informante do presidente": não um mero observador, mas um agente que, valendo-se de um cargo, de um trânsito social ou de um laço pessoal, mantinha com Vargas uma comunicação direta e confidencial, deliberadamente subtraída à hierarquia oficial, e que por ela não apenas informava, mas combinava ações e disputava decisões. Em tese de doutorado, depois publicada em livro, identificamos cinquenta desses informantes ao longo dos três governos varguistas, dos quais um núcleo de dez integrou, por cerca de quinze anos, o círculo mais próximo do poder.[2] A rede era socialmente diversa, da escritora Rosalina

2 CAMPOS, Filipe Queiroz de. *Os informantes de Getúlio Vargas e a política externa brasileira (1930-1945)*. Juiz de Fora: Afra Cultural Editora, 2024 (versão publicada da tese de doutorado defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora). O

Coelho Lisboa a militares, empresários e embaixadores de carreira, e as suas cartas, filtradas por Alzira Vargas e pelo secretário Luís Vergara, alimentavam um circuito de decisão paralelo ao Itamaraty.

Cyro de Freitas Valle foi um desses informantes, e dos mais atuantes. Nascido em São Paulo em 16 de agosto de 1896 e formado em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1916, ingressou na carreira diplomática em 1918 e acumulou longa experiência europeia, com uma primeira passagem por Berlim entre 1920 e 1923, além de postos em Viena, Londres, Paris e Roma.[3] Era primo de Oswaldo Aranha, e foi por essa parentela, a influente família Aranha, que galgou os postos decisivos: em abril de 1934 Aranha solicitou a sua nomeação para a embaixada de Washington, a fim de "preparar o terreno" à própria chegada;[4] em outubro de 1938 assumiu a Secretaria-Geral do Itamaraty; entre janeiro e março de 1939 respondeu interinamente pelo Ministério; e, em setembro de 1939, tornou-se embaixador em Berlim, onde permaneceria até o rompimento com o Eixo, em 1942. Encerrada a guerra, faria carreira internacionalista de primeira grandeza: integrou a delegação brasileira a São Francisco em 1945, presidiu o Conselho de Segurança

levantamento de cinquenta informantes de Vargas na política externa, dos quais um núcleo de dez, e a categoria de "informante do presidente" são desenvolvidos nessa obra.

3 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Valle, Cyro de Freitas. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Dados biográficos anteriores a 1934 (nascimento, formação, ingresso na carreira e postos europeus).

4 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 20 abr. 1934. Carta solicitando a nomeação imediata de Cyro de Freitas Valle para a embaixada nos Estados Unidos, a fim de "preparar o terreno" para a chegada do remetente. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1934.04.20). (Vol. XIV/77b).

da ONU em 1946 e representou o Brasil nas Nações Unidas entre 1955 e 1961.[5]

Eugênio Vargas Garcia estudou o Freitas Valle do pós-guerra, o diplomata que ajudou a inscrever o Brasil na ordem das Nações Unidas (GARCIA, 2013). Fábio Koifman, Maria Luiza Tucci Carneiro e Avraham Milgram investigaram o Freitas Valle de Berlim, o embaixador que obstruiu com zelo a entrada de refugiados judeus (KOIFMAN, 2002; CARNEIRO, 1988; MILGRAM, 1994); o verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* consolidou-lhe a trajetória (CPDOC). Falta, nesse balanço, uma terceira leitura: a de Freitas Valle como informante do presidente, ou seja, o estudo do canal confidencial que manteve com Vargas, por dentro e, por vezes, contra o Itamaraty. É essa lacuna que perseguimos.

Dada a extensão do Freitas Valle que desenvolveu, detemo-nos nos dois palcos em que essa atuação se mostrou mais densa: os Estados Unidos, entre 1934 e 1936, ao lado de Aranha, e a Alemanha, entre 1939 e 1942, já embaixador em Berlim. O centro documental é a correspondência reunida no Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Mostraremos que, mais do que um diplomata de carreira, Freitas Valle foi peça de um circuito que torna mais complexa a própria distinção entre política de Estado e política de governo na diplomacia varguista, bem como a análise de sua atuação faz pensar o quanto a dimensão dos "bastidores" da política externa é tão importante e

5 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Valle, Cyro de Freitas. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Dados biográficos posteriores a 1942 (delegação a São Francisco, presidência do Conselho de Segurança da ONU e representação do Brasil nas Nações Unidas).

enriquecedora para uma análise mais sistêmica e problematizada.

Washington: a reforma da embaixada e a diplomacia paralela com Aranha (1934-1936)

Nos EUA, Valle foi levado por Oswaldo Aranha para trabalhar junto ao novo embaixador do Brasil em Washington, e é essa experiência que o aproximou de Vargas e o fez, certamente, compreender os meandros e vantagens de uma comunicação direta junto a Vargas, capaz de circundar o Itamaraty.

Oswaldo Aranha, gaúcho de São Borja e um dos principais artífices civis do movimento consagrado como Revolução de 1930, ocupou na primeira metade da década o Ministério da Justiça e, depois, o da Fazenda, tornando-se o brasileiro de maior intimidade política com Vargas. Em 1934, afastou-se da Fazenda para assumir a embaixada em Washington, posto então sensível em razão da disputa comercial com a Alemanha pela presença no mercado nacional. Foi ao partir que chamou o primo: a nomeação de Cyro, pedida com antecedência para "preparar o terreno", auxiliou Aranha ainda antes de ele assumir o posto. De ministro presente no Rio, Aranha convertia-se em embaixador que escrevia a Vargas por cartas pessoais e confidenciais, inaugurando o circuito paralelo entre Washington e o Catete em que Freitas Valle participara.

Que embaixada Aranha encontrou ao chegar a Washington? A resposta, dada por ele próprio, é o melhor ponto de partida. Em carta de setembro de 1934, ainda deslumbrado, escreveu a Vargas: "Não tens ideia da organização política e moral desse país. É uma

criação maravilhosa do progresso e da democracia. Isto aqui muda muito as nossas concepções."[6] Ao deslumbramento, porém, seguia-se um diagnóstico severo do estado em que recebera a representação brasileira. Segundo Aranha, os últimos embaixadores haviam sido "desastrosos", e o antecessor imediato "excedeu a todos em ridículo e incapacidade", a ponto de, por desídia, ter feito o Brasil "perder a oportunidade" de fechar o tratado comercial que o Departamento de Estado buscava havia mais de um ano. A embaixada que herdara não tinha estrutura: "aqui não temos arquivos, nem bibliotecas, nem dossiês, a parte econômica está vazia", lamentou, prometendo trabalhar "dez horas por dia" para organizar tudo, mandando vir do Brasil uma biblioteca estatística e tudo o que se publicasse sobre as relações entre os dois países.[7] Aranha construía, para Vargas, a imagem de quem chegava para refundar o posto, e fazia dessa refundação um assunto a tratar diretamente com o presidente.

A reforma material da embaixada foi a primeira prova dessa refundação, e nela Freitas Valle já aparece como peça operante. Ainda em agosto de 1934, antes mesmo da chegada de Aranha, fora Cyro quem adquirira a nova sede: um prédio de quatro andares em estilo renascença italiana, espaçoso, situado na avenida Massachusetts, entre as embaixadas da Inglaterra e do Japão, uma das artérias

6 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 25 set. 1934. Carta com as primeiras impressões sobre Washington, os contatos com autoridades americanas, o início dos trabalhos na embaixada e a atuação do embaixador antecessor no tratado comercial. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1934.09.25). (Vol. XVI/23), p. 5.

7 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 25 set. 1934. (GV c 1934.09.25). (Vol. XVI/23), p. 5.

mais nobres da capital americana.[8] A escolha do endereço não era detalhe decorativo, porque traduzia, em pedra e localização, a ambição de fazer o Brasil ocupar, no concerto diplomático de Washington, um lugar à altura das grandes potências. E o trabalho de Aranha não se confinava ao gabinete.

Assustado com a falta de resultados das representações anteriores, Aranha e Freitas começaram os trabalhos de reconhecimento. Em setembro de 1935, relatava a Vargas que percorreram 9.400 milhas pelos Estados Unidos para "penetrar a vida americana", e gabava-se da proeza com uma imagem bem brasileira: "Fiz, Getúlio, três vezes a viagem do Oiapoque ao Chuí!"[9]. Rapidamente, alcançou os primeiros resultados, comemorava, na mesma carta, a aprovação do tratado comercial pelo Congresso americano, atribuindo-a, sem rodeios, à intervenção do presidente: "A tua intervenção foi decisiva. Não fora isto, e a despeito das promessas e afirmações do Macedo e do Costa, creio que tudo iria para as calendas gregas."[10] A frase é reveladora. Ao creditar o êxito a Vargas e descreditar, no mesmo

8 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 25 mar. 1935. Carta sobre a instalação da nova sede da embaixada brasileira nos Estados Unidos, o artigo de Horace B. Davis publicado pela "Foreign Policy Association" criticando o governo brasileiro e ressalvas quanto à nomeação de um secretário para a Presidência. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1935.03.25). (Vol. XVII/76), p. 7-8.

9 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 24 set. 1935. Carta manifestando satisfação com a aprovação, pelo Congresso, do tratado comercial com os Estados Unidos, narrando a viagem de 9.400 milhas pelo país e tratando da reorganização da embaixada e do aproveitamento do pessoal diplomático. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1935.09.24). (Vol. XIX/50), p. 1.

10 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 24 set. 1935. (GV c 1935.09.24). (Vol. XIX/50), p. 1.

lance, o ministro das Relações Exteriores (Macedo Soares) e o da Fazenda (Sousa Costa), Aranha deixava claro onde, a seu ver, residia a autoridade que importava: não na hierarquia ministerial, mas no laço direto com o presidente.

Essa ligação direta era o verdadeiro motor da diplomacia de Aranha, e Vargas a alimentava de propósito. Em fevereiro de 1936, diante da negociação para a compra de cruzadores americanos, o presidente decidiu enviar a Roosevelt a carta pessoal que o embaixador Hugh Gibson tanto recomendava, mas fez questão de um ajuste de método: convinha, escreveu a Aranha, "dar um cunho mais positivo às coisas, reiterando e reforçando a tua autoridade junto ao governo".[11] Vê-se o desenho com nitidez: nem Macedo Soares, nem Sousa Costa, mas Aranha à frente do processo, com a autoridade deliberadamente reforçada pelo Catete. Vargas confidenciava-lhe, na mesma carta, que seu plano era o de "uma franca aproximação com os Estados Unidos". A aproximação com Washington, que a historiografia costuma inscrever entre as grandes linhas de Estado do período, passava, em concreto, por esse arranjo personalista em que o presidente escolhia a quem dar e a quem retirar autoridade, por fora do organograma do Ministério.

A posição de confiança de Freitas Valle junto a Aranha não se limitava à parentela nem à compra de imóveis: estendia-se à função de indicador de quadros para a rede que o chanceler montava. Em

11 VARGAS, Getúlio. [Correspondência]. Destinatário: Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro, 7 fev. 1936. Carta informando que enviará carta ao presidente Roosevelt sobre a questão naval, determinando o reforço da autoridade de Aranha junto ao governo americano e tratando da possibilidade de transferência de Cyro de Freitas Valle para a Bolívia. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1936.02.07). (Vol. XXI/42), p. 2.

carta de outubro de 1934, durante as negociações comerciais, Aranha elogiou a Vargas o cônsul em Genebra, J. C. Muniz, como "o melhor dos nossos técnicos em assuntos econômicos", precisando que havia sido "indicado pelo Cyro Freitas Valle" a ele próprio.[12] A recomendação circulava, pois, nessa teia de auxiliares extraoficiais cujo valor decorria justamente de não passar pela hierarquia do Ministério. E o próprio Aranha deixou claro, no mesmo documento, porque prezava esse circuito de bastidores. Confessou ao presidente, em reserva, estar "cheio de longos telegramas" nos quais o Itamaraty o bombardeava com aquilo que descreveu, em imagem que dispensa glosa, como "água tropical de flor de laranja diplomática com gotas de essência Quai d´Orsay", formulações ornamentadas e desprovidas de precisão. As palavras de Aranha, fazendo uso de metáforas, se referiam ao Itamaraty como instituição que propositalmente usava de linguagem pomposa, mas vaga, para lhe atrapalhar a gestão. Em contraste, as cartas diretas de Vargas chegavam-lhe, em sua opinião, como instrumento de trabalho: "Tua carta é meridiana. Não me afastarei dela."[13] A percepção de que o Itamaraty fornecia, por incompetência ou por deliberação, informação imprecisa, levava Aranha a preferir o caminho direto com o presidente, e fazia da capacidade de Freitas Valle de indicar o homem certo, ou em outros episódios, um ativo precioso.

Que esse antagonismo com o Itamaraty não era retórica de

12 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 9 out. 1934. Carta sobre as negociações comerciais com os Estados Unidos, com elogios a J. C. Muniz (indicado por Cyro de Freitas Valle) e críticas à comunicação do Itamaraty. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1934.10.09/1), p. 1.

13 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 9 out. 1934. (GV c 1934.10.09/1), p. 1.

uma carta isolada, prova-o a sua reiteração ao longo de 1935. Em março, Aranha escreveu a Vargas para denunciar que o Ministério lhe sonegava informação sobre os entendimentos com a Inglaterra: "Não compreendo, Getúlio, porque o Costa não me mandou os dados das combinações inglesas. Disse-me que eram reservadas... mas, eu acreditava, até então, que reservado era para o público, e não para um embaixador que tinha a resolver um problema similar... a verdade é que estou no ar."[14] No mesmo documento, voltou-se em defesa do primo: o salário de Freitas Valle fora cortado pela metade por força de um novo decreto, e Aranha leu o corte como represália a quem deixara "um lugar proeminente no Itamaraty" para servir na embaixada. O diagnóstico não admitia equívoco: "Isso ou é feito de propósito, uma vez que ele foi o único a aceitar esse sacrifício, ou é uma perseguição pessoal. Em qualquer hipótese espero que não consintas em tal disparate"[15], escreveu a Vargas referindo-se ao sacrifício de Valle se retirar de posição confortável que já alcançara, para trabalhar na embaixada com ele. Reiterou, poucas linhas adiante: "Peço tua atenção para o caso, que visa ou diminuir um dos melhores funcionários diplomáticos ou retirá-lo daqui por forma pouco digna." Para o embaixador, o Ministério a que nominalmente servia agia, por vezes, contra os homens da sua confiança.

Havia, na rotina dessa embaixada, uma tarefa que a documen-

14 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 18 mar. 1935. Carta sobre as negociações comerciais com os Estados Unidos, a situação salarial de Cyro de Freitas Valle na embaixada, as dificuldades de comunicação com o Itamaraty, o andamento da questão do Chaco e as previsões sobre a Europa. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1935.03.18/2). (Vol. XVII/66 e 67), p. 2.

15 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 18 mar. 1935. (GV c 1935.03.18/2). (Vol. XVII/66 e 67), p. 4.

tação revela com nitidez e que ilumina o cotidiano dos bastidores: a vigilância da imprensa americana e a contenção das notícias sobre a política interna brasileira. Em março de 1935, Aranha remeteu a Vargas o que se publicava de desabonador sobre o Brasil nos Estados Unidos e tratou de descobrir a origem. Identificou o autor de um artigo hostil, Horace B. Davis, e construiu para o presidente uma explicação que misturava a política americana à paulista: tratava-se, a seu ver, de "um comunista encampado ao serviço de alguns banqueiros inescrupulosos de São Paulo", de sorte que o ataque seria, no fundo, "obra de inimigos seus de São Paulo".[16] No mesmo expediente, aproveitou para desaconselhar a nomeação de um certo Sebastião à secretaria de Vargas, alegando que ele não era bem-quisto nos Estados Unidos e que sua presença "atinge a moralidade do teu governo".[17] Em junho, o problema inverteu-se: notícias graves sobre a política interna brasileira haviam vazado para a imprensa americana, e Aranha, "junto ao Cyro Freitas Valle", conduziu uma verdadeira investigação para rastreá-las. Consultou as principais agências, United Press, Associated Press e Havas, reconstituiu o trajeto do telegrama cifrado de número 128, e chegou a uma conclusão taxativa: "Sobre a origem não pode haver dúvidas: Itamaraty."[18] Pediu a Vargas um "desmentido oficial" e que interviesse para coibir o comportamento.

16 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 25 mar. 1935. (GV c 1935.03.25). (Vol. XVII/76), p. 7-8.

17 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 25 mar. 1935. (GV c 1935.03.25). (Vol. XVII/76), p. 7-8.

18 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 3 jun. 1935. Carta informando que a imprensa brasileira publicou fatos graves que podem comprometer a sua ação de embaixador nos Estados Unidos e atribuindo ao Itamaraty a origem do vazamento. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1935.06.03). (Vol. XVIII/68), p. 2.

Vê-se, nos detalhes desses episódios, que ser informante do presidente não era só relatar sobre os grandes processos de decisão da política externa: era zelar, dia a dia, pela imagem do Brasil e do governo no estrangeiro, o que poderia ser feito contra o próprio ministério responsável por gestar a política externa.

A parceria entre os dois primos tinha, ademais, um horizonte estratégico de envergadura regional, a questão da presença argentina foi importante flanco de atuação. Em março de 1935, Aranha relatou a Vargas uma ação que ambos haviam conduzido juntos: diante da desorganização das missões militares brasileiras nos Estados Unidos, "ele e o Cyro tomaram a iniciativa de reclamar ao Itamaraty e aos ministros militares", sem resultado, pois "a anarquia aumentou, os oficiais tiveram ordens e contra ordens e, agora, tudo está para fracassar de vez!"[19] A questão era grave porque o embaixador argentino em Washington, Felipe Espil, aproveitava a confusão brasileira para intensificar a presença militar de seu país nos cursos americanos. Aranha tentou, junto a Sumner Welles, então secretário-assistente de Estado para os assuntos latino-americanos, frustrar o programa naval argentino, sem êxito,[20] e tirou daí uma conclusão que transmitiu ao presidente em tom de urgência: "A Argentina não tem motivos para

19 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 6 mar. 1935. Carta defendendo maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos, face à situação internacional, à ameaça da hegemonia argentina e ao andamento da questão do Chaco. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1935.03.06/1). (Vol. XVII/52), p. 7.

20 Sumner Welles (1892-1961) era, em 1935, secretário-assistente de Estado para os assuntos latino-americanos e um dos formuladores da "política da boa vizinhança"; em 1937 tornou-se subsecretário de Estado, cargo em que percorreria a Europa em 1940. Felipe A. Espil (1887-1972) foi embaixador da Argentina nos Estados Unidos entre 1931 e 1943.

mudar sua convicção de que pode nos vencer." O diagnóstico assentava-se numa leitura histórica de fundo: "ao longo dos anos a atitude dos EUA foi o principal veto aos planos de hegemonia da Argentina e agora via que esse 'veto' estava enfraquecido."[21] Essa inquietação não nascia em 1935: desde que chegara a Washington, em 1934, Aranha associava o avanço argentino à desídia que atribuíra aos antecessores "desastrosos",[22] de sorte que cada nova falha da representação brasileira lhe parecia uma porta aberta a Buenos Aires. Para Aranha e Freitas Valle, a aproximação de Buenos Aires com Washington não era conjuntural, ela corroía o mecanismo que historicamente contivera as ambições platinas. Consolidar a relação com os Estados Unidos antes que essa janela se fechasse era, na sua leitura, condição da própria segurança brasileira.

Essa desconfiança tinha duas faces, e a correspondência confidencial as registra. Já em janeiro de 1935, em carta que, pela matéria sensível, Aranha fez questão de ditar ao primo, "dado seu caráter extremamente confidencial",[23] o embaixador transmitia a Vargas um recado de Sumner Welles: os Estados Unidos pediam que o Brasil nada fizesse quanto à sua Armada "sem prévia audiência deles". Por trás do pedido, Aranha lia uma suspeita: os americanos duvidavam da lealdade brasileira, pois o país recusara renovar a missão naval

21 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 6 mar. 1935. (GV c 1935.03.06/1). (Vol. XVII/52), p. 7.

22 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 25 set. 1934. (GV c 1934.09.25). (Vol. XVI/23), p. 5.

23 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 18 jan. 1935. Carta sobre a gravidade da situação do Chaco e os entendimentos com os Estados Unidos para a fabricação de armamentos, ditada a Cyro de Freitas Valle por seu caráter extremamente confidencial. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1935.01.18). (Vol. XVII/11), p. 2-3.

com os Estados Unidos enquanto a renovara duas vezes com a França, e ainda chamava de volta, antes do tempo, os oficiais que mandara estudar nos Estados Unidos. Acordos de armas eram possíveis, concluía, mas "tudo terá que ser feito com discrição, com segredo, com seriedade". O episódio reitera o lugar de Freitas Valle, o homem a quem se ditava o mais secreto, e expõe a moeda em disputa: a confiança norte-americana, que a Argentina cortejava e que o Brasil precisava reconquistar.

A urgência desse cálculo não decorria apenas da rivalidade com a Argentina: estava enraizada numa convicção que os dois primos partilhavam com Vargas. No mesmo documento em que cobrava proteção ao primo e denunciava os excessos do Itamaraty, Aranha saudou o andamento das negociações em torno da Guerra do Chaco,[24] travada entre 1932 e 1935 entre Bolívia e Paraguai pelo controle do Chaco Boreal, como prova do novo peso diplomático do Brasil nas Américas: "O Chaco vai ótimo. O Macedo imprimiu ultimamente um rumo seguro e superior ao problema." O ganho, para Aranha, não era circunstancial: os Estados Unidos, que "em tempos do Nabuco, ouvia a nossa opinião em assuntos americanos, ainda que para não seguir muitas vezes, passou, agora, a declarar que nada fará sem nossa audiência e sem ser de acordo conosco. Isso é grande vitória de consequências políticas sem par para a nossa

24 A Guerra do Chaco (1932-1935), travada entre Bolívia e Paraguai pelo controle do Chaco Boreal, região de valor estratégico por suas reservas petrolíferas potenciais, foi o conflito armado mais mortífero da América do Sul no século XX, com cerca de 100.000 mortos. O Brasil participou das negociações de paz ao lado de Argentina, Chile, Peru, Estados Unidos e Uruguai, e José Carlos de Macedo Soares, então ministro das Relações Exteriores, teve papel de relevo na mediação que resultou no Protocolo de Buenos Aires de 12 de junho de 1935. Ver: FARCAU, Bruce W. *The Chaco War: Bolivia and Paraguay, 1932-1935*. Westport: Praeger, 1996.

segurança internacional".[25] A afirmação adquiria peso especial pela frase que encerrava a carta: "A Europa começou a dançar como nos tempos que precedeu a Grande Guerra. Não está longe a confirmação das minhas previsões."[26] Para Aranha, o horizonte de uma nova guerra europeia com repercussões mundiais não era hipótese remota, mas certeza que apenas aguardava confirmação. Era essa crença que tornava urgente cada movimento dos dois na embaixada: se o conflito vinha, o Brasil precisava chegar a ele com a confiança norte-americana consolidada e a Argentina afastada do papel de árbitro regional que almejava. O dado tem alcance historiográfico: que Aranha e Vargas já raciocinassem, em 1934-1935, sob a hipótese de um novo conflito mundial confirma, no plano brasileiro, a tese de que a Segunda Guerra não se apreende apenas a partir de 1939, mas no arco mais longo aberto pela expansão imperial da década de 1930 (BUCHANAN, 2019).[27]

Foi também em Washington que se ouviu, pela primeira vez, a voz analítica do próprio Freitas Valle, e não a de Aranha sobre ele. Em ofício de agosto de 1935, relatando a Macedo Soares uma conversa com Sumner Welles, Cyro expôs o projeto de Roosevelt de convocar uma conferência interamericana, que viria a reunir-se

25 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 6 mar. 1935. (GV c 1935.03.06/1). (Vol. XVII/52), p. 13.

26 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 18 mar. 1935. (GV c 1935.03.18/2). (Vol. XVII/66 e 67), p. 7.

27 Desenvolvi a análise das crenças e dos valores de Vargas e de seus informantes às vésperas da guerra em: CAMPOS, Filipe Queiroz de. As crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes na política externa brasileira antes da Segunda Guerra Mundial. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 31, n. 2, p. 8-31, 2025. Sobre a periodização longa do conflito, ver BUCHANAN, Andrew N. *World War II in Global Perspective, 1931-1953: A Short History*. Hoboken: Wiley, 2019.

em Buenos Aires em dezembro de 1936: não uma "Liga das Nações Americana", mas "uma maquinaria capaz de dirimir questões que surjam entre dois Estados americanos", a partir da ratificação dos pactos de paz (Gondra, Antibélico, Briand-Kellogg) e de uma lista de "homens eminentes" para a conciliação, ideia que Welles dizia inspirada na "lição" do caso de Letícia.[28] Mais revelador que o relato é o juízo que Freitas Valle lhe anexou: o plano norte-americano, a seu ver, não se distanciava do que Vargas e Aranha já propunham, mas perdia "o que a proposta brasileira tinha de mais inovador, que seria a questão econômica"; quanto à lista de notáveis, ironizava que tais homens "estão sempre à disposição de quem deles se queira servir". Já em 1935, portanto, o diplomata não se limitava a transmitir: avaliava criticamente a agenda de Washington e cobrava-lhe a dimensão econômica que, a seus olhos, era o que a proposta brasileira tinha de próprio, o estreitamento diplomático, para Valle e Vargas, como proposta dos EUA para um possível órgão de concertação regional apenas seria válido, para países como o Brasil se também oferecessem parceria econômico-comercial.

Foi na chave de o Brasil conhecer os próprios concorrentes, que Aranha começou a planejar a saída de Freitas Valle dos Estados Unidos. A leitura de Aranha era a de que o Brasil estava comercialmente muito atrasado quanto, inclusive, seus vizinhos. Em setembro de 1935, ao relatar a reorganização do pessoal da embaixada, propôs a Vargas enviar o primo a Cuba, para estudar a produção de café da

28 VALLE, Cyro de Freitas. [Ofício]. Destinatário: José Carlos de Macedo Soares. Washington, 15 ago. 1935. Ofício sobre o projeto do presidente Roosevelt de convocar uma conferência interamericana para o estabelecimento de mecanismos permanentes de pacificação. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1935.08.15). (Vol. XIX/28), p. 2-4.

América Central, "nada mais importante para nós que estudar a vida desses países, nossos concorrentes", e depois ao Canadá, mercado que julgava, "sob o ponto de vista comercial, mais interessante que a Alemanha e a Itália".[29] Antes de propor a missão, fez questão de uma ressalva que diz muito sobre o vínculo entre ambos: "sabes que ele é meu primo, quase irmão e que tenho por ele uma amizade fraternal, mas opino como um juiz, sem considerar as vantagens pessoais de tê-lo comigo, mas unicamente os interesses do Brasil. Vou sentir sua ausência muitíssimo."[30] Aranha tinha consciência de que a parentela podia ser lida como favorecimento e antecipava-se à crítica, atribuindo a escolha ao mérito: para ele, Freitas Valle era "o homem mais preparado do Itamaraty".

O destino, porém, não seria Cuba nem o Canadá, mas a Bolívia. Em fevereiro de 1936, Vargas decidiu transferir Freitas Valle para La Paz, posto que reconhecia não ser "agradável", mas que julgava "de grande importância para o Brasil", dada a centralidade boliviana nas questões do petróleo e das estradas de ferro.[31] Em março, Aranha confirmava a transferência e despedia-se do primo com o mais alto dos elogios: Cyro era "o melhor funcionário que já pôde encontrar em toda a sua vida pública", maltratado pelo Itamaraty, e Vargas faria bem em torná-lo ministro algum dia.[32] Encerrava-se,

29 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 24 set. 1935. (GV c 1935.09.24). (Vol. XIX/50), p. 4-5.

30 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 24 set. 1935. (GV c 1935.09.24). (Vol. XIX/50), p. 4-5.

31 VARGAS, Getúlio. [Correspondência]. Destinatário: Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro, 7 fev. 1936. (GV c 1936.02.07). (Vol. XXI/42), p. 2.

32 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Washington, 4 mar. 1936. Carta informando sobre entendimentos relativos à aquisição de material naval americano e elogiando o trabalho de Cyro de Freitas Valle,

assim, o ciclo de Washington. Mas o que esse ciclo deixou assentado é o que importa para o que se segue: entre 1934 e 1936, Freitas Valle aprendeu, ao lado de Aranha, a operar a diplomacia como negócio de confiança pessoal com o presidente, por dentro e contra o Itamaraty, e com os olhos postos na guerra que se aproximava. Levaria essa gramática consigo, ele foi protagonista da proximidade junto a Vargas em Berlim, sendo ele próprio, em nossa classificação, um informante do presidente.

Berlim: o embaixador-informante e sua leitura da guerra (1939-1942)

Antes de chegar a Berlim, Freitas Valle já operava o canal direto, agora do próprio coração do Ministério. Como secretário-geral do Itamaraty e interino das Relações Exteriores, no início de 1939, passou a escrever a Vargas com frequência crescente, num movimento que, como observa Fábio Koifman, o aproximou do presidente já durante a "Missão Aranha" (KOIFMAN, 2019), e dava mostras de manter, ele mesmo, sub-informantes. Em fevereiro, remeteu ao presidente notícias que dizia colhidas de um "informante X" que conseguira dentro do exército francês, um militar de alta patente, sobre as hesitações da França quanto à possibilidade de a Alemanha entrar em guerra ao lado da Itália.[33] Dias depois, quando o embai-

transferido para a embaixada da Bolívia. Washington: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1936.03.04). (Vol. XXI/61).

33 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 fev. 1939. Carta informando sobre as relações franco-italianas, a retirada de tropas alemãs e italianas da Espanha e dados de um informante no exército francês. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1939.02.09/1). (Vol. XXXI/23).

xador do Brasil em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves, o procurou a propósito de uma articulação argentina para que Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia reconhecessem juntos o governo de Franco, na Espanha, foi Freitas Valle quem fixou a linha, de acordo, segundo ele, com o que já conversara com Vargas: o Brasil só reconheceria o novo governo a partir de "uma solução europeia para um caso nitidamente europeu", aguardando o desfecho dos esforços de Grã-Bretanha e França, e manteria "um concerto político" com os Estados Unidos sobre o assunto.[34] A cena confirma o que se viu em Washington: Freitas Valle não era um relator passivo, mas um agente que delimitava posição em nome do entendimento pessoal que tinha junto ao presidente.

A Bolívia oferece o exemplo mais acabado dessa atuação anterior a Berlim. Em maio de 1939, Freitas Valle comunicava a Vargas haver acabado de "decifrar" pessoalmente os longos despachos cifrados de Camillo de Oliveira, ministro do Brasil em La Paz, sobre a missão que o presidente lhe confiara junto ao governo boliviano de Germán Busch. O resultado era um balanço de Estado em miniatura: Busch agradecia a amizade brasileira, "não só continuando as relações com seu novo governo como aconselhando países amigos a terem igual procedimento", e prometia decretar, em três semanas, "uma nova Constituição, calcada no modelo brasileiro"; em troca, cederia na construção dos primeiros cinquenta quilômetros de estrada "por administração", como "homenagem aos desejos" de Vargas,

34 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 17 fev. 1939. Carta sobre a proposta da Argentina para o reconhecimento do governo espanhol de Franco. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1939.02.17). (Vol. XXXI/32), p. 2.

desde que o Brasil aceitasse uma variante da ferrovia Corumbá-Santa Cruz, à qual Freitas Valle, "fiado nas informações dos engenheiros", se opunha por encarecer o frete.[35] Coube a ele instruir a Legação em La Paz e submeter "o assunto à decisão" do presidente.

O ponto de inflexão veio em setembro de 1939. Nomeado embaixador em Berlim, Freitas Valle assumiu o posto que ficara vago após o "caso Ritter" (a crise diplomática que deixara o Brasil meses sem representação alemã) e chegou à capital do Reich nos exatos dias em que a guerra se iniciava. A coincidência não passou despercebida ao próprio diplomata. Em carta de 27 de setembro, agradeceu a Vargas "pela honra de nomear-me seu representante na Alemanha" e prometeu, "pelo primeiro portador de confiança", apresentar-se à altura da missão.[36] A expressão "portador de confiança" não é detalhe menor. As cartas de Freitas Valle não trafegavam pela mala oficial do Itamaraty: chegavam por portadores secretos e, não raro, passavam pelas mãos de Luís Vergara, secretário pessoal de Vargas, ou de Alzira Vargas, filha do presidente, antes de alcançarem o destinatário. Logo na primeira carta, descreveu o que via: a Alemanha cercada pelo que os próprios alemães chamavam de "bloqueio da fome", a impressão de que "a guerra esteja por acabar", e os exércitos imóveis

35 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 12 maio 1939. Carta relatando contatos do embaixador brasileiro na Bolívia, Camillo de Oliveira, com o novo presidente daquele país sobre o reconhecimento brasileiro, a nova constituição e a construção de estrada de ferro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1939.05.12/1). (Vol. XXXI/73).

36 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 27 set. 1939. Carta sobre o conflito entre Inglaterra, França e Alemanha e a repercussão interna da guerra neste último país. Berlim: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1939.09.27). (Vol. XXXII/46), p. 1.

frente a frente, em que "soldados alemães e soldados franceses esperam, a ver, qual será o primeiro a atirar".[37] Destarte, a atuação de Freitas Valle enquadra-se com precisão naquilo que chamamos de informante do presidente: um agente que, valendo-se do cargo oficial, mantinha com Vargas um canal paralelo e sigiloso, deliberadamente subtraído à hierarquia do Ministério a que servia.

Convém fixar, desde já, como o próprio Freitas Valle concebia o ofício de informar, porque é nessa autodefinição que ele se revela um informante no sentido pleno. "Si o primeiro dever de um enviado é a fidelidade", escreveu a Vargas, "decorre dele, como inevitável corolário, a obrigação de dizer aquilo que de antemão se sabe desagradável; e, então, é a frequência de tal sorte de informações que dá a medida da decisão com que se está a servir".[38] Não se via, pois, como simples observador, mas como um servidor cuja lealdade se media pela coragem de dizer ao presidente o que este talvez não quisesse ouvir.

Logo na carta de chegada, a leitura que enviou da campanha da Polônia já trazia as marcas do seu pensamento. Para Freitas Valle, a derrota polonesa não era acidente, mas castigo de Versalhes: a Polônia, "como a Romênia, a Iugoslávia e a Grécia, havia ganhado em Versalhes um presente grande demais".[39] E a própria vitória ale-

37 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 27 set. 1939. (GV c 1939.09.27). (Vol. XXXII/46), p. 2-3.

38 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. Carta tratando da derrota da França, a correlação de forças militares na Europa, as chances de vitória da Alemanha, as repercussões da guerra para o comércio e a política brasileira e enviando sugestões. Berlim: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 1.

39 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Ber-

mã lhe parecia ambígua: "Triunfou a força", escreveu, "aliás sem vantagem para Berlim, que teve que entregar a maior parte da terra conquistada aos russos, aliados da véspera e inimigos de sempre". Ou seja, já via no pacto germano-soviético um negócio mais proveitoso para Moscou do que para Berlim, leitura coerente com o anticomunismo que organizaria todas as suas análises.

Da Berlim de 1939, registrava que o regime tinha "tudo em mão" graças ao "admirável espírito de organização da raça": "As cidades às escuras, o racionamento dos víveres, a supressão da gasolina, a proibição da compra de artigos essenciais... tudo foi recebido pelo povo como coisa decorrente da guerra e, portanto, natural".[40] Mas, sob a ordem aparente, enxergava o desânimo: "A guerra não é popular", escreveu:

não se nota demonstração alguma de entusiasmo e a conquista da Polônia não provocou as manifestações de júbilo que pareceriam normais. Aceita-se como fatalidade o que está a suceder, mas, de toda a evidência, só uma coisa se deseja e é que acabe quanto antes esta guerra, à qual, vencida a Polônia, é o governo o primeiro a não dar qualquer sentido.[41]

O que esse contraste revela, antes de tudo, é a finura do método de Freitas Valle como informante: não se contenta em relatar o resultado militar, fato comparativamente fácil de verificar por qualquer canal oficial, mas arrisca uma leitura do estado de ânimo da popu-

lim, 27 set. 1939. (GV c 1939.09.27). (Vol. XXXII/46), p. 3.

40 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 27 set. 1939. (GV c 1939.09.27). (Vol. XXXII/46), p. 4.

41 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 27 set. 1939. (GV c 1939.09.27). (Vol. XXXII/46), p. 4.

lação alemã, algo que nenhum boletim de guerra poderia oferecer a Vargas. O detalhe de que é "o governo o primeiro a não dar qualquer sentido" à vitória sobre a Polônia é, nesse sentido, o mais revelador de toda a passagem: sugere que, mesmo para o regime que a obtivera, a conquista polonesa não era o desfecho da guerra, mas apenas uma etapa em um conflito ainda em aberto, cujo verdadeiro adversário permanecia por enfrentar. Ao transmitir essa sobriedade, e não o entusiasmo que a censura alemã saberia fabricar se lhe conviesse, Freitas Valle reforçava perante Vargas o quadro que organizaria toda a sua correspondência posterior: o de uma Alemanha que calculava a guerra com frieza, não a vivia como cruzada ideológica, leitura que tornava mais palatável, a seus próprios olhos, a hegemonia germânica que recomendaria ao presidente nos meses seguintes.

O detalhe não é ornamental: é por essas descrições que se entende como o informante via, sob a máquina alemã, uma população cansada, e fazia esse contraste chegar ao presidente.

Esse canal não era operado por Freitas Valle sozinho. Em Berlim, ele contava com auxiliares e, entre eles, com uma peça singular: Luthero Vargas, filho do presidente, então estudante na Alemanha. "Tenho aqui os companheiros Graça Aranha, João Luís, Alvarenga e João Emílio Ribeiro. A eles, juntou-se o Luthero", escreveu o embaixador na mesma carta de setembro de 1939.[42] A informação que subia a Vargas era, portanto, produzida a quatro mãos: a do embaixador e a do próprio filho, que se tornou, ao lado de Valle, uma "testemunha ocular" da política alemã. A diplomacia paralela

42 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 27 set. 1939. (GV c 1939.09.27). (Vol. XXXII/46), p. 5.

de Vargas não se contentava com os relatórios oficiais; montava, dentro da própria embaixada, um circuito doméstico de informação, em que os laços de parentesco (o primo de Aranha, o filho do presidente) duplicavam os canais institucionais. A informação confidencial era, aqui, também assunto de família.

Vale a pena demorar no que Luthero produzia, porque é nesse material que o cotidiano dos bastidores aparece. O filho do presidente não enviava apenas notícias escolares: redigia verdadeiros relatórios. Estudou a legislação trabalhista alemã, mediu "número e tonelagem de metralhadoras", equipamento antiaéreo e munição, visitou a fábrica da Krupp onde funcionava a missão brasileira de compra de armas, e enviava as cartas, "como questão de segurança", pela mãe ou por Alzira, em "um envelope branco".[43] Reproduzia o seu fascínio pela máquina de guerra alemã, ao mesmo tempo que dizia detestar a violência do regime: para ele, a Alemanha era "uma nação nova", ao passo que a França "parece um museu empoeirado". Da rotina da embaixada, Luthero relatou ainda episódios eloquentes. Durante a parada dos 50 anos de Hitler, ele e o militar que o acompanhava, "o Cordeiro", receberam convites para desfilar fardados ao lado do Führer; o diplomata Alvarenga agiu depressa, alegando que Luthero estava doente, e ambos se recolheram ao hotel, mas a imprensa alemã publicou mesmo assim que "o filho do presidente do Brasil acompanhou o Führer em sua parada".[44] O próprio Alvarenga o prevenira

43 VARGAS, Luthero Sarmanho. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, s.d. [1939 ou 1940]. Carta narrando visita à fábrica da Krupp, em Essen, com dados sobre a legislação trabalhista alemã, armamento e munição. CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1939.00.00/4).

44 VARGAS, Luthero Sarmanho. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, s.d. [1939 ou 1940]. Carta sobre a parada em comemoração aos 50

de que a notícia serviria para "enaltecer o Führer", sugerindo que o Brasil "tão bem tinha comparecido, tendo enviado o filho de seu presidente": uma fabricação, no vocabulário de hoje uma notícia falsa, que a máquina de propaganda nazista forjou a partir da imagem de Luthero, ainda que ele houvesse tentado escapar dela. Iniciada a guerra, Luthero ajudou o pai a identificar os diplomatas brasileiros que abandonavam os postos: João Rui Barbosa, que "simplesmente desapareceu", deixando códigos secretos ao alcance de subalternos; um certo Eutálio, que reuniu a equipe para proibir a fuga e, "à tarde, ele mesmo fugiu da embaixada"; e um senhor Arruda, que "instalou a sua amante na legação e sumiu-se também".[45] Por meio do mesmo Alvarenga, fez chegar a Vargas informações secretas sobre Von Kossel, chefe nazista no Brasil, e listas de líderes comunistas em rota para a América do Sul. A informação que Vargas recebia de Berlim era, portanto, miúda, concreta e largamente extraoficial.

Esse material de Luthero não tem apenas valor de curiosidade: funcionou como instrumento administrativo. Ao arrolar os diplomatas que largaram os postos de Varsóvia, Danzig e Gdynia, e ao registrar que coube à Argentina "ficar tomando conta de nossos interesses", o filho do presidente fazia, por via doméstica, a fiscalização que o Itamaraty não fez, mapeando para Vargas tanto as deserções quanto as condições materiais reais da representação brasileira em

anos de Hitler e a notícia, divulgada pela imprensa alemã, de que teria desfilado ao lado do Führer. CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1939.00.00/4).

45 VARGAS, Luthero Sarmanho. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, s.d. [1939]. Carta identificando os diplomatas brasileiros que abandonaram os postos de Varsóvia, Danzig e Gdynia (João Rui Barbosa, Eutálio e Arruda) por ocasião da invasão alemã à Polônia. CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1939.00.00/4).

guerra. Convém, contudo, descontar o tom: o que Luthero narra como vergonha e covardia inscreve-se no quadro mais amplo da evacuação do corpo diplomático de Varsóvia, que deixou a cidade sitiada em 21 de setembro de 1939 sob trégua negociada com os alemães, episódio que a historiografia recente reconstituiu.[46] A indignação é da fonte; o que fica documentado é a desorganização do dispositivo brasileiro e o zelo do filho do presidente em reportá-la. Quanto aos nomes que cita, cabe esclarecê-los: Alvarenga, seu principal apoio, era diplomata de carreira lotado na embaixada de Berlim, autor de relatórios sobre o Partido Nazista e a Gestapo que, segundo Luthero, custeava do próprio bolso; e o "Von Kossel" sobre quem fez chegar informações sigilosas era Hans Henning von Cossel, chefe do núcleo do Partido Nazista no Brasil e adido cultural da embaixada alemã no Rio, cuja organização Vargas proscrevera em 1938.[47] A "lista" remetida, por sua vez, era de líderes comunistas que se diziam em rota para a América do Sul.

Como o informante de Berlim interpretava a guerra para Vargas? O que Freitas Valle informava era, antes de tudo, uma leitura da guerra favorável à Alemanha. Para o embaixador, o Reich dispunha de fatores decisivos, como "a unidade da raça, a situação de predo-

46 Sobre a evacuação do corpo diplomático da Varsóvia sitiada, em 21 de setembro de 1939, quando cerca de 178 diplomatas e 1.200 estrangeiros cruzaram as linhas alemãs sob trégua negociada, ver o estudo sobre o relatório do ministro norueguês Fridtjof Ditleff em: JAKUBEC, Pavol. "I Cannot Comprehend How, Yet it was Done": Minister Ditleff's Report from the Besieged City, Warsaw 1939. *Diplomacy & Statecraft*, v. 36, n. 1, p. 77-94, 2025.

47 Hans Henning von Cossel (1899-1997) foi *Landesgruppenleiter* (líder nacional) do Partido Nazista no Brasil entre 1934 e 1938, à frente do maior núcleo da organização no estrangeiro, e adido cultural da embaixada alemã no Rio de Janeiro. A atuação do Partido Nazista e das organizações políticas estrangeiras no país foi proibida pelo decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938.

mínio geográfico, o mercado capaz de absorção de tantas coisas", que tornavam a sua hegemonia "difícil de negar".[48] Não se trata de tomar essas descrições como retrato fiel da Europa, mas de perceber que Vargas recebia, de seu embaixador em Berlim, um prognóstico sistematicamente favorável ao Eixo. E havia, por trás da simpatia, um lastro material. Como demonstra Andrea Helena Petry Rahmeier, entre 1933 e 1937 as exportações brasileiras para a Alemanha cresceram 280% e as importações, 383%, no quadro do comércio de compensação em marcos bloqueados (RAHMEIER, 2009, p. 73), adensamento que Stanley Hilton já situara como a "batalha comercial" travada desde 1934 entre Berlim e Washington pela presença no mercado brasileiro (HILTON, 1977). A simpatia de Freitas Valle pela Alemanha não pairava no vácuo ideológico: ancorava-se, em chave estratégica e comercial, num vínculo que parte da elite brasileira tinha todo o interesse em preservar.

A carta de 5 de março de 1940 de Valle é importante, pois ela traz sua reflexão sobre a questão da neutralidade. Escrita após o encontro do embaixador com Sumner Welles, subsecretário de Estado norte-americano em visita à Europa, Freitas Valle comunicava a Vargas, secretamente, uma conclusão que dizia partilhada pelo próprio Welles: na "guerra sem guerra"[49] que então se vivia, "os países que

48 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 5 mar. 1940. Carta tratando das dificuldades para a obtenção de um equilíbrio mundial e das possibilidades de a Alemanha transformar-se em potência hegemônica na Europa. Berlim: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1940.03.05). (Vol. XXXIII/47), p. 2.

49 A expressão que Freitas Valle toma de empréstimo ao italiano, "guerra sem guerra" (e que, em carta de setembro de 1939, chamara "guerra sem ódios"), designa o período hoje conhecido como "guerra de mentira" (em francês, *drôle de guerre*; em inglês, *Phoney War*; em alemão, *Sitzkrieg*), que vai da declaração de guerra

querem conservar-se neutros não têm o direito de assim se conservarem".[50] Enquanto o discurso oficial do Estado Novo sustentava a neutralidade, o embaixador advertia o presidente, por via confidencial, de que ela era insustentável, e o fazia para puxar Vargas na direção de Berlim, não de Washington:

> A que vai o mundo? Desgraçadamente, a Alemanha tem em seu favor vários fatores. [...] Senhor presidente, eu não faço sentimentalismo a respeito da guerra: eu informo. E minha opinião é de que, para salvar a Europa, e quiçá o mundo do comunismo, é preciso buscar a paz a todo o custo, mesmo permitindo a hegemonia germânica na Europa Central.[51]

Freitas Valle apresentava-se a Vargas como mero relator dos fatos, mas o relato vinha estruturado por uma convicção precisa: a de que o verdadeiro inimigo era o comunismo e a de que uma "hegemonia germânica" sobre a Europa Central seria preço aceitável pela contenção soviética. Aderir ao Eixo, ou ao menos não o hostilizar, aparecia como cálculo razoável. Vale lembrar que Hilton, ao estudar a rivalidade entre as potências pelo Brasil, sublinhou que "Vargas fazia questão de manter, em suas próprias mãos, as rédeas da política externa", inclinando-se "para o lado que oferecesse maiores vanta-

anglo-francesa à Alemanha, em setembro de 1939, à ofensiva alemã no Ocidente, em maio de 1940. Nesses cerca de oito meses os exércitos permaneceram em larga medida imóveis, frente a frente, atrás da Linha Maginot e da Linha Siegfried, sem operações terrestres de vulto. A designação inglesa costuma ser atribuída ao senador William Borah e a francesa ao jornalista Roland Dorgelès. Ver: IMLAY, Talbot C. *Facing the Second World War: Strategy, Politics, and Economics in Britain and France, 1938-1940*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

50 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 5 mar. 1940. (GV c 1940.03.05). (Vol. XXXIII/47), p. 2.

51 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 5 mar. 1940. (GV c 1940.03.05). (Vol. XXXIII/47), p. 3.

gens materiais" (HILTON, 1977, p. 374). Ora, manter as rédeas exigia informação própria, e, certamente, as interpretações de Freitas Valle não foram ignoradas. Aprofundemos um pouco mais sobre as interpretações de Valle.

Vale a pena dissecar essa carta de 5 de março, porque nela o raciocínio do embaixador aparece inteiro. Abre-a em tom quase fúnebre, observando que a primavera europeia começava, naquele ano, "na Quarta-feira de Trevas", e adverte que a opinião que dera a Sumner Welles e comunicava "por esta mala" ao presidente era "inseparável de meu caráter": a situação, dizia, era "de impasse", e "meu sentimento pessoal não conta. O que importa ao invés é olhar a realidade".[52] A "guerra sem guerra" (falando da neutralidade), explicava com suas próprias palavras, provara apenas uma coisa, a de que os neutros não tinham mais o direito de assim se conservarem, "porque a pressão britânica e a alemã tendem tanto a procurar convencê-los de se decidirem por um ou outro bando quanto a lhes demonstrarem as vantagens da autarquia".[53] Vinha então o diagnóstico de fundo, todo ele geográfico e econômico: a Alemanha tinha a seu favor "a unidade de raça, a situação de predomínio geográfico, o mercado capaz de absorção de tantas cousas", de modo que negar-lhe a hegemonia na Europa Central seria não "decifrar o enigma do momento". Em sua interpretação, o ouro aliado migrara para a América, mas se esgotava sob o regime "cash and carry" de Washington, perguntando "quando acabar o ouro, com que lutarão os aliados

52 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 5 mar. 1940. (GV c 1940.03.05). (Vol. XXXIII/47), p. 2.

53 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 5 mar. 1940. (GV c 1940.03.05). (Vol. XXXIII/47), p. 2.

contra a prepotência teutônica?"[54].

A atuação de Freitas Valle, ademais, extrapolava os limites do mero relato: já embaixador em Berlim, não se contentava em informar. Em abril de 1940, propôs a Vargas reunir os embaixadores brasileiros de Portugal, França, Inglaterra, Holanda e Romênia numa conferência em que trocassem impressões sobre a guerra, pois percebia que "cada embaixador estava informando sobre a realidade que conhecia", mas nenhum conhecia a do colega.[55]

Essa carta de 2 de abril de 1940, a mesma que propunha a reunião de Roma, é das mais densas que escreveu. Propunha reunir os enviados, permitindo a cada um "retemperar a imparcialidade com que sempre busca informar", pois, confessava, "quando escrevo, por exemplo, sobre a política balcânica ou sobre os sovietes, nada sei do que escrevem meus colegas a respeito e não tenho como avaliar as informações que aqui se espalham".[56]

Quanto à Alemanha, relatava a Vargas a existência de "dois partidos dentro do país": um, que queria prolongar a guerra, "certos de que antes do que os alemães acabarão os aliados por cansar-se"; outro, que a julgava "altamente perigoso manter por mais seis meses os soldados a se fitarem, longe de suas famílias... sem ter ódio ao

54 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 5 mar. 1940. (GV c 1940.03.05). (Vol. XXXIII/47), p. 3.

55 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 2 abr. 1940. Carta sugerindo a realização de uma conferência dos embaixadores brasileiros na Europa e informando sobre a situação político-militar da Alemanha frente à guerra. Berlim: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1940.04.02). (Vol. XXXIII/66), p. 1.

56 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 2 abr. 1940. (GV c 1940.04.02). (Vol. XXXIII/66), p. 1-2.

camarada do campo oposto, capaz assim de se deixar contagiar por uma qualquer propaganda subversiva".[57] E então fixava a fratura no topo do regime: "O Exército está provavelmente com o segundo grupo. O Führer está por enquanto com o primeiro. Mas é capaz, com a subitaneidade que lhe é particular ao espírito, de mudar de atitude quando menos se espere e desencadear a ofensiva."[58] Era o embaixador a desenhar, para o presidente, uma Alemanha dividida entre um exército inclinado a encerrar a guerra e um Hitler que, imprevisível, podia desencadeá-la a qualquer instante.

O mesmo documento traz a sua leitura militar do impasse, ancorada num episódio da Guerra de Inverno, em que a União Soviética invadira a Finlândia em novembro de 1939 e só rompera a fortificada Linha Mannerheim, no istmo da Carélia, em fevereiro de 1940, ao preço de baixas enormes.[59] Dela, Freitas Valle tirava uma lição para o front ocidental: "A campanha na Finlândia demonstrou que os carros pesados de assalto podem ter razão contra as linhas fortificadas. Si foi possível abrir brecha na Linha Mannerheimer, igualmente será na Linha Siegfried ou na Linha Maginot." O obstáculo, ponderava, não era técnico, mas humano: tudo dependia de haver "alguém, como

57 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 2 abr. 1940. (GV c 1940.04.02). (Vol. XXXIII/66), p. 2.

58 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 2 abr. 1940. (GV c 1940.04.02). (Vol. XXXIII/66), p. 3.

59 A Guerra de Inverno opôs a União Soviética à Finlândia entre 30 de novembro de 1939 e 13 de março de 1940. O Exército Vermelho, com cerca de meio milhão de homens, só rompeu a fortificada Linha Mannerheim, no istmo da Carélia, em 11 de fevereiro de 1940, ao preço de baixas estimadas entre 230.000 e 270.000 soldados, contra cerca de 25.000 mortos finlandeses. Ver: TROTTER, William R. *A Frozen Hell: The Russo-Finnish Winter War of 1939-40*. Chapel Hill: Algonquin Books, 1991.

esteve Stálin, a perder dez homens por um", e a "'despesa' de meio milhão de homens como prólogo de uma batalha pôde ter nas respectivas opiniões públicas consequências incalculáveis".[60] Ou seja, na análise de Valle relatada a Vargas, o lado mais preparado para perder solados ainda era o que poderia ter mais chances, e, o que ele via era que a União Soviética tinha essa característica.

Em fevereiro de 1940, depois de desculpar-se pela demora "por falta de um portador seguro", e de avisar que ele mesmo viajara a Roma para postar a carta, Freitas Valle comunicou a Vargas uma percepção fina do cálculo americano: "a Casa Branca tinha um temor", o de que, eliminada a ameaça alemã, "a hegemonia russa tomaria conta da Europa Ocidental"; por isso, os Estados Unidos não veriam com pesar a sobrevivência do Reich, e cabia aos neutros, como o Brasil, articular "a paz a qualquer preço".[61] Ou seja, para Valle, a entrada dos EUA na guerra era improvável dado o custo de eliminar o maior inimigo dos soviéticos, a única solução era a diplomacia que poderia partir dos neutros.

Em agosto, num tom mais sombrio, narrou a queda da França como "espetáculo horrível" e descreveu a "guerra de nervos" "pela qual se busca destruir o moral das populações civis". Narrou:

> A França dá, a propósito, o mais trágico entre todos os exemplos. Sucumbiu

60 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 2 abr. 1940. (GV c 1940.04.02). (Vol. XXXIII/66), p. 3.

61 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 16 fev. 1940. Carta sobre as repercussões, na Alemanha, da viagem de Sumner Welles à Europa, a disposição alemã em participar da guerra e as dificuldades para a obtenção da paz. Berlim: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1940.02.16). (Vol. XXXIII/36), p. 1-2.

> ao primeiro revés, que, se foi grande, não deveria ter sido suficiente para acabar com um exército glorioso, que julgava não ser superado no mundo. De mão com o desastre militar veio o das instituições.[62]

Foi nessa carta, porém, que o seu pensamento se mostrou adepto do embranquecimento, defendendo seu pensamento eugenista junto a Vargas. Pedia a Vargas, entre outras providências para a fronteira sul, que se fizesse "a remessa para Santa Catarina de unidades do Exército compostas de soldados brancos, com licença de lá se casarem mesmo antes do desencorporamento". "O duplo fim dessa última medida", explicitava o próprio diplomata, "consistiria em facilitar o casamento com filhas de alemães e assim a fixação de brasileiros na zona colonial e, de outro lado, reforçar o prestígio do Exército, que os inimigos da Pátria, sempre vigilantes, acusam de ser composto na maior parte de mestiços".[63]

Assim, o pensamento eugenista de Valle combinava com seu apreço pela Alemanha, fazendo-o depositar esperanças de uma estratégia de embranquecimento do Exército como alternativa para preparar o país para um futuro que contasse com a vitória dos germânicos.

Convém demorar nessa carta de 25 de agosto de 1940, a primeira que Freitas Valle pôde remeter "depois de quatro meses... vítima... da falta de comunicações", porque nela a equação que governa todas as suas análises aparece enunciada sem rodeios. A queda

62 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 2.

63 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 7-8.

da França, "o mais trágico" dos exemplos, servia-lhe para teorizar a "guerra total", aquela em que "são hoje as populações inteiras chamadas a alistar-se para a refrega".[64] Mas atribuía o colapso francês menos à força alemã que a uma "decomposição" interna, em leitura que cruzava xenofobia e antissemitismo: a "falta de natalidade" obrigara a França a "servir-se do alienígena", entregando as indústrias "ao capitalismo internacional" e, "por fim", o governo aos "elementos associados à grande indústria e dos judeus".[65]

Desse quadro, extraía a alternativa que repetiria a Vargas como um refrão: "Ou vencerá a Alemanha ou o comunismo dominará a Europa."[66] É essa equação que estrutura o seu pragmatismo: entre dois males, julgava preferível o domínio alemão à "Revolução universal" que atribuía a Moscou. Quanto à proposta dos "soldados brancos" para o Sul, o próprio diplomata lhe explicitou o "duplo fim": "facilitar o casamento com filhas de alemães e, assim, a fixação de brasileiros na zona colonial e, de outro lado, reforçar o prestígio do Exército, que os inimigos da Pátria... acusam de ser composto na maior parte de mestiços".[67]

A mesma carta de agosto traz dois registros que merecem destaque. Para ele, o Tratado de Versalhes cometera um erro de fundo ao consagrar, entre as nações vencedoras, um lugar desproporcio-

64 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 2.

65 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 3.

66 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 5.

67 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 8.

nal à Polônia, à Tchecoslováquia e à Romênia, "presente grande demais" que a vida dos povos, segundo escrevia, acabaria por desautorizar.[68] O primeiro registro é a sua moldura realista do poder mundial, decorrência direta desse diagnóstico: "As grandes potências continuam a ser cinco", enumerava, "Estados Unidos da América, Japão, Rússia, Alemanha e Império Britânico", e, "entre si, quando buscam imprimir rumos ao mundo, só pensam em seus interesses permanentes, interesses que seus homens, muitas vezes, de boa fé, acreditam coincidir com os da Humanidade".[69] O segundo é uma sugestão econômica concreta, do tipo que faz do informante também um conselheiro: temendo que "a primeira desagradável surpresa do após-guerra" fosse "uma diminuição séria do consumo mundial de café", pedia a Vargas que mandasse "estudar o meio de exportar o Brasil café por preço barato, muito barato", para reconquistar o gosto de um europeu que sairia da guerra empobrecido.

Assunto distinto, que merece nota à parte, foi a formação do Pacto Tripartite. Em carta de outubro de 1940, Freitas Valle noticiava a aliança entre Alemanha, Itália e Japão e a campanha da imprensa alemã para persuadir a América do Sul de que precisava "mais da Europa que dos Estados Unidos", país a que se atribuía o "imperialismo", por contraste com o "comércio pacífico" que a Alemanha dizia oferecer.[70]

68 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 4.

69 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 25 ago. 1940. (GV c 1940.08.25). (Vol. XXXIV/30), p. 4-5.

70 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 23 out. 1940. Carta relatando a guerra de extermínio entre Alemanha e Inglaterra, a expansão territorial do conflito e as pretensões alemãs na América do

A persistência dessa aposta, contudo, começou a ser desmentida pelos fatos, e a própria correspondência registra o desconcerto. Em fevereiro de 1941, ao enviar a Vargas o relatório das atividades da embaixada durante 1940, em que relatava os seus "esforços para um relacionamento amistoso entre o Brasil e o Eixo", Freitas Valle confessava a surpresa de todos com a resistência britânica: "algum dia se saberá de quem foi a culpa, em junho de 1940, após Dunquerque, de não se haver atirado logo todo o peso alemão sobre a Grã-Bretanha".[71] Convém lembrar que Vargas não ouvia só Berlim. De Londres, o embaixador Muniz de Aragão lhe enviava, por idêntico canal direto, leituras opostas, garantindo que o Eixo desconhecia a verdadeira potência militar inglesa. A diplomacia paralela de Vargas não produzia uma só voz, mas um coro dissonante, e cabia ao presidente, no centro da teia, ponderar os prognósticos concorrentes. A leitura mais simpática à Alemanha de Freitas Valle sustentou o polo berlinense da equidistância enquanto durou a aposta na vitória alemã.

Esse relatório anual e a carta confidencial que o acompanhou merecem leitura mais detida, porque desautorizam qualquer redução de Freitas Valle a um simples propagandista do Reich. Lembrava nele que Vargas o incumbira de "afastar quaisquer motivos ou pretextos que pudessem... perturbar a cordialidade das relações entre o Brasil e a Alemanha", e descrevia a política brasileira, nas palavras

Sul. Berlim: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1940.10.23/3). (Vol. XXXIV/62).

71 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 5 fev. 1941. Carta sobre a guerra europeia e as consequências mundiais de uma vitória alemã ou inglesa. Berlim: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1941.02.05). (Vol. XXXV/15), p. 1.

que a própria historiografia viria a consagrar, como um "equilíbrio intransigente" e uma posição "equidistante dos partidos em luta".[72] Mais revelador ainda é o cuidado com que reconhecia os limites do próprio posto: "encerrado no círculo de aço desta guerra, sem mover-me de Berlim", temia haver "algumas vezes repetido opiniões de gente parcial, pois... só com gente parcial me avisto", e admitia, em fórmula que vale por uma advertência metodológica, que "de Berlim só se pôde contar aquilo que em Berlim se ouve".[73]

Não era, pois, um ingênuo capturado pela propaganda, mas um informante que se sabia situado e que, ao situar as suas notícias, deixava a Vargas a tarefa de descontá-las. Na carta de fevereiro, reafirmava o "impasse" (a Alemanha senhora do continente, a Grã-Bretanha senhora dos mares) e retomava o seu eixo anticomunista, ao descrever uma União Soviética à espreita que, derrotada a Alemanha, cairia "sobre a Europa, esperançada de fazer a Revolução universal, que continua a ser o sonho comunista".[74]

O relatório de 1940 documenta, por fim, que a atuação de Freitas Valle não se esgotava no prognóstico: tinha efeitos práticos. Foi por intervenção pessoal dele, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão e ao Alto Comando do Exército, que se destra-

72 VALLE, Cyro de Freitas. [Relatório]. Destinatário: Oswaldo Aranha (ministro de Estado das Relações Exteriores). Berlim, 13 jan. 1941. Relatório anual da Embaixada do Brasil em Berlim relativo ao ano de 1940 (Confidencial n. 5). Berlim: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1941.02.05). (Vol. XXXV/6), p. 1-2.

73 VALLE, Cyro de Freitas. [Relatório]. Berlim, 13 jan. 1941. (GV c 1941.02.05). (Vol. XXXV/6), p. 3.

74 VALLE, Cyro de Freitas. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. Berlim, 5 fev. 1941. (GV c 1941.02.05). (Vol. XXXV/15), p. 2 e 4.

varam duas dificuldades na entrega do material bélico encomendado à casa Krupp (o aprestamento de material de motorização e a entrega de baterias antiaéreas), de modo que, "enquanto houve segurança para transporte", o armamento foi fornecido "ao ritmo previsto no contrato".[75]

O mesmo relatório revela, ademais, um Freitas Valle capaz de criticar a própria máquina nazista. Ele denunciava a Auslands-Organisation (A.-O.), o braço do Partido Nazista para os alemães no exterior, dirigido pelo "gauleiter" Bohle, que mantinha "agentes em todos os países, os quais figuram por vezes no quadro do pessoal diplomático e consular, mas só são responsáveis perante a Direção central de Berlim", contradizendo os próprios embaixadores; e dizia haver manifestado aos alemães, "com discrição, mas com firmeza", que a ação da A.-O. "há sido desastrada pelo mundo em fora". A observação era arguta, e a historiografia a confirma: a A.-O. operava em rivalidade com o próprio Ministério do Exterior de Ribbentrop e escapava ao controle unificado da política externa do Reich (McKALE, 1977).[76]

Cabe registrar, enfim, que a simpatia corria também na direção inversa: Freitas Valle anotava que os discursos de Vargas "de 11 e 29 de Junho e de 31 de Dezembro de 1940", a começar pela célebre fala de 11 de junho a bordo do encouraçado Minas Gerais, "encon-

75 VALLE, Cyro de Freitas. [Relatório]. Berlim, 13 jan. 1941. (GV c 1941.02.05). (Vol. XXXV/6), p. 5.

76 Sobre a Auslands-Organisation (A.-O.) do NSDAP, dirigida por Ernst Wilhelm Bohle, e a sua autonomia e rivalidade com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Auswärtiges Amt) de Ribbentrop, ver McKALE, Donald M. *The Swastika Outside Germany*. Kent: Kent State University Press, 1977. Cf. VALLE, Cyro de Freitas. [Relatório]. Berlim, 13 jan. 1941. (GV c 1941.02.05). (Vol. XXXV/6), p. 4.

traram eco muito simpático na opinião alemã".[77]

Há, porém, um terreno em que a atuação de Freitas Valle ultrapassou a informação e converteu-se em ação de Estado de consequências fatais: o da imigração de refugiados. Desde que chegou a Berlim, o embaixador fez da obstrução à entrada de judeus uma bandeira pessoal. O dado é hoje documentado e mensurável. Maria Luiza Tucci Carneiro e Avraham Milgram, investigando o acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé para a concessão de vistos a "católicos não arianos" perseguidos pelo nazismo, demonstraram que, dos 959 vistos efetivamente concedidos entre 1939 e 1941, nenhum proveio de Berlim ou Hamburgo, malgrado o acordo destinar 2.000 das 3.000 autorizações justamente a essas praças (CARNEIRO, 1988, p. 327-333; MILGRAM, 1994, p. 113-119). Para Milgram, o acordo foi "conscientemente ignorado" por Freitas Valle, cuja embaixada, na avaliação dos dois autores, manteve "oposição intransigente" à entrada dos refugiados.

A obstrução de Freitas Valle só ganha inteligibilidade no quadro mais amplo da política imigratória do Estado Novo, e é aqui que o diálogo com a historiografia especializada se impõe. Jeffrey Lesser evidenciou o paradoxo que estruturava essa política: a mesma máquina estatal que baixou, em 1937, a circular secreta proibindo a entrada de judeus assistiu, no ano seguinte, ao ingresso legal de mais judeus do que em qualquer momento anterior (LESSER, 1995). A

77 VALLE, Cyro de Freitas. [Relatório]. Berlim, 13 jan. 1941. (GV c 1941.02.05). (Vol. XXXV/6), p. 2. O discurso de Vargas de 11 de junho de 1940, pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais sob o título "No limiar de uma nova era", exaltava o Estado forte e foi amplamente lido, dentro e fora do Brasil, como aceno de simpatia ao Eixo, alarmando Washington.

política imigratória brasileira não era, pois, um bloco unívoco, mas um campo de imagens contraditórias e de aplicação desigual; era justamente essa ambiguidade que abria, a cada diplomata, uma margem de decisão. Fábio Koifman tornou essa margem visível ao contrastar dois embaixadores: enquanto Luís Martins de Souza Dantas, em Paris, concedia vistos a judeus à revelia das ordens e salvava centenas de vidas, Freitas Valle, em Berlim, fazia o inverso, recusando-os com zelo (KOIFMAN, 2002, p. 419; 2017). Diante de uma norma que comportava interpretação, Freitas Valle escolheu, sistematicamente, a leitura mais restritiva, e ainda militou para convertê-la em regra.

Que ele militava, e não apenas obedecia, prova-o o atrito com o próprio Aranha. Em carta de 5 de janeiro de 1940, o ministro, que era também o primo, quis cobrar do embaixador os termos exatos de sua "divergência com o Itamaraty a respeito dos judeus", expondo as normas já em vigor, da circular secreta n. 1.127, de 1937, à atuação do recém-criado Conselho de Imigração e Colonização.[78] Na mesma carta, Aranha resumia a denúncia do primo, que se queixava de que "judeus de má qualidade continuam a entrar no Brasil em número crescente, a despeito das normas severas estabelecidas pelo Itamaraty", e a ela reagiu redigindo um dossiê intitulado "Entrada de semitas no Brasil". Como conclui Fábio Koifman, a quem devemos a reconstituição desse atrito, a conduta de Freitas Valle "desrespeitava a hierarquia e violava a ética" (KOIFMAN, 2017, p. 78): pressionava o Ministério de fora da cadeia de comando, valendo-se do acesso

78 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Cyro de Freitas Valle. Rio de Janeiro, 5 jan. 1940. Carta indagando sobre sua posição crítica em relação à entrada de judeus no Brasil e expondo as normas e medidas limitativas do Itamaraty na seleção desses imigrantes. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas (GV c 1940.01.05/1). (Vol. XXXIII/4), p. 3-4.

direto ao presidente.

Vale lembrar, ainda com Koifman, que no domínio migratório o Ministério da Justiça de Francisco Campos pesava mais que o Itamaraty, e que Campos era desafeto de Aranha, de sorte que a divergência de Freitas Valle com o próprio Ministério a que servia encontrava, na arquitetura de poder do Estado Novo, terreno fértil. O episódio mostra um informante a pressionar, por dentro, a orientação da pasta: não apenas relatando o que via, mas disputando o rumo da política. E não deixa de ser significativo que o mesmo Aranha que, em Washington, fizera de Freitas Valle o seu braço de confiança contra o Itamaraty se visse, em Berlim, do outro lado da mesa, a defender o Ministério das críticas do primo.

O canal de Berlim fechou-se com a guerra que o havia aberto. No início de 1942, após a Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações com o Eixo, em janeiro, e, depois dos afundamentos de navios mercantes, declarou-lhe guerra, em agosto. Malgrado o atrito sobre os refugiados e a aposta na vitória alemã que se desfazia, Vargas não dispensara, até o fim, os serviços do primo de Aranha: Freitas Valle deixou a Alemanha como o último representante brasileiro acreditado em Berlim, encerrando ali, à força, o circuito confidencial que mantivera por quase três anos. Como em tantos outros casos da diplomacia paralela, o vínculo pessoal prevalecera sobre a hierarquia institucional até o instante em que a própria guerra tornou o posto impossível.

Conclusão

A trajetória de Cyro de Freitas Valle, acompanhada de Washington a Berlim, demonstra parte do funcionamento da diplomacia personalista de Getúlio Vargas, que buscou sempre manter contatos dos mais variados aspectos, para atender missões diretamente combinadas junto a ele. Nos Estados Unidos, ao lado de Aranha, Freitas Valle ajudou a refundar a embaixada, a indicar quadros, a vigiar a imprensa e conter notícias, a refletir e atuar sobre as estratégias argentinas e a antecipar a guerra, fazendo da ligação direta com o presidente um instrumento que, por vezes, driblava o Itamaraty. Na Alemanha, já embaixador, manteve junto a Vargas um canal confidencial por portadores secretos e pelo próprio filho do presidente, orientou negociações para além do seu posto, e despejou no Catete uma leitura da guerra simpática à Alemanha por cálculo estratégico que, sem determinar as decisões, ajudava a moldar o horizonte em que elas eram tomadas, da "neutralidade" à recusa dos refugiados.

Essa mesma parceria, vivida primeiro ao lado de Aranha em Washington e depois ao lado de Lutero Vargas em Berlim, impõe ainda uma terceira leitura, e talvez a mais desafiadora de todas: o que os bastidores da diplomacia ensinam sobre os próprios marcos pelos quais aprendemos a contar a Segunda Guerra Mundial. Esses marcos, hoje didáticos, são didáticos justamente porque foram lidos de maneira teleológica, isto é, a partir de um desfecho que já conhecemos, mas que os contemporâneos não conheciam. Para Freitas Valle, a invasão da Polônia não foi o marco de início de nada: uma guerra europeia, a seu ver, já estava em curso desde a dominação da Áustria e da Tchecoslováquia, e a própria Grande Guerra de 1914-

1918 nunca chegara, em sua leitura, a se encerrar de fato: havia uma continuidade entre ela e o clima de tensão do mundo que se seguiu, o que é possível interpretar a partir de sua leitura sobre a guerra alemã. O que ele chamava de autarquia, países isolados comercial e economicamente diante de um mundo cada vez mais protecionista e hostil, era sintoma dessa tensão nunca resolvida. O comunismo era, para ele, a maior das hostilidades; o nazismo, um mal, porém um mal menor.

Foi a invasão e a dominação da França, não a da Polônia, que o deixou terrivelmente espantado, e é nela, em sua interpretação, que a guerra de fato começou: antes disso, no momento da "guerra sem guerra", não se tratava ainda, a seus olhos, de uma guerra em níveis mundiais. Em momento algum Freitas Valle deu a perceber uma guerra na escala em que hoje a analisamos e ensinamos. Fazem sentido, por isso, interpretações como a de Andrew Buchanan, que propõe revisar os marcos da Segunda Guerra Mundial para pensá-la de maneira mais fluida (BUCHANAN, 2019), e o exercício de entender Freitas Valle serve, neste capítulo, justamente para repensar a própria Segunda Guerra Mundial: a invasão da Polônia foi, para ele, decorrência quase óbvia das estratégias de invasão alemã, não um marco em si, e o Tratado de Versalhes continuava sendo, no que hoje chamamos de Segunda Guerra Mundial, um problema não resolvido.

Esse exercício passa também pelos aspectos de antissemitismo, racismo e xenofobia, presentes nas análises de Freitas Valle. Ele foi um dos que insistiram para que houvesse veto rígido à entrada de judeus no Brasil, e compreendia a unidade racial como um ativo béli-

co, a mestiçagem como uma fraqueza no ambiente de guerra. Apesar disso, buscou criar o ambiente de equidistância pragmática que Vargas também propunha: nos próprios discursos do presidente, como elencamos ao longo deste capítulo, houve o elogio aos Estados fortes e a crítica às democracias e ao liberalismo tidos por fracos. Freitas Valle foi, nesse sentido, importante apoio à estratégia da equidistância.

Mas, sobretudo para a historiografia, a atuação de Freitas Valle aqui analisada serve como exercício importante para repensarmos abordagens ainda tão teleológicas, agora não do calendário da guerra, mas da própria divisão do trabalho político no Estado Novo. A historiografia apontou que a política interna ficou nas mãos de Getúlio Vargas e a política externa, nas de Oswaldo Aranha; vimos que não foi bem assim. Vargas esteve profundamente afinado junto a Oswaldo Aranha na embaixada americana, mas também afinado a Freitas Valle, primeiro em Washington, depois em Berlim. A política externa esteve, portanto, tão vinculada à própria política interna varguista quanto esta àquela.

O destino do próprio Aranha confirma, anos depois, a natureza do sistema. Ao romper com Vargas e deixar o Ministério, em agosto de 1944, o ex-chanceler escreveu, amargo, que "a interferência na ação diplomática da minha pasta foi se tornando cada vez mais agressiva e menos aceitável", pois "o Itamaraty era, por vezes, excluído do Conselho da minha função".[79] Aquele que, em Washington,

79 ARANHA, Oswaldo. [Correspondência]. Destinatário: Góes Monteiro. Rio de Janeiro, 17 ago. 1944. Carta sobre as circunstâncias de sua demissão do Ministério das Relações Exteriores, o fechamento da Sociedade Amigos da América e a interferência do presidente na ação do Itamaraty. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Ar-

fundara com o primo um circuito paralelo ao Itamaraty terminava, como ministro, vítima do mesmo mecanismo: Vargas dava e retirava autoridade ao sabor da sua "balança", e o Ministério das Relações Exteriores era sistematicamente contornado pelo poder pessoal do presidente. É essa a interpretação que o caso de Freitas Valle ilumina. Aquilo que se costuma chamar de "política de Estado" no período, a aproximação com os Estados Unidos, a contenção da Argentina, a equidistância diante da guerra, não foi gestado num plano abstrato de interesses permanentes do Itamaraty, mas no varejo de uma correspondência confidencial em que parentes e amigos do presidente informavam, indicavam, pressionavam e disputavam o rumo das decisões por fora do organograma oficial. Investigar os bastidores não é, portanto, descer ao anedótico: é mostrar que a fronteira entre o que era política de Estado e o que era política de governo, na condução da diplomacia varguista entre 1930 e 1945, foi muito mais tênue do que as sínteses deixam supor.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BUCHANAN, Andrew N. *World War II in Global Perspective, 1931-1953: A Short History*. Hoboken: Wiley, 2019.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. As crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes na política externa brasileira antes da Segunda Guerra Mundial. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.

quivo Getúlio Vargas (GV c 1944.08.17, maço da demissão de Oswaldo Aranha). (Vol. XLV/1e e segs.), p. 17.

31, n. 2, p. 8-31, 2025.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. *Os informantes de Getúlio Vargas e a política externa brasileira (1930-1945)*. Juiz de Fora: Afra Cultural Editora, 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Valle, Cyro de Freitas. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vale-ciro-de-freitas. Acesso em: 15 jun. 2026.

FARCAU, Bruce W. *The Chaco War: Bolivia and Paraguay, 1932-1935*. Westport: Praeger, 1996.

GARCIA, Eugênio Vargas. Cyro de Freitas Valle: Nações Unidas, o Brasil primeiro. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: FUNAG, 2013. v. 3, p. 715-749.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IMLAY, Talbot C. *Facing the Second World War: Strategy, Politics, and Economics in Britain and France, 1938-1940*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

JAKUBEC, Pavol. "I Cannot Comprehend How, Yet it was Done": Minister Ditleff's Report from the Besieged City, Warsaw 1939. *Diplomacy & Statecraft*, v. 36, n. 1, p. 77-94, 2025.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOIFMAN, Fábio. O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados: história e construção de memória. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 71-88, 2017.

KOIFMAN, Fábio. O governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano*: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. [ed. orig. *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question*. Berkeley: University of California Press, 1995].

McKALE, Donald M. *The Swastika Outside Germany*. Kent: Kent State University Press, 1977.

MILGRAM, Avraham. *Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não-arianos — da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado em História) — PUCRS, Porto Alegre, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

TROTTER, William R. *A Frozen Hell: The Russo-Finnish Winter War of 1939-40*. Chapel Hill: Algonquin Books, 1991.

Os dois lados da moeda: diplomatas entre o apoio e a resistência à ditadura militar (1964-1985)

Ismara Izepe de Souza[1]

Bruno Fabricio Alcebino da Silva[2]

https://doi.org/10.29327/5922089.1-7

A ascensão da extrema-direita no Brasil, nos últimos anos, veio acompanhada de recorrentes tentativas de alterar a narrativa sobre a ditadura militar (1964-1985). Se no período imediato à redemocratização do país, na década de 1980, se evidenciou junto à sociedade brasileira a herança negativa deixada pelos militares, a partir do governo Bolsonaro (2019-2022), junto às constantes ameaças à democracia, se acentuaram as investidas para promover uma imagem positiva daquele período. Entre 2025 e 2026, os filmes "Ainda estou aqui" e "O agente secreto" fizeram sucesso internacional, reacen-

1 Professora do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Estudos do Sul Global, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutora e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

2 Mestrando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC. Pesquisador do Laboratório de Política Externa (Lab.Pex), vinculado ao Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB), e membro do Grupo de Estudos da América Latina Contemporânea (GEALC-UFABC).

dendo debates em torno do legado deixado pelo período ditatorial brasileiro, especialmente em seus aspectos negativos. O primeiro filme retrata, sob a perspectiva de Eunice Paiva, o desaparecimento de seu marido, o ex-deputado Rubens Paiva, morto pelo regime autoritário, fazendo história por ser o primeiro longa-metragem a ganhar o Oscar de melhor filme internacional, fato inédito para o Brasil. O segundo filme, protagonizado por Wagner Moura, também se insere nesse movimento de revisitação crítica da ditadura militar. Ambientado em 1977, o longa acompanha a trajetória de um professor perseguido pelo regime autoritário e utiliza elementos do *thriller* político para refletir sobre a repressão, a vigilância e a violência de Estado durante os anos finais da ditadura. A obra alcançou grande reconhecimento internacional ao conquistar os prêmios de Melhor Diretor e Melhor Ator no Festival de Cannes de 2025, além de receber ampla aclamação da crítica especializada.

Entre efusivas comemorações do campo progressista e da direita moderada e a produção de *fake news* pela extrema-direita, o fato é que a memória sobre esse período continua sendo alvo de disputas. Nesse cenário, o sucesso internacional dos dois filmes evidencia um momento de destaque do cinema brasileiro no cenário mundial, mas também revela como a produção cultural tem desempenhado papel central na disputa de narrativas sobre o passado recente do país. Em um contexto marcado por tentativas de relativizar ou mesmo reabilitar a imagem da ditadura militar, essas obras contribuem para manter viva a memória das violações de direitos humanos cometidas pelo regime, reforçando a importância da preservação da memória histórica para a consolidação da democracia brasileira.

A política externa parece ser exceção quando se trata da disputa sobre a memória do regime autoritário, pois existe uma percepção quase generalizada no meio acadêmico sobre os seus acertos neste período (VISENTINI, 2013; CERVO E BUENO, 2011, RICUPERO, 2017). Nos 21 anos de governos militares, o perfil da inserção internacional brasileira foi se alterando, não sendo possível falar de uma "política externa do regime militar". Afinal, o alinhamento automático aos EUA promovido pelo governo de Castelo Branco (1964-1967) foi paulatinamente sendo substituído por uma política externa de teor desenvolvimentista, culminando no pragmatismo responsável do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que guarda, em seu caráter autônomo e altivo, similaridades com a política externa dos primeiros dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Tais convergências, a despeito de serem governos de espectros políticos e conjunturas muito distintas, estariam centradas no esforço que os dois governos realizaram por ampliar as relações políticas e econômicas do Brasil, em nome do pragmatismo (SHIGUENOLI; CARDOSO, 2012).

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), que no Brasil também é chamado de Itamaraty, têm características específicas quando comparado aos outros ministérios e seus quadros de servidores. Uma dessas características é o espírito de corpo, que marca a sociabilidade entre os diplomatas, e que é responsável pela preservação de uma memória positiva acerca de sua atuação durante os governos militares. No período da redemocratização, a diplomacia brasileira defendeu a ideia de que o MRE esteve alheio aos aspectos mais abjetos da ditadura. A ideia veiculada e corroborada pelos diplomatas

foi a de que, entre 1964 e 1985, o Itamaraty continuou a pautar suas ações pelos interesses do desenvolvimento nacional, sem se deixar influenciar pelo que ocorria na política doméstica.

No entanto, na última década, pesquisas realizadas no âmbito acadêmico (PENNA FILHO, 2009; CARMO, 2018; SIMON, 2021) e àquelas que resultaram no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014) demonstraram que o suposto distanciamento do Itamaraty da política doméstica e, particularmente do aparato repressivo, não existiu. Se a postura oficial foi a de alheamento ao que se passava no âmbito interno, nos bastidores, o Itamaraty participou da engrenagem repressiva, auxiliando na vigilância e repressão de brasileiros exilados. Mas também existiu o outro lado da moeda, ou seja, diplomatas indesejados e perseguidos pelo regime ditatorial, seja por não apresentarem uma postura condizente com o perfil ideal construído pela Instituição, ou por serem considerados ameaça pelo que tinham a revelar sobre o lado escuso e corrupto do regime militar, como o caso de José Pinheiro Jobim revela.

Diante dessa constatação, nosso objetivo neste artigo é avaliar a relação da diplomacia com a ditadura militar, demonstrando casos de conivência com o aparato repressivo, mas também de resistência ao projeto autoritário manifestados por diplomatas. Nossa hipótese, confirmada por pesquisas recentes, é a de que o MRE, apesar de buscar manter uma imagem de instituição de Estado, alheia aos aspectos arbitrários do regime militar, contribuiu para tornar a repressão aos dissidentes do regime autoritário mais eficiente. Também pretendemos mostrar que a participação de diplomatas na repressão estatal se relaciona ao envolvimento institucional do MRE. A partir de estudos

de caso também defendemos que houve descontentamento e resistência, ainda que por parte diminuta do corpo diplomático.

Para melhor encadeamento das ideias, estruturamos o texto em três partes. Na primeira seção, apresentaremos um panorama geral da política externa brasileira durante o regime militar, e abordaremos o perfil do MRE, a fim de explicitar o insulamento burocrático que, na perspectiva da diplomacia brasileira, justifica a ideia de uma instituição que executa uma política de Estado para além dos interesses conjunturais dos governos de plantão. Na segunda seção, analisaremos a relação institucional do MRE e de alguns diplomatas com o aparato repressivo, demonstrando a conivência institucional a partir do Relatório da Comissão Nacional da Verdade e do recente acumulado bibliográfico existente sobre o tema. Na terceira parte discutiremos, a partir do estudos de caso, as manifestações de discordância aos aspectos autoritários do regime por parte de membros da diplomacia, e as decisões arbitrárias do regime militar que recaíram sobre eles.

O MRE e a política externa da ditadura militar

A ditadura militar (1964-1985) se caracterizou por um modelo político autoritário e um projeto social conservador, sendo um período marcado por ambiguidades, com o crescimento econômico atrelado ao aumento das desigualdades sociais. Houve, durante a maior parte deste período, adesão clara a um projeto desenvolvimentista, que na ausência democrática, promoveu um alto custo social. Corroboramos a percepção de Marcos Napolitano, que defende que o

golpe pode ser denominado como civil-militar, uma vez que os membros das Forças Armadas derrubaram João Goulart com o apoio de segmentos da sociedade, como as classes médias, a imprensa e o empresariado (2016, p. 52). No entanto, este autor também argumenta que o protagonismo dos militares na condução do processo político nas décadas seguintes nos permite afirmar que houve, durante 21 anos, um regime militar brasileiro, expressão presente no título de seu livro (2014).

Como nos lembra Cervo e Bueno, existem diferenças entre os projetos de política interna e externa da ditadura militar, sendo que esta última dimensão poderia ser qualificada de "avançada, democrática e até esquerdista", em oposição à interna, tida por retrógrada em sua forma (2011, p. 399). Essa ambiguidade explica a tolerância norte-americana com o projeto de Brasil-Potência do início da década de 1970. O Brasil era um aliado importante na manutenção da estabilidade da região, ao garantir apoio aos demais golpes militares na América do Sul (VIZENTINI, 1998, p. 142). A política externa do período pode ser compreendida como um instrumento de apoio ao desenvolvimento industrial brasileiro, levando a estratégia nacional-desenvolvimentista iniciada por Getúlio Vargas na década de 1930 a um ponto máximo.

No entanto, não se pode falar de uma política externa do regime militar. Essa unicidade não existiu, havendo mais diferenças do que semelhanças entre as linhas de ação dos governos que se sucederam. Quando o regime militar finalizou, na década de 1980, quase tudo a ele relacionado era criticado, salvando-se praticamente a política externa, especialmente àquela que começou a se esboçar

durante o governo Geisel (1974-1979), cujo pragmatismo e altivez passaram a ser elogiados até pelo campo de oposição que defendia o retorno à democracia. Como afirma Rubens Ricupero, eminente diplomata de carreira, que teve posições de destaque não só no Itamaraty, mas na vida política brasileira: "No exterior, a diplomacia brasileira despertava nos governos e analistas um respeito que se negava categoricamente ao regime do qual emanava" (2017, p. 511).

O Itamaraty, neste período, teve sua condução realizada majoritariamente por diplomatas de carreira. Com exceção de Juracy Magalhães (1966-1967) e José de Magalhães Pinto (1967-1969), externos à carreira, os demais chanceleres eram diplomatas, a saber: Vasco Leitão da Cunha (1964-1966); Mário Gibson Barbosa (1969-1974); Antonio Francisco Azeredo da Silveira (1974-1979) e Ramiro Saraiva Guerreiro (1979-1985). A perspectiva defendida pelo corpo diplomático à época e nas décadas seguintes foi a de que o MRE esteve alheio a toda estrutura repressiva que foi colocada à serviço do regime autoritário.

No que tange ao perfil social da diplomacia brasileira, desde o século XIX, os representantes brasileiros eram escolhidos junto às elites ligadas aos negócios de Estado, sendo brancos "bem nascidos" (AMPARO; MOREIRA, 2021, p. 5). Em 1945, essa situação se alterou parcialmente, na medida em que houve a criação do Instituto Rio Branco (IRB), que passou a selecionar os quadros mais bem preparados para o MRE. O recrutamento realizado a partir de credenciais técnicas e meritórias não foi suficiente para democratizar o acesso à diplomacia. Dado o caráter elitista do acesso à formação mínima solicitada para chegar ao concurso, os diplomatas continua-

ram a pertencer majoritariamente às classes altas da sociedade. Os atributos exigidos coincidiam com a formação das classes abastadas, especialmente de filhos de diplomatas e de outros quadros das elites políticas. Raros eram os bons candidatos de outras origens sociais.

A ausência de diversidade socioeconômica e étnica continua a ser um dos desafios enfrentados pelo MRE, envolvendo uma discussão latente nos últimos anos sobre a necessidade de se democratizar o acesso à carreira. Trabalhos acadêmicos majoritariamente desenvolvido por mulheres (AMPARO; MOREIRA, 2021; BALBINO, 2011; GOBO, 2018; FRIAÇA, 2018) demonstram, por exemplo, que mesmo no século XXI, a quantidade de mulheres diplomatas ainda é muito menor do que a de homens. Em 2015, as mulheres representavam somente 22,3% do total de diplomatas ativos (GOBO, 2018, p. 448). Essa desigualdade de gênero se identifica não só na entrada para a carreira, mas também ao longo da trajetória institucional. Karla Gobo menciona também a falta de representatividade de negros na diplomacia, levantando fontes secundárias que indicam que, em 2003, apenas 0,7% dos diplomatas seriam pertencentes ao grupo de não brancos (2018, p. 455).

Dados mais recentes demonstram que essas disparidades persistem na atual estrutura do Itamaraty. Em agosto de 2024, as mulheres representavam apenas cerca de 23% do total de 1.574 diplomatas brasileiros, mantendo uma proporção histórica estagnada. A intersecção entre gênero e raça explicita ainda mais essa exclusão: de acordo com dados do censo étnico-racial do MRE atualizados em 2024, do universo de 366 diplomatas mulheres, somente 51 eram negras (FARIA; SIMONI, 2024, p. 42-43). No topo da hierarquia di-

plomática, segundo levantamento da organização Gênero e Número (2024), a representação do país continua sendo majoritariamente de homens brancos, que no início de 2024 ocupavam 221 das 302 posições somadas de ministros de primeira e segunda classe. Esse cenário de desigualdade estrutural se repete também no Quadro Especial da carreira, destinado a abrigar diplomatas transferidos por critérios de idade e tempo no cargo. No estrato mais alto desse quadro (ministros de primeira classe), os homens brancos continuam a dominar amplamente, ocupando 76% das vagas, ao passo que as mulheres negras representam exíguos 3%.

Existe dentre a diplomacia um conjunto de comportamentos, símbolos e práticas que nos permite, segundo Patriota de Moura, afirmar que vigora na Instituição um *ethos* e uma visão de mundo próprios (2007, p. 34). Para este trabalho é interessante resgatar a comparação que Zairo Cheibub faz entre os diplomatas e os militares, no sentido de que ambos os grupos são treinados para valorizar a hierarquia no exercício da profissão (1984, p. 30). O prestígio que a Instituição alcançou a partir da gestão de Rio Branco (1902-1912), contribuiu também para a sua relativa autonomia e insulamento burocrático.

O MRE sempre orientou seus quadros a realizar um discurso focado na defesa das tradições diplomáticas brasileiras, que estariam centradas na defesa do desenvolvimento nacional, da autodeterminação dos povos, e da busca por autonomia frente aos desafios internacionais. À despeito das orientações para uma ação que se sobreponha às simpatias pessoais, a diversidade de pensamento pode ser identificada junto à diplomacia brasileira, havendo adeptos do

liberalismo, do nacionalismo e de correntes de esquerda. Desde a década de 1950, as divergências na percepção sobre como o país deveria agir frente ao contexto da Guerra Fria estiveram presentes, não só no MRE, mas nas discussões junto à sociedade civil. Alinhamento ou não, muitas vezes foram traduzidos como simpatias aos EUA ou antiamericanismo, servindo às polarizações internas, como à época da Política Externa Independente (PEI), lançada por Jânio Quadros em 1961.

O anticomunismo parece ter sido majoritário junto ao pensamento da diplomacia brasileira desde a década de 1930. O chanceler nomeado por Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, deixou em suas memórias várias referências à necessidade de se combater as ideologias de esquerda, demonstrando não apenas um comportamento individual, mas uma direção ideológica prevalente na Instituição durante o regime militar (CUNHA, 1994). O anticomunismo se constitui em um dos elementos norteadores da análise que desenvolveremos na próxima seção.

Nos subterrâneos, o apoio institucional ao aparato repressivo

A diplomacia brasileira construiu um perfil majoritariamente conservador e anticomunista, que se consolidou muito antes do início da Guerra Fria, ganhando fortes contornos a partir da década de 1930. Durante a Era Vargas, o combate à "ameaça comunista" tornou-se uma política de Estado, com a diplomacia atuando na vigilância de atividades subversivas e no intercâmbio de informações

com agências estrangeiras (CASTILHO, 2024, p. 9; SETEMY, 2014, p. 9). Um exemplo marcante desse processo de institucionalização repressiva no Ministério foi a criação do Serviço de Estudos e Informações (SEI) em 1936, idealizado pelo ministro José Carlos Macedo Soares e pela diplomata Odette de Carvalho e Souza, com o objetivo de centralizar a repressão ao comunismo e monitorar a infiltração de ideologias bolcheviques (CASTILHO, 2024, p. 10-11).

Apesar dessa forte tradição conservadora, é preciso afirmar que havia certa pluralidade de pensamento no interior da chancelaria brasileira (CASTILHO, 2024, p. 14; SETEMY, 2014, p. 11). O corpo diplomático não era monolítico, pois nem todos os diplomatas eram conservadores ou anticomunistas, nem permaneceram assim pelo resto de suas carreiras. Essa pluralidade ficou evidente, sobretudo, durante os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64), através da formulação da Política Externa Independente (PEI) (SETEMY, 2014, p. 11). Naquele contexto, a agência diplomática dividiu-se: enquanto diplomatas mais antigos defendiam o alinhamento com os Estados Unidos e temiam os rumos do governo, jovens secretários apoiavam uma postura reformista, não alinhada e independente no cenário internacional. Mesmo não compactuando com as ideias de esquerda, muitos diplomatas foram entusiastas da PEI, dado o seu caráter nacionalista e altivo frente às demandas internacionais. Mesmo assim, a PEI foi um elemento a mais na argumentação dos anticomunistas que associavam a autonomia ao antiamericanismo.

Diplomatas que ingressaram nas fileiras do Itamaraty durante a década de 1930 inclinavam-se para uma ideologia mais conserva-

dora, e alguns deles apoiavam abertamente a doutrina integralista (CASTILHO, 2024, p. 10, 14). Esses diplomatas desempenhariam um papel importante anos mais tarde na formulação da "política externa ideológica" da ditadura militar, com os exemplos mais contundentes sendo Antônio Cândido da Câmara Canto e Manoel Pio Corrêa (CASTILHO, 2024, p. 14).

Com a deflagração do golpe civil-militar de 1964, a posição dos setores anticomunistas triunfou definitivamente no controle da instituição, sobrepondo-se às correntes independentes. De início, a política externa foi conduzida pelos anticomunistas defensores de um alinhamento incondicional aos preceitos de segurança de Washington. Posteriormente, a diplomacia passou a ser orientada pelos desenvolvimentistas, embora mantivesse o combate ao comunismo e as doutrinas de segurança nacional como premissas centrais. Foi exatamente essa herança de conservadorismo intrínseco à instituição que explicou a conivência e a colaboração de setores do corpo diplomático com o projeto autoritário da ditadura, preparando o terreno nos subterrâneos para a institucionalização de aparatos repressivos como o Centro de Informações do Exterior (CIEX) (CASTILHO, 2024, p. 5, 14; SETEMY, 2014, p. 15-18, 21).

A máquina repressiva montada pelo regime militar atuou de forma sistemática para silenciar os opositores ao regime, através de prisão, tortura e assassinatos. Embora haja evidências sobre o envolvimento dos militares de alta patente nessas práticas, sendo de conhecimento da maioria dos presidentes da República do período o que se passava nos porões, parte dos militares sustentou uma narrativa que minimiza a repressão, ora afirmando sua necessidade para combater

os subversivos, ora negando a dimensão e gravidade da violação de direitos humanos. A tortura, por exemplo, nunca foi assumida pelo alto escalão militar (NAPOLITANO, 2016, p. 137).

Essa negação também pode ser observada junto ao MRE, no que tange à sua contribuição ao aparato repressivo. O envolvimento da Instituição em atos repressivos se tornou inegável após as provas documentais presentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O contato com esses documentos sensíveis se inclui em uma discussão mais ampla sobre o direito à memória e a um longo processo de questionamento e combate ao excesso de sigilo na esfera governamental (FICO, 2012, p. 43). Inspirada nas experiências da Argentina e Chile, a CNV foi instituída no Brasil durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) com o objetivo de investigar e esclarecer as graves violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar (1964-1985), sendo a própria ex-presidenta uma sobrevivente que foi presa e torturada durante o regime. Entre suas contribuições mais relevantes, a CNV dedicou um capítulo específico aos crimes cometidos no exterior com o apoio do MRE, demonstrando o envolvimento direto do Itamaraty na repressão transnacional e na perseguição de opositores políticos fora do Brasil. O relatório final, divulgado em 2014 em três volumes, fornece provas documentais e testemunhais fundamentais para o reconhecimento institucional dessas violações, reforçando a necessidade de preservação da memória histórica e responsabilização dos agentes envolvidos.

O Centro de Informações do Exterior (CIEX), estabelecido no âmbito do Ministério das Relações Exteriores em coordenação com o Serviço Nacional de Informações (SNI), atuou como o principal

órgão de monitoramento das atividades de brasileiros exilados, refugiados e banidos. A análise de suas operações permitiu à CNV investigar casos de violações ocorridos em outros países, configurando um raro caso de extraterritorialidade justificado pela constatação de que o Estado brasileiro promoveu uma repressão sistemática que ultrapassou as fronteiras nacionais (BRASIL, 2014, v. 1, p. 41).

O CIEX foi criado em 1966, e funcionou até a década de 1980, quando suas funções foram absorvidas pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) do MRE. Operando como uma estrutura clandestina dentro do Itamaraty, sua função não era apenas a coleta passiva de dados, mas a busca ativa e encoberta de informações, atuando como um serviço secreto que mantinha interlocução com serviços de inteligência estrangeiros. Para isso, o Centro de Informações estruturou uma rede de "bases" dissimuladas nas embaixadas e consulados brasileiros localizados em cidades estratégicas, tanto no Cone Sul (como Buenos Aires, Montevidéu e Santiago) quanto na Europa (como Paris, Lisboa, Genebra, Praga, Moscou e Berlim Oriental) (BRASIL, 2014, v. 1, p. 180-184). Nessas bases, operavam diplomatas e funcionários que utilizavam canais de comunicação exclusivos e cifrados para reportar as atividades dos opositores ao núcleo central em Brasília. Além da infraestrutura em solo estrangeiro, os métodos de trabalho do CIEX incluíam a cooptação e o uso de informantes pagos, muitas vezes infiltrados nas comunidades de exilados brasileiros, para vigiar e relatar o cotidiano dessas pessoas (BRASIL, 2014, v. 1, p. 185).

Dessa forma, o relatório demonstra que o envolvimento do MRE na repressão política foi muito além da simples omissão na

proteção de seus cidadãos no exterior. O CIEX funcionou como uma peça central do terrorismo de Estado extraterritorial. Ao compartilhar relatórios de espionagem com o aparato repressivo interno (como o DOI-CODI e os Centros de Informações das Forças Armadas) e com as ditaduras vizinhas, antecedendo e colaborando intimamente com a Operação Condor, o Itamaraty colocou em risco direto a vida de centenas de cidadãos, culminando em sequestros, sessões de tortura, execuções sumárias e desaparecimentos forçados (BRASIL, 2014, v. 1, p. 177; 213).

Pesquisadores brasileiros da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade de São Paulo (USP), junto ao Instituto Norueguês de Relações Internacionais, realizaram pesquisas que resultaram em um banco de dados com cerca de 8 mil documentos que demonstram que o Itamaraty monitorou mais de 17 mil brasileiros no exterior (GASPAR, 2025). Encontram-se no Arquivo Nacional, de acordo com o Relatório da CNV (2014), 11.327 páginas produzidas com papel timbrado com a sigla CIEX, com a assinatura de chefes do Centro que foram se sucedendo (BRASIL, 2014, v. 1, p. 180).

O CIEX não operava de forma isolada. Ele era parte da Comunidade de Informações do Ministério das Relações Exteriores (CI/MRE), interligado a outros órgãos repressivos do Estado brasileiro, como o CIE (Centro de Informações do Exército), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) (BRASIL, 2014, v. 1, p. 179). Esses centros trocavam dados sobre a localização, atividades e contatos de exilados brasileiros na América Latina e Europa.

Dentre os alvos do CIEX estavam figuras conhecidas, como o

ex-presidente deposto João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. O caso de Goulart é um dos mais emblemáticos. Documentos apontam que ele foi monitorado de perto pelo CIEX e por serviços de inteligência de países vizinhos, como Uruguai e Argentina. A preocupação do regime autoritário era que o ex-presidente estivesse articulando um retorno político ao Brasil, o que levou à sua constante vigilância e ao cerceamento de suas movimentações (BRASIL, 2014, v. 1, p. 192). Brizola, por sua vez, tornou-se alvo prioritário da espionagem brasileira no exterior, especialmente no Uruguai. Registros indicam que agentes brasileiros acompanharam suas atividades, enviando relatórios detalhados sobre suas reuniões políticas e discursos públicos (PENNA FILHO, 2009).

Outro aspecto relevante foi a repressão aos exilados de menor expressão pública, mas igualmente considerados "subversivos" pelo regime. Documentos do CIEX revelam que estudantes, artistas e sindicalistas também eram alvo de monitoramento constante. Muitos tiveram passaportes negados e foram impedidos de retornar ao Brasil, enquanto outros foram presos e entregues às autoridades brasileiras em operações conjuntas com os regimes militares da região (BRASIL, 2014, v. 1, p. 194).

O CIEX também desempenhou um papel fundamental na chamada Operação Condor, a rede de cooperação repressiva entre as ditaduras do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), que permitia a troca de informações sobre exilados e facilitava sequestros e assassinatos (PENNA FILHO, 2009, p. 48-49). Segundo documentos analisados pela CNV, o Brasil participou ativamente desse esquema, fornecendo dados sobre refugiados políticos

e auxiliando na captura de opositores nos países vizinhos (BRASIL, 2014, v. 1, p. 220).

Além disso, o apoio do Brasil ao golpe no Chile, em 1973, foi articulado por meio do Itamaraty e outros órgãos do aparato repressivo. O embaixador Antônio Cândido da Câmara Canto desempenhou um papel crucial nesse processo, fornecendo informações estratégicas e apoio logístico aos militares brasileiros que planejavam a deposição de Salvador Allende. Segundo Roberto Simon (2021), o Brasil, sob o comando do presidente militar Emílio Garrastazu Médici, não apenas auxiliou os conspiradores chilenos nos meses que antecederam o golpe, mas também contribuiu ativamente para consolidar o regime ditatorial de Augusto Pinochet.

De acordo com Simon (2021), a atuação do Brasil não foi subsidiária ou meramente ditada por Washington, mas sim uma política de Estado ativa com objetivos próprios de ordem geopolítica, ideológica e de segurança interna. O autor argumenta que o regime do general Médici via o Chile da Unidade Popular como a "Cuba do Pacífico", uma ameaça direta que poderia espalhar a subversão pelo Cone Sul e que servia como santuário para milhares de opositores brasileiros exilados. Nesse contexto, o embaixador Câmara Canto agiu como um "amigo incondicional" da direita chilena, utilizando a Embaixada no Palácio Errázuriz para coletar dados de inteligência, articular-se com opositores, empresários e oficiais conspiradores, e sufocar a diplomacia de Salvador Allende. Ele ajudou a operar uma sofisticada máquina de controle e espionagem contra os brasileiros no Chile, atuando em sintonia com os porões da ditadura, o Itamaraty e o Serviço Nacional de Informações (SNI).

O apoio brasileiro culminou de forma aberta e institucional com a consumação do golpe e a exportação do chamado "modelo brasileiro". Simon (2021) detalha que o Brasil procurou ativamente ser o primeiro a reconhecer a junta militar de Augusto Pinochet, oferecendo suporte logístico, tático e financeiro imediato. A ditadura brasileira enviou dezenas de toneladas de mantimentos, abriu linhas de crédito de centenas de milhões de dólares e despontou como o segundo maior fornecedor de armas para os chilenos. Mais gravemente, a intervenção envolveu o envio de agentes da inteligência do Brasil para colaborar diretamente com interrogadores na repressão de prisioneiros políticos e exilados brasileiros dentro do Estádio Nacional, comprovando a profunda cumplicidade na construção e na consolidação do novo regime ditatorial chileno (SIMON, 2021).

O envolvimento da diplomacia brasileira na repressão a exilados e na articulação com ditaduras vizinhas foi fartamente documentado no Volume I (capítulo 5) do Relatório Final da CNV. A atuação do Itamaraty por meio do MRE e do CIEX evidencia uma política de Estado voltada à repressão transnacional. No caso do Chile, a figura do embaixador brasileiro Antônio Cândido da Câmara Canto foi central. Embora o discurso diplomático muitas vezes tentasse negar a ingerência ou o envolvimento em questões internas chilenas, as transcrições de telegramas e despachos confidenciais reveladas pela CNV mostram que o embaixador não apenas monitorava os asilados brasileiros durante o governo de Salvador Allende, como estabeleceu conexões íntimas com os militares chilenos, endossando as ações repressivas e a consolidação do governo de Pinochet logo após o golpe de 1973.

Assim, o MRE contribuiu para a repressão política no exterior, demonstrando que a ditadura militar brasileira não limitou sua ação ao território nacional, mas expandiu sua vigilância e perseguição a nível internacional. Ao colaborar ativamente com outros regimes autoritários e ao vigiar ininterruptamente seus opositores, o CIEX contribuiu para a perpetuação de um sistema de terror que marcou a história recente do Brasil. A análise de seus arquivos e de suas atividades é essencial para compreender a extensão da repressão política no período e reforça a importância de preservar a memória histórica para evitar que tais episódios se repitam.

Os diplomatas indesejáveis

Existiu o outro lado da moeda: a repressão sofrida por muitos diplomatas que não se adequaram ao comportamento considerado ideal pela ditadura militar. Menor em termos quantitativos, se comparada a outros ministérios, a depuração realizada nas instituições de Estado também ocorreu no MRE. O Itamaraty foi a única instituição que após o golpe não passou por comissão de inquérito externa à Instituição, obtendo especificidade ao poder criar uma comissão própria, sendo a Comissão de Investigação Sumária (CIS) conduzida por Vasco Leitão da Cunha, diplomata escolhido por Castelo Branco para chefiar o MRE. A CIS resultou em 97 diplomatas investigados e 20 exonerados (CARMO, 2018, p. 60).

Logo após o golpe militar, os ministérios foram autorizados a iniciar investigações internas para identificar suspeição ideológica e afastar os servidores críticos ao novo regime. Este é um fato que

contesta a ideia de que o regime passou a cometer atos arbitrários somente após o fechamento do regime, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Segundo Napolitano, mais de setecentos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) alimentaram o furor de perseguição durante o primeiro governo militar, que foi responsável pelos 4 primeiros atos institucionais. As sanções legais aos adversários do regime com base nos atos institucionais comprovam o teor autoritário desde o início. Das 5.517 pessoas punidas através desses atos, 65% foram durante o governo Castelo Branco (2016, p. 73).

Em 1969, logo após a decretação do AI-5 e no auge da repressão política interna, uma nova Comissão de Investigação Sumária (CIS 69) foi instituída no MRE. Essa comissão incidiu fortemente sobre condutas consideradas desviantes pela moral conservadora do regime militar, com ênfase na perseguição e recomendação de exoneração ou aposentadoria compulsória de homossexuais. Segundo Carmo (2018, p. 69), o então ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, recomendou o exame rigoroso desses casos e sugeriu a constituição de uma junta médica especial para a realização de exames físicos e psíquicos. Tais procedimentos colocaram os diplomatas investigados em condições extremamente vexatórias, com o intuito de atestar hábitos e ações íntimas por intermédio de exames psiquiátricos e proctológicos.

O escrutínio sobre a vida privada dos servidores representou uma mudança drástica de foco nas investigações internas do Ministério. Enquanto a comissão anterior de 1964 (CIS 64) buscou expurgar funcionários primordialmente por motivos ideológicos e oposição política, a CIS de 1969 voltou-se quase que obsessivamente para a

moralidade e a vida íntima dos diplomatas (Carmo, 2018, p. 76). De acordo com o Relatório da CNV (2014, p. 197), o relatório secreto da CIS 69 recomendou a aposentadoria compulsória de sete diplomatas e seis servidores administrativos sob a alegação direta de homossexualidade. A comissão foi ainda mais além, sugerindo que outros dez diplomatas e dois servidores fossem submetidos a exames médicos compulsórios para a comprovação de suas condutas sexuais. Carmo (2018, p. 75-76) destaca que esses julgamentos preconcebidos questionavam até mesmo a capacidade dos servidores de viver em sociedade, evidenciando o altíssimo nível de intolerância que guiava as ações de exoneração.

Além da perseguição à homossexualidade, a "caça às bruxas" no Itamaraty também atingiu de forma implacável outros comportamentos avaliados como inadequados ou boêmios demais pelo regime. O caso do diplomata e poeta Vinicius de Moraes é um dos mais conhecidos desse expurgo: avaliado pela comissão como portador de uma conduta incompatível com as exigências da diplomacia, ele foi afastado do Itamaraty; no entanto, devido ao seu prestígio artístico e literário, a CIS 69 propôs o seu aproveitamento nos quadros do Ministério da Educação e Cultura (CARMO, 2018, p. 72-73).

O Relatório da CNV aponta que catorze funcionários foram aposentados compulsoriamente sob acusações de embriaguez, e outros por instabilidade emocional ou indisciplina funcional. Conforme observa Carmo (2018, p. 76), a justificativa oficial para essa devassa era a necessidade de zelar pelo "bom nome da Casa" e pelo decoro do Serviço Exterior Brasileiro, punindo atitudes que, na visão dos inquisidores, violavam os preceitos do governo ditatorial. Essa per-

seguição sistemática expôs a burocracia diplomática a um ambiente de delação e vigilância constante, onde a identidade e o estilo de vida pessoal se tornaram motivos suficientes para a destruição de carreiras por meio de um aparelho punitivo amparado nos atos de exceção.

A documentação analisada pela CNV revela ainda o grau de vigilância exercido sobre a vida privada dos servidores. Em pareceres elaborados pelo integrante da comissão e embaixador Antônio Cândido de Câmara Canto, um funcionário foi descrito como "um conhecido ponto de contato para os homossexuais que trabalham no serviço externo do Brasil na Europa"; em outro caso, um assistente de chancelaria foi identificado como "homossexual, conhecido no círculo de seus pares como Anita" (BRASIL, 2014, v. 2, p. 304). Tais registros evidenciam que a orientação sexual era tratada como uma questão de segurança institucional, justificando a coleta de informações sobre hábitos pessoais, círculos de sociabilidade e relacionamentos afetivos dos diplomatas. As consequências dessas medidas foram profundas para os atingidos. A CNV destacou a situação do primeiro-secretário Raul José de Sá Barbosa, que servia na Embaixada do Brasil em Jacarta quando recebeu um telegrama comunicando sua aposentadoria compulsória. Décadas mais tarde, recordaria os impactos da decisão: "Fui vítima de preconceito. Cortaram minha carreira, destruíram minha vida. Minha turma de Rio Branco tinha 15 pessoas. Todos viraram embaixadores, menos eu" (BRASIL, 2014, v. 2, p. 304).

Mesmo antes do regime estabelecido em 1964, a chancelaria enfrentou episódios polêmicos em torno de ações de diplomatas que não se curvavam ao que os superiores na hierarquia determinavam.

Como apontado por Souza (2025), muitos diplomatas, ao agirem de acordo com suas percepções políticas e ideológicas sobre o contexto nacional ou internacional, se colocaram em oposição às orientações oficiais, arcando com os prejuízos advindos de suas escolhas.

Cabem também algumas considerações sobre o diplomata José Pinheiro Jobim, vítima do regime militar por esboçar a intenção de registrar um esquema de corrupção relacionado à construção da Usina de Itaipu. No início da década de 1960, Jobim foi designado pelo presidente Goulart para conversar com autoridades paraguaias sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. O projeto saiu do papel durante os governos militares, mas os valores empenhados na suntuosa obra foram absurdamente maiores do que se previa. Em 1979, já aposentado, Jobim afirmou junto a um círculo pequeno de conhecidos que estava preparando um livro sobre as irregularidades na construção da hidrelétrica binacional. Dias depois seu corpo foi encontrado, e mesmo com indícios da farsa montada, a versão oficial foi a de suicídio (HARARI; WROBLESKI, 2015; O DIPLOMATA…, 2021). Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade, ao reavivar o caso, reconheceu que o regime foi responsável pela tortura e morte de Jobim. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em 2018, determinou que sua certidão de óbito fosse retificada, reconhecendo a morte violenta causada pelo Estado brasileiro.

Considerações Finais

Tanto as pesquisas recentes apontadas ao longo do artigo

quanto o Relatório da Comissão Nacional da Verdade colocam por terra a relativização da violência cometida pelo regime ditatorial militar. No que se refere ao seu alcance internacional, os documentos atestam que o MRE não apenas colaborou com o regime militar, mas integrou-se ao aparato repressivo, fornecendo suporte logístico e burocrático para ações de vigilância e repressão, ao criar uma estrutura burocrática de proporções grandiosas. No entanto, muitos diplomatas também foram vítimas das arbitrariedades cometidas pela ditadura militar. Os casos aqui apresentados evidenciam que as explicações polarizadas, que apontam toda a diplomacia brasileira genericamente como vítima ou como partícipe do aparato repressivo, não dão conta de uma realidade complexa e multifacetada.

A participação do MRE no aparato repressivo levanta um debate essencial sobre a natureza dessa colaboração: tratava-se de ações isoladas de indivíduos ou de um projeto institucional? A historiografia demonstra que, embora a chancelaria construísse um discurso e uma memória de neutralidade e distanciamento das disputas político-ideológicas, a adesão à repressão ocorreu de forma multifacetada. Adrianna Setemy (2014, p. 14) aponta que determinados diplomatas, a exemplo de Batista Luzardo e Manoel Pio Corrêa, fizeram uso de suas posições públicas e prestígio no exterior para potencializar ações repressivas ancoradas em suas convicções ideológicas pessoais anticomunistas. Essa dimensão individual é discutida e corroborada por Souza (2025, p. 49), que ressalta como as percepções políticas e as visões de mundo de certos diplomatas influenciaram diretamente suas atuações, levando-os a assumir um papel repressivo engajado a partir de suas próprias perspectivas individuais.

Contudo, as evidências apontam que essa colaboração se configurou prioritariamente como um projeto institucional, que encontrou terreno fértil na adesão ativamente engajada de membros específicos da corporação. A institucionalização do CIEX e a troca rotineira de telegramas revelam que o monitoramento de dissidentes políticos se tornou uma política de Estado sistematicamente absorvida pelas práticas da diplomacia brasileira (SETEMY, 2014, p. 20-21). Essa macroestrutura institucional operava, no entanto, impulsionada pelo zelo ideológico de quadros como o embaixador Antônio Cândido da Câmara Canto, que atuou de forma proativa e articulada com o aparato repressivo, fornecendo apoio logístico e estratégico ao golpe no Chile (SOUZA, 2025, p. 46). O caso evidencia que o apoio ao regime ditatorial superou a mera obediência burocrática ou de hierarquia, revelando uma instituição que viabilizou a perseguição transnacional por meio da associação intrínseca entre uma estrutura de Estado e o engajamento radical de seus representantes (SOUZA, 2025, p. 45-46; SETEMY, 2014, p. 17-18).

Sendo assim, não se trata de demonizar ou enaltecer o MRE. Como ocorre em qualquer instituição, os diplomatas são suscetíveis a assimilar interesses provenientes de espectros políticos e ideológicos distintos, havendo certamente entre eles os que ficaram satisfeitos em contribuir com a repressão e os que se indignaram e se arriscaram para combater as arbitrariedades cometidas pelos militares.

O Itamaraty é reconhecido internacionalmente por formar excelentes quadros que já demonstraram capacidade de representar com maestria os interesses brasileiros. Nesse sentido, a instituição tem seus méritos na seta do tempo, ao preservar algumas tradições, como

a defesa do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias. Mas junto às ações próprias de uma política de Estado caminham decisões condizentes com as prioridades dos governos de plantão, o que comprova que a política externa é também uma política de governo. A ideia de que o MRE é uma instituição pouco permeável às interações com o universo político interno, é insustentável diante das evidências.

Referências

AMPARO, Gabrielly Almeida Santos do; MOREIRA, Julia Bertino. A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, Brasília, Brasil, v. 22, 2021. DOI: 10.20889/M47e22001. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/32441. Acesso em: 2 jun. 2026.

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros:** um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: FUNAG, 2011.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasil: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasil: CNV, 2014. v. 2. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

CARMO, Gessica Fernanda do. **Os soldados de terno?** Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969). Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2018.

CARDOSO, Sandra A.; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa dos governos Geisel e Lula: similitudes e diferenças. Revista de Economia & Relações Internacionais, Vol. 11, Nº 21, 2012, pp. 33-50.

CASTILHO, Alessandra Beber. "Prices that cannot be paid": Itamaraty's conservatism and anti-communism in the early 20th century (1900–1945). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 67, n. 1, e011, 2024. DOI: 10.1590/0034-7329202400111. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7329202400111. Acesso em: 2 jun. 2026.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 4ª edição, 2011.

CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia, diplomatas e política externa:** aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Dissertação (Mestrado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, RJ, 1984.

CUNHA, Vasco Leitão da. **Diplomacia em Alto-Mar:** depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

FARIA, Vanessa Dolce de; SIMONI, Mariana Yokoya. Perspectiva de gênero na política externa brasileira: atuais esforços para a transversalização. **Revista Tempo do Mundo**, n. 35, p. 31-53, ago. 2024.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Revista Varia Histó-**

ria, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, 2012.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011):** uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. Brasília: FUNAG, 2018.

GASPAR, Malu. Órgão clandestino do Itamaraty monitorou 17 mil pessoas na ditadura, revelam pesquisadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2025. Blog Malu Gaspar. Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/02/orgao-clandestino-do-itamaraty-monitorou-17-mil-pessoas-na-ditadura-revelam-pesquisadores.ghtml. Acesso em: 2 jun. 2026.

GÊNERO E NÚMERO. No exterior, o Brasil é um homem branco. **Gênero e Número**, 7 ago. 2024. Disponivel em: https://www.generonumero.media/itamaraty-genero-raca/

GOBO, Karla. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. **Revista Política e Sociedade,** vol. 17, n. 38, p. 440-464, 2018.

HARARI, Isabel; WROBLESKI, Stefano. **Meu pai sabia demais**. Agência Pública, 16 mar. 2015. Disponível em:https://apublica.org/2015/03/meu-pai-sabia-demais/. Acesso em: 02 jun. 2026.

MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. 1964. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2016.

O DIPLOMATA que sabia demais. **Clipping CACD**, 9 set. 2021. Disponível em: https://clipping.com.br/cacd/o-diplomata-que-sabia-demais/. Acesso em: 2 jun. 2026.

PENNA FILHO, Pio. **O Itamaraty nos anos de chumbo - o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 52, núm. 2, 2009, p. 43-62.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016).** Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. O Itamaraty e a Institucionalização das Políticas de Repressão ao Comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, vol. 31, n. 2, p. 1-26, 2014.

SOUZA, Ismara Izepe de. Os diplomatas brasileiros: entre o exercício da função e as percepções pessoais dos contextos nacional e internacional. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 16, n. 33, p. 28–54, 2025. DOI: 10.63595/rbhcs.v16i33.17866. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/17866. Acesso em: 2 jun. 2026.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil**. RJ: Elsevier, 2013.

A China na Segunda Guerra Mundial (1937\1939-1945): história, cinema e relações internacionais

Alfredo Oscar Salum[1]

Matheus Cardoso da Silva[2]

https://doi.org/10.29327/5922089.1-8

Introdução

A milenar história da China tem se tornado, nos últimos anos, um tema de crescente interesse no Brasil. Esse interesse decorre não apenas do estreitamento das relações bilaterais entre os dois países — impulsionado, em grande medida, pela integração de ambos no âmbito dos BRICS, que consolidou a China como o principal par-

1 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor e Orientador no curso Africanidades(UFABC). Membro do GT História e Relações Internacionais da ANPUH-SP. Email:aosalun@uol.com.br. **https://orcid.org/0009-0005-0591-0315**

2 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor EBTT no Instituto Federal de São Paulo - Campus Campinas. Membro do GT História e Relações Internacionais da ANPUH-SP. Email: stardus_mat@yahoo.com.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6225-2911

ceiro comercial do Brasil no século XXI —, mas também do papel desempenhado pela China como uma das grandes potências das primeiras décadas do presente século.

Paralelamente a esse processo, observa-se, desde 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, uma série de ataques dirigidos à China por grupos políticos alinhados ao discurso conservador conhecido como bolsonarismo. Um dos principais expoentes dessa retórica de hostilidade institucional à China durante o governo Bolsonaro foi o ex-chanceler Ernesto Araújo — ex-aluno de Olavo de Carvalho[3] e responsável pela diplomacia brasileira no período. Araújo reiterou, em diversas ocasiões, um discurso recorrente nos círculos bolsonaristas segundo o qual o nazismo seria, na verdade, um "movimento de esquerda"[4] — associação rapidamente estendida, por esses grupos, à própria China[5]. Essa narrativa, sustentada sob a bandeira de uma suposta "luta contra o comunismo chinês", serviu também de munição para ataques às universidades

3 É importante lembrar que Olavo de Carvalho, considerado o ideólogo do movimento bolsonarista, foi um dos principais expoentes do discurso antichinês no âmbito do Bolsonarismo, a ponto de romper com partidários do ex-presidente, sobre uma tentativa de aproximação pragmática de políticos da direita com a China a fim de estreitar relações comerciais: **OLAVO** de Carvalho critica ida de bancada do PSL à China: "semianalfabetos". **Estadão**, São Paulo, 17 jan. 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/olavo-de-carvalho-critica-ida-de-bancada-do-psl-a-china-semianalfabetos/. Acesso em: 14 jun. 2026.

4 **NEHER, Clarissa.** Nazismo de esquerda: o absurdo virou discurso oficial em Brasília. **DW Brasil**, [s. l.], 28 mar. 2019. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/nazismo-de-esquerda-o-absurdo-virou-discurso-oficial-em-bras%C3%A-Dlia/a-48060399. Acesso em: 14 jun. 2026.

5 **ZAHUR, Camila.** Sete momentos em que Ernesto Araújo atacou a China. **O Globo**, Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/sete-momentos-em-que-ernesto-araujo-atacou-china-1-25023701. Acesso em: 14 jun. 2026.

públicas brasileiras, repetidamente descritas por Bolsonaro, em discursos públicos, como "antros ideológicos de esquerda", "espaços de balbúrdia" e "celeiros de incompetência e irrelevância científica"[6].

Durante a pandemia de Covid-19, esses mesmos grupos políticos passaram a acusar a China de ser responsável pela origem do vírus[7], alimentando uma onda de negacionismo em relação à CoronaVac[8] — vacina de fabricação chinesa e uma das primeiras disponibilizadas no Brasil durante a crise sanitária. É importante destacar que esse discurso antichinês do bolsonarismo se insere em uma tentativa mais ampla de realinhamento ideológico do governo eleito em 2018 em direção aos Estados Unidos, ainda que isso significasse o risco de uma crise diplomática com a China — maior parceiro comercial do Brasil.

O problema central dessas críticas é que elas desconsideram tanto a vasta literatura especializada — em economia, história e ciências políticas — sobre a trajetória da China no século XX, quanto às contradições internas inerentes ao processo de construção do Estado chinês ao longo do "breve século XX". Associar a China contempo-

6 **ANDRADE, Vinicius de.** Milei e Bolsonaro: o desprezo pelas universidades públicas. **DW Brasil**, [s. l.], 2 maio 2024. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/milei-e-bolsonaro-o-desprezo-pelas-universidades-p%C3%BAblicas/a-68977139. Acesso em: 14 jun. 2026.

7 **FALA** de Bolsonaro sobre a China causa polêmica em reunião da CRE com chanceler. **Agência Senado**, Brasília, 6 maio 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/06/fala-de-bolsonaro-sobre-china-causa-polemica-em-reuniao-da-cre-com-chanceler. Acesso em: 14 jun. 2026.

8 **GULLINO, Daniel.** Veja 10 vezes em que Bolsonaro criticou a CoronaVac. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/veja-10-vezes-em-que-bolsonaro-criticou-coronavac-24843568. Acesso em: 14 jun. 2026.

rânea a um discurso de "nazismo de esquerda", como fez o ex-chanceler do governo Bolsonaro, não constitui apenas uma contradição semântica em relação a conceitos historicamente situados; trata-se, sobretudo, de ignorar as sucessivas transformações pelas quais o país passou ao longo do século XX — das disputas entre nacionalistas e comunistas na década de 1930 à participação chinesa na Segunda Guerra Mundial; da Revolução Cultural promovida por Mao Zedong entre as décadas de 1960 e 1970 à reorientação político-econômica conduzida por Deng Xiaoping ao final da década de 1970, que lançaria as bases do modelo econômico responsável por transformar a China em uma das maiores potências econômicas do século XXI, ainda que sob a manutenção de um Estado centralizado e de partido único.

A participação chinesa na Segunda Guerra Mundial constitui, nesse sentido, um ponto-chave tanto para a compreensão da consolidação do Estado chinês ao longo do século XX quanto para a compreensão de seu papel como potência global no século XXI. Do ponto de vista historiográfico, voltar o olhar para o Teatro do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial permite, ainda, refletir sobre outros temas centrais ao debate contemporâneo — entre eles, as diferentes formas de negacionismo histórico, como o praticado no Japão em relação a diversos crimes de lesa-humanidade cometidos durante o conflito, e a manipulação estatal da memória, como ocorreu na própria China, cujas tensões internas conferiram contornos particulares à narrativa de sua participação na guerra. O fato inegável, no entanto, é que a história da China no século XX permanece diretamente atrelada aos desdobramentos do Teatro do Pacífico durante a

Segunda Guerra Mundial.

A China na Segunda Guerra Mundial (1937\1939-1945)

De acordo com o historiador Rana Shantashil Mitter (2013) às origens da Segunda Guerra Mundial se encontram em julho de 1937 no Incidente da Ponte Marco Polo envolvendo tropas japonesas e chinesas. Ela se entrelaçou com o teatro europeu quando a Alemanha invadiu a Polônia em setembro de 1939. Portanto, o conflito mundial teve duas origens de igual importância.

Na história chinesa o embate com o Japão que se iniciou em 1931 é considerada o principal palco oriental da luta antifascista internacional, pois com seu sacrífico humano e material, impediram que soviéticos lutassem em uma possível dupla frente (Japão e Alemanha) e atravancaram reforços nipônicos que seriam deslocados para enfrentar estadunidenses e britânicos após Pearl Harbor.

Com a formação da Segunda Frente unida chinesa em 1937 (que alinhou comunistas e nacionalistas) sob a égide dos EUA e da URSS, o contexto chinês demonstrava que, mesmo antes de 1939, os interesses internacionais se mesclavam com as agendas nacionais - nesse caso, especificamente, da luta dos chineses contra a ocupação Japonesa.

O objetivo deste texto é analisar a Segunda Guerra Mundial na região da Ásia-Pacífico centrando-se na experiência chinesa em relação à agressão japonesa. Pretendemos explorar esse cenário das Relações Internacionais naquele contexto tendo o cinema como ponto de apoio. Utilizaremos o cinema contemporâneo chinês, estadunidense e sul coreano (mas não exclusivamente), destacando produções

chinesas como "Back to 1942" (2012), Dir. Feng Xiaogang, "800" (2020), Dir. Guan Hu, "Flores do Oriente" (2011), Dir. Zhang Yimou; as produções sul-coreanas "A Criada" (2016), Dir. Park Chan-Wook , e "A Última Princesa" (2016), Dir. Hur Jin-ho. A representação do conflito através das lentes do cinema asiático será contrastada com produções ocidentais como "O Último Imperador" (1988), Dir. Bernardo Bertolucci; "Império do Sol" (1987), Dir. Steven Spielberg e "Sete Anos no Tibet" (1997), Dir. Jean-Jacques Annaud - grandes blockbusters que tem como pano de fundo as transformações geopolíticas asiáticas no contexto da Segunda Guerra. Contrastar produções asiáticas com as produções ocidentais sobre o teatro do Pacífico na Segunda Guerra nos permitirá ver o cinema não apenas como um recurso de *soft power* (Nye, 2005)[9], representando intencionalidades políticas, econômicas e ideológicas em suas narrativas, mas como espaço também de disputa pela memória da Segunda Guerra Mundial em relação aos seus desdobramentos na região da Ásia-Pacífico.

Essas disputas foram observadas por David Serfass (2015) usando como exemplo o filme Desejo e Perigo (Lust Caution, 2007

9 *Soft power*, conceito desenvolvido por Joseph Nye, refere-se à capacidade de um ator — tipicamente um Estado — influenciar o comportamento e as preferências alheias por meio da atração e persuasão, em vez da coerção ou do incentivo econômico. Seus pilares são a cultura, os valores políticos e a política externa, quando percebidos como legítimos. Aplicado ao cinema, o conceito permite analisar como filmes funcionam como vetores de projeção cultural: ao exportar narrativas, estéticas e valores, uma indústria cinematográfica não apenas entretém, mas constrói imaginários sobre modos de vida, ideais de justiça, família, liberdade ou progresso. Hollywood, por exemplo, historicamente operou como instrumento de soft power americano, naturalizando o "american way of life" para audiências globais — o que torna o cinema um campo fértil para investigar como o poder simbólico se traduz em influência política e cultural difusa. JR NYE, Joseph S. Soft Power: The Means to Success in World Politics. New York; PublicAffairs, 2005.

Taiwan\EUA\China\Hong Kong) do diretor taiwanês Ang Lee, que tem como pano de fundo a ocupação japonesa e os colaboradores chineses. A película refletiu a mudança de comportamento dos governos de Taiwan e da China na leitura oficial sobre esses episódios após a morte de Chiang Kai-shek em 1975 e Mao Zedong em 1976. Destaca-se que ambos países passaram por um período de abertura política que reverberou no acesso de pesquisadores a uma série de documentos até então proibidos. Surgiu uma "nova memória" da guerra sino-japonesa em 1982 e o PCCh passou a reconhecer a contribuição do Partido Nacionalista (Kuomitang\KMT) na resistência contra os japoneses.[10]

Nesse aspecto, o cinema, quando utilizado criticamente no ensino de História, ultrapassa sua função ilustrativa e se constitui como fonte historiográfica legítima. Marc Ferro (1992) propõe que o filme deve ser lido como documento histórico, pois mesmo suas distorções revelam as mentalidades e ideologias do contexto em que foi produzido. Marcos Napolitano (2015) avança ao advertir contra o uso ingênuo do cinema em sala de aula, propondo que o professor articule a análise da narrativa, da linguagem cinematográfica e do contexto de produção da obra. Circe Bittencourt (2008) complementa essa perspectiva ao defender que o cinema exige mediação pedagógica rigorosa, capaz de desenvolver no aluno uma consciência histórica crítica diante das representações do passado. Os três autores convergem na ideia de que o filme nunca é neutro e que seu potencial didático depende fundamentalmente da postura mediadora e crítica

10 Os termos Kuomitang\KMT ou Guomidang\GMD servem para designar o Partido Nacionalista Chinês fundado em 1912 a partir de uma Liga Revolucionária, utilizamos o termo KMT por opção.

do professor.[11]

Nestes termos, compreender o papel da China na Segunda Guerra Mundial — especialmente sua condição de principal campo de batalha oriental da guerra antifascista, como argumentam Chen e Lu (2024) — é fundamental para interpretar a projeção internacional chinesa nas primeiras décadas do século XXI. A narrativa histórica de que a China suportou por anos o avanço do imperialismo japonês, contribuindo decisivamente para o desgaste das forças do Eixo na Ásia, é mobilizada pelo Estado chinês contemporâneo como fundamento de sua legitimidade como potência global e como nação que pagou com sangue a construção da ordem internacional do pós-guerra. E essa perspectiva é amplamente sustentada no cinema de guerra contemporâneo chinês,conforme aponta a professora Ying Zhu (2019), da Universidade Batista de Hong Kong, que tem atuado no papel de "lugar de memória" (Ricoeur, 2007) para a construção de um discurso que reafirma o papel da China como potência no século XXI, também graças a seu papel desempenhado na Segunda Guerra. Zhang (2015) reforça essa perspectiva ao propor uma macro-reflexão sobre a Segunda Guerra Mundial que reposiciona a China não como coadjuvante, mas como protagonista do conflito. Esse enquadramento histórico alimenta diretamente discursos diplomáticos do século XXI, nos quais a China reivindica um papel cen-

11 Em relação aos ataques que a produção do conhecimento histórico tem sofrido no contexto brasileiro nos últimos anos, convém lembrar as produções audiovisuais do portal conservador "Brasil Paralelo" sobre a China, como revisionismo histórico, com inúmeros documentários sobre a história chinesa, a Revolução Cultural, o papel da China como potência no século XXI, etc. Tal produção tem a clara intencionalidade de redirecionar o olhar do público em direção a uma "história alternativa" da China, claramente atendendo a uma agenda conservadora que dá sustentação ideológica ao bolsonarismo.

tral nas instituições multilaterais — como a ONU — e justifica sua ascensão como uma correção de uma ordem mundial que historicamente subestimou sua contribuição. Assim, a memória histórica da guerra, segundo Tian (2022) e Verly (2025), funciona como recurso de *soft power*, articulando passado e presente na construção de uma identidade internacional chinesa assertiva e soberana.

Na Conferência de Dumbarton Oaks em outubro de 1944 foi delineada a criação das Nações Unidas e se definiu que EUA, URSS, China, Grã Bretanha e França ocupariam o Conselho Permanente de Segurança, pois eram considerados os artífices da vitória sobre o Eixo. Entretanto, a predominância econômica e militar dos EUA e da URSS os transformou rapidamente de parceiros em competidores. Na nova realidade conhecida como Guerra Fria, ambos fomentaram modelos de análise unilateral da Segunda Guerra Mundial.

É historicamente inegável a participação dos soviéticos como de suma importância para a derrota da Alemanha e seus aliados no leste europeu. Mas não se pode diminuir o esforço da Grã Bretanha, Estados Unidos, dos demais países invadidos pelo Eixo e suas guerrilhas e forças coloniais em outras frentes de batalha contra os próprios alemães, italianos e japoneses. O teatro de operações na Europa e a querela ideológica em torno do Dia D ou Batalha de Stalingrado como momento decisivo da guerra negligenciou, por exemplo, o teatro da Ásia-Pacífico e a contribuição chinesa na Segunda Guerra Mundial que é o objeto de análise deste texto.

Vladimir Putin (2020) em artigo publicado quando ainda mantinha relações amistosas com o ocidente, antes da invasão na Ucrânia, afirmou que, como em 1945, era importante demonstrar von-

tade política e discutir o futuro de maneira multilateral. Citou seus colegas (Xi Jinping, Macron, Trump e Boris Johnson) que apoiaram a iniciativa russa de realizar uma reunião dos líderes dos cinco Estados com armas nucleares e membros permanentes do Conselho de Segurança. No texto, Putin destacou o papel soviético na derrota do nazismo e parabenizou os seus aliados na luta global contra as forças do Eixo:

> ...Os esforços de todos os países e povos que lutaram contra um inimigo comum resultaram em vitória. O exército britânico protegeu sua terra natal da invasão, lutou contra os nazistas e seus satélites no Mediterrâneo e no norte da África. As tropas americanas e britânicas libertaram a Itália e abriram a Segunda Frente. Os EUA fizeram ataques poderosos e esmagadores contra o agressor no Oceano Pacífico. Lembramos os tremendos sacrifícios feitos pelo povo chinês e seu grande papel na derrota dos militaristas japoneses. Não esqueçamos os combatentes da Resistência Francesa, que não caíram na vergonhosa capitulação e continuaram a lutar contra os nazistas. (PUTIN, 2020. p. 42)

Por ser uma guerra global, obviamente, um setor influenciou direta ou indiretamente os outros. Por essa razão, a historiografia contemporânea da Segunda Guerra e suas representações cinematográficas têm sido direcionadas para enfatizar os múltiplos aspectos e regiões (Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Américas). Na África, por exemplo, a guerra foi circunscrita ao setor saariano e não abordava o seu impacto no restante do continente. Isso se modificou em diversos estudos recentes, conforme o diplomata russo Vladimir Shubin destacou:

> Infelizmente, a "história africana" da guerra é frequentemente reduzida às batalhas no deserto da Líbia entre 1940 e 1943 e ao desembarque das tro-

> pas americanas e britânicas no noroeste da África em novembro de 1942. No entanto, o papel da África na guerra foi muito mais significativo e multifacetado. (2019, p.02)

A historiografia tem reafirmado que a vitória sobre o Eixo coube a uma aliança liderada pelos "4 grandes" - EUA, URSS, China e Grã Bretanha - apoiados por parceiros muitas vezes relegados. Essa visão crítica, global e multilateral é observada em coletâneas que contam com a contribuição de acadêmicos de variados continentes. Necessário destacar que historicamente houve pouco reconhecimento ao papel que africanos, indianos, árabes, latinos, caribenhos e outras regiões coloniais exerceram no esforço de guerra aliado. Felizmente isso tem sido revertido nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, como atestam diversos trabalhos acadêmicos, livros, jornais, documentários e, acima de tudo, o cinema.

Nessa linha de raciocínio, o Professor Tim Harper (2009) de História do Sudeste Asiático na Universidade de Cambridge, explica que o Extremo Oriente foi visto erroneamente como um teatro de guerra distante e relativamente menor na Europa. Destaca-se que a Grande Guerra Asiática teve um ímpeto sísmico próprio, pois os combates começaram em 1931 e quase não houve intervalo até a rendição do Japão aos Aliados em agosto de 1945.

Em uma resenha publicada no Instituto de História Moderna da Academia Chinesa de Ciências Sociais\Pequim, Richard Overy (2025a) comenta que a China ficou relegada durante décadas na literatura da Segunda Guerra Mundial no Ocidente, mas em função da abertura dos arquivos chineses para estudiosos do mundo e sua

ascensão como superpotência militar e econômica essa realidade mudou.

Dentre os acadêmicos ocidentais que se debruçaram sobre tais os arquivos de guerra esteve o britânico Rana Shantashil Mitter (2013) com o livro *Forgotten Ally: China's World War II, 1937–1945,* considerada a primeira obra de história geral sobre a resistência chinesa contra os japoneses escrita em inglês e utilizando fontes chinesas. Mitter reforça a tese de que a Segunda Guerra Mundial se iniciou em 1937, dois anos antes de Hitler invadir a Polônia, quando tropas chinesas entraram em confronto com os ocupantes.

Essa cronologia da Guerra é realçada pela historiografia asiática, onde parcela dos acadêmicos têm proposto o início da Segunda Guerra Mundial a partir da agressão japonesa à China em 1937, que se entrelaçou com o cenário europeu em 1939, quando a Polônia foi invadida pela Alemanha. Essa é a perspectiva, por exemplo, dos pesquisadores Chen Qianping e Lu Weijun (2024) em artigo que descreve a China como principal campo de batalha oriental da guerra internacional antifascista:

> A Segunda Guerra Mundial foi desencadeada pelas guerras agressivas lançadas pelo Japão e pela Alemanha na Ásia-Pacífico e na Europa, respectivamente, e, portanto, teve duas origens. O campo de batalha chinês foi formado após a eclosão da guerra de resistência em larga escala contra o Japão em 1937. A Guerra de Resistência Chinesa contra a Agressão Japonesa efetivamente restringiu a intenção estratégica do Japão de alcançar uma vitória rápida e forçar a China a se render, e atrasou a guerra de agressão em larga escala do Japão na região da Ásia-Pacífico (2024,p.4)

Alguns historiadores, porém, alargam ainda mais a cronologia

de início do conflito, sugerindo as origens da Segunda Guerra Mundial no ano de 1931, quando forças japonesas iniciaram a ocupação da Manchúria. Richard Overy (2025b) no já clássico *Sangue e Ruínas: A última guerra imperial, 1931-1945*, defende essa data como o início da guerra asiática que eventualmente se fundiu com a guerra de 1939 na Europa. Visão semelhante encontramos em *World War II in Global Perspective, 1931-1953: A Short History* de Andrew N. Buchanan (2019) ao refletir a Segunda Guerra Mundial como uma série de grandes conflitos regionais que se entrelaçam, emergindo finalmente como uma verdadeira guerra mundial anos depois.

O pesquisador do Instituto de História Moderna da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Zhang Haipeng (2015) explica que a invasão de 1931 deve ser refletida dentro de um aspecto global do avanço fascista. Assim, não foi um episódio isolado e deve ser refletido em conjunto com a Guerra Civil Espanhola e a Invasão da Etiópia, pois possuem contexto comum. Nessa mesma direção aponta Zhang Shiwei (2025) ao analisar a evolução das pesquisas ocidentais sobre o papel da China na guerra mundial. Ele corrobora com as conexões entre os conflitos no mundo, ao citar a contribuição do historiador Andrew N. Buchanan:

> Na visão de Buchanan, estabelecer 1931 como o ponto de partida da Segunda Guerra Mundial incorpora uma série de eventos-chave, como a invasão alemã da Tchecoslováquia, a ocupação italiana da Etiópia, a Guerra Civil Espanhola, a guerra de fronteira soviético-japonesa e a Guerra de Inverno entre a União Soviética e a Finlândia, ao conflito global, tornando-os elementos constituintes da guerra mundial, em vez de seu prelúdio. Esses eventos estão interligados, e não são independentes. Sem entender esses eventos, é impossível compreender as origens e o curso da Segunda Guerra Mundial....(SHIWEI, 2025, p.8)

A Segunda Guerra Mundial na Rússia\URSS é conhecida por "Grande Guerra Patriótica" com forte uso ideológico, na China, o conflito é denominado como a "Guerra de Resistência do Povo Chinês Contra o Japão" (中国人民抗日战争) ou "Guerra Anti-Japonesa" (抗日战争) e enfatiza a luta do povo chinês contra a agressão japonesa. Esse fenômeno não é exclusivo, pois França, EUA e Grã Bretanha também possuem suas próprias narrativas oficiosas. (RODRIGUES, 2022; TIAN, 2022).

Observemos que centros de memória de diversos países na Ásia-Pacífico ao mesmo tempo que abordam as forças nacionalistas e comunistas na luta contra a invasão japonesa, ressaltam o fato de franceses, holandeses, estadunidenses e britânicos que lutaram pela liberdade na Europa, eram opressores imperialistas e senhores coloniais em vastas áreas do mundo.[12] No leste europeu, a libertação dos países sob domínio nazista pelos soviéticos não é despida de contradições e arbitrariedades conforme realçam os estudos locais.

No Japão, a denominação da Segunda Guerra Mundial se alterou ao longo do tempo. Originalmente foi chamada de "Grande Guerra do Leste Asiático", mas com a derrota japonesa, as forças estadunidenses obrigaram os jornais locais a se referirem como "Guerra do Pacífico". Essas alterações são avaliadas também por Qi Jianmin, da Faculdade de Estudos Sociais Internacionais da Univer-

12 É importante lembrar como essas nações atuaram, logo após o fim da guerra, em 1945, na tentativa de retomar suas colônias asiáticas. Esforço capitaneado por britânicos que, empregando inclusive soldados japoneses então prisioneiros de guerra, iniciam a guerra de retomada de territórios da Indonésia (em favor dos Holandeses) e da Indochina (em favor dos Franceses). Do mesmo modo, franceses empregaram ex-soldados da Wehrmacht na Legião Estrangeira, durante a Guerra da Indochina, a partir de 1946.

sidade da Prefeitura de Nagasaki\Japão:

> No Japão, a terminologia usada para se referir à Guerra de Resistência contra o Japão mudou frequentemente, incluindo "Guerra da Grande Ásia Oriental", "A Grande Guerra Anterior", "Guerra do Pacífico", "Guerra dos Quinze Anos" e "Guerra Ásia-Pacífico" (ou "Guerra Ásia-Pacífico"). Jun'ichirō Shoji resumiu isso sistematicamente, observando que o termo "Guerra Ásia-Pacífico" tem sido cada vez mais usado nos últimos anos e se tornou gradualmente mais comum em livros didáticos, particularmente entre pesquisadores que passaram a usar "Guerra Ásia-Pacífico" em vez de "Guerra do Pacífico"....(JIANMIN, 2022. P.3)

Com o revés nas duas Guerras do Ópio (1839-1842) e (1856 -1860), a China deixou de ser um império conquistador[13] para se tornar vítima do imperialismo. A Guerra das Oito Nações durante a Rebelião Boxer (1899-1901) foi outro duro golpe ao Império e aprofundou seu declínio, evidenciando a avidez que Grã Bretanha, Rússia, EUA, Japão e França dilapidar o país. (SALUM, 2025)

Em função das crises internas e invasões externas, a Dinastia Qing no século XIX foi perdendo o controle em diversas regiões, algumas delas concessões das potências internacionais e outras dominadas pelos senhores da guerra. O processo de centralização política se iniciou quando Sun Yet-sen nos anos 1920 chegou ao poder na região sul e buscou aproximação com a URSS que exortou os comu-

13 A China sob a dinastia Qing (1644-1911\1912) retomou seu esplendor e anexou ao império vastas regiões. Manteve influência sobre reinos tributários como Vietnã, Sião, Nepal, Coréia, Birmânia entre outros. Entrou em colisão com o Império Russo pelo predomínio sobre a Sibéria e nômades mongóis, com o Tratado de Nerchisnk (1689) dividiram a região em áreas de influência e continuou o processo de expansão no século XVIII. Entretanto, ao iniciar o século XIX crises internas e pressões externas enfraqueceram paulatinamente o governo até sua derrocada final.

nistas chineses a cooperarem com ele em uma Frente Unida (KMT e PCCh). Refugiado em Xangai, Yet-sen propagou o Plano para a Reconstrução Nacional baseado nos "Três Princípios do Povo" que pretendia a modernização e industrialização. O KMT foi reformado no modelo centralizado leninista e criado o Exército Revolucionário Nacional.

O desenvolvimento econômico estava relacionado com a retomada da unidade política. Para isso, o novo líder do KMT Chiang Kai-shek protagonizou a Expedição Norte (1926-1928) contra os senhores da guerra locais. Entretanto, em 1927, temeroso do crescimento de seus aliados comunistas, perpetrou o massacre deles, fato que desencadeou uma guerra civil. Essa divisão enfraqueceu a China e favoreceu a conquista japonesa da Manchúria em 1931, que foi rebatizada de Manchukuo. (TREVISAN, 2009)

Em julho de 1937 forças japonesas invadiram o restante do país. Nesse cenário EUA e URSS, que tinham interesses em deter os nipônicos, fomentaram a Segunda Frente Unida, unificando esforços de comunistas, nacionalistas e outros grupos, fornecendo material bélico, empréstimos e treinamento militar. A aliança durou até 1945 com a derrota dos japoneses quando foi retomada a Guerra Civil que terminou em 1949, com a vitória dos comunistas sob a liderança de Mao Zedong.

Também conhecida como Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) foi marcada por diversas violações e estima-se que mais de 20 milhões de chineses morreram nesse período e o país teve diversas regiões devastadas. Neste contexto é importante destacar eventos que são fundamentais para o desdobramento das relações

entre China e Japão à época:

- A tomada de Xangai em agosto de 1937 foi documentada em imagens pela imprensa internacional. As batalhas foram tão intensas que foi denominada posteriormente como "Stalingrado no Yangtzé". Foi nesse contexto que ocorreu o episódio (os 800) retratado em filmes sobre um regimento da 88º divisão do Exército Nacional Revolucionário que defendeu o local para cobrir a retirada das outras tropas. O governo nacionalista usou 700.000 soldados para deter o exército japonês, pois esperavam que Grã-Bretanha e Estados Unidos mediariam o conflito ou que a União Soviética enviaria tropas em seu auxílio. (QIANPING; WEIJUN, 2024)

- O Massacre de Nanquim (dezembro de 1937 e janeiro de 1938) resultou na morte de 300 mil chineses. Civis e combatentes desarmados foram massacrados, incluindo decapitações e fuzilamentos sumários, cerca de 20 mil mulheres violadas e assassinadas com golpes de baionetas, além de centenas de crianças eliminadas à sangue frio. Ian Buruma (2013) aponta que ações semelhantes também foram verificadas em outras regiões, como o Massacre de Manila (Filipinas) que provocou cem mil mortes de civis em fevereiro de 1945 e na Malásia onde cerca de cem mil chineses foram executados pelas tropas japonesas.

- A Unidade 731 (Laboratório de Pesquisa para Prevenção de Epidemias) foi uma das bases de pesquisa japonesa sobre guerra biológica e química localizada na cidade de Harbin (nordeste da China, 1936-1945). Além da produção de armas químicas, também realizaram testes de congelamento, exposição a gases, injeção com doenças e vivissecção dos prisioneiros, principalmente chineses e coreanos

(em menor número estadunidenses russos capturados). Em Harbin está localizado o Salão de Exposições de Evidências de Crimes Cometidos pela Unidade 731 do Exército Imperial Japonês.

- O trabalho escravo foi imposto na maioria dos países conquistados, sendo que coreanos e chineses foram os mais atingidos. Milhares de coreanos foram levados ao Japão para trabalhar nas fábricas durante o conflito mundial, pois desde 1910 havia sido incorporado ao Império. Alguns comandantes militares foram posteriormente julgados e executados por Tribunais Internacionais em função dos crimes contra a humanidade. Entretanto, os oficiais médicos responsáveis pela Unidade 731 escaparam da condenação por cooperarem com as forças estadunidenses de ocupação.

- A fome também era um pesadelo para a população civil em diversos países, em Henan (China) cerca de três milhões de pessoas morreram entre 1942\1943 vitimadas pela junção da guerra com as secas avassaladoras. Na mesma época em Bengala (Índia) o conflito e medidas restritivas britânicas causaram mais de três milhões de mortos. (CHOUDHURY; BOSE, 2023)

- O colaboracionismo foi um fenômeno que ocorreu em diversos países ocupados pelo Eixo, incluindo a região da Ásia-Pacífico. O Japão apregoava a "luta asiática" contra o imperialismo ocidental e criou um projeto de integração político-econômico. Estiveram na conferência em Tóquio\1943 os representantes dos parceiros japoneses: Ba Maw (Birmania), Zhang Jinghui (Manchukuo), Wang Jingwei (China Reorganizada), Wan Waithayakon (Tailandia), José Laurel (Filipinas) e Subhas Chandra Bose (Índia livre). Sobre isso, o historiador Jeremy Yellen explica:

> Muitas elites nacionalistas nas capitais coloniais trabalharam com o Japão por um desejo de promover ou preservar a independência, da maneira que fosse possível. Nesse sentido, as elites nacionalistas buscavam usar o Império Japonês para fins anticoloniais. Elas são melhor compreendidas como o que eu chamo de colaboradores patrióticos (YELLEN, 2019:21)

O historiador francês Pierre Vidal-Naquet (1988) em *Assassinos da Memória*, refuta e desmascara o negacionismo em relação ao Holocausto judaico. Atualmente, vivenciamos uma série de negacionistas no Brasil (desde anti vacinas até os crimes cometidos na Ditadura Civil-Militar de 1964). Segundo Quin Cho (2025) ainda hoje as ações japonesas reverberam nas relações diplomáticas na região entre Japão com a China e Coréia do Sul principalmente, pois parcela dos conservadores japoneses tendem a considerar os crimes de guerra cometidos como fraude ou distorções históricas. Ele destaca que "Entre os coreanos, a memória da Segunda Guerra Mundial continua sendo um assunto delicado, especialmente porque o Japão não se desculpou adequadamente por suas atrocidades durante a guerra" (CHO, 2025, p.3)[14]

Guerra e Cinema: o teatro chinês

O cinema tem tido participação especial nessa política de memória, seja pelas produtoras públicas e privadas com a produção de filmes, seriados e séries com fundo histórico (ZHU, 2019). A maioria são blockbusters na linha de filmes de guerra ocidentais como Dunkirk (Christopher Nolan, 2017) e Pearl Harbor (Michael Bay,

14 Sobre o fenômeno negacionista ver também MARCELLO NETO, Mario: *Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva*. (2021)

2001), se destacando pela qualidade técnica e sucesso de bilheteria. Opção inversa foi "De Volta a 1942", de Feng Xiaogang que, ao invés do heroísmo patriótico, abordou o drama das vítimas civis.

A película "De Volta a 1942" (Feng Xiaogang, 2012) é uma adaptação da obra do escritor Liu Zhenyun ("Lembrando 1942") que descreve a enorme fome que assolou Henan (1942\1943) e outras regiões durante a guerra contra os japoneses. A partir dos relatos de Theodore White, repórter da revista Time, que estava na China na época, o governo nacionalista em Chongqing finalmente tomou medidas para salvar milhares de vítimas. Diversas cenas retratam as lideranças políticas chinesas do período e a severidade de um cenário que englobou seca e ação humana. À época, a mídia chinesa destacou que muitos espectadores ficaram surpresos, pois não conheciam essa catástrofe que matou 3 milhões de pessoas.

"*Evil Unbound"* ou "Unidade 731" (dirigido por Zhao Linshan, 2025) teve estreia mundial na cidade de Harbin onde funcionou a unidade central japonesa de guerra bacteriológica que cometeu uma série de violações dos direitos humanos. Apesar de visualmente bem realizado, os críticos lamentam que perdeu a oportunidade de provocar maiores reflexões sobre os infames experimentos médicos.

Outro filme chines que tem um forte papel na construção coletiva da memória da guerra na China é "The Eight Hundred" ("Os 800"), dirigido por Guan Hu (2020), no qual se aborda a história verídica dos cerca de 400 soldados nacionalistas (conforme pode ser observado nos uniformes e armamentos de origem alemã usados por algumas divisões do KMT) que defenderam por quatro dias em outubro de 1937, o Armazém Sihang (conhecido como armazém da

casa da moeda chinesa), em Xangai, contra centenas de milhares de invasores japoneses. Segundo James Carter (2022), estima-se que trinta mil civis chineses se juntaram aos soldados britânicos e outros ocidentais na margem oposta do rio onde eram as concessões internacionais para assistir o embate e a multidão repassava informações aos defensores sobre as movimentações nipônicas.

Já em "Nanjing: Luz na escuridão" (Ao Shen, 2025), o enredo se baseia no período da queda de Nanjing em 1937, quando ocorreu um violento morticínio perpetrado pelas tropas japonesas. É a história de um carteiro que, para sobreviver, finge ser um fotógrafo para os japoneses. Enquanto colabora com as forças invasoras, ele esconde refugiados chineses e documenta secretamente a violência do conflito.

Mas não é apenas o cinema chinês que tem abordado a Segunda Guerra Mundial e o teatro do Pacífico como pano-de-fundo. A Coréia do Sul é outro país que tem despertado a atenção global pela qualidade de suas produções cinematográficas e também tem realizado produções que remontam ao teatro Asiático da Segunda Guerra. "A Última Princesa" (2016), dirigido por Hur Jin-ho , é um filme de drama de época sul-coreano baseado no romance homônimo. É centrado na história da última princesa da Dinastia Joseon sob o domínio colonial japonês.om a anexação da península da Coréia pelo Japão, milhares de trabalhadores coreanos foram enviados ao Japão. O filme aborda ainda os colaboradores e grupos de resistência, que no exílio estiveram envolvidos em combates contra o Japão na China e em partes do Sudeste Asiático.

Outro tema sensível de violação de Direitos Humanos no con-

texto da Guerra, é sobre as "mulheres de conforto", eufemismo para prostituição forçada ou escravidão sexual dirigida\organizada pelo Exército Imperial Japonês. A maioria das vítimas eram originárias da Coreia e China, embora muitas mulheres do Japão, Taiwan, Filipinas, Indonésia, Malásia, Vietnã, Tailândia, Timor-Leste, Índias Orientais Holandesas e europeias em territórios ocupados pelos japoneses também tenham sido exploradas nas chamadas Estações de Conforto. Estima-se que cerca de 200 a 500 mil mulheres foram abusadas, muitos relatos estão disponíveis em vários museus e centros de memória no mundo. (KIM, BISLAND, SHIN, 2019)[15]. Durante a Guerra da Coréia tropas americanas usaram o mesmo expediente que os japoneses, por isso, vítimas sobreviventes coreanas da violência japonesa e americana processam ambos governos.

Contrastando com as produções asiáticas sobre o teatro do Pacífico e, mais especificamente, a China, no contexto da Segunda Guerra Mundial, vale elencar ainda blockbusters ocidentais a título de comparação de suas narrativas e a maneira como organizam a memória da guerra e seus desdobramentos no imaginário ocidental. Três destes merecem destaque na análise que propomos aqui não apenas pela maneira como representam a Ásia nas décadas de 1930 e 1940, mas por terem atingido o patamar de grandes obras cinematográficas mundiais - o que lhes atribui um real peso como instrumento de *soft power* nas disputas sobre a memória da Segunda

15 Documentários e filmes sobre as mulheres de conforto são listados e comentados in: Representations of the "Comfort Women" in Film and Media. Center for Korean Legal Studies\Columbia Law School. https://kls.law.columbia.edu/content/representations-comfort-women-film-and-media. The DMB Movies. Comfort Women (28 filmes). https://www.themoviedb.org/keyword/223181-comfort-women/movie.

Guerra, mesmo que dois deles ainda estivessem envoltos na cortina da Guerra Fria, na segunda metade da década de 1980. São os casos dos filmes "O Último Imperador" (1988), Dir. Bernardo Bertolucci; "Império do Sol" (1987), Dir. Steven Spielberg e, na década de 1990, "Sete Anos no Tibet" (1997), Dir. Jean Jacques Annaud. Os três filmes, produzidos no intervalo de dez anos e situados no epicentro das tensões que antecederam e atravessaram a Segunda Guerra Mundial na Ásia, compartilham uma operação ideológica comum que merece escrutínio: ainda que ambientados no Oriente e protagonizados por figuras históricas inseridas em contextos asiáticos, o olhar estruturante é invariavelmente ocidental. Em *O Último Imperador*, Bertolucci constrói uma narrativa de refinamento estético e melancolia imperial que, ao estetizar a decadência da China Qing e o colaboracionismo de Pu Yi com o Japão em Manchukuo, esvazia a agência histórica chinesa em favor de uma subjetividade individualista tipicamente ocidental — o imperador torna-se um personagem shakespeariano à deriva, não um símbolo político a ser interpretado em sua complexidade geopolítica. Em *Império do Sol*, Spielberg desloca o olhar para um menino britânico em Xangai, transformando a brutalidade da ocupação japonesa e o sofrimento do povo chinês em cenário para o *bildungsroman* de um protagonista europeu, num gesto que reproduz a lógica colonial de fazer do Ocidente o sujeito do drama mesmo quando ele é, historicamente, coadjuvante. Já em *Sete Anos no Tibet,* produzido já em um contexto de globalização pós-Guerra Fria, Annaud opera um *soft power* mais explicitamente geopolítico: ao narrar a amizade entre o alpinista austríaco Heinrich Harrer e o jovem Dalai Lama às vésperas da invasão chinesa de 1950, o filme mobiliza o Ti-

bet como significante moral do Ocidente liberal — território de espiritualidade autêntica ameaçada pelo regime comunista —, articulando um discurso que serve menos à compreensão da questão tibetana do que ao posicionamento anticomunista da política externa americana no contexto pós-Guerra Fria, em que foi produzido. Tomados em conjunto, os três filmes evidenciam como o cinema ocidental, mesmo quando aparentemente empático ao Outro asiático, frequentemente o instrumentaliza: a Ásia funciona como espelho invertido no qual o Ocidente projeta seus valores — individualismo, liberdade, espiritualidade — reafirmando sua própria centralidade simbólica e, por extensão, sua hegemonia cultural no sentido gramsciano que Nye, implicitamente, pressupõe ao teorizar o *soft power*.

Há ainda a incorporação de estrelas hollywoodianas em produções chinesas como "Flores de Guerra" (*The Flowers of War*, 2011, Zhang Yimou) e "Conspiração Xangai**"** (*Shanghai*, 2010, Mikael Håfström), que revela uma inflexão sofisticada e ambivalente na lógica do *soft power*: trata-se agora de uma apropriação deliberada, por parte da China, dos próprios mecanismos simbólicos do cinema ocidental — o *star system*, a narrativa centrada no protagonista masculino anglo-saxão, os valores humanistas universalizantes — a serviço de uma agenda de projeção de imagem nacional. Em "Flores de Guerra", Zhang Yimou, diretor já consagrado internacionalmente e responsável pela cerimônia de abertura das Olimpíadas de Pequim em 2008 — ela própria um exercício monumental de *soft power* estatal —, escala Christian Bale como um aventureiro americano que se redime moralmente ao proteger jovens chinesas durante o Massacre de Nanquim, numa operação narrativa que é simultaneamente um

aceno ao mercado ocidental e uma instrumentalização do trauma histórico nacional: o horror de Nanjing é validado pelo olhar e pelo sacrifício de um corpo ocidental, o que revela uma dependência simbólica estrutural mesmo num filme de propósito patriótico chinês. A questão central é que, para que o sofrimento chinês seja plenamente "legível" pelo espectador global, ele precisa ser mediado por um protagonista ocidental — reproduzindo, paradoxalmente, a mesma gramática colonial dos filmes de Hollywood analisados anteriormente. Já "Conspiração Xangai", codirigido por um sueco com financiamento sino-americano e estrelado por John Cusack e Gong Li, opera numa chave distinta mas igualmente reveladora: ambientado na Xangai de 1941, à beira da entrada americana na guerra, o filme mobiliza a cidade como espaço de espionagem cosmopolita, esvaziando suas tensões históricas concretas — a ocupação japonesa, a luta comunista, a resistência nacionalista — em favor de um thriller de entretenimento que serve tanto ao imaginário ocidental da "Xangai exótica" quanto ao interesse chinês em projetar a cidade como metrópole global de prestígio.

Tomados em conjunto, esses dois filmes expõem uma geopolítica cinematográfica de mão dupla e assimétrica: a China aprende a falar a língua do *soft power* hollywoodiano para afirmar sua própria narrativa histórica e nacional, mas ao fazê-lo frequentemente confirma, em vez de subverter, a centralidade do sujeito ocidental como árbitro da inteligibilidade cultural global — o que torna essas produções documentos privilegiados da tensão entre hegemonia e contra-hegemonia no cinema contemporâneo que instrumentaliza a memória da Segunda Guerra Mundial.

Conclusão: Divisão da memória

Na Guerra Fria, EUA e URSS usaram a Segunda Guerra Mundial como parte da propaganda política em suas áreas de influência. Atualmente, segundo Rana Mitter (2020), o governo chines tem utilizado essa mesma estratégia, assim, o pesquisador não deve confundir o legitimo reconhecimento do papel da China na luta contra o fascismo com a propaganda nacionalista governamental. Afinal, salienta Vincent Chang (2022), que lacunas e seletividades são comuns na história oficial das nações.

Os especialistas nos acervos chineses Markéta Bajgerová Verly (2025) e Mo Tian (2022) apontam que a política de memória da China em relação à Segunda Guerra Mundial não é estática e as narrativas históricas se transformam de acordo com as agendas do PCCh.

Os autores identificam três grandes períodos. Na Era Mao Zedong, a guerra contra o Japão foi retratada como um épico heroico comunista, portanto não havia espaço para o reconhecimento do esforço do KMT. As atrocidades japonesas eram omitidas como o Massacre de Nanquim_que raramente eram mencionadas nos livros didáticos e jornais. Os nacionalistas foram estigmatizados como inimigos de classe que traíram a Frente Unida, sua contribuição foi descartada e demoliram os santuários, cemitérios e monumentos ligados ao KMT. Segundo Vincent Chang nesse primeiro paradigma vigorou a retórica marxista-leninista da luta de classes:

> Retratou a guerra de resistência da China contra o Japão como parte de uma luta revolucionária transnacional entre o povo progressista chinês, liderado pelo PCCh, e um 'grupo' reacionário de militaristas imperialistas japoneses, auxiliados pelos contra revolucionários feudais de Chiang Kai-

-shek (2022, p.4)

Na década de 1980 isso mudou após a morte de Mao Zedong e o fim da violenta turbulência ocasionada pela Revolução Cultural. Com Deng Xiaoping ocorreram as reformas econômicas que deram origem ao "socialismo com características chinesas." Foi flexibilizado à pesquisa acadêmica e a abertura de arquivos. A história silenciada das atrocidades ganhou destaque no discurso histórico oficial, enfatizando a vitimização chinesa na Segunda Guerra Mundial. O foco ideológico no comunismo revolucionário foi progressivamente substituído por um impulso nacionalista. Se incorporou o esforço de guerra do KMT e se constituíram museus e locais memoriais para comemorar a "Guerra Anti-Japonesa" como o *Memorial Hall* das Vítimas no Massacre de Nanquim pelos invasores japoneses. As acusações contra a suposta traição nacionalista à Frente Unida foram apagadas e diversas figuras reabilitadas, integrando o acervo de museus e centros de memória, livros didáticos e ocorreu o incentivo estatal para a produção de filmes de guerra.

Em uma nova linha iniciada sob Hu Jintao em 2005 e acelerada pelo seu sucessor Xi Jinping, a vitimização perdeu tração política com a crescente posição internacional da China como potência global. Em vez de uma vitimização passiva se glorificou a China, antes de tudo, como vencedora da guerra. Em 2014, o Comitê Permanente do Congresso Nacional designou a data 13 de dezembro como o "Dia Nacional da Memória para as Vítimas do Massacre de Nanquim".

A narrativa de "rejuvenescimento nacional" substituiu o dis-

curso sobre a "humilhação nacional". Isso pode ser observado nas comemorações de 2015, no 70º aniversário do Dia da Vitória sobre o Japão (Dia V-J), quando Xi Jinping "observando um enorme desfile militar e discursou para líderes mundiais do topo do púlpito da Paz Celestial" (CHANG, 2022)

Em função das boas relações atuais entre a China e a Rússia, passou a ser destacado a cooperação sino-soviética durante a Segunda Guerra que anteriormente era mencionada ao lado de outros parceiros internacionais (VERLY, 2025). No Fórum Acadêmico do Sul Global de 2025, se reforçou o papel da China e URSS na luta contra o fascismo:"...marca o 80º aniversário da vitória da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa, da Grande Guerra Patriótica Soviética e da Guerra Mundial Antifascista, bem como o 80º aniversário da fundação das Nações Unidas" (YUHAN, 2025. p.1). Ainda, apontou para a "nova Guerra Fria" com a intensificação da repressão estrutural das potências do Sul por parte dos Estados hegemônicos acusadas de distorcerem a narrativa histórica da guerra antifascista.

Entretanto, alguns pesquisadores chineses apontam uma leitura menos "diplomática" como Dong Dawei (2020) ao apontar que a União Soviética cortou sua ajuda à China quando foi invadida pela Alemanha e fez valer o Tratado de Neutralidade com o Japão que permitia se dedicar exclusivamente ao front Europeu. Muitos elogiam a intervenção militar do Exército Vermelho em junho de 1945 no nordeste do país contra os japoneses, mas observam que os soviéticos se apossaram como espólio de guerra das principais empresas japonesas na região à revelia da China. E os pesquisadores Chen

Qianping e Lu Weijun reconhecem a importância do apoio soviético, britânico e estadunidense aos chineses, mas ressaltam que os empréstimos foram pagos com matérias prima:

> Por outro lado, no entanto, os empréstimos de crédito e a ajuda militar que a China recebeu não são gratuitos, porque a grande maioria das divisas da China é usada para pagar suas dívidas com matérias-primas estratégicas que estão em falta nos Estados Unidos, na União Soviética e em outros países, como tungstênio, estanho, antimônio, níquel e produtos agrícolas e secundários, como chá, óleo de tungue, cerdas de porco, seda crua e lã. (2024, p.10)

Finalmente, analistas tem apontado que a rendição incondicional do Japão em setembro de 1945 se deveu a quatro fatores: Invasão soviética da Manchúria; Bombardeio atômico em Hiroshima e Nagazaki; aceitação da continuação do Imperador no poder e os 14 anos de desgaste das tropas nipônicas no conflito com a China.

Zhang Haipeng (2025) enfatiza que considerar apenas a Europa como ponto de partida da Segunda Guerra Mundial é não reconhecer a importância do teatro de operações asiático; enfatizar apenas a Ásia como ponto de partida da Segunda Guerra Mundial é não reconhecer a importância do teatro de operações europeu. Somente considerando a Ásia e a Europa, adotando uma perspectiva global e reconhecendo que a eclosão da Segunda Guerra Mundial ocorreu sucessivamente em uma frente dupla, podemos explicar com precisão o complexo fenômeno histórico de sua eclosão e a legitimidade histórica da existência simultânea dos teatros de operações asiático e europeu.

Associar a história da China no século XX e XXI a um bloco

monolítico com intencionalidades de sustentar um discurso ideológico, como o faz o bolsonarismo, também submete a história da Segunda Guerra Mundial - e a participação de países do Sul Global, incluindo o próprio Brasil - a um processo de revisionismo histórico que tende a reverberar para dentro da sala de aula e impactar o trabalho docente, contrariando as premissas básicas da disciplina histórica como a ciência que estuda as relações humanas no tempo.

Declaração de uso ético da IA

Os autores declaram que as Inteligências Artificiais generativas (IAs) foram utilizadas dentro dos princípios éticos estabelecidos pela Portaria 2664/2026 do CNPq sobre integridade da pesquisa acadêmica. O uso da ferramenta Claude. ai, no modelo Sonnet 4.6, foi utilizado exclusivamente para organização bibliográfica segundo normas da ABNT e revisão textual, sendo todo o restante do trabalho resultado do trabalho humano dos autores.

Referências

AUKEMA, Justin; MILNE, Daniel; MURPHY, Mahon; NISHINO, Ryōta (ed.). Re-examining Asia-Pacific War Memories: Grief, Narratives, and Memorials. *Asia Pacific Journal: Japan Focus*, v. 20, n. 10, 2022. Disponível em: https://apjjf.org/2022/10/toc. Acesso em: 15/02/2026.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BUCHANAN, Andrew N. *World War II in Global Perspective, 1931–*

1953: A Short History. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2019.

BURUMA, Ian. *1945: Ano Zero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CHANG, Vincent. China's new historical statecraft: reviving the Second World War for national rejuvenation. *International Affairs*, Oxford, v. 98, n. 3, p. 1053–1069, maio 2022. Disponível em: https://academic.oup.com/ia/article/98/3/1053/6549854. Acesso em: 03/04/2026.

CHENG, Anne; KUMAR, Sanchit (éd.). *Historians of Asia on Political Violence*. Paris: Collège de France, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4000/books.cdf.11180. Acesso em: 12/10/2024.

CHO, Quin. Korean American historian reexamines Japan's role in WWII [Entrevista com Park Jin-hai]. *The Korea Times*, 25 set. 2025. Disponível em: https://www.koreatimes.co.kr. Acesso em: 09/10/2025.

CHOWDHRY, Kushnava; BOSE, Soumya Sankar. A forgotten tragedy: remembering the famine – eyewitness accounts of the Bengal famine 77 years later. *The Caravan*, Nova Delhi, 23 jun. 2020. Disponível em: https://hindi.caravanmagazine.in/history/witnesses-remember-bengal-famine-77-years-later-hindi. Acesso em: 15/10/2024.

COSTA PINTO, António; ADINOLFI, Goffredo (ed.). *Building Dictatorships under Axis Rule: War, Military Occupation and Political Regimes*. Londres: Routledge, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781003463313. Acesso em: 01/02/2026.

DAWEI, Dong. 中国战场是二战的东方主战场 [O teatro de operações chinês foi o principal teatro de operações oriental da

Segunda Guerra Mundial]. Museu da Guerra de Pequim, 18 ago. 2020. Fonte: *Study Times*. Disponível em: https://www.1937china.com/views/newsdetail/news_detail.html?id=15&-newsSession=dfzcc_llwz&isTitleShow=true&parentPage=d-fzzc&fileName=20200818/15977314048215924275 8.html. Acesso em: 03/10/2025.

FERRO, Marc. *Cinema e História.* São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FRANK, Richard. Tower of Skulls: *A History of the Asia Pacific War* – July 1937 to May 1942. Nova York: W. W. Norton & Company, 2020.

HAIPENG, Zhang. 第二次世界大战历史的宏观反思 [Macro reflexões sobre a história da Segunda Guerra Mundial]. *Estudos sobre a História do Partido Comunista da China, Pequim*, n. 8, 2015. Disponível em: http://jds.cssn.cn/newzxdt/202101/t20210128_5301776.shtml. Acesso em: 20/05/2025

HUANMING, Liu (ed.). 日俄之战与”大陆政策”——日俄战争历史地位的再认识 [A Guerra Russo-Japonesa e a política continental: uma recompreensão da posição histórica da Guerra Russo-Japonesa]. *Jiangnan Academic Journal*, n. 4, 2008. Disponível em: http://www.qinghistory.cn/zz/407336.shtml. Acesso em: 03/12/2025

JIANMIN, Qi. 十年来日本的抗日战争史研究 [Pesquisa sobre a história da Guerra de Resistência contra o Japão nos últimos trinta anos]. Estudos sobre a Guerra de Resistência contra o Japão, n. 1, 2021. In: *Museu Histórico da Guerra Antifascista de Nanjing*, 13 out. 2022. Disponível em: http://www.1937nanjing.org/xueshujiaoliu/xueshuyanjiu/2022/1013/5049.html.

Acesso em: 24/05/2025

KIM, Jimin; BISLAND, Beverly Lee; SHIN, Sunghee. Teaching about the Comfort Women during World War II and the Use of Personal Stories of the Victims. *Education About Asia,* [s. l.], v. 24, n. 3, 2019. Disponível em: https://www.asianstudies.org/publications/eaa/archives/teaching-about-the-comfort-women-during-world-war-ii-and-the-use-of-personal-stories-of--the-victims/. Acesso em: 13/04/2026.

MARCELLO NETO, Mario. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. Dossiê – Negacionismos e usos da história • *Rev. Bras. Hist.* 41 (87) • May-Aug 2021. https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-04 Acesso em 12\01\2026

NAKASATO, L.; KURODA, K. Asianism: Continuity and Divergence in Japan's Foreign and International Cooperation Policy. In: SATO, J.; KIM, S. (ed.). *The Semantics of Development in Asia.* The University of Tokyo Studies on Asia. Singapura: Springer, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-97-1215-1_5. Acesso em: 12/11/2024.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

NYE JR., Joseph S. S*oft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova York: PublicAffairs, 2005.

OVERY, Richard. *Sangue e Ruínas: A Grande Guerra Imperial, 1931–1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

OVERY, Richard. 第四盟国：西方二战史叙事中的中国 [A quarta potência aliada: China na narrativa ocidental da história da Se-

gunda Guerra Mundial]. Pesquisa sobre a Guerra de Resistência contra a Agressão Japonesa, n. 2, 2025. In: *Instituto de História Moderna da Academia Chinesa de Ciências Sociais*, Pequim, 11 jul. 2025. Disponível em: http://jds.cssn.cn/xscg/xslw/202507/t20250715_5886248.shtml. Acesso em: 12/04/2026

QIANPING, Chen; WEIJUN, Lu. 第二次世界大战视阈下国际反法西斯战争的东方主战场 [O principal campo de batalha oriental da guerra internacional antifascista da perspectiva da Segunda Guerra Mundial]. Pesquisa sobre a Guerra de Resistência contra o Japão, n. 1, 2024. *Instituto de História Moderna*, Academia Chinesa de Ciências Sociais, 16 abr. 2024. Disponível em: http://jds.cssn.cn/xscg/xslw/202404/t20240416_5746452.shtml. Acesso em: 4/04/. 2025.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Henrique Canary. Rússia: a Grande Guerra Patriótica como política de memória. *Revista Tempo*, Niterói, v. 28, n. 3, p. 340–360, set./dez. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/5tnzZTvJcVYmmW7LvC47zRs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11/03/2026.

SALUM, Alfredo Oscar. A queda da Dinastia Qing e a Revolução de 1911: História e Cinema. *Revista Todas as Musas*. Ano 16, número 02, Jul-Dez 2025. Disponível: https://todasasmusas.com.br/32Alfredo_Oscar.pdf Acesso em: 11/01/2026.

SAHASHI, R.; MATSUDA, Y.; AOYAMA, W. (ed.). Asia Rising: A Handbook of History and International Relations in East, South and Southeast Asia. *The University of Tokyo Studies on*

Asia. Singapura: Springer, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-97-4375-9_1. Acesso em: 12/03/2026.

SHIWEY, Zhang. 冷战后，英美对二战的叙述中，对中国在抗日战争中所扮演角色的看法发生了演变 (A evolução das percepções sobre o papel da China na Guerra de Resistência contra o Japão na narrativa anglo-americana da Segunda Guerra Mundial após a Guerra Fria). Instituto de História Moderna\Academia Chinesa de Ciências Sociais. Fonte: *Pesquisa sobre a Guerra de Resistencia contra o Japão*, 2025, Edição 1. 23\04\2025. Disponível: https://jds.cass.cn/xscg/xslw/202505/t20250523_5875470.shtml. Acesso 12\09\2025

SHUBIN, Vladimir. World War II had greater influence on Africa than often told. Fonte: *Embassy of the Russian Federation in the United Republic of Tanzania*. 02 September / 2019. Disponível: https://tanzania.mid.ru/en/press-centre/news/world_war_ii_had_greahan_often_told/ Acesso em 13/08/2025

SUCHOPLES, Jaroslaw; JAMES, Stephanie; TORNQUIST-PLEWA, Barbara (ed.). *World War II Re-Explored*. Berlim: Peter Lang, 2019.

TIAN, Mo. The Legacy of the Second Sino-Japanese War in the People's Republic of China: Mapping the Official Discourses of Memory. In: AUKEMA, Justin; MILNE, Daniel; MURPHY, Mahon; NISHINO, Ryōta (ed.). Re-examining Asia-Pacific War Memories: Grief, Narratives, and Memorials. *Asia Pacific Journal: Japan Focus*, v. 20, n. 10, 2022. Disponível em: https://apjjf.org/2022/10/toc. Acesso em: 09/07/2025.

TREVISAN, Cláudia. *Os Chineses*. São Paulo: Editora Contexto,

2009.

VERLY, Markéta Bajgerova. From Triumph to Humiliation and Back: China's Everchanging History of WWII. Viena: *Research Center for the History of Transformations (RECET)*, Universität Wien, 19 nov. 2025. Disponível em: https://www.recet.at/blog/detail/from-triumph-to-humiliation-and-back-chinas-everchanging-history-of-wwii. Acesso em: 12/05/2026.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Assassinos da Memória: O Revisionismo na História*. Campinas\SP. Papirus, 1988.

WANG, Zheng. Memory as Destiny: China and East Asia 80 Years After World War II. *The Diplomat*, [s. l.], set. 2025. Disponível em: https://thediplomat.com/2025/09/memory-as-destiny-china-and-east-asia-80-years-after-world-war-ii/. Acesso em: 04/03/2026.

XUNHOU, Peng. 中国是世界反法西斯战争的东方主战场 [A China foi o principal campo de batalha oriental da Guerra Mundial Antifascista]. Frontline Network – *Rede de Notícias do Partido Comunista Chinês*, 13 out. 2015. Disponível em: http://theory.people.com.cn/n/2015/1013/c83859-27693040.html. Acesso em: 21/01/ 2026.

ZEQING, Pan. 世界反法西斯战争东方主战场的中国贡献 [A contribuição da China para o principal campo de batalha oriental da Guerra Antifascista Mundial]. Fonte *Rede Militar da China – Diário do Exército de Libertação Popular*, 5 jun. 2025. Disponível em: http://news.china.com.cn/2025-06/05/content_117912081.shtml. Acesso em: 23/10/2025.

YELLEN, Jeremy. *The Greater East Asia Co-Prosperity Sphere: When*

Total Empire Met Total War. Ithaca: Cornell University Press, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6OKEDwAAQBAJ. Acesso em: 23/10/2024.

YUHAN et al. (comp.). *A vitória da guerra mundial antifascista e a ordem internacional pós-guerra: passado e futuro. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, nov. 2025. (Fórum Acadêmico Global do Sul, 2025). Disponível em: https://thetricontinental.org/zh/%E5%85%A8%E7%90%83%E5%8D%97%E6%96%B9%E5%AD%A6%E6%9C%AF%E8%AE%BA%E5%9D%9B%EF%BC%882025%EF%BC%89%E7%BB%BC%E8%BF%B0/. Acesso em: 10/04/2026

YUE, Liu. 全球史视野下的东方主战场 [O campo de batalha principal oriental sob uma perspectiva histórica global]. Diário de Ciências Sociais da China – *Rede Chinesa de Ciências Sociais*, 7 jul. 2025. Disponível em: https://www.cssn.cn/skgz/bwyc/202507/t20250707_5884908.shtml. Acesso em: 03/05/2026

ZHU, Ying; EDNEY, Kingsley; ROSEN, Stanley. *Soft Power With Chinese Characteristics: China's Campaign for Hearts and Minds*. London: Routledge, 2019.

Soberania digital como prática historiográfica: História Pública, software livre e código aberto na plataforma ANPUH-SC

Alesson Rota[1]

https://doi.org/10.29327/5922089.1-9

Introdução

Quem governa a infraestrutura pela qual uma comunidade produz, preserva e apresenta publicamente sua História? A pergunta aproxima um problema clássico das Relações Internacionais de uma operação aparentemente ordinária: reconstruir o portal de uma associação de historiadoras e historiadores. Servidores, formatos, programas e serviços de nuvem não aparecem apenas depois da pesquisa. Condicionam o que pode ser guardado, relacionado e reutilizado. Se participam da fabricação e da circulação da evidência, sua governança também constitui um problema historiográfico.

A soberania oferece um vocabulário para formular essa questão,

1 Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutorando na Universidade Estadual Paulista (Unesp), com financiamento da FAPESP. E-mail: alesson.rota@gmail.com.

desde que não seja confundida com autossuficiência. Krasner (1999; 2001) demonstrou que suas dimensões — reconhecimento externo, autoridade doméstica, interdependência e intervenção — nem sempre coincidem. A sociedade internacional tampouco se resume aos Estados: Bull (1977) e Buzan (2004) permitem reconhecer instituições, organizações e comunidades que participam da produção da ordem internacional. No digital, componentes fabricados em diferentes países, padrões transnacionais, corporações e comunidades de desenvolvimento sustentam até mesmo as infraestruturas consideradas locais.

O problema não é decidir se uma instituição possui soberania digital absoluta, mas quais dependências conhece e quais capacidades constrói para escolher, modificar e preservar sua infraestrutura. Denomino soberania digital relativa essa capacidade coletiva e incompleta de governar relações políticas entre Estados, da qual dependem a produção de conhecimento e, por consequência, a prática historiadora. Ela não elimina a interdependência; procura torná-la visível, discutível e menos assimétrica.

Em estudo anterior, iniciei esse argumento a partir do uso e do reuso de bancos de dados, interrogando como ciência aberta e código aberto poderiam produzir defesas parciais diante do colonialismo de dados (Rota, 2026). Aqui não retomo aqueles cinco recortes empíricos. Desloco a questão: o que ocorre quando a soberania relativa passa a orientar uma plataforma de História Pública? A reconstrução da plataforma da Associação Nacional de História — Seção Santa Catarina (ANPUH-SC) permite examiná-la sob outra perspectiva, do uso da História Digital para produção de História Pública.

A reflexão partiu do portal anterior em direção a uma plataforma pública para construir relacionamentos com diferentes tipos de audiências, além da manutenção do legado institucional anterior. Para tal, comparamos dados de atualização do site desde sua criação e identificamos a necessidade de dispositivos digitais para comunicar a escrita da história com as linguagens próprias de uma determinada história digital.

Em seguida, conjuntamente com a instituição ANPUH-SC (gestão 2024-2026) definiu-se uma concepção voltada para a mediação, instrução de uso e acessibilidade, definindo os padrões de uso para diferentes dispositivos e especialidades, mas ao mesmo tempo conservando uma das tecnologias desenvolvidas pela prática historiadora: o sistema de referências. Esta plataforma prevê fácil navegação, interação e rastreamento de informações, além de ser um blog administrado com os recursos visuais do WordPress.

Trata-se ainda de reflexão situada sobre arquitetura, migração e preservação, dado que simulamos as páginas antigas no Memorial que organiza os diferentes encontros da ANPUH-SC. Sustento que software livre e código aberto podem oferecer condições técnico-políticas para produzir História Pública por meio de uma determinada História Digital. Conforme María Inés Mudrovcic, se consideramos que toda forma de conhecimento histórico pressupõe uma determinada organização temporal, essa organização do tempo está historicamente vinculada às formas pelas quais uma sociedade compreende e organiza politicamente seu próprio presente (Mudrovcic, 2019, 2024). Portanto, uma soberania digital relativa dialogada a partir das lógicas comunitárias tem poder de transformar a datificação dos dife-

rentes elementos da vida, quase sempre explorados de forma assimétrica nas relações internacionais, em apropriação tecnológica.

Soberania relativa e materialidade computacional

O digital não é imaterial. Computadores e redes dependem de mineração, energia, trabalho, cabos, centros de dados, processadores e protocolos. A nuvem sem território encobre cadeias internacionais nas quais recursos e poderes decisórios são distribuídos de modo desigual. Couldry e Mejias (2019) mostram como a conversão da vida social em dados sustenta novas formas de apropriação; Cassino, Souza e Silveira (2021) situam essas operações no colonialismo de dados. A assimetria envolve tanto extração quanto capacidade de classificar, processar e transformar dados em valor.

Para instituições de pesquisa e memória, tais assimetrias tornam-se concretas quando documentos e rotinas são entregues integralmente a plataformas proprietárias. Preços, formatos e regras de acesso podem mudar sem decisão da comunidade que produziu o acervo; serviços podem ser encerrados e metadados desaparecer numa migração. O que resta da autoridade sobre uma documentação quando a instituição não consegue exportá-la ou reconstruir sua cadeia de custódia?

A resposta nacionalista seria igualmente insuficiente. Nenhum Estado, universidade ou associação fabrica isoladamente os componentes da computação. Soberania relativa não significa retirar-se das cadeias internacionais, mas ampliar a capacidade de intervir nelas. No plano estatal, isso envolve regulação e infraestrutura pública; no

institucional, formatos portáveis, cópias verificáveis, documentação e alternativas de migração. Uma associação civil não se torna soberana por administrar um servidor, mas pode produzir capacidades de autonomia relativa.

Há aqui um paradoxo: reduzir certas dependências exige ampliar outras relações. Software livre, padrões abertos e comunidades de desenvolvimento são transnacionais. Sua contribuição não decorre da origem nacional, mas da possibilidade de conhecer regras, adaptar ferramentas e redistribuir soluções. Essa soberania não se realiza pelo fechamento, mas pela cooperação sob condições mais verificáveis.

Comuns, software livre e código aberto

A discussão sobre os comuns qualifica essa cooperação. Hardin (1968) formulou o risco do uso coletivo sem coordenação; Ostrom (2010) demonstrou que comunidades podem sustentar recursos compartilhados por regras e responsabilidades. Laval e Dardot (2017) compreendem o comum como prática instituinte: ele não existe antes das relações que estabelecem suas condições de uso.

No digital, um repositório sem metadados, responsáveis ou preservação pode estar disponível e permanecer inutilizável. A Free Software Foundation define o software livre pelas liberdades de executar, estudar, modificar e compartilhar programas; a Open Source Initiative (2007) estabelece critérios para o código aberto. Tais regras estabelecidas pela comunidade internacional permitem o uso e reuso de códigos que podem ser adaptados para diferentes capacidades de

processamento de dispositivos eletrônicos. Questão que é cara para a História Pública, dado que as tecnologias de comunicação desenvolvidas com a ANPUH-SC podem ser reutilizadas em diferentes outras plataformas a partir de sua estrutura interoperável em PHP (linguagem de programação eficiente para comunicação com banco de dados). Não somente historiadoras e historiadores podem replicar as tecnologias desenvolvidas com a ANPUH-SC, mas elas foram pensadas principalmente a partir delas e deles.

Benkler (2002) mostrou que a produção colaborativa não depende exclusivamente da propriedade empresarial ou da coordenação estatal. A ciência aberta transporta parte dessa lógica para dados, métodos e resultados científicos (Bobrov et al., 2025). Sua relevância não está num elogio genérico à abertura, mas na possibilidade de examinar escolhas, corrigir erros e conservar condições de reuso quando um fornecedor muda suas regras.

Software livre e código aberto não são o destino político da plataforma ANPUH-SC, mas uma de suas condições. Permitem que a comunidade não receba a infraestrutura apenas como produto acabado. A questão é quem aprende a mantê-la, como as decisões são documentadas e como o conhecimento circula entre aqueles que administraram e aqueles que acessam o site.

História Pública por meio da História Digital

A soberania digital não transforma por si mesma uma plataforma em intervenção historiográfica: um programa aberto pode reproduzir as hierarquias de um sistema anterior. Desde Cohen e Rosen-

zweig (2006), sabemos que a web alterou as condições de preservação e apresentação do passado. A partir de Robertson (2022, p. 86–87), denomino forma aditiva a prática na qual arquivos e livros são transpostos para a tela, enquanto resultados computacionais retornam à publicação convencional. Digitalizar amplia o acesso; o limite aparece quando o digital muda a aparência sem alterar perguntas, métodos, relações documentais ou a posição dos públicos.

Compreender o digital como dimensão transversal produz outro movimento. Ele atravessa a constituição dos documentos, a crítica dos metadados, os métodos, a narrativa, a preservação e os públicos. Mussell (2012) relaciona o fazer técnico ao conhecimento porque códigos, classificações e interfaces delimitam o objeto; Silveira (2018) demonstra que suporte e técnica participam da escrita. Entre a tecnologia e a revolução prometida pelo digital, o domínio da técnica revela-se fundante: historiadoras e historiadores não precisam dominar toda a computação, mas compreender as operações que estabilizam a evidência e suas dependências.

Figura 1 – O digital na escrita da História: camada aditiva ou dimensão transversal.

Fonte: elaboração do autor, com base em Robertson (2022, p. 86–106).

É nessa passagem que História Digital e História Pública se encontram. Lucchesi e Carvalho (2016, p. 153, 158–159) compreendem a primeira como arena de experimentações no ensino, na pesquisa e na divulgação. Entretanto, disponibilizar conteúdo não produz diálogo, se a linguagem historiadora não se adaptar às dinâmicas impostas pela computação. Logo, melhor que disputar espaços em plataformas transacionais com algoritmos opacos, impõe-se a necessidade de se apropriar da computação para produzir as próprias formas de difusão, que contribuem invariavelmente para a pesquisa. A História Pública envolve relações com os públicos, nego-

ciação de sentidos e responsabilidade pela circulação. O digital pode ampliá-la ao oferecer diferentes percursos além do hyperlink que caracterizou a internet da década de 1990.

O digital abordado como transversal permite modificar a infraestrutura computacional em que se tomam decisões historiográficas e cria outras condições para revê-las e transmiti-las. Oferece uma base material para negociar formas de acesso, preservar proveniências e construir relações entre conteúdos. É nesse sentido preciso que o projeto utiliza História Digital para produzir História Pública.

A ANPUH-SC como aplicação situada

Como reconstruir o portal de uma associação sem reduzir o trabalho à troca de sistema ou layout seguido pela tendência? Notícias, documentos e eventos estavam conservados, mas incompatíveis com a maioria dos navegadores. Para sua reconstrução, seguiram-se quatro etapas: recuperar todos os conteúdos originais e tratá-los para arquivamento e reuso. Imagens, notícias e páginas foram transferidas para uma instalação administrável, preservando, quando possível, origem, datas e relações documentais. Capturas do Internet Archive ([s. d.]) e cópias locais permitiram comparar versões e reconhecer lacunas. A recuperação continuou dependente de padrões e acervos externos, mas transformou uma dependência silenciosa numa cadeia documentada de relações, constituída por documentos, anais de congressos e apoio bibliográfico (SOSSAI e MORETTO, 2024). A segunda foi relacionar, não apenas acumular. O Memorial reúne encontros de 1986 a 2024, aproximando narrativas, programações,

mídias, grupos de trabalho e Anais. Simuladores reconstituem sítios preserváveis a partir de 2010; os anteriores permanecem como salas documentais. Distinguir original, simulação e leitura adaptada evita apresentar a reconstrução como passado repetido com aditivo digital. Nos Anais, PDFs são ligados às edições e aos contextos dos encontros. O digital torna-se transversal quando aquisição, descrição, interpretação e apresentação deixam de ser etapas incomunicáveis.

A terceira foi multiplicar percursos sem imaginar um usuário universal. Mapa, painéis, busca, linha do tempo e menus apresentam caminhos distintos. Uma rede animada evidencia conexões, mas pode se tornar barreira para pessoas idosas, usuários de teclado ou dispositivos menos potentes. Procurou-se, então, construir representações equivalentes. eMAG e WCAG orientaram contraste, foco, teclado e redução de movimento (Brasil, 2014; W3C, 2024), sem reivindicar certificação.

A quarta foi tornar a dependência governável. WordPress, componentes abertos, ativos locais e plugins próprios separam mapa, acessibilidade, Memorial e leitor de Anais. A modularidade permite substituir partes; backups, manifestos, hashes e rotinas de restauração conservam condições de migração. WordPress, bibliotecas, servidor e navegadores permanecem externos à ANPUH-SC. A diferença está em poder identificar, atualizar e, em parte, substituir essas dependências.

Figura 2 – A plataforma ANPUH-SC como arquitetura pública integrada: (A) interface expográfica; (B) preservação e pesquisa; (C) orientação relacional; (D) acessibilidade.

Fonte: elaboração do autor a partir de capturas da Plataforma Digital de História Pública de Santa Catarina (2026).

Essas operações modificam ainda a relação entre comunicação e memória. Notícias, informes e notas públicas preservam o caráter institucional, ao passo que também permitem dialogar com públicos mais amplos pela possibilidade de imersão através de seu acervo.

Diretorias, grupos de trabalho, autores, fotógrafos e instituições de guarda produziram o acervo; ele foi reelaborado para conservar suas primeiras versões, mas ao mesmo tempo produzir modos de leitura. Se alimentada, a plataforma tende a produzir novas conexões e

narrativas a partir dessas interações com seu legado histórico. Uma infraestrutura aberta somente se torna comum quando documentação, competência e decisão circulam.

Considerações Finais

Este capítulo partiu da pergunta sobre quem governa a infraestrutura pela qual uma comunidade historiadora produz, preserva e apresenta publicamente sua História. A reconstrução da plataforma ANPUH-SC não oferece uma solução total para esse problema, mas demonstra que servidores, formatos, programas, códigos e serviços não estão separados da prática historiadora. Quando essas tecnologias condicionam o que pode ser recuperado, relacionado, interpretado e reutilizado, o digital deve se tornar parte da escrita da História e da relação construída com seus públicos.

Nas Relações Internacionais, a soberania digital relativa não significa autossuficiência nem fechamento nacional. A materialidade computacional depende de recursos naturais, trabalho, infraestruturas, padrões transnacionais e cadeias de produção atravessadas por Estados, corporações e comunidades de desenvolvimento. Para uma associação científica, governar essas relações de forma menos assimétrica significa conhecer suas dependências e construir capacidades para escolher, modificar, documentar e preservar parte da infraestrutura. Trata-se de transformar uma dependência silenciosa em apropriação e interdependência, por meio de lógicas comunitárias.

O software livre e o código aberto oferecem uma das condições técnico-políticas dessa apropriação, mas não constituem, por si mes-

mos, o destino da plataforma. Sua relevância está na possibilidade de examinar, adaptar e redistribuir as tecnologias desenvolvidas com a ANPUH-SC, de modo que possam ser reutilizadas por outras plataformas e, principalmente, por historiadoras e historiadores. Contudo, o código disponível somente se torna comum quando existem documentação, responsabilidades, capacidade de manutenção e circulação do conhecimento entre aqueles que desenvolvem, administram e utilizam a infraestrutura.

A experiência da ANPUH-SC demonstra ainda que a História Pública pode ser produzida por meio da História Digital quando o digital deixa de operar como camada aditiva e passa a atravessar documentos, métodos, narrativas, preservação e públicos. Recuperar o portal anterior, relacionar o Memorial aos Anais e aos grupos de trabalho, distinguir salas documentais de simuladores, multiplicar percursos de navegação e construir representações acessíveis não correspondem a funcionalidades isoladas. Essas operações organizam temporalmente o legado institucional, preservam suas proveniências e produzem modos de leitura capazes de conectar comunicação, memória e pesquisa.

A plataforma permanece, contudo, dependente de WordPress, bibliotecas, servidores, navegadores e da continuidade do trabalho institucional. Sua abertura não elimina a necessidade de manutenção, alimentação, formação técnica e decisão coletiva. Se alimentada, ela poderá produzir diferentes conexões e narrativas a partir das interações com seu legado histórico; A questão final, portanto, não é apenas quais tecnologias utilizar, mas quem as controla, em quais infraestruturas operam e sob quais condições materiais, políticas e éticas desejamos produzir História no presente.

Referências

ANPUH-SC. **Plataforma Digital de História Pública de Santa Catarina**. Florianópolis, 2026b. Disponível em: https://www.sc.anpuh.org/. Acesso em: 26 ago. 2026.

BENKLER, Yochai. Coase's Penguin, or, Linux and the nature of the firm. **The Yale Law Journal**, New Haven, v. 112, n. 3, p. 369–446, 2002. DOI: 10.2307/1562247.

BOBROV, Evgeny et al. (ed.). **The Principles of Open Science Monitoring**. Version 8. [S. l.]: Open Science Monitoring Initiative, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.19351969.

BRASIL. **Ministério do Planejamento**, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. eMAG: modelo de acessibilidade em governo eletrônico. Versão 3.1. Brasília, DF: MP; SLTI, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/acessibilidade-digital/eMAGv31.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

BULL, Hedley. **The anarchical society**: a study of order in world politics. London: Macmillan, 1977.

BUZAN, Barry. **From international to world society?** English school theory and the social structure of globalisation. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Colonialismo de dados:** como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. 212 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/livro/colonialismo-de-dados/. Acesso em: 26 ago. 2026.

COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. **Digital history**: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. **What is free software?** Boston: Free Software Foundation, [s. d.]. Disponível em: https://www.gnu.org/philosophy/free-sw.html. Acesso em: 26 ago. 2026.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, Washington, DC, v. 162, n. 3859, p. 1243–1248, 1968. DOI: 10.1126/science.162.3859.1243.

INTERNET ARCHIVE. **Wayback Machine**: captures of sc.anpuh.org. San Francisco, [s. d.]. Disponível em: https://web.archive.org/web/*/sc.anpuh.org. Acesso em: 26 ago. 2026.

KRASNER, Stephen D. **Sovereignty**: organized hypocrisy. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KRASNER, Stephen D. Rethinking the sovereign state model. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 27, n. 5, p. 17–42, 2001. DOI: 10.1017/S0260210501008014.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **O comum, um ensaio sobre a revolução no século XXI.** Tradução: Renan Porto. Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia, Rio de Janeiro, n. 49, p. 187–229, 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/49475. Acesso em: 26 ago. 2026.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **História digital**: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 149–163.

MUSSELL, James. **Doing and making:** history as digital practice. In: WELLER, Toni (ed.). History in the digital age. Abingdon: Routledge, 2012. p. 79–94.

MUDROVCIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries? **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice,** v. 23, n. 4, p. 456–473, 2019. DOI: 10.1080/13642529.2019.1677295.

MUDROVCIC, María Inés. **Conceptualizing the History of the Present Time.** Cambridge: Cambridge University Press, 2024. 97 p. (Elements in Historical Theory and Practice). DOI: 10.1017/9781009047739.

OPEN SOURCE INITIATIVE. **The Open Source Definition.** Version 1.9. [S. l.], 2007. Disponível em: https://opensource.org/osd. Acesso em: 26 ago. 2026.

OSTROM, Elinor. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. **American Economic Review**, Nashville, v. 100, n. 3, p. 641–672, 2010. DOI: 10.1257/aer.100.3.641.

ROBERTSON, Stephen. The properties of digital history. **History and Theory**, Middletown, v. 61, n. 4, p. 86–106, 2022. DOI: 10.1111/hith.12286.

RAMON ROTA, Alesson. Uma reflexão sobre história digital e so-

berania: o uso e reuso de bancos de dados. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 307–337, 2026. DOI: 10.12957/intellectus.2026.97011.

RAMON ROTA, A. Urdiduras para a preservação digital: o uso de abordagens computacionais para construção de LLM arquivista. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 1–30, 2026. DOI: 10.64729/an.acervo.v39i1.2771. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2771. Acesso em: 27 ago. 2026.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **História, técnica e novas mídias:** reflexões sobre a história na era digital. 2018. 375 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189249. Acesso em: 26 ago. 2026.

SOSSAI, Fernando Cesar; MORETTO, Samira Peruchi (org.). **Profissão historiadora em Santa Catarina:** passados, presentes e futuros possíveis. Chapecó: Ed. UFFS, 2024. 340 p.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2. W3C **Recommendation**, 12 dez. 2024. [S. l.]: W3C, 2024. Disponível em: https://www.w3.org/TR/WCAG22/. Acesso em: 26 ago. 2026.

Nota sobre o uso de IA: Foi utilizada inteligência artificial exclusivamente para correção ortográfica e revisão estilística. A concepção, a argumentação e a versão final são de responsabilidade do autor.